



Relatório de Gestão 2025

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministra do Planejamento e Orçamento
Simone Tebet

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente
Marcio Pochmann

Diretora-Executiva
Flávia Vinhaes Santos

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Gustavo Junger da Silva

Diretoria de Geociências
Maria do Carmo Dias Bueno

Diretoria de Tecnologia da Informação
Marcos Vinícius Ferreira Mazoni

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
José Daniel Castro da Silva

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Jorge Abrahão de Castro

UNIDADE RESPONSÁVEL

Coordenação de Planejamento e Gestão
Paula Leite da Cunha e Melo



Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

© IBGE. 2026.

Guia de navegação



Para uma melhor experiência interativa, abra este arquivo em um computador. O programa indicado é o Adobe Acrobat 6.0 ou posterior.



Utilize o menu lateral para navegar entre as páginas ou acessar o Sumário a qualquer momento e o menu superior para navegar entre os capítulos.



Clique nos *links* e acesse o conteúdo especial em seu navegador.

Sumário



Quem somos

O IBGE	10
Estrutura organizacional e de governança	13
Como geramos valor à sociedade	20
Estratégia	24
Sistema de integridade, transparência e acesso à informação	30
Auditoria Interna	37

Nossos recursos

Recursos humanos	39
Relacionamento e comunicação	46
Tecnologia da informação	54
Logística	57
Sustentabilidade	62
Orçamento e finanças	65

Nossos resultados

Censo Demográfico 2022	78
Produção de informações estatísticas e geocientíficas	107
Disseminação e comunicação	144
Ensino superior, pesquisa e extensão	147
Melhoria e inovação	155



Mensagem do Presidente do IBGE

Mensagem do Presidente do IBGE

O ano de 2025 consolidou-se como um período de transformações e entregas relevantes para o IBGE. A Instituição encerrou esse ciclo com um balanço altamente positivo, fruto do incansável esforço de seus mais de 11 mil servidores, presentes em todo o Território Nacional, para a conclusão de diversas ações previstas no Plano de Trabalho do IBGE 2025, reafirmando e expandindo o alcance de sua missão fundamental: “retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania”.

Para a composição desse retrato fidedigno do País, o ano de 2025 foi marcado pela ampla e detalhada divulgação dos resultados do Censo Demográfico 2022. Destacam-se os resultados que lançaram luz sobre realidades profundas e, muitas vezes, invisibilizadas do País. De forma inédita, o IBGE revelou que o Brasil possui 2,4 milhões de pessoas diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista - TEA, o equivalente a 1,2% da população. Atualizou, também, o panorama das pessoas com deficiência, que somam 14,4 milhões de brasileiros (7,3% da população), fornecendo dados essenciais para políticas de acessibilidade.

Houve avanços significativos no mapeamento da diversidade sociocultural do Brasil. O IBGE identificou 1 330 186 pessoas quilombolas, detalhando

suas características sociodemográficas e de seus domicílios, revelando que a taxa de analfabetismo e o saneamento básico ainda são os maiores desafios para essa população. Refinou, ainda, o retrato da população indígena, revelando a existência de 391 etnias, povos ou grupos indígenas e 295 línguas faladas no País. O Censo também captou as transformações na religiosidade dos brasileiros, com o declínio da proporção de católicos para 56,7% e o crescimento de evangélicos (26,9%), de pessoas sem religião (9,3%) e de religiões de Umbanda e Candomblé (1,0%). Analisou-se a queda significativa da fecundidade para 1,55 filho por mulher, e as mudanças na estrutura familiar, nas quais as uniões consensuais (38,9%) superaram, pela primeira vez, os casamentos civis e religiosos (37,9%).

O olhar territorial do Censo também trouxe informações para a gestão pública. Foram expostas as agudas desigualdades urbanas enfrentadas pelos 16,2 milhões de moradores de Favelas e Comunidades Urbanas, evidenciando que 19,2% dessa população vive em vias inacessíveis a veículos de quatro rodas e carece de infraestrutura básica como rampas de acesso, calçadas e arborização.

Toda essa riqueza de dados foi potencializada pela forte integração com as geociências, materializada



Marcio Pochmann
Presidente do IBGE

em inovações como a atualização da Grade Estatística, a publicação *Localidades do Brasil* (com mais de 87 mil localidades mapeadas) e a Plataforma Geográfica Interativa - PGI, que democratizou o acesso aos mapas e dados georreferenciados.

Além da consolidação de tal operação demográfica, o IBGE não parou de olhar para o futuro e para a base produtiva do País. Em 2025, seguiu-se com a preparação do 12º Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola. Foi realizada a primeira Prova Piloto em seis Municípios distribuídos por quatro Estados, testando novos fluxos de questionários – incluindo um bloco inédito sobre Meio Ambiente e Perdas – e validando os Dispositivos Móveis de Coleta - DMC e algoritmos de inteligência artificial para demarcação de talhões. Também foi iniciado, com a mesma dedicação técnica, o planejamento das próximas grandes operações censitárias: o Censo Demográfico 2030 e o 1º Censo Nacional da População em Situação de Rua.

De forma concomitante, o IBGE manteve a excelência e o rigor no seu calendário regular. Em 2025, foram entregues à sociedade 235 resultados relacionados às informações estatísticas e 24 relacionados às informações geocientíficas. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua continuou a trazer informações sobre mercado de trabalho e inovou ao apresentar resultados sobre o trabalho por meio de plataformas digitais. A Produção Agrícola Municipal - PPM, por

sua vez, revelou o vigor do agronegócio, com valor da produção agrícola de R\$ 783,2 bilhões e crescimento de 0,8% na área colhida. As pesquisas econômicas estruturais e conjunturais, a apuração do IPCA e o Sistema de Contas Nacionais garantiram informações sobre os principais indicadores macroeconômicos do País.

Nas Geociências, destacam-se a pesquisa Gestão do Território, que permite identificar os Municípios que exercem papel de comando em sua região e o lançamento da sétima edição da Base Cartográfica Contínua do Brasil - BC250. Foi publicada a revisão sistemática dos limites dos biomas Cerrado e Mata Atlântica na área de contato entre Minas Gerais e São Paulo e foi divulgado estudo experimental que propôs uma nova metodologia para identificação e mapeamento de Áreas Verdes Urbanas. Também, cabe destacar a participação do IBGE no Programa de Gestão de Riscos e Desastres, avaliando em campo (*in loco*) a qualidade posicional de imagens de sensoriamento remoto utilizadas para mapear áreas suscetíveis a processos de movimentos de massa, enchentes e inundações em municípios críticos.

Visando transformar seus processos de trabalho, o IBGE tem adotado de forma proativa soluções de Inteligência Artificial - IA, ciência de dados e outras tecnologias emergentes. Para tanto, foi criado um grupo de trabalho para o levantamento de iniciativas e ações de comunicação interna sobre a

temática. Destaca-se o projeto desenvolvido para o Censo Agropecuário, no qual aplicou-se IA e sensoriamento remoto para a geração e classificação automática de talhões, além de métodos para a otimização de rotas de coleta. Além disso, estão sendo desenvolvidos um *chatbot* institucional e uma ferramenta de IA Generativa para atendimento ao usuário. Também, está sendo utilizada a combinação de sensoriamento remoto e *deep learning* para a identificação de áreas urbanizadas.

Ademais, seguem em curso as transformações institucionais necessárias para que o IBGE esteja preparado para os desafios da Era Digital. Sob esse aspecto, o ano de 2025 marcou a criação de uma unidade organizacional dedicada à implementação do Sistema Nacional de Geociências, Estatísticas e Dados - SINGED, com destaque para as iniciativas voltadas ao uso de registros administrativos como insumo estruturante da produção estatística, bem como para as interlocuções e reuniões técnicas com órgãos federais detentores de dados, visando acordos de intercâmbio de bases de dados. A governança do IBGE e do SINGED também foi objeto de debates por meio do Projeto Diálogos IBGE 90 Anos, com a realização do 3º Encontro Nacional dos Servidores, e pela Conferência Nacional dos Agentes Produtores e Usuários de Dados - CONFEST/CONFEGE, reunindo mais de 8 mil participantes e gerando a "Carta da Bahia", um marco em defesa do planejamento estatístico e geocientífico na Era Digital, que sinaliza a elaboração do Plano Geral de Informações Esta-



tísticas e Geográficas - PGIEG. Destaca-se, ainda, a recriação do Conselho Técnico do IBGE, instância de governança relevante para o acompanhamento das atividades técnicas do Instituto.

No relacionamento com a sociedade, o Instituto expandiu significativamente seus canais de disseminação. Em 2025, o Portal do IBGE na Internet registrou o expressivo marco de mais de 133 milhões de usuários, um aumento de 46,7% em relação ao ano anterior. Além da força no ambiente digital, o IBGE inaugurou quatro novas unidades da Casa Brasil IBGE – em Belém (PA), Juiz de Fora (MG), Fortaleza (CE) e Salvador (BA) –, que se somaram às unidades já existentes no Rio de Janeiro (RJ) e em Recife (PE). A Casa Brasil IBGE é um espaço aberto à visitação pública, de memória e tecnologia, que reúne informações das várias áreas do Instituto, sediam eventos de divulgação de resultados e publicações, bem como a realização de oficinas temáticas. Por sua vez, a Agência IBGE Notícias distribuiu 142 *releases* e 518 notícias, dentre outros formatos, além de atender a 2 904 solicitações da imprensa.

Quanto à sua inserção internacional, o IBGE assumiu o protagonismo organizando o Triplo Fórum Internacional da Governança do Sul Global, em Fortaleza (CE), e representou o Brasil em eventos de relevo, tais como em reuniões da Comissão de Estatísticas da ONU, da Conferência Estatística das Américas, do Comitê de Estatísticas da OCDE e do Comitê de Especialistas da ONU em Gestão Global

da Informação Geoespacial. Atuou na liderança de grupos de trabalho no âmbito dos fóruns e comitês regionais das Nações Unidas, do MERCOSUL e do BRICS, e firmou novos acordos com o Fundo de População das Nações Unidas - UNFPA, o Instituto Nacional de Estatísticas da Indonésia, a Academia de Estudos Contemporâneos da China, entre outros. Destaca-se, ainda, a ativa cooperação Sul-Sul na África, onde capacitou técnicos de Moçambique e Guiné-Bissau para a realização de censos com coleta eletrônica de dados.

A Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE, além de suas atividades regulares de ensino, pesquisa e extensão, teve destaque no âmbito do *Hub Regional da ONU para Big Data no Brasil*. Por meio deste Hub, o Instituto liderou três oficinas internacionais, séries de webinários sobre mudanças climáticas e indicadores de desenvolvimento sustentável, e um projeto do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID com 11 países para o desenvolvimento de indicadores climáticos.

Em relação à sua capacidade de gestão de seus recursos humanos, materiais e orçamentários, o IBGE também alcançou resultados relevantes. Houve significativa recomposição de sua força de trabalho com a nomeação de 760 novos servidores efetivos ingressantes pelo Concurso Público Nacional Unificado, além da autorização para provimento de mais 231 vagas. No que diz respeito à sustentabilidade organizacional, em 2025, foi selecionada

cooperativa na Administração Central para a destinação ambientalmente adequada de seus materiais recicláveis e reutilizáveis e foi lançado o Plano Setorial de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e Sexual e da Discriminação no IBGE, com participação das instâncias de integridade.

O presente Relatório de Gestão é parte da prestação de contas do IBGE à sociedade brasileira para o exercício de 2025 e está estruturado em três capítulos: O capítulo **Quem Somos** apresenta a descrição da organização, bem como sua governança e estratégia. O capítulo **Nossos Recursos** aborda os avanços nos recursos empregados para o cumprimento de sua missão institucional. O capítulo **Nossos Resultados** apresenta os principais resultados divulgados, gerando valor à sociedade brasileira.

Dessa maneira, asseguro a integridade deste Relatório, elaborado com a participação das diversas áreas do IBGE, aprovado pelo seu Conselho Diretor e disponibilizado à sociedade. Assim, convido a todos à leitura deste Relatório, que apresenta os principais resultados alcançados pelo Instituto em 2025, bem como as perspectivas para o futuro.



Marcio Pochmann
Presidente do IBGE





45
Divulgações de resultados do Censo Demográfico 2022



4
Novas unidades da Casa Brasil IBGE inauguradas

133,6 milhões
Usuários do Portal do IBGE na Internet

2 904
Atendimentos realizados à imprensa

235
Resultados de pesquisas estatísticas divulgados

24
Levantamentos geocientíficos divulgados

3,5 milhões
Exemplares da produção gráfica

5 843
Unidades vendidas na Loja Virtual do IBGE

IBGE
em números

4,42 Pbytes
Armazenamento de dados

100%
Dos critérios do Modelo de Maturidade em Integridade atingidos

1 680
Servidores físicos ou virtuais

37%
Redução no tempo médio de resposta da ouvidoria

98%
Cumprimento das obrigações de transparência ativa

398
Alunos matriculados na ENCE

8,30
Nota média de satisfação dos usuários com o IBGE, numa escala de 1 a 10

9%
Aumento no número de parcerias vigentes

36 596
Concluintes de ações de capacitação oferecidas pela ENCE

57
Alunos graduados e pós-graduados

31,1 mil
Atendimentos realizados à sociedade

99,8%
Taxa de resultados alcançados na avaliação de desempenho institucional

760
Servidores nomeados via Concurso Público Nacional Unificado

3%
Redução do número de imóveis alugados

99,1%
Orçamento executado em relação ao previsto

119
Servidores capacitados no Programa de Desenvolvimento de Lideranças nas Agências



Quem somos

O IBGE

Identidade institucional



NOME

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.



NATUREZA JURÍDICA E VINCULAÇÃO

Fundação Pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento - MPO.



MISSÃO

Retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania.



VISÃO DE FUTURO

Consolidar a posição do IBGE como referência nacional e internacional na produção e disseminação de informações estatísticas e geoespaciais públicas, relevantes, tempestivas e de fácil acesso.



VALORES

- Ética, integridade e profissionalismo
- Foco nas demandas da sociedade
- Imparcialidade e independência
- Respeito à confidencialidade
- Qualidade e transparência
- Valorização dos talentos
- Respeito ao informante



PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES

Coordenar as atividades dos Sistemas Estatístico e Cartográfico Nacionais e realizar pesquisas, levantamentos e estudos nesses campos para assegurar informações necessárias ao conhecimento das realidades física, econômica, social e ambiental do Brasil.

Assim, o IBGE se constitui no principal provedor de dados e informações do País, atendendo às necessidades dos mais diversos segmentos da sociedade civil e dos órgãos e entidades das diferentes esferas governamentais (federal, estadual e municipal), para conhecimento da realidade e para a formulação e avaliação de políticas públicas.

Por meio de sua Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE, o IBGE oferece gratuitamente à sociedade cursos de graduação, especialização *lato sensu*, mestrado e doutorado. Além de ofertar, a quaisquer interessados, cursos gratuitos com certificado de conclusão na modalidade de ensino à distância autoinstrucional, a ENCE atua, também, como escola de governo por meio da capacitação de servidores do IBGE e de outros órgãos.



Onde estamos

O IBGE está presente em todo o território brasileiro, por meio de uma rede nacional de pesquisa e disseminação.

Norte

Agências	
Acre	3
Amapá	1
Amazonas	13
Pará	22
Rondônia	5
Roraima	1
Tocantins	9
Total	54

Nordeste

Agências	
Alagoas	11
Bahia	49
Ceará	19
Maranhão	19
Paraíba	11
Pernambuco	20
Piauí	14
Rio Grande do Norte	9
Sergipe	6
Total	158

Centro-Oeste

Agências	
Distrito Federal*	4
Goiás	21
Mato Grosso	16
Mato Grosso do Sul	11
Total	52

Sudeste

Agências	
Espírito Santo	10
Minas Gerais	71
Rio de Janeiro	25
São Paulo	93
Total	199

Sul

Agências	
Paraná	38
Santa Catarina	21
Rio Grande do Sul	36
Total	95

* O IBGE mantém ainda a Reserva Ecológica do Roncador, situada a 35 km ao sul de Brasília.

Fonte: IBGE, 2025.

26
Estados + DF

5 569
Municípios

27
Superintendências
Estaduais

558
Agências

Principais normas direcionadoras de sua atuação

A missão institucional do IBGE é cumprida com amparo em um amplo conjunto de normas, códigos e princípios, dentro do qual cabe destacar:

- [Decreto-lei n. 161, de 13.02.1967](#) - Autoriza o Poder Executivo a instituir a “Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística” e dá outras providências.
- [Decreto-lei n. 243, de 28.02.1967](#) - Fixa as Diretrizes e Bases da Cartografia Brasileira e dá outras providências.
- [Decreto n. 74.084, de 20.05.1974](#) - Aprova o Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas, e dá outras providências.
- [Decreto n. 9.283, de 07.02.2018](#) - Estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional.
- [Decreto n. 11.177, de 18.08.2022](#) - Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e remaneja e transforma cargos em comissão, funções de confiança e gratificações.
- [Lei n. 5.534, de 14.11.1968](#) - Dispõe sobre a obrigatoriedade da prestação de informações estatísticas e dá outras providências.

- [Lei n. 5.878, de 11.05.1973](#) - Dispõe sobre a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e dá outras providências.
- [Lei n. 6.183, de 11.12.1974](#) - Dispõe sobre os Sistemas Estatístico e Cartográfico Nacionais, e dá outras providências.
- [Lei n. 8.184, de 10.05.1991](#) - Dispõe sobre a periodicidade dos Censos Demográficos e dos Censos Econômicos e dá outras providências.
- [Lei n. 10.973, de 02.12.2004](#) - Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências.
- [Portaria GM/MPO n. 32, de 14.03.2025](#) - Institui a Comissão Nacional de Geoinformação - CONGEO.
- [Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais](#)
- [Código de Boas Práticas das Estatísticas do IBGE - 2ª edição \(2021\)](#)
- [Declaração de Princípios Compartilhados que Orientam a Gestão da Informação Geoespacial](#)

Para acessar o conjunto dos principais códigos e princípios que norteiam a atuação do IBGE, [clique aqui](#). Para políticas, planos e outros documentos, [clique aqui](#).

Materialidade das informações



A definição da estrutura e da organização dos conteúdos foi feita a partir das normas e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU e das divisões da Cadeia de Valor do IBGE.



A produção dos conteúdos foi descentralizada, sendo cada unidade do IBGE responsável por escrever sobre suas entregas materialmente relevantes para a sociedade.



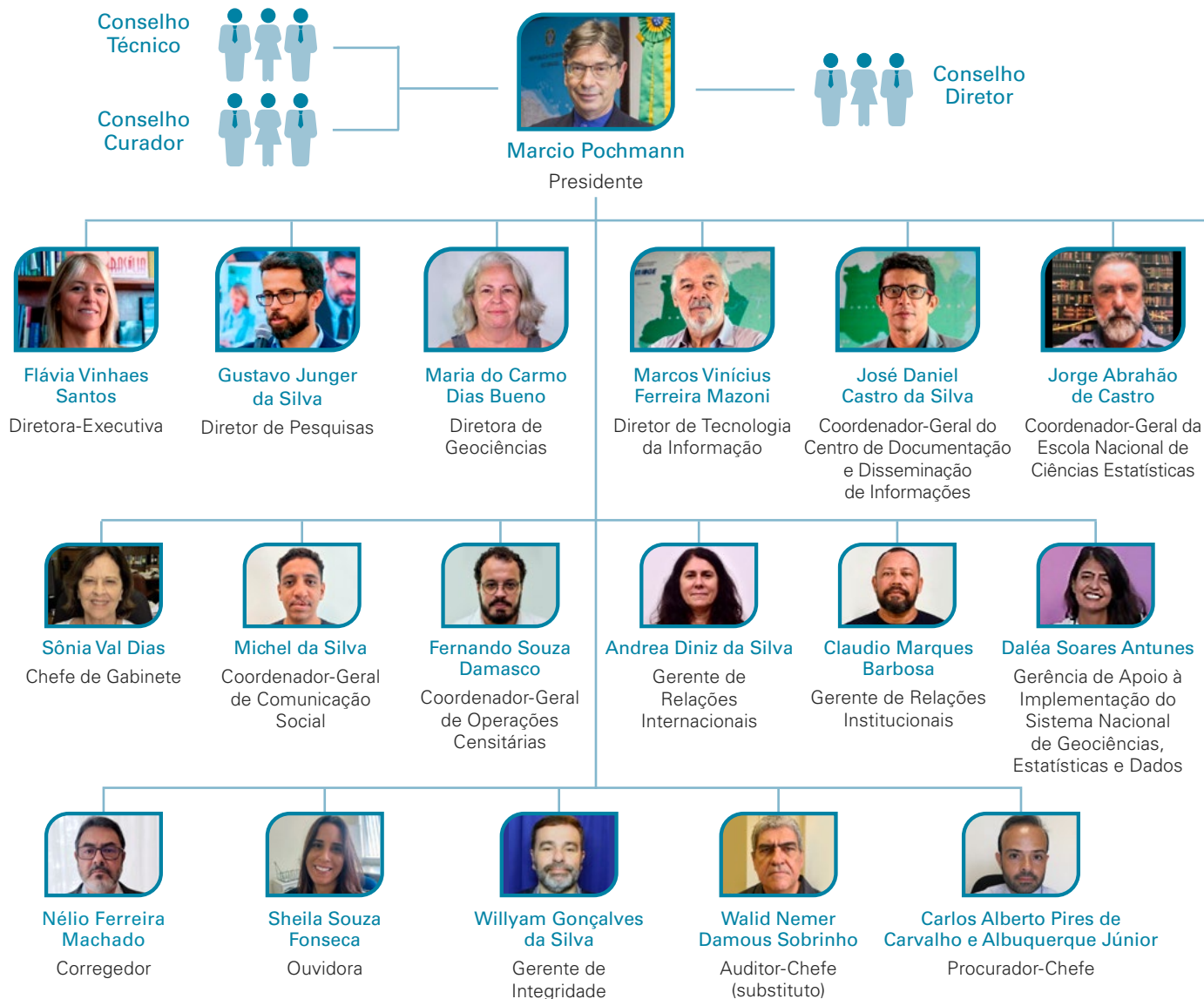
A redação do Relatório de Gestão teve como principal diretriz a correlação de seus conteúdos aos processos da [Cadeia de Valor do IBGE](#) ou aos projetos do [Plano Estratégico Institucional](#).



Antes de sua publicação, o Relatório de Gestão foi avaliado pela Auditoria Interna e pelo Conselho Curador do IBGE e foi aprovado pelo Conselho Diretor.

Para acessar os [Relatórios de Gestão](#) de exercícios anteriores, [clique aqui](#).

Estrutura organizacional e de governança



Superintendentes Estaduais do IBGE

- Marco Fábio de Sousa Esteves (AC)
- Alcides Jerônimo de Almeida Tenório Júnior (AL)
- Francisco Braz da Silva Portela (AM)
- Augusto Cesar Pires Borges (AP)
- André Luiz Ferreira Urpia (BA)
- Francisco José Moreira Lopes (CE)
- Gabriel Moreira Antonaccio (DF)
- Renata Ghidetti Mozzine (ES)*
- Edson Roberto Vieira (GO)
- Marcelo Virgínio de Melo (MA)
- Rúbia Francisca Silva Lenza (MG)
- Mário Alexandre de Pinna Frazeto (MS)
- Millane Chaves da Silva (MT)
- Rony Helder Nogueira Cordeiro (PA)
- Roberto Salgado Beato (PB)
- Gliner Dias Alencar (PE)
- Leonardo Santana Passos (PI)
- Elias Guilherme Ricardo (PR)
- José Francisco Texeira Carvalho (RJ)
- Fabiana Fabrega de Oliveira (RN)
- Luiz Cleyton Holanda Lobato (RO)
- Welisson Araujo Cordeiro (RR)
- Luis Eduardo Azevedo Puchalski (RS)
- Roberto Kern Gomes (SC)
- Fabio de Albuquerque Pinto (SE)
- Francisco Garrido Barcia (SP)
- Paulo Ricardo da Silva Amaral Jesus (TO)

*Substituto(a)

Nota: Os ocupantes de cargos/funções mencionados são aqueles na data de encerramento do exercício (31.12.2025).

Fotos: Acervo IBGE.

Órgãos colegiados de direção superior

CONSELHO DIRETOR

Estabelece as políticas que regem a atuação do IBGE, publica seus atos e suas deliberações; avalia periodicamente o desempenho dos órgãos do IBGE e estabelece metas e recomendações de atuação; adota medidas preventivas ou corretivas para a execução adequada do plano estratégico; aprova os atos internos de estrutura organizacional do IBGE; aprova anualmente o relatório de gestão e o relatório orçamentário, financeiro e contábil; e emite pronunciamento sobre a celebração de convênios, parcerias e acordos.

Marcio Pochmann

Presidente

Flávia Vinhaes Santos

Diretora-Executiva

Gustavo Junger da Silva

Diretor de Pesquisas

Maria do Carmo Dias Bueno

Diretora de Geociências

Marcos Vinícius Ferreira Mazoni

Diretor de Tecnologia de Informação

José Daniel Castro da Silva

Coordenador-Geral do Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Jorge Abrahão de Castro

Coordenador-Geral da Escola Nacional de Ciências Estatísticas

CONSELHO CURADOR

Fiscaliza os atos inerentes à execução orçamentária e financeira do IBGE; avalia o cumprimento das recomendações feitas às unidades do IBGE pela Auditoria Interna; monitora a implementação das medidas determinadas pela Controladoria-Geral da União - CGU e pelo TCU; analisa e emite parecer conclusivo sobre a prestação de contas anual do IBGE; e acompanha e controla a gestão patrimonial.

Marcio Pochmann

Presidente

Sergio Pinheiro Firpo (até 23.05.2025)

Marcelo Ribeiro Moreira (a partir de 23.05.2025)
Representante do Ministério do Planejamento e Orçamento

Josué Jonas de Lima

Representante do Ministério da Fazenda

Jaildo Lima de Oliveira

Representante do Banco Central do Brasil

Leandro Brunholi Ramos

Representante do Quadro de Pessoal Permanente do IBGE

CONSELHO TÉCNICO

Acompanha as atividades técnicas do IBGE e, se necessário, recomenda a adoção das providências que julgar convenientes; e atua como órgão consultivo para os assuntos de natureza técnica no âmbito de competência do IBGE. É formado pelo Presidente do IBGE, que o preside, e 12 conselheiros, sendo seis de órgãos do Poder Executivo Federal e seis escolhidos dentre cidadãos com reconhecida representatividade e capacidade técnica nas áreas de competência do IBGE.

Marcio Pochmann

Presidente

Zander Soares de Navarro

Representante do Ministério da Agricultura e Pecuária

Lucas Silva Costa

Representante do Ministério da Defesa

Norberto Montani Martins

Representante do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

Artur Henrique da Silva Santos

Representante do Ministério do Planejamento e Orçamento

Leandro Manassi Panitz

Representante do Ministério da Saúde

Paula Montagner

Representante do Ministério do Trabalho

Guilherme Gastaldello Pinheiro Serrano

Representante do Ministério da Previdência Social

Nota: Os colegiados e unidades organizacionais aqui descritos são aqueles ligados diretamente à presidência. As demais unidades organizacionais e suas atribuições são estabelecidas em Resoluções do Conselho Diretor - R.CD.



Cidadãos brasileiros de reconhecida representatividade e competência técnica e profissional na área de produção ou de utilização de informações estatísticas e geocientíficas:

Maria do Carmo Dias Bueno

Gustavo Junger da Silva

Marcos Vinícius Ferreira Mazoni

José Daniel Castro da Silva

Jorge Abrahão de Castro

Sandra Marcia Chagas Brandão

Órgãos de assistência direta e imediata ao Presidente

GABINETE DA PRESIDÊNCIA - GAB

Assiste o Presidente do IBGE em sua representação política e social e ocupa-se do preparo e do despacho do seu expediente administrativo.

COORDENAÇÃO-GERAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - CCS

Coordena a gestão da comunicação, de forma a garantir a divulgação dos produtos, serviços e informações institucionais do IBGE para a mídia e a sociedade, e zela e aprimora continuamente o relacionamento do IBGE com a mídia.

COORDENAÇÃO-GERAL DE OPERAÇÕES CENSITÁRIAS - CGOC

Planeja, executa e monitora as operações censitárias. Estabelece parcerias com instituições públicas e privadas para apoio às operações censitárias. Participa de projetos de organismos internacionais e multilaterais de apoio e compartilhamento do saber institucional sobre organização e execução de operações censitárias.

GERÊNCIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS - GRI

Gerencia e sistematiza a inserção internacional do IBGE nas áreas de estatística e de geociências, que contemplem a cooperação técnica e científico-tecnológica internacional. Articula ações entre as diversas unidades setoriais do IBGE e as instituições internacionais.

GERÊNCIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS - GRT

Desenvolve o relacionamento com instituições e governos, nacionais e internacionais, de forma a estabelecer estratégias e parcerias voltadas ao desenvolvimento dos objetivos do IBGE e de sua sustentabilidade. Gerencia ações entre as unidades setoriais da Administração Central e as Superintendências Estaduais do IBGE.

GERÊNCIA DE INTEGRIDADE - GIN

Gerencia, executa e monitora o programa de integridade no âmbito do IBGE. Elabora e revisa, periodicamente, o plano de integridade. Apoia e oferece suporte metodológico para a gestão de riscos à integridade.

GERÊNCIA DE APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE GEOCIÊNCIAS, ESTATÍSTICAS E DADOS - GSINGED

Gerencia, planeja e acompanha a execução das ações necessárias à estruturação, operação e consolidação do SINGED, auxiliando as áreas técnicas, no âmbito do IBGE. Articula, com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, parcerias estratégicas voltadas ao acesso e à interoperabilidade de dados estatísticos, geocientíficos e administrativos, em alinhamento com as demandas das áreas técnicas do IBGE.



Órgãos seccionais

AUDITORIA INTERNA - AUD

No exercício de suas competências, vincula-se administrativamente ao Conselho Curador. Contribui para o aprimoramento dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e dos controles internos que compõem a Cadeia de Valor do IBGE, por meio da prestação de serviços de avaliação e de consultoria independentes, além de acompanhar o cumprimento e a implementação das recomendações e determinações da CGU e do TCU.

DIRETORIA-EXECUTIVA - DE

Exerce atividades de planejamento, organização, coordenação, orientação e execução das atividades relativas à administração de recursos humanos, materiais, patrimoniais, orçamentários, financeiros e contábeis, presta suporte às unidades descentralizadas na execução dessas atividades e assessora o Presidente do IBGE nos assuntos de governança, planejamento e gestão.

CORREGEDORIA - CORREG

Planeja, dirige, orienta, supervisiona, avalia e controla as atividades de correição no âmbito do IBGE.

PROCURADORIA FEDERAL - PF

Vinculada à Advocacia-Geral da União - AGU, nos termos do § 3º do Art. 2º, da Lei Complementar n. 73, de 10.02.1993 e, na qualidade de órgão executor da Procuradoria-Geral Federal - PGF, representa judicial e extrajudicialmente o IBGE e exerce atividades de consultoria e assessoramento jurídicos no IBGE.

OUIDORIA - OUV

Gerencia os pedidos de informações e demais manifestações feitas por cidadãos e servidores, assegurando direito de resposta às demandas interpostas e informando seus autores sobre as providências adotadas.



Órgãos específicos singulares

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES - CDDI

Planeja, organiza, coordena e executa as atividades de documentação e de disseminação de informações produzidas pelo IBGE, desenvolve produtos e serviços de informação adequados aos segmentos de usuários e promove sua divulgação e comercialização, atende às demandas dos usuários por meio de seus canais de comunicação com a sociedade e faz a gestão da comunicação interna.

DIRETORIA DE GEOCIÊNCIAS - DGC

Planeja, organiza, coordena e executa levantamentos, pesquisas, prospecções tecnológicas, análises, estudos e mapeamentos de natureza geocientífica e estatística relacionados às áreas de geodésia, cartografia, estruturas territoriais, geografia, recursos naturais e meio ambiente e executa as ações de competência do IBGE, no âmbito da coordenação do Sistema Geodésico Brasileiro, do Sistema Cartográfico Nacional, da Infraestrutura de Dados Geoespaciais e da sistematização de informações sobre meio ambiente e recursos naturais, com referência a sua ocorrência, distribuição e frequência, e em relação aos convênios e aos acordos de cooperação em matéria geocientífica.

DIRETORIA DE PESQUISAS - DPE

Planeja, organiza, coordena e executa estudos, pesquisas e trabalhos de natureza estatística relativos à situação demográfica, econômica, social, ambiental e administrativa do País e executa as ações de competência do IBGE, na coordenação do Sistema Estatístico Nacional, e em relação aos convênios e aos acordos de cooperação em matéria estatística.

DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - DTI

Planeja, organiza, coordena e executa as atividades de governança digital, de processamento de dados e de informações, por meio do apoio, da promoção e do desenvolvimento da arquitetura, dos processos de informatização e dos sistemas do IBGE e administra e zela pela infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação - TIC, pela preservação e pela garantia da segurança da informação e da proteção da base de dados do IBGE.

ESCOLA NACIONAL DE CIÊNCIAS ESTATÍSTICAS - ENCE

Planeja, organiza, coordena e executa atividades de ensino, pesquisa e extensão – podendo manter cursos de graduação e de pós-graduação *stricto e lato sensu*, promovendo a difusão de conhecimento, o desenvolvimento e o fomento de pesquisa científica relacionada à esfera de atuação do IBGE – bem como ações e atividades de capacitação, treinamento, aperfeiçoamento, formação e pesquisa para o corpo funcional do IBGE, para outras instituições públicas e para o público em geral.

Órgãos descentralizados

SUPERINTENDÊNCIAS ESTADUAIS - SES

O IBGE possui 27 Superintendências Estaduais - SES, uma em cada capital estadual e uma no Distrito Federal, subordinadas imediatamente à presidência do IBGE. As SES têm como competência, no âmbito de sua jurisdição: planejar, coordenar, executar e controlar as atividades técnicas, administrativas e de disseminação das informações do IBGE; representar o IBGE perante os Poderes Públicos constituídos, órgãos públicos, sociedade e demais entidades representativas; e administrar e gerir as suas unidades organizacionais subordinadas e a rede de agências do IBGE. As SES contam com 558 agências espalhadas pelos 5.569 Municípios brasileiros para ampliar a abrangência de atuação e agilizar as atividades de coleta de dados pelo IBGE.



Principais instâncias internas de apoio à governança

COMITÊ DE GOVERNANÇA, RISCOS E CONTROLES - CGOV

Auxilia o Conselho Diretor na manutenção e monitoramento do sistema de gestão de riscos e controles internos; e monitora, avalia, revisa e atualiza o Plano Estratégico Institucional.

COMITÊ DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - CSI

Assessora a implementação das ações de segurança da informação; propõe atualizações na Política de Segurança da Informação e Comunicação - Posic do IBGE; e sugere normas internas relativas à segurança da informação.

COMITÊ DE SIGILO

Propõe soluções para questões relacionadas ao sigilo e à confidencialidade das informações; avalia solicitações de acesso às informações confidenciais; e aprecia as demandas relacionadas à Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD.

COMITÊ DE PRODUÇÃO DOS INDICADORES DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - CODS

Propõe a implementação e o aprimoramento de instrumentos de governança para o cálculo dos indicadores ODS; propõe diretrizes para a elaboração e revisão do Plano de Trabalho dos ODS no âmbito do IBGE; e atua no Grupo de Peritos Interagências para os Indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - IAEG-SDGs e no Grupo de Coordenação Estatística para a Agenda 2030 na América Latina e Caribe, coordenado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL.

COMITÊ DE CONTRATAÇÕES E LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL - CCLS

Propõe a implementação e o aprimoramento de instrumentos de governança das contratações e da sustentabilidade organizacional; e propõe diretrizes para o Plano de Contratações Anual - PCA e para o Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS.

COMISSÃO TEMÁTICA DE RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO E SEXUALIDADE

Apoia e promove a transversalização da perspectiva de gênero no conjunto das operações estatísticas e geocientíficas do IBGE; sistematiza as iniciativas geocientíficas e estatísticas sobre gênero, sexo e sexualidades; propõe novas linhas de investigação e estudos; e promove a capacitação interna e externa.

COMISSÃO CONSULTIVA DAS ESTATÍSTICAS DEMOGRÁFICAS

Avalia e opina sobre métodos das projeções e estimativas populacionais e de indicadores demográficos, além de opinar sobre as fontes de dados utilizadas para a construção das estatísticas demográficas em nível nacional e regional.

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO GERAL DOS CENSOS - CPO

Estabelece a política e as diretrizes para o planejamento das operações censitárias; decide sobre programações orçamentárias e financeiras a serem submetidas ao MPO; e decide sobre cronogramas de atividades e assuntos estratégicos.

COMITÊ DE INTEGRIDADE E TRANSPARÊNCIA DO IBGE - CIT-IBGE

Elabora, monitora e avalia o Programa e o Plano de Integridade do IBGE, bem como monitora e avalia o cumprimento das normas relacionadas à transparência e ao acesso à informação no IBGE.



Indicadores de governança e gestão

Em 2024, o TCU finalizou o levantamento do **iES-Go 2024 - Índice ESG (Environmental, Social and Governance)**, uma iniciativa para avaliar o nível de adesão das organizações públicas federais e de outros entes jurisdicionados ao TCU em relação às práticas ESG. O levantamento foi autorizado por meio do **Acórdão 1.205/2023-Plenário** e foram fiscalizadas 387 organizações.

Para acessar o relatório individual da autoavaliação do IBGE, **clique aqui**.

Dos valores apurados para os indicadores, observa-se que **o IBGE está no estágio intermediário** de capacidade de governança e gestão (iESGo), com resultados dos indicadores próximos aos obtidos pela média das organizações do Poder Executivo Federal.

Em 2025, destacaram-se as seguintes ações realizadas pelo IBGE para elevar sua capacidade de governança e gestão e a correlação de tais ações com cada índice que compõe o iESGo:

Indicador	Ações realizadas em destaque (2025)
iGG - Índice Integrado de Governança e Gestão Públicas	Recriação do Conselho Técnico do IBGE (Portaria MPO/SE n. 217, de 06.06.2025), órgão colegiado estratégico de assessoramento e acompanhamento das atividades técnicas e orientações para o planejamento e a execução das ações da instituição.
iGovPessoas - Índice de Governança e Gestão de Pessoas	Realização de três ciclos do Dimensionamento da Força de Trabalho - DFT, que permite um adequado planejamento da força de trabalho.
iGovTI - Índice de Governança e Gestão de Tecnologia da Informação e Segurança da Informação	Criação de Grupo de Trabalho de Governança de Dados e IA, que realizou o levantamento de iniciativas em curso e promoveu <i>workshops</i> abertos sobre o tema.
iGovContratações - Índice de Governança e Gestão de Contratações	Definição de serviços comuns para a criação de equipes regionais de licitação/contratação, estimulando a realização de compras compartilhadas.
iGovOrcament - Índice de Governança e Gestão Orçamentária	Implantação da Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais - EFD-Reinf, que possibilita a retenção dos tributos federais e as contribuições previdenciárias de todas as unidades do IBGE de forma centralizada na Sede, padronizando procedimentos.
iES - Índice Integrado de Sustentabilidade Ambiental e Social	Elaboração e lançamento do Plano Setorial de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e Sexual e da Discriminação - PSPEAD/IBGE , em atenção ao estabelecido no Decreto n. 12.122, de 30.07.2024 .

Fonte: IBGE, 2025.



Como geramos valor à sociedade

O **Modelo de Negócios** do IBGE evidencia a transformação de seus capitais (humanos, financeiros, tecnológicos, organizacionais e intelectuais) em produtos, disponibilizados gratuitamente à sociedade, com regularidade, transparência e tempestividade.

Para cumprir sua missão, alcançar seus objetivos estratégicos e entregar valor público aos usuários, a instituição realiza um conjunto de **26 macroprocessos**, que se desdobram nos **149 processos** representados na **Cadeia de Valor do IBGE** [↗](#), que se constitui em um documento institucional de referência para a gestão integrada dos mais diversos processos, passível de ser modificado e atualizado, sempre que necessário, para refletir as mudanças institucionais.

A partir da linha de negócio “Produção de Informações Estatísticas e Geocientíficas” são divulgados levantamentos geocientíficos e resultados de pesquisas estatísticas sociais, econômicas e de multidomínio. Essa produção é fundamental para subsidiar, acompanhar e avaliar políticas públicas em prol do desenvolvimento sustentado, da paz e da segurança, sendo relevante insumo aos Governos Municipais, Estaduais e Federal e ao

próprio cidadão. Por oferecer respostas efetivas e úteis às necessidades e demandas da sociedade, é também de interesse de universidades, institutos de pesquisa e da iniciativa privada. São valores públicos gerados por essa linha de negócios: o “retrato das realidades física, ambiental, econômica e social do Brasil” e a “garantia da integridade e disponibilidade de informações estatísticas e geocientíficas nacionais”.

Na linha de negócio “Ensino Superior, Pesquisa e Extensão” estão reunidas as atividades coordenadas pela ENCE do IBGE, responsáveis pela formação de profissionais nos níveis de graduação e pós-graduação *stricto e lato sensu*. O valor público gerado por essa linha de negócio consiste na “geração e difusão dos conhecimentos em estatísticas sociais, econômicas, demográficas e em geociências”.

O grande interesse da sociedade e a expressiva repercussão da produção institucional podem ser comprovados pelo número de matérias publicadas sobre o IBGE em veículos impressos e sites, bem como pelos milhões de usuários da **Agência IBGE Notícias** [↗](#) e do **Portal do IBGE** [↗](#).



Modelo de Negócios do IBGE

Em 2025 **Capitais** aplicados às **Linhas de Negócio e Macroprocessos** resultaram em **Produtos**

Humanos

4 049 servidores ativos **7 039** contratados temporariamente

Financeiros

R\$ 1,04 bilhão em valores empenhados em pessoal ativo

R\$ 15,1 milhões em convênios firmados

R\$ 478,8 milhões em valores empenhados em custeio

R\$ 13,2 milhões em valores empenhados em investimentos

Tecnológicos

4,42 Pbytes de capacidade de armazenamento

1 680 entre servidores físicos e virtuais

893 *desktops* virtuais

Organizacionais

558 Agências

27 Superintendências Estaduais

1 Reserva Ecológica

Intelectuais

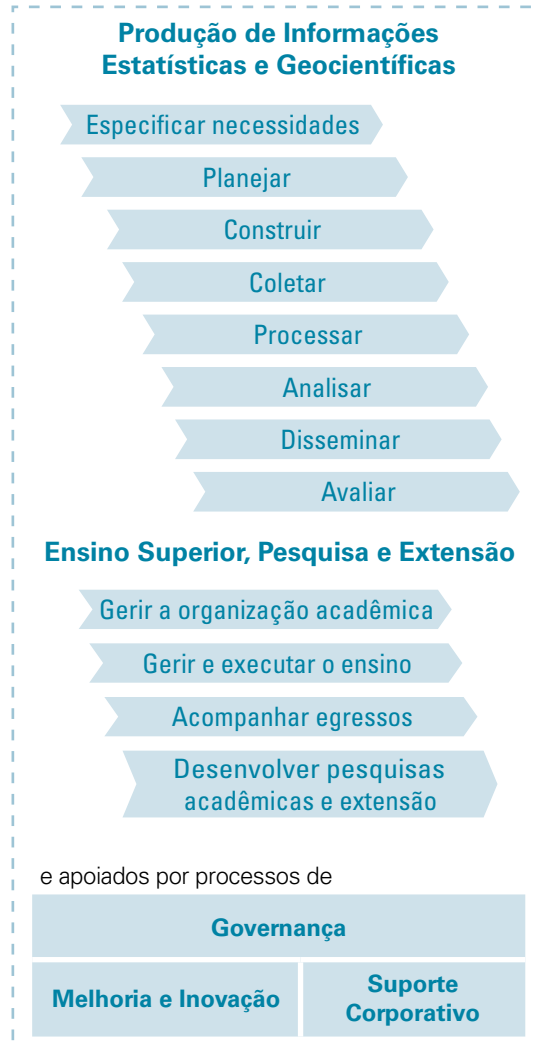
2 349 953 questionários aplicados

8 509 379 km² mapeados

2 174 631 arquivos de observações da RBMC e de variação do nível do mar disponibilizados

398 alunos matriculados

117 bolsas de estudos



disponibilizados gratuitamente, com regularidade, transparência, no tempo devido

Estatísticas

Sociais

- População
- Trabalho
- Educação
- Saúde
- Habitação
- Rendimento, despesa e consumo
- Administração pública e participação político-social
- Justiça e segurança
- Proteção social

Econômicas

- Agricultura, pecuária e outros
- Indústria e construção
- Comércio
- Preços e custos
- Setor informal
- Contas nacionais
- Finanças públicas
- Outras estatísticas econômicas

Demográficas e de multidomínio

- Condições de vida, desigualdade e pobreza
- Ciência, tecnologia e inovação
- Empreendedorismo
- Gênero
- Cultura, recreação e esporte
- Turismo
- Meio ambiente

235 Resultados divulgados

Levantamentos geocientíficos

- Organização do território
- Posicionamento geodésico
- Atlas
- Modelos digitais de superfície
- Cartas e mapas
- Imagens do território
- Informações ambientais
- Métodos e documentos de referência

24 Informações divulgadas

e fundamentais para subsidiar, acompanhar e avaliar políticas públicas.

Profissionais graduados e pós-graduados

- Bacharelado em Estatística: **26**
- Especialização em Análise Ambiental e Gestão do Território: **13**
- Mestrado e Doutorado em População, Território e Estatísticas Públicas: **18**

gerando Valor público a toda sociedade: Estado, iniciativa privada, academia e cidadãos.

- Retrato das realidades física, econômica, social e ambiental do Brasil
- Garantia da integridade e disponibilidade de informações estatísticas e geocientíficas nacionais
- Geração e difusão de conhecimentos em estatísticas sociais, econômicas, demográficas e em geociências

Cadeia de Valor do IBGE

Governança															
1. Formular a estratégia		2. Gerir a estratégia			3. Realizar controle institucional			4. Gerir colaboração e cooperação estratégicas							
1.1 Elaborar plano e mapa estratégicos 1.2 Definir e publicar políticas, diretrizes e planos		2.1 Avaliar desempenho institucional 2.2 Monitorar e avaliar o Plano Estratégico Institucional 2.3 Revisar e atualizar o Plano Estratégico Institucional 2.4 Gerir a arquitetura organizacional 2.5 Gerir projetos estratégicos e planos institucionais			3.1 Gerir integridade institucional 3.2 Gerir manifestações de ouvidoria 3.3 Gerir procedimentos de apuração de irregularidades 3.4 Gerir segurança da informação e comunicações 3.5 Gerir riscos 3.6 Prestar contas aos órgãos de controle e à sociedade 3.7 Realizar auditorias internas			4.1 Construir e manter relações estratégicas nacionais 4.2 Construir e manter relações estratégicas internacionais 4.3 Transmitir informações oficiais para organizações e autoridades nacionais e internacionais 4.4 Coordenar instâncias técnicas nas áreas de Estatística e Geociências 4.5 Acompanhar matérias legislativas de interesse institucional							
Melhoria e Inovação	Suporte Corporativo														
5. Gerir mudanças institucionais	6. Gerir aspectos legais	7. Gerir métodos	8. Gerir qualidade institucional	9. Gerir conhecimento e informação	10. Gerir relacionamento	11. Gerir orçamento e finanças	12. Gerir pessoas	13. Gerir tecnologia da informação e comunicação	14. Gerir logística e infraestrutura						
5.1 Gerir projetos de transformações de processos 5.2 Gerir mudanças metodológicas 5.3 Gerir mudanças tecnológicas	6.1 Prestar atividades de contencioso 6.2 Prestar consultoria e assessoramento jurídico	7.1 Gerir métodos estatísticos 7.2 Gerir métodos geocientíficos	8.1 Gerir sistema de gestão da qualidade 8.2 Gerir processos	9.1 Registrar a memória institucional 9.2 Gerir sistema de dados e metadados 9.3 Gerir documentos, registros e arquivos 9.4 Gerir o conhecimento 9.5 Gerir o conhecimento	10.1 Gerir comunicação externa e imagem institucional 10.2 Gerir comunicação interna e imagem organizacional 10.3 Gerir relacionamento com informantes 10.4 Gerir relacionamento com os usuários 10.5 Prospectar e atender demandas autofinanciadas	11.1 Planejar e programar orçamento e finanças 11.2 Gerir a execução orçamentária e financeira 11.3 Gerir contabilidade 11.4 Gerir custos	12.1 Prover pessoas e capacitar pessoas 12.2 Gerir força de trabalho 12.3 Desenvolver e capacitar pessoas 12.4 Administrar registro funcional e folha de pagamento 12.5 Gerir relações trabalhistas 12.6 Prover saúde e qualidade de vida	13.1 Gerir desenvolvimento de sistemas 13.2 Manter sistemas em produção 13.3 Gerir bases de dados 13.4 Gerir infraestrutura tecnológica 13.5 Prover suporte técnico, operacional e serviços de TIC	14.1 Planejar aquisições e contratações 14.2 Gerir aquisições 14.3 Gerir contratos 14.4 Gerir patrimônio 14.5 Gerir serviços de infraestrutura 14.6 Gerir logística de suprimentos e materiais						
Produção de Informações Estatísticas e Geocientíficas															
Gerir qualidade / Gerir metadados / Incorporar inteligência tecnológica e metodológica															
15. Especificar necessidades		16. Planejar		17. Construir		18. Coletar		19. Processar		20. Analisar		21. Disseminar		22. Avaliar	
Ensino Superior, Pesquisa e Extensão															
23. Gerir a organização acadêmica			24. Gerir e executar o ensino			25. Acompanhar egressos		26. Desenvolver pesquisas acadêmicas e extensão							
23.1 Elaborar e revisar normas e documentos acadêmicos e institucionais	23.2 Planejar projeto acadêmico	23.3 Definir projeto institucional de ensino	23.4 Selecionar corpo discente	24.1 Implementar cursos	24.2 Realizar avaliações periódicas	24.3 Realizar acompanhamento pedagógico, profissional e acadêmico	25.1 Gerir relacionamento com ex-alunos	26.1 Desenvolver e orientar pesquisas acadêmicas	26.2 Desenvolver atividades de extensão	26.3 Promover pesquisas acadêmicas integradas à produção de informações	26.4 Difundir o conhecimento científico				

Valor público gerado

▶ Retratar a realidade física, ambiental, econômica e social do Brasil

▶ Garantir a integridade e disponibilidade de informações estatísticas e geocientíficas nacionais

▶ Gerar e difundir conhecimentos em estatísticas sociais, econômicas, demográficas e em geociências

Legenda

🔄 Processo estruturado em parte

☹️ Processo não estruturado

Obs: os demais processos são estruturados.



Produção de Informações Estatísticas e Geocientíficas

Gerir qualidade / Gerir metadados / Incorporar inteligência tecnológica e metodológica

	15. Especificar necessidades	16. Planejar	17. Construir	18. Coletar	19. Processar	20. Analisar	21. Disseminar	22. Avaliar
+ Modelo Genérico do Processo de Produção Estatística - GSBPM	15.1a Identificar as necessidades 15.2a Consultar e confirmar as necessidades 15.3a Estabelecer os objetivos 15.4a Identificar os conceitos 15.5a Verificar a disponibilidade de dados 15.6a Preparar e submeter o plano de ação	16.1a Desenhar os resultados 16.2a Definir as variáveis 16.3a Definir a metodologia de coleta 16.4a Especificar o cadastro e a amostragem 16.5a Definir o processamento e a análise 16.6a Desenhar fluxograma e sistema de produção	17.1a Reutilizar ou construir os instrumentos de coleta 17.2a Reutilizar ou construir os componentes de processamento e análise 17.3a Reutilizar ou construir os componentes da disseminação 17.4a Configurar fluxos de trabalho 17.5a Testar os sistemas de produção 17.6a Testar o processo estatístico de produção 17.7a Finalizar os sistemas de produção	18.1a Criar os cadastros e selecionar as amostras 18.2a Preparar a coleta 18.3a Coletar 18.4a Finalizar a coleta	19.1a Integrar dados 19.2a Classificar e codificar 19.3a Criticar microdados 19.4a Imputar 19.5a Derivar novas variáveis e unidades 19.6a Calcular os pesos 19.7a Calcular resultados agregados 19.8a Finalizar os arquivos de dados	20.1a Preparar os resultados 20.2a Validar os resultados 20.3a Interpretar e explicar os resultados 20.4a Assegurar a confidencialidade 20.5a Finalizar os resultados	21.1a Atualizar sistemas de disseminação 21.2a Elaborar produtos de disseminação 21.3a Gerenciar a disseminação 21.4a Promover os produtos de disseminação 21.5a Gerenciar o suporte ao usuário	22.1a Reunir os elementos para avaliação 22.2a Realizar a avaliação 22.3a Acordar um plano de melhorias
Modelo Genérico de Processos de Produção de Geoinformação - GGIBPM	15.1b Identificar as necessidades 15.2b Estabelecer objetivos e conceitos 15.3b Confirmar as necessidades 15.4b Verificar a disponibilidade dos dados 15.5b Obter aprovação	16.1b Detalhar os resultados esperados 16.2b Definir a modelagem de dados 16.3b Definir a metodologia para coleta, processamento e análise 16.4b Definir os requisitos para coleta, processamento e análise 16.5b Definir um plano de disseminação 16.6b Elaborar o plano de ação	17.1b Construir ou melhorar instrumentos de coleta ou levantamento 17.2b Construir ou melhorar sistema computacional para processamento e análise 17.3b Construir ou melhorar o ambiente da disseminação 17.4b Treinar equipes 17.5b Preparar teste piloto 17.6b Executar o teste piloto	18.1b Preparar coleta ou levantamento de dados 18.2b Coletar ou levantar 18.3b Validar conjunto de dados coletados ou levantados	19.1b Preparar dados para processamento 19.2b Processar 19.3b Assegurar a confidencialidade 19.4b Validar os resultados do processamento	20.1b Preparar análise 20.2b Consolidar a análise 20.3b Elaborar documentação técnica	21.1b Elaborar produtos de disseminação 21.2b Atualizar sistemas de disseminação 21.3b Gerenciar a disseminação 21.4b Promover produtos 21.5b Gerenciar o suporte ao usuário	22.1b Reunir informações para avaliação 22.2b Realizar a avaliação 22.3b Acordar um plano de melhorias



Estratégia

Ambiente externo

As profundas mudanças sociais, econômicas, ambientais e tecnológicas do século XXI, trouxeram novos desafios e oportunidades em relação à produção e disseminação de dados oficiais, exigindo maior diversidade e sensibilidade às demandas da sociedade. Destacaram-se os seguintes desafios e oportunidades:



Políticas e programas de governo

O IBGE participa do [Plano Plurianual - PPA 2024-2027](#), por meio do objetivo específico “Retratar a realidade do país com informações estatísticas e geoespaciais relevantes, tempestivas e de fácil acesso”.

No exercício de 2025, apesar das restrições orçamentárias e financeiras, o Instituto realizou a divulgação de 259 resultados no âmbito das informações estatísticas e geocientíficas e 99,8% das metas institucionais foram cumpridas. Contudo, algumas entregas que não faziam parte das metas institucionais foram adiadas.

Para acompanhar o alcance do objetivo específico, é calculado o indicador “Taxa de Crescimento Anual de Seguidores e Partes Interessadas”. Em 2025, **a meta era o aumento de 1% e o resultado alcançado foi de 19,1%**.

Além do objetivo específico, são previstas seis entregas para o período 2024-2027, cada uma com seu respectivo indicador e algumas com resultados em 2025, conforme segue:

- **Entrega 1: Resultados do Censo Demográfico 2022 divulgados de forma acessível.** Foram realizadas 45 divulgações, de um total de 49 produtos previstos até o fim de 2026. Todos os dados divulgados foram disponibilizados nas diferentes plataformas institucionais ([Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA](#), [Panorama do Censo 2022](#), [Portal IBGE](#), [Plataforma Geográfica Interativa - PGI](#)).

- **Entrega 2: Informações estatísticas e geoespaciais divulgadas com desagregação.** Foram realizadas 11 das 12 entregas planejadas. As entregas são derivadas de estudos temáticos, pesquisas amostrais e do Censo Demográfico.
- **Entrega 3: Resultados do 12º Censo Agropecuário divulgados de forma acessível.** O projeto técnico do Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola foi finalizado e os comitês internos e externos de apoio à governança foram constituídos e estão em atividade. Foi solicitada alteração das metas dessa entrega em função dos ajustes realizados no cronograma da operação.
- **Entrega 4: Estudo experimental para revisão metodológica da contagem da população.** Tendo em vista a proximidade da rodada censitária seguinte (com previsão de ser realizada em 2030) e a ausência de orçamento específico, foi suspensa a contagem da população no atual período intercensitário. Contudo, foi considerada imprescindível uma revisão metodológica dessa operação, com conclusão prevista para 2026, que avalie, entre outros elementos, o aprimoramento dos registros vitais, visando a substituição, com qualidade, da contagem da população residente no País.

Foi solicitada e acatada a inclusão de duas novas entregas relativas ao **Censo de População em Situação de Rua**, uma vez que o tema vem adquirindo cada vez mais relevância na sociedade. São elas:

- **Entrega 5: Estudos metodológicos do Censo de População em Situação de Rua.** Esta entre-

ga foi realizada integralmente, com a elaboração do “*Relatório final do Estudo Inicial de Niterói*”.

- **Entrega 6: Resultados do Censo de População em Situação de Rua divulgados de forma acessível.** O cronograma pactuado prevê a realização da operação de campo do 1º Censo de População em Situação de Rua em 2028.

Ademais, na Lei Orçamentária Anual - LOA 2025, o IBGE participou da execução de ações orçamentárias em diferentes programas, conforme quadro abaixo:

Programa	Tipo	Ministério
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	Gestão	MPO
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	Operações especiais	MPO
0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	Operações especiais	MPO
2224 - Planejamento e Orçamento para o Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo	Finalístico	MPO
5113 - Educação Superior: Qualidade, Democracia, Equidade e Sustentabilidade	Finalístico	MEC

Fonte: IBGE, 2025.


SINGED

O Sistema Nacional de Geociências, Estatísticas e Dados - SINGED é um **conjunto cooperativo e coordenado de produtores e/ou sistematizadoras de dados e informações de caráter público**, as quais servem aos cidadãos e ao Estado no conhecimento da situação social, demográfica, econômica, territorial e ambiental do Brasil e ao exercício da democracia.

Para que tal sistema obtenha êxito, há três dimensões que precisam ser observadas: (i) a **dimensão político-normativa**, que diz respeito às normas e aos acordos e parcerias que regulam as articulações institucionais, a governança, os recursos e as atividades necessárias ao funcionamento do sistema; (ii) a **dimensão conceitual-metodológica**, a qual estabelece as definições, métodos, classificações adotadas e os padrões das bases de dados que permitem a compreensão das informações e a sua comparação; e (iii) a **dimensão tecnológica**, cujo objetivo é reunir os recursos tecnológicos necessários à interoperabilidade dos dados. Essas políticas e acordos institucionais, conceitos, padrões e procedimentos e tecnologias objetivam facilitar a geração, o tratamento, o armazenamento, a disseminação e o uso das informações.

O ano de 2025 foi marcado pela criação de uma unidade organizacional, no IBGE, dedicada a apoiar a implementação do SINGED e o avanço de projetos estratégicos voltados à modernização do Sistema Estatístico Nacional. Destacaram-se as iniciativas voltadas à ampliação do uso de registros administrativos como

insumo estruturante da produção estatística, com ênfase na construção do Cadastro de Pessoas para Fins Estatísticos, desenvolvido a partir do pareamento de bases administrativas com o Censo Demográfico e em consonância com recomendações internacionais para o uso de registros administrativos na produção estatística, fortalecendo a articulação institucional, o desenvolvimento metodológico e a formalização de acordos estratégicos, com vistas à preparação do Censo Demográfico 2030.

Em junho, o IBGE, em parceria com o Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO, lançou o **Programa Nacional de Inteligência e Governança Estatística e Geocientífica**  para subsidiar políticas públicas preditivas. A iniciativa propõe uma nova abordagem no uso de dados estatísticos e geocientíficos, com foco na antecipação de cenários futuros. Com o apoio de tecnologias avançadas e análise preditiva, o programa busca fortalecer a capacidade do Estado de identificar problemas e oportunidades, oferecendo uma base mais sólida para a formulação de políticas públicas eficazes, sustentáveis e voltadas ao médio e longo prazo.

No segundo semestre, intensificaram-se as interlocuções e reuniões técnicas com órgãos federais detentores de dados, visando acordos de intercâmbio de bases de dados. Nesse contexto, foram realizadas tratativas com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, com o objetivo de integrar dados para mapear características educacionais, trajetórias de

pós-graduação e apoiar estudos sobre a expansão e a universalização do ensino superior no Brasil, bem como o acompanhamento da governança de dados junto à área de tecnologia, com foco em insumos para o 12º Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola e o Registro Civil. Foram ampliadas as atuações técnica e institucional em fóruns nacionais e internacionais, incluindo a apresentação institucional durante missão do IBGE em Moçambique, a organização de mesa temática sobre o Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos - CNEFE e o Cadastro de Pessoas Físicas para Fins Estatísticos, além da participação em eventos sobre dados abertos, no âmbito da Conferência Estatística das Américas - CEPAL, e sobre o uso de registros administrativos promovidos pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (Food and Agriculture Organization of the United Nations - FAO).

Na dimensão conceitual-metodológica, avançaram o desenvolvimento e os testes de algoritmos de pareamento determinístico e probabilístico entre o Censo Demográfico 2022 e registros administrativos, no contexto da estruturação do Cadastro de Pessoas Físicas para Fins Estatísticos. No campo da cooperação internacional, foram implementadas iniciativas com a CEPAL para apoio técnico ao Cadastro de Pessoas, além de interlocução com o Departamento Administrativo Nacional de Estatística - DANE, instituto nacional de estatística da Colômbia, para a realização de oficinas sobre o uso de registros administrativos.



Projeto Diálogos IBGE 90 Anos

O IBGE vem aprofundando reflexões internas, por meio do **Projeto Diálogos IBGE 90 Anos**, que estabelece debates propositivos para idealizar sobre o papel do IBGE na sociedade brasileira.

O **3º Encontro Nacional dos Servidores**, que vem sendo realizado anualmente, no âmbito de tal Projeto, foi realizado nos dias 28 e 29 de maio de 2025, na Reserva Ecológica do IBGE, em Brasília (DF). O evento discutiu 10 temas estratégicos para a preparação do **Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas - PGIEG**, de forma a tratar do planejamento quinquenal da agenda de trabalhos do IBGE, entre 2026 e 2030.



Uma equipe da Reserva Ecológica foi homenageada durante o aniversário de 89 anos do IBGE.

Foto: Mardônio Vieira.

Os trabalhos foram divididos em 10 grupos temáticos:

1. Memória e disseminação;
2. Produção, inovação e coordenação das estatísticas;
3. Geoinformações e temas fundamentais dos dados geoespaciais;
4. Abordagem integrada das pesquisas com o desenvolvimento das tecnologias de informação;
5. Financiamento, desenvolvimento institucional e reorganização administrativa e gerencial;
6. Conhecimento, formação, atualização e treinamentos contínuos;
7. Fundamento e base jurídica;
8. Integração das informações estatísticas e geoespaciais;
9. Presença nacional do IBGE e subsídios às atuais e novas políticas públicas; e
10. Presença internacional do IBGE.

As discussões realizadas no 3º Encontro Nacional dos Servidores foram levadas à sociedade e demais partes interessadas, por meio da **Conferência Nacional dos Agentes Produtores e Usuários de Dados - CONFEST/CONFEGE**, realizada de 03 a 05 de dezembro de 2025 em Salvador (BA). A Conferência teve como tema “uma proposta de PGIEG para o desenvolvimento do Brasil da era digital, no período entre 2026 e 2030”.

Nos três dias de evento, foram realizadas mais de 100 atividades, reunindo mais de 400 produtores de dados, entre órgãos públicos e privados, universidades e centros de pesquisa, além de diversos atores do ecossistema de produção de informação. Participaram mais de 1 000 pesquisadores, 400 técnicos e servidores efetivos e temporários do IBGE, 1 500 estudantes em oficinas, 230 palestrantes, moderadores e relatores. Presencialmente e pela Internet, a conferência alcançou mais de 8 000 participantes.

No encerramento da Conferência foi divulgada a **Carta da Bahia** [↗](#), um chamado à Sociedade Brasileira em defesa do Planejamento Estatístico e Geocientífico na Era Digital com a Implantação do SINGED.

Gestão estratégica

Formulação da estratégia

Em conformidade com a [IN SEGES/ME n. 24, de 18.03.2020](#), o [Plano Estratégico do IBGE 2022-2025](#) - PEI 2022-2025 contém os seguintes elementos mínimos obrigatórios: (i) [Cadeia de Valor](#); (ii) identidade estratégica (missão, visão de futuro, valores e [mapa estratégico](#) – documento que comunica a estratégia institucional e ilustra, de forma sintética e gráfica, os principais desafios institucionais para o período de execução do plano); (iii) objetivos estratégicos, indicadores e respectivas metas; e (iv) projetos estratégicos e suas principais entregas.

Monitoramento, avaliação e revisão da estratégia

Neste ciclo estratégico, aconteceram dois marcos relevantes que exigiram uma reavaliação do planejamento institucional: a publicação da [Lei n. 14.802, de 10.01.2024](#), que instituiu o [PPA 2024-2027](#), sendo o principal instrumento de planejamento governamental; e o [Projeto Diálogos IBGE 90 Anos](#), que se constituiu como um processo de participação e diálogo transversal entre a nova diretoria e o conjunto dos servidores ativos e inativos do IBGE.

Em virtude disso, o Conselho Diretor determinou a [interrupção do monitoramento do PEI 2022-2025](#) e aprovou, em 2025, nota técnica para que fosse

iniciado um processo de [revisão e atualização da estratégia institucional](#), que ocorrerá em 2026.

Cabe destacar que o planejamento tático do IBGE passou a contar, desde 2024, com um novo instrumento que congrega as principais ações previstas para cada exercício: os [planos de trabalho anuais](#), que corresponderão à [camada tática do PEI](#).

Desdobramento da estratégia

Alinhados ao plano estratégico institucional, foram elaboradas [estratégias setoriais, planos táticos e operacionais de médio e curto prazos](#), conforme quadro abaixo, que contribuem para a criação de consciência estratégica nos gestores e servidores.

Para acessar os principais planos táticos e operacionais do IBGE e seus relatórios de monitoramento, [clique aqui](#).

Principais planos táticos e operacionais

- [Plano de Trabalho do IBGE 2025](#)
- [Estratégia Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação do IBGE - EGTI 2023-2024](#)
- [Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTI 2023-2024](#)
- [Plano de Transformação Digital 2025-2027](#)
- [Plano de Integridade do IBGE 2023-2025](#)
- [Plano de Contratações Anual - PCA 2025](#)
- [Plano de Dados Abertos 2024-2025](#)
- [Plano de Desenvolvimento de Pessoas do IBGE - PDP 2025](#)
- [Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna - PAINT 2025](#)
- [Plano de Desenvolvimento Institucional da Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE 2021-2025](#)
- [Plano Setorial de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e Sexual e da Discriminação no IBGE | PSPEAD/IBGE](#)

Avaliação de desempenho institucional

Por meio da avaliação de desempenho institucional, é aferido o alcance das metas institucionais, alinhadas ao calendário de divulgações de informações estatísticas e levantamentos geoespaciais e às ações orçamentárias da LOA sob a responsabilidade do IBGE, para cada período de avaliação (semestral).

Por meio do indicador de eficácia “Taxa de resultados alcançados”, mensura-se o percentual de cumprimento das metas institucionais.

No primeiro semestre de 2025, o IBGE alcançou 99,6% das metas previstas de divulgação de estudos, levantamentos e pesquisas estatísticas e geocientíficas e de número de usuários atendidos pelo Portal do IBGE na Internet. No segundo semestre, o IBGE [alcançou 100% das metas previstas](#).

Gestão de riscos

No IBGE, a cada **ciclo anual**, são priorizados objetos para identificação, análise, avaliação e tratamento de riscos.

Para cada **risco identificado**, são documentadas as causas e consequências potenciais, os controles existentes, a probabilidade de ocorrência do conjunto de causas e a magnitude dos impactos.

Na **análise de riscos**, é feita a aferição do nível de criticidade, de acordo com a Matriz de Riscos do IBGE, conforme previsto na **Metodologia de Gestão de Riscos do IBGE** [↗](#).

A **avaliação do risco** leva em conta: a suficiência e a qualidade dos controles existentes para manter os níveis de risco dentro dos limites aceitáveis; e a necessidade de medidas de tratamento adicionais que possam fortalecer os controles existentes e reduzir o nível de risco residual.

As medidas de tratamento propostas, os prazos e os responsáveis pela implementação das ações são registrados no **Plano de Tratamento dos Riscos**, e, trimestralmente, é feito o monitoramento da situação da implementação das medidas planejadas.

A gestão dos **riscos estratégicos e à integridade** é realizada pelo CGOV, considerando as prioridades definidas e os critérios de criticidade, relevância e

materialidade. Dependendo da temática, são convidados técnicos e especialistas para participarem das discussões e contribuírem com o processo de gestão de riscos.

A gestão de **riscos operacionais** e a implementação dos controles e das medidas de tratamento são tarefas das Diretorias e Coordenações-Generais, como 1ª linha, conforme definido na **Política de Gestão de Riscos do IBGE** [↗](#). Anualmente, a gestão deve definir quais objetos (processos da Cadeia de Valor Institucional ou projetos estratégicos) serão priorizados para realizar a gestão dos riscos. Em seguida, deve proceder à identificação, análise, avaliação e tratamento dos riscos operacionais.

Em 2025, o objeto priorizado foi o 12º Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola, especificamente a migração da folha de pagamento dos contratados temporários de um sistema interno para o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE, sendo selecionados para análise **dois processos** impactados pela mudança: “Realizar contratação de temporários” e “Processar folha de pagamento dos contratados temporários”. Foram identificados **quatro riscos** e propostas **31 medidas de tratamento**. O grupo responsável pelo desenvolvimento desse trabalho contou com a participação de 25 pessoas de diferentes áreas, incluindo as Superintendências Estaduais.

Participações em comitês externos de gestão de riscos

Em 2025, o IBGE manteve a participação no Subcomitê de Riscos, Transparência, Controle e Integridade - SRTCI do MPO.



Sistema de integridade, transparência e acesso à informação

O [Decreto n. 9.203, de 22.11.2017](#), traz a integridade como um dos princípios e mecanismos da governança pública.

O [Programa Integridade Planejada](#), lançado em 2023 como uma proposta de atuação conjunta do MPO com o IBGE e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, estabelece as diretrizes e apresenta os princípios e valores que norteiam a integridade dessas instituições.

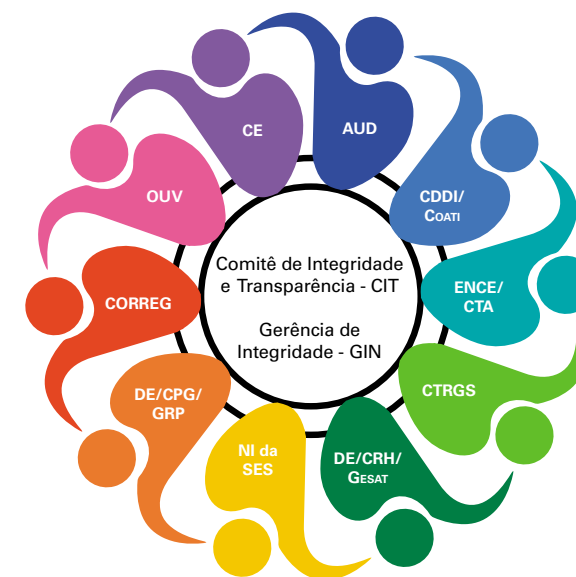
A partir desse referencial comum, o IBGE estruturou seu [Plano de Integridade](#), contemplando, nesta terceira edição, o período 2023-2025, com vistas a prevenir, detectar, punir e remediar riscos à integridade, como fraudes e atos de corrupção, recebimento e/ou oferta de propina, desvio de verbas, abuso de poder e/ou influência, nepotismo, conflito de interesses, uso indevido e/ou vazamento de informação sigilosa, práticas antiéticas e violações de direitos, valores e princípios que impactem a confiança, a credibilidade e a reputação institucionais.

Essas medidas estão alinhadas à estratégia do IBGE e à manutenção da cultura sustentável de integridade institucional, por meio da aplicação efetiva de políticas, diretrizes e códigos de ética e de conduta, bem como do tratamento adequado para mitigação de riscos à integridade.

Tendo em vista as diretrizes fornecidas pela CGU, por meio da [Portaria Normativa CGU n. 234, de 06.11.2025](#), bem como pelo [Decreto n. 11.529, de 16.05.2023](#), que institui o Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal - SITAI e a Política de Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal, o IBGE adotou medidas para institucionalizar e fortalecer suas instâncias de integridade.

Funções de integridade no IBGE

As estruturas internas de apoio à governança que atuam como funções de integridade são as apresentadas na figura abaixo e descritas no quadro a seguir. Além disso, com o intuito de fortalecer os processos e funções da integridade e permitir uma adequada coordenação de suas atividades, foi criado o Comitê de Integridade e Transparência - CIT, composto por todas essas instâncias. Cabe mencionar, ainda, a participação da ENCE, por meio da sua Coordenação de Treinamento e Aperfeiçoamento - CTA, que oferece apoio técnico na área de capacitação.



Comitê de Integridade e Transparência - CIT



Ouvidoria

Acolhe, analisa e encaminha as manifestações recebidas aos setores competentes, aguarda as respostas e as publica por meio da Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação - Fala.BR para ciência do manifestante.



Corregedoria

Atua na prevenção e apuração de desvios de conduta praticados por servidores efetivos ou contratados temporários. De acordo com o [Decreto n. 5.480, de 30.06.2005](#), a Corregedoria integra o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal.



Gerência de Riscos e de Processos

Presta apoio e suporte metodológico para a gestão de riscos.



Núcleos de Integridade nas SES

Promovem ações e campanhas educativas sobre integridade, com base nas orientações do CIT. Também atuam em processos de investigação ou de responsabilização de agentes públicos, no âmbito da SES. Orientam, dão suporte e acolhimento ou encaminhamento para escuta acolhedora.



Comissão de Ética do IBGE

Recebe e avalia denúncias relacionadas à possível prática de desvios éticos, atua como instância consultiva para dirimir dilemas éticos e promove ações educativas para orientar os servidores sobre os temas da ética e da integridade.

Gerência de Integridade

Possui o papel de orquestrar, organizar, identificar fragilidades e integrar as instâncias de integridade do IBGE, para que se sintam parte de um único ecossistema, exercendo suas atividades como unidade setorial do SITAL, responsável pela gestão da integridade no IBGE. Para tanto, coordena o CIT. Possui um enfoque preventivo, de fomento e disseminação do tema Integridade.



Coordenação de Recursos Humanos

Responsável pela identificação e pelo tratamento de casos de nepotismo, bem como pela orientação, identificação e tratamento de questões de conflitos de interesse. Também atua na construção da cultura de diversidade, equidade e inclusão, visando a saúde e a qualidade de vida no trabalho.



Auditoria Interna

Unidade auxiliar do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, visa agregar valor aos processos de trabalho da organização, por meio da prestação de serviços de avaliação e de consultoria independentes.



Coordenação de Atendimento e Informação

Responsável pela transparência ativa e o acesso à informação, conforme a [Lei de Acesso à Informação - LAI](#), por meio da Plataforma Fala.BR; pelo Plano de Dados Abertos do IBGE; e pela [Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD](#).



Coordenação de Treinamento e Aperfeiçoamento

Atua de maneira transversal, apoiando as demais instâncias de integridade em ações e atividades de capacitação.





Comissão de Relações Sociais de Gênero e Sexualidade do IBGE

Tem o objetivo de implementar o Programa de Estatísticas de Gênero no IBGE, com foco no estudo, coleta e disseminação de informações sobre relações sociais de gênero e sexualidades.



Ações para a promoção da integridade

As ações a seguir evidenciam o comprometimento institucional com a promoção da cultura da integridade:

- Manutenção do Canal da Integridade na Intranet, que dissemina conteúdos sobre ética e integridade no IBGE;
- Elaboração e/ou encaminhamento frequente de matérias e mensagens referentes à ética e à integridade para os servidores do IBGE;
- Envio de conteúdo de integridade e ética para a equipe de reformulação do Programa de Integração de Novos Servidores - PINS;
- Criação do CIT, em substituição ao Grupo Técnico da Integridade - GTI;
- Elaboração de relatório de monitoramento do Plano de Integridade com disponibilização na Intranet da GIN;
- Elaboração e lançamento do Plano Setorial de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e Sexual e da Discriminação - PSPEAD/IBGE, em atenção ao estabelecido no [Decreto n. 12.122, de 30.07.2024](#) 
- Gravação de podcast do IBGE sobre lançamento do PSPEAD;
- Criação de subgrupo do CIT para elaboração de minuta do Protocolo Nacional para as Ocorrências no Trabalho de Campo – IBGE;
- Participação no processo de Assessoria em Integridade Pública conduzido pela CGU, por meio da Secretaria de Integridade Pública, alcançando 100% dos critérios do [Modelo de Maturidade em Integridade Pública - MMIP](#) , conquistando o grau 3 de maturidade;
- Elaboração de minuta de revisão do Código de Ética do IBGE;
- Revisão do conteúdo da intranet da GIN para elaboração do Portal da Integridade do IBGE;
- Designação do Secretário Executivo da Comissão de Ética;
- Designação do Núcleo Gestor do PSPEAD; e
- Elaboração de projeto para implementação do Núcleo de Integridade na SES-MS.



Ciclo de Palestras 2025

Com foco na promoção e fortalecimento da cultura da ética e da integridade, foram promovidas palestras sobre os seguintes temas:

- Ética e Integridade para gestores do IBGE – PINS 2025;
- Apresentação das atividades da GIN no evento do IBGE “Diálogos”, ocorrido em Brasília, na reserva do Roncador;
- Apresentação para a SES-MG sobre assédio, discriminação e atividades da GIN;
- Apresentação para os novos servidores da Presidência sobre estrutura e atividades da Integridade no IBGE – PINS 2025;
- Apresentação da estrutura e atividades da Integridade para o PINS 2025 da SES-RJ;
- Evento de apresentação do novo Plano Setorial de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação do IBGE - PSPEAD; e
- Setembro amarelo - 2025: *Webinar* “Empatia que Transforma: Diversidade, Inclusão e Ambientes de Trabalho Saudáveis no Serviço Público”.

Representação do IBGE em evento externo

- Integridade Pública no Brasil: Consolidando Progressos - evento da CGU.

Atividades relativas à ética profissional

Em 2025, o trabalho teve enfoque preventivo e educativo, a fim de evitar a ocorrência de desvios éticos e minimizar seus impactos. Os relatos sobre questões éticas foram recebidos pelo e-mail da Comissão de Ética e pela Plataforma Fala.BR. Para mitigar conflitos éticos, foi adotado um procedimento educativo, com envio de material escrito e realização de reunião para conscientização dos servidores envolvidos.

Nepotismo e conflito de interesses

Em 2025, o IBGE reforçou suas ações de supervisão, controle e correição para assegurar legalidade, legitimidade, economicidade e transparência no uso dos recursos públicos. Um dos avanços mais importantes foi a publicação da Portaria PR-IBGE n. 1.446, que estabeleceu procedimentos claros para prevenção do nepotismo, padronizando rotinas, fortalecendo a gestão ética e ampliando a segurança jurídica nas nomeações e designações de pessoal.

No tratamento de conflitos de interesses, o Instituto manteve acompanhamento contínuo das consultas registradas no Sistema Eletrônico de Conflito de Interesses - SECI, mantido pela CGU. Ao longo de 2025, foram analisadas **18 solicitações**, das quais duas foram consultas e 16 foram pedidos de autorização para exercício de atividade privada. Esse monitoramento semanal garantiu respostas céleres, orientação adequada aos servidores e maior integridade nas relações entre atividades públicas e privadas.

Atividade correicional

No ano de 2025, de acordo com o Painel Correição em Dados da CGU (dados colhidos em 16.12.2025), foram instaurados **203 procedimentos disciplinares** no IBGE, conforme o gráfico a seguir.

Assuntos mais recorrentes nos processos instaurados em 2025



Fonte: CGU Painel “Correição em Dados”, 2025.

(1) Essa categoria agrupa assuntos com menos de 5 registros.

Do total de 203 processos instaurados, o maior índice de registros esteve em irregularidades referentes ao tema “Erros procedimentais ou descumprimento de normas ou regulamentos” (37 incidências ou pouco mais de 18% dos casos), seguido por “Desaparecimento ou perecimento de bens públicos” (31 incidências e aproximadamente 15% do total). Somente esses dois tópicos, ambos essencialmente da esfera material, correspondem a mais de 33% das ocorrências.

Já os três itens seguintes: “Comportamento inidôneo” (23 casos); “Falta de urbanidade; conduta escandalosa; incontinência pública; manifestação de apreço ou despreço e outras condutas impróprias nas relações interpessoais de trabalho” (21 casos), e “Assédio moral” (19 casos), todos da esfera comportamental ou de conduta, chegaram a pouco mais de 30% do total de ocorrências.

Os demais tópicos, considerados em conjunto e abstraída a classificação em natureza material ou comportamental, corresponderam a cerca de 37% dos casos.

Análise gerencial dos procedimentos instaurados em 2025

A análise dos dados mostrou que uma das principais ocorrências nos últimos 12 meses se referiu ao desaparecimento ou perecimento de bens públicos, em especial a perda, roubo ou extravio de Dispositivos Móveis de Coleta - DMCs, instrumento de trabalho dos responsáveis pela coleta de dados. As instâncias administrativas competentes estabeleceram protocolos para apuração dessas ocorrências, incentivando, quando cabível e atendidos os requisitos legais, a celebração de Termos de Ajustamento de Conduta - TACs nas Superintendências Estaduais onde ocorreram os fatos. Essa medida evitou a instauração de procedimentos acusatórios desnecessários e a sobrecarga administrativa, sendo considerada uma ação exitosa.

As apurações relacionadas a irregularidades de natureza comportamental, como falta de urbanidade e assédio moral, foram tratadas pelas demais instâncias de integridade competentes por meio de palestras, encontros e seminários, com o objetivo de fortalecer a cultura de respeito mútuo em geral e, em especial, à diversidade.



Transparência e acesso à informação

O número de manifestações de acesso à informação, recebidas pela [Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação - Fala.BR](#) em 2025 foi de **1 375 pedidos** recebidos. Destas, 99,49% das manifestações foram respondidas com um prazo médio de **12,2 dias**.

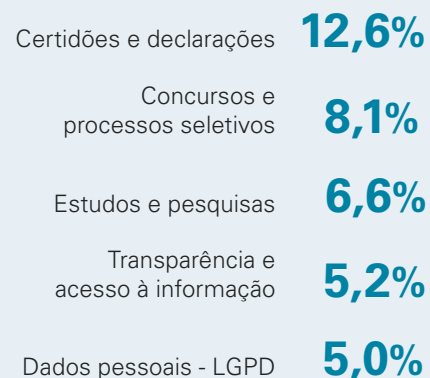
Em relação à ampliação da transparência, o IBGE não classificou qualquer informação como sigilosa.

Dentre as solicitações recebidas, os assuntos mais demandados foram “Certidões e declarações”, “Concursos e processos seletivos” e “Estudos e pesquisas”.

Em 2025, o IBGE realizou atualizações regulares no formulário de Transparência Ativa da Plataforma Fala.BR, para acompanhamento da CGU, alcançando 98,0% de cumprimento das obrigações de transparência ativa, cumprindo 48 das 49 exigências.



Assuntos mais demandados



Fonte: CGU - Painel de Acesso à Informação, 2025.

Atividades de ouvidoria

Em 2025, foram recebidas, via plataforma Fala.BR, **731 manifestações** de ouvidoria, uma média mensal de, aproximadamente, **61 manifestações**. Das manifestações recebidas, 185 foram arquivadas e 33 encaminhadas para outros órgãos e entidades.

Manifestações de ouvidoria por tipologia registradas em 2025

Tipologia	Total	Percentual (%)
Total	546	100,0
Reclamação	138	25,3
Solicitação	216	39,6
Denúncia	165	30,2
Sugestão	22	4,0
Elogio	5	0,9
Simplifique	-	-

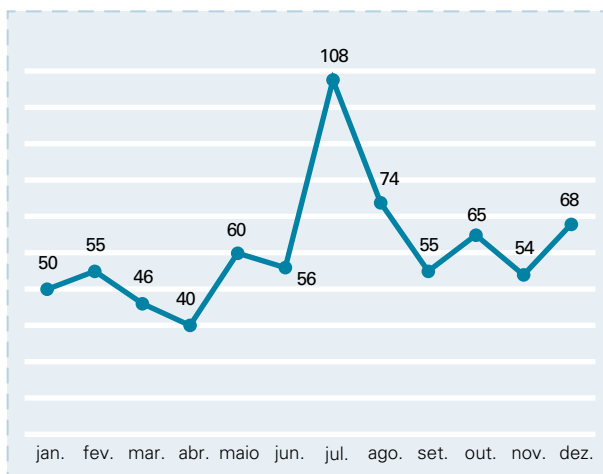
Fonte: CGU - Painel Resolveu, 2025.

Nota: O cálculo do percentual de participação de cada tipologia no total de manifestações considera apenas as manifestações Respondidas e Em Tratamento. Não são contabilizadas as 185 manifestações arquivadas.



Em comparação ao ano de 2024, houve um **aumento de 21,2%** no total de manifestações recebidas, distribuídas ao longo dos meses, conforme o gráfico a seguir.

Número de manifestações ao longo dos meses de 2025



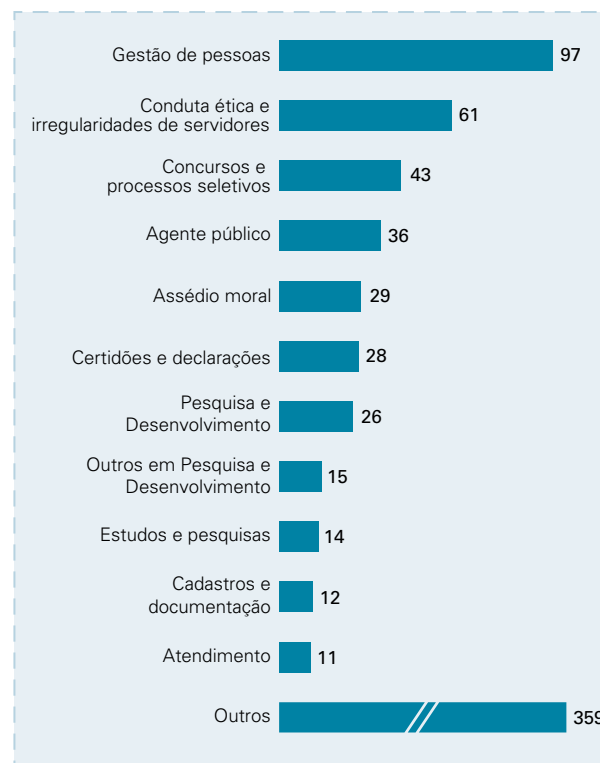
Fonte: CGU - Painel Resolveu, 2025.

O assunto Recursos Humanos foi o que registrou maior número de manifestações respondidas ou em tratamento.

Nas imagens a seguir, estão os resultados registrados para dois indicadores: resolutividade (se a demanda foi resolvida) e satisfação (se o usuário está satisfeito com o atendimento prestado).

O tempo médio de resposta foi de **13,2 dias**, o que representou uma **redução de 37,1%** em relação ao ano anterior. Cabe mencionar que houve 15 atendimentos realizados por telefone ou outros meios de contato.

Assuntos com maior número de manifestações em 2025



Fonte: CGU - Painel Resolveu, 2025.

Nota: a categoria "Outros" compreende pelo menos 65 assuntos com menor número de ocorrências.

Índices de Resolutividade e Satisfação - 2025

Resolutividade

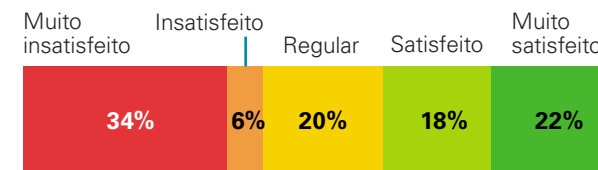


Sim
69,4%



Não
30,6%

Satisfação



Satisfação média: **47%**

Fonte: CGU - Painel Resolveu, 2025.

Auditoria Interna

Como a Auditoria Interna do IBGE atua?

Qual é o trabalho da Auditoria?

De maneira independente e objetiva, avalia, apura e presta consultoria, com o objetivo de agregar valor e aprimorar as operações da organização.

Planejamento das ações e expectativas da alta administração e demais partes interessadas.



Execução das ações de auditoria na avaliação e aprimoramento da eficácia dos processos de governança, gestão de riscos e controles internos, propondo recomendações para a melhoria da gestão.



Comunicação dos resultados de auditoria, por meio de relatórios para a administração, para instâncias externas de controle e para a sociedade.



Monitoramento de recomendações internas.



Acompanhamento de demandas dos órgãos de controle externo.



As atividades da Auditoria Interna do IBGE são materializadas, principalmente, em três publicações:



Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT

Documento no qual as atividades de auditoria são planejadas e consubstanciadas para o exercício seguinte.



Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAINT

Relatório com as informações sobre a execução do PAINT e análise dos resultados decorrentes dos trabalhos de auditoria do exercício.



Parecer de Auditoria sobre a Prestação de Contas do IBGE

Documento que apresenta a opinião geral, com base nos trabalhos de auditoria previstos no PAINT, sobre a adequação dos processos de governança, gestão de riscos e controles internos instituídos pela entidade.



Nossos recursos

Recursos humanos

Conformidade legal

A conformidade legal dos atos relacionados à folha de pagamento no IBGE se dá por meio da publicação e utilização de instruções normativas que descrevem detalhadamente os procedimentos a serem adotados, apontam sistemas e processos relevantes.

Em dezembro de 2025, havia **25 instruções normativas** sobre os mais diversos temas, com destaque para concessão de aposentadorias, concessão de benefícios e vantagens ao servidor, contratação temporária, licenças de todos os tipos, pensões alimentícias, entre outros.

Além disso, a folha de pagamento do IBGE está sujeita a auditoria interna e responde às auditorias externas de controle regularmente, com destaque para as recebidas do Tribunal de Contas da União - TCU. Em 2025, foram firmadas metas, junto à Auditoria Interna do IBGE, para o atendimento às demandas encaminhadas pelo TCU. A meta de 2025 para resolução de todos os indícios de irregularidade anteriores a 2023 foi atingida. Para o exercício de 2026, a meta será de regularização de todos os envios de atos pendentes.

Os procedimentos adotados para garantir a legalidade dos atos relativos à gestão de pessoas estão alinhados à **Política de Gestão de Pessoas**. É de competência do Conselho Diretor do IBGE definir procedimentos que não possuem regulamentação, como a concessão de gratificações de qualificação e retribuições de titulação ou o pagamento de inde-

nização de campo. As resoluções e instruções normativas encontram-se atualizadas e disponíveis nos principais canais de comunicação do IBGE.

Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas

O **Plano Estratégico do IBGE 2022-2025** contém o Objetivo Estratégico 15 “Adequar a força de trabalho quantitativamente e qualitativamente”. Para atender a esse objetivo, os projetos incluem: (i) a realização de concursos públicos para preencher vagas do quadro permanente de pessoal do IBGE e de processos seletivos para contratar pessoal por tempo determinado e estagiários; (ii) a revisão do dimensionamento de pessoal; e (iii) a definição dos perfis profissionais com as competências requeridas.

O recrutamento e a seleção também envolvem processos internos para o provimento de cargos e funções no IBGE. Adicionalmente, são realizados processos de realocação e movimentação de pessoal.

Para atender ao item (i), durante o ano de 2025, foram realizados:

Concurso Público Nacional Unificado - CPNU 1

Por meio da **Portaria MGI n. 3 329**, de 18.07.2023, ficou autorizado o provimento de **895 cargos no quadro de pessoal efetivo do IBGE**, sendo as vagas distribuídas conforme quadro ao lado.

Em maio de 2025, o IBGE realizou a 1ª convocação para provimento das vagas imediatas oferecidas no CPNU 1 e, em junho, nomeou 760 candidatos. Em julho, os novos servidores entraram em efetivo exercício.

Em outubro e novembro de 2025, o Governo Federal, por meio do **Decreto n. 12 647**, de 01.10.2025, da **Portaria MGI n. 8 376**, de 03.10.2025, e da **Portaria MGI n. 10 294**, de 17.11.2025, autorizou o **provimento adicional de 231 vagas**, distribuídas da seguinte forma:

Cargo	Nível de escolaridade	Vagas imediatas CPNU1	Vagas adicionais
Total		895	231
Analista de Planejamento, Gestão e Infraestrutura em Informações Geográficas e Estatísticas	Nível Superior	275	68
Tecnologista em Informações Geográficas e Estatísticas	Nível Superior	312	85
Pesquisador em Informações Geográficas e Estatísticas	Nível Superior	8	3
Técnico em Informações Geográficas e Estatísticas	Nível Intermediário	300	75

Em dezembro de 2025, o IBGE realizou a 2ª convocação e publicou as nomeações para provimento das vagas adicionais e daquelas remanescentes da 1ª convocação.



Processos Seletivos Simplificados

Foram realizados ou iniciados **cinco processos seletivos simplificados**, sendo três processos complementares¹, sob a responsabilidade do IBGE, e dois processos regulares, realizados sob a responsabilidade da Fundação Getúlio Vargas - FGV e do IBGE.

Edital	Função	Vagas
01/2025	Agente de Pesquisas e Mapeamento e Supervisor de Coleta e Qualidade (complementar aos editais n. 03/2023 e n. 04/2023)	32
02/2025	Agente de Pesquisas e Mapeamento e Supervisor de Coleta e Qualidade (complementar aos editais n. 03/2023 e n. 04/2023)	39
03/2025	Agente de Pesquisas e Mapeamento (complementar ao edital n. 03/2023)	58
04/2025	Agente de Pesquisas e Mapeamento	8 480
05/2025	Supervisor de Coleta e Qualidade	1 110

Em outubro de 2025, foi realizado um **Processo Seletivo Interno - PSI**, com vagas para função comissionada de Superintendente Estadual nos estados do Espírito Santo, Paraná e Rio Grande do Sul.

¹ São uma continuidade de um processo seletivo simplificado regular, especificamente visando suprir vagas nas localidades com a listagem de aprovados esgotadas ou com menos de cinco candidatos disponíveis.

O processo de seleção foi estruturado com as seguintes etapas:

- 1ª fase - Análise de Currículo e Avaliação de Conhecimentos de Gestão (prova);
- 2ª fase - Seleção por Competências; e
- 3ª fase - Entrevista técnica.

A seleção contou, ainda, com o apoio de uma consultoria especializada e obteve a inscrição de 43 servidores da Instituição.

Dimensionamento da Força de Trabalho

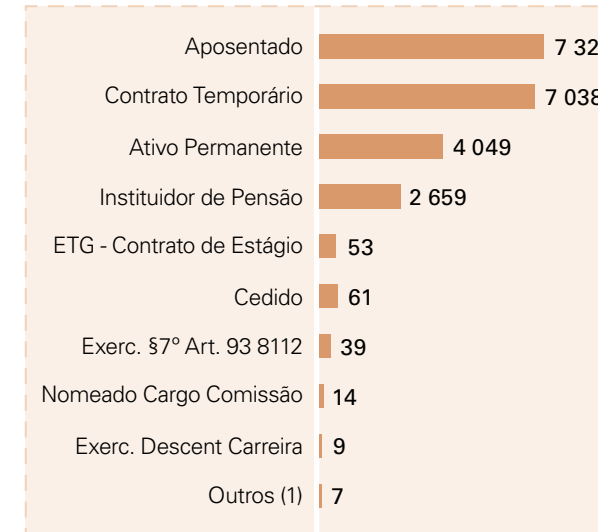
O Dimensionamento da Força de Trabalho - DFT é uma ferramenta de planejamento de gestão de pessoas que processa os dados qualitativos e quantitativos sobre as entregas realizadas por uma equipe, as características do pessoal que compõe a unidade e o contexto de trabalho. Embora seja mais conhecido por estimar o número ideal de pessoas em determinada área, esse instrumento tem como finalidade principal apoiar a gestão de pessoas e subsidiar o planejamento de políticas públicas.

Desde 2023, o IBGE tem trabalhado com o modelo referencial desenvolvido pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - MGI e, em 2025, realizou três ciclos do DFT: 1º semestre de 2024, 2º semestre de 2024 e 1º semestre de 2025. Cerca de 70% das unidades organizacionais concluíram os seus dimensionamentos.

Distribuição da força de trabalho

Em dezembro de 2025, o quadro de pessoal do IBGE era composto por mais de 10 mil colaboradores, contemplando servidores efetivos e temporários. Considerando também aposentados e pensionistas, o total de beneficiários da folha de pagamento ultrapassava 20 mil pessoas. A gestão de pessoas constitui, portanto, atividade estratégica fundamental para a instituição, consumindo mais de 80% de seu orçamento total.

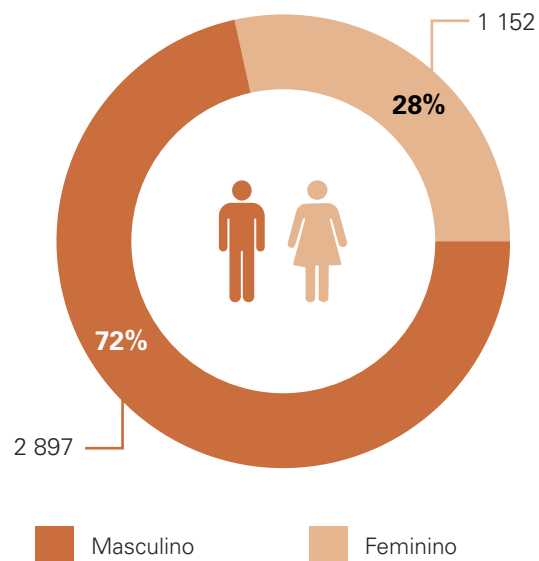
Número de colaboradores, por situação funcional



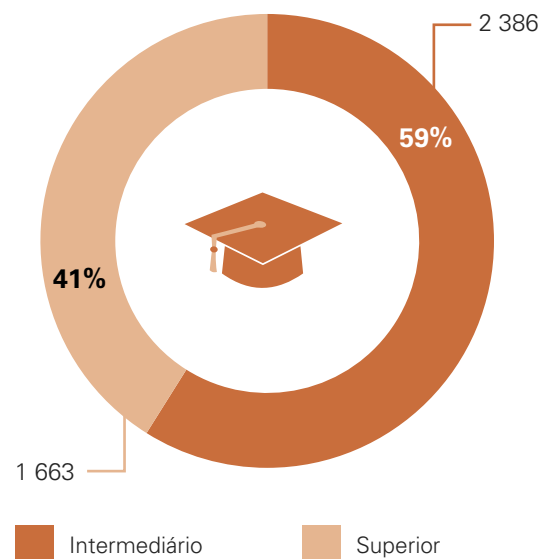
Fonte: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE, dez/2025.

(1) Considera as seguintes situações funcionais: Celetista, Exercício provisório e Cedido/Requisitado.

Gênero dos servidores efetivos



Nível do cargo



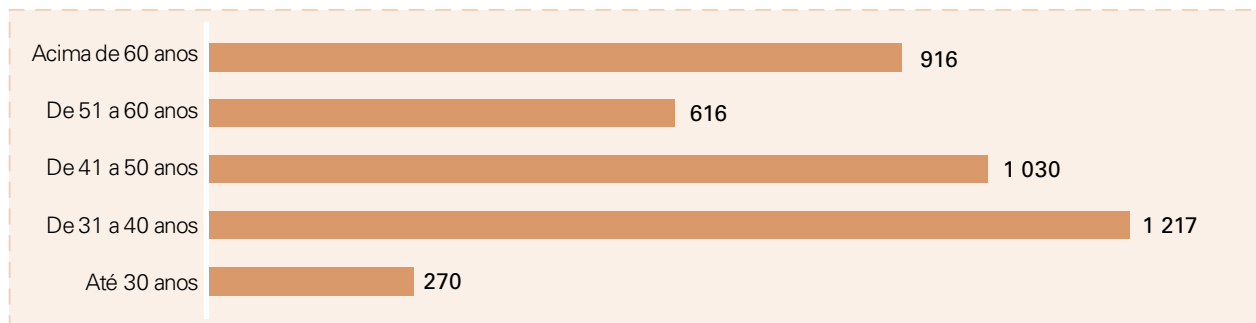
Distribuição dos servidores efetivos por etnia

Etnia	Servidores
Total	4 049
Branca	2 420
Parda	1 306
Preta	241
Amarela	78
Indígena	4


233
servidores efetivos
com deficiência



Faixa etária dos servidores



22%
dos servidores recebem
abono permanência e
podem se aposentar a
qualquer momento

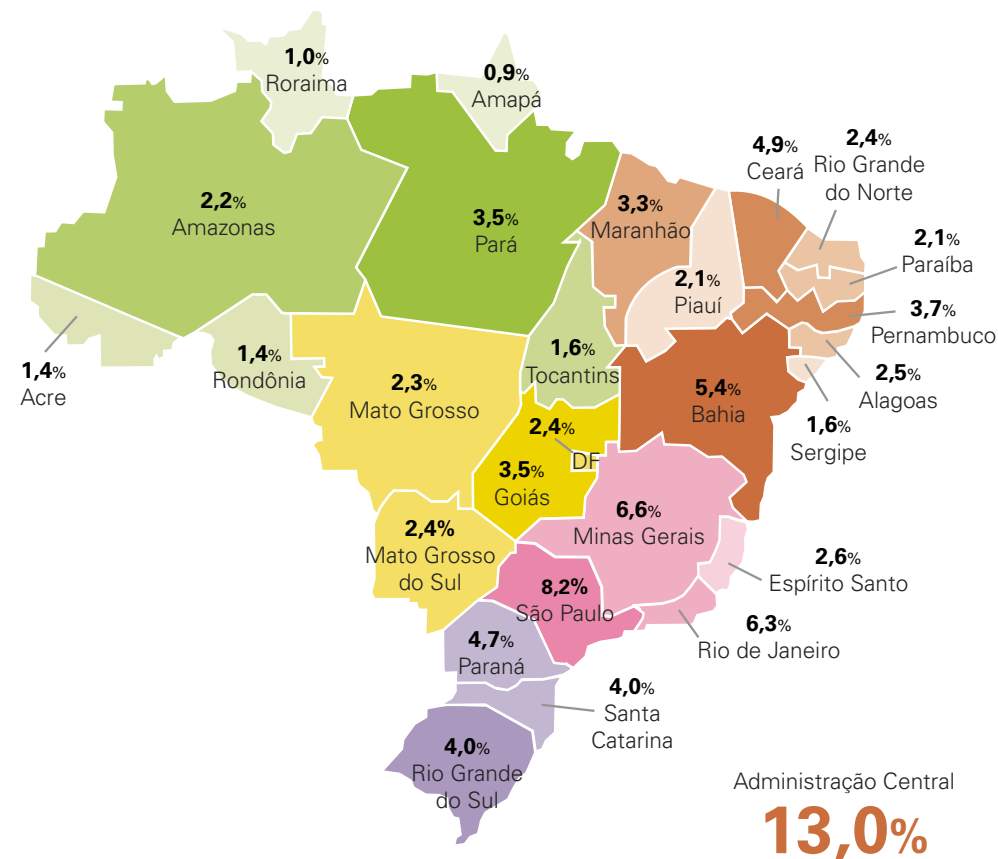


Fonte: SIAPE, dez/2025.

Quadro de servidores efetivos e contratados por Unidade da Federação

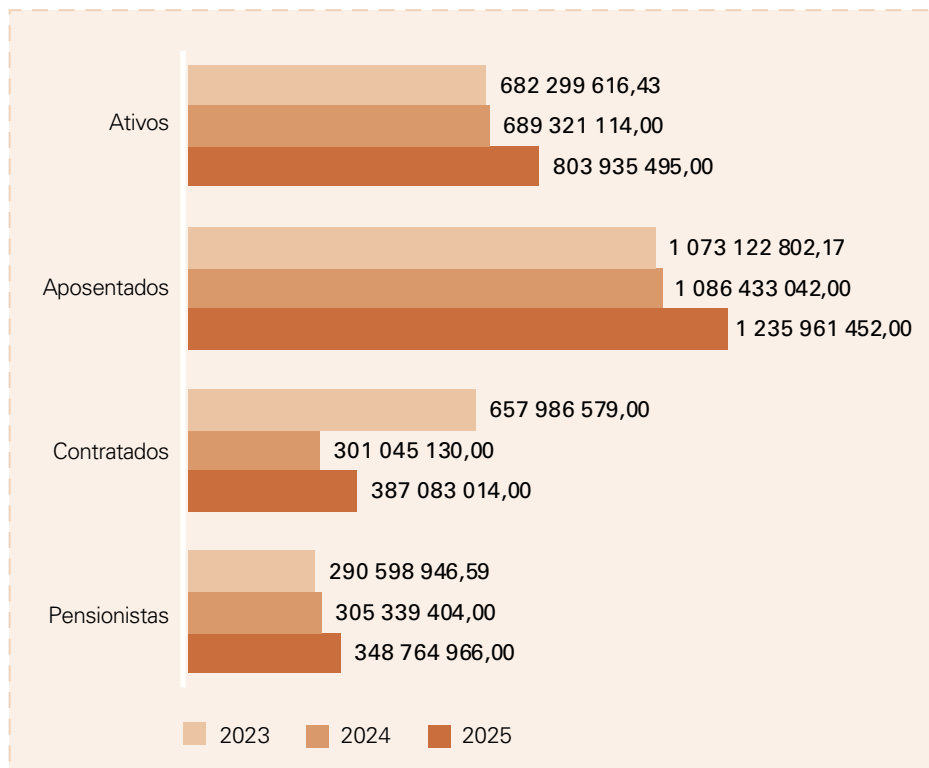
UF	Efetivos	Contratados Temporários	Total Geral	Percentual (%)
Total	4 049	7 038	11 087	100,0
Administração Central	1 204	236	1 440	13,0
Acre	27	133	160	1,4
Alagoas	65	210	275	2,5
Amazonas	49	190	239	2,2
Amapá	27	75	102	0,9
Bahia	229	374	603	5,4
Ceará	142	400	542	4,9
Distrito Federal	87	183	270	2,4
Espírito Santo	66	221	287	2,6
Goiás	116	268	384	3,5
Maranhão	91	270	361	3,3
Minas Gerais	283	448	731	6,6
Mato Grosso do Sul	77	188	265	2,4
Mato Grosso	60	195	255	2,3
Pará	114	277	391	3,5
Paraíba	76	161	237	2,1
Pernambuco	124	286	410	3,7
Piauí	69	164	233	2,1
Paraná	156	367	523	4,7
Rio de Janeiro	163	539	702	6,3
Rio Grande do Norte	74	186	260	2,4
Rondônia	30	125	155	1,4
Roraima	19	92	111	1,0
Rio Grande do Sul	153	289	442	4,0
Santa Catarina	134	313	447	4,0
Sergipe	49	124	173	1,6
São Paulo	326	583	909	8,2
Tocantins	39	141	180	1,6

Fonte: SIAPE, dez/2025.



Detalhamento da despesa de pessoal

(R\$)



Fonte: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE, dez/2025.

As despesas com servidores ativos e aposentados aumentaram de 2024 para 2025 devido aos reajustes salariais concedidos em 2025. Ainda cabe mencionar que a redução nos gastos com contratados de 2023 para 2024 é resultado da conclusão do Censo Demográfico.

Estratégias para alavancar o desempenho

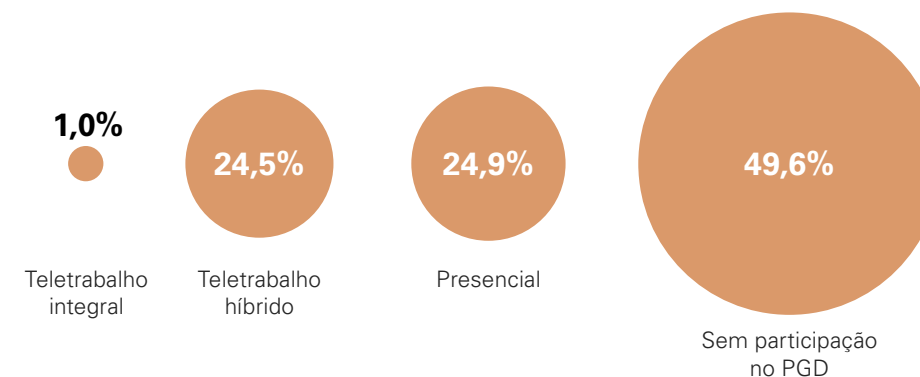
Programa de Gestão de Desempenho - PGD

O Programa de Gestão de Desempenho - PGD integra o portfólio de projetos estratégicos do **Plano Estratégico do IBGE 2022-2025**, vinculado ao Objetivo Estratégico 8, que trata do fortalecimento da governança de pessoas. Em 2025, o Instituto alcançou avanço relevante com a implementação operacional do **Sistema PETRVS**, que viabilizou a consolidação do PGD 2.0, conforme normativos vigentes.

A nova plataforma substituiu ferramentas anteriores, oferecendo visão integrada dos planos de trabalho, entregas, indicadores e modalidades laborais, com maior transparência, eficiência e controle gerencial. A integração automática com o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE assegura consistência cadastral e apoio à tomada de decisão.

Ao final de 2025, **50,4% dos servidores elegíveis participavam do PGD**, mantendo-se a consolidação do regime de trabalho híbrido como política institucional.

Participação no PGD, por modalidade



Fonte: Sistema de Dados Administrativos - SDA, dez/2025.

Capacitações e treinamentos

É importante mencionar a realização de uma turma do curso "Programa de Desenvolvimento das Lideranças nas Agências - Educação a distância (PDLag EAD)", com capacitação de **119 servidores**.

Destaca-se também a realização do **Programa de Integração dos Novos Servidores - PINS**, com os seguintes eventos:

- webinários para sensibilização dos gestores;
- eventos presenciais para recepção dos novos servidores; e
- webnários com conteúdos administrativos (Recursos Humanos, Orçamento e Finanças e Recursos Materiais) com novos servidores lotados nas agências.

Além disso, foram realizados cinco webinários em comemoração ao Dia do Servidor Público, nas seguintes temáticas:

1. Uma jornada de Autocuidado, Consciência e Empoderamento Feminino;
2. Reinvente sua rotina: planejamento e hábitos para uma nova vida;
3. Outubro Rosa: Caminhos para o autocuidado;
4. Nutrição Ocupacional; e
5. Educação Financeira.

Levantamento de necessidade de capacitação

Em conformidade com a **Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas**, foi elaborado o **Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP 2025**, contemplando **211 necessidades de capacitação**.

Estratégias de valorização dos servidores

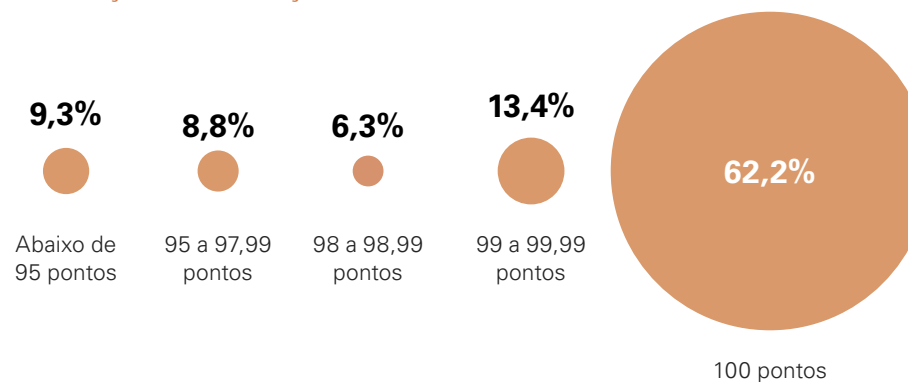
Avaliação de desempenho

A avaliação de desempenho dos servidores ocorre semestralmente e subsidia o pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade em Pesquisa, Produção e Análise, Gestão e Infraestrutura de Informações Geográficas e Estatísticas - GDIBGE, bem como a homologação do estágio probatório e as progressões funcionais. Em 2025, a média geral das avaliações individuais foi de **98,39 pontos**, indicando elevado nível de desempenho institucional.

Observou-se forte concentração nas faixas superiores: 62,2% das avaliações atribuíram nota máxima e 75,6% ficaram acima de 99 pontos. Apenas 9,3% das avaliações situaram-se abaixo de 95 pontos, percentual reduzido frente ao total analisado.

Os resultados evidenciam estabilidade, qualidade e reconhecimento contínuo do desempenho, em consonância com a legislação e regulamentação interna vigente.

Distribuição das avaliações



Fonte: Sistema de Dados Administrativos - SDA, dez/2025.



Promoções e Progressões Funcionais em 2025

Nível	Deferidas	Indeferidas (1)
Intermediário	876	34
Superior	600	31

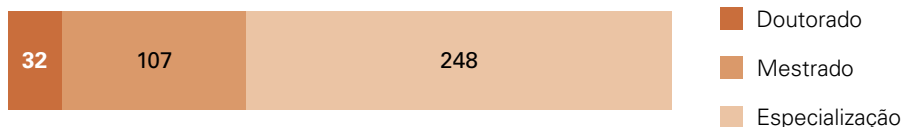
Fonte: SIAPE, dez/2025.

(1) Não atendiam aos requisitos legais.

Retribuições por titulação e gratificação de qualificação

Em 2025, foram deferidos **407 requerimentos de Gratificação de Qualificação - GQ**, aplicável aos cargos de nível intermediário; e **387 requerimentos de Retribuição por Titulação - RT**, aplicável aos cargos de nível superior. A quantidade de concessões requeridas foi muito superior que 2024 em decorrência do ingresso de centenas de novos servidores. A seguir são apresentadas as distribuições por tipo e nível:

Concessão de Retribuição por Titulação



Concessão de Gratificação de Qualificação



Fonte: SIAPE, dez/2025.

Principais desafios e ações futuras

Processos Seletivos Simplificados

Os principais desafios estão relacionados à baixa atratividade dos salários de determinadas funções, o que tem resultado em um número reduzido de inscritos em algumas localidades. Soma-se a esse cenário a alta taxa de rotatividade dos temporários, principalmente para aquelas funções com salários mais baixos, o que tem exigido a realização de sucessivos processos seletivos complementares. Essa situação impõe demanda de trabalho adicional às equipes das agências, que já possuem alta carga de trabalho.

Com o objetivo de tornar os editais mais atrativos e elevar a taxa de permanência dos servidores temporários, está previsto um estudo aprofundado sobre o perfil desses profissionais no âmbito do IBGE.

Processos internos

Em relação ao processo seletivo para função comissionada de Superintendente Estadual, destacam-se como desafios importantes a necessidade de investir continuamente no desenvolvimento da equipe responsável pela seleção, fortalecendo suas competências em técnicas de seleção e avaliação; e a necessidade de diversificação dos métodos de seleção, especialmente porque muitos candidatos participam repetidamente desses processos, o que exige abordagens mais complexas e sensíveis. Outro ponto essencial, é fortalecer a credibilidade do processo junto ao corpo funcional do IBGE.



Relacionamento e comunicação

Disseminação e comunicação

O relacionamento com a sociedade pode ser entendido como a conexão, articulação, difusão e oferta de informações estatísticas e geocientíficas para o amplo e diversificado conjunto de usuários que utiliza as informações produzidas, disseminadas e divulgadas pelo IBGE.

Canais do IBGE com a sociedade

Para manter e assegurar esse relacionamento, o IBGE possui diversos canais de comunicação com a sociedade:



Portal do IBGE 
www.ibge.gov.br

Onde são disponibilizados os resultados das pesquisas em páginas dinâmicas, arquivos para *download* e bancos de dados para consultas.




Atendimento à imprensa 
comunica@ibge.gov.br

Para subsidiar o trabalho da imprensa, esse canal é utilizado para realizar atendimentos a jornalistas, enviar avisos de pautas, convocar entrevistas coletivas e individuais, distribuir *releases* e notícias. É utilizado, também, para coordenar divulgações sob embargo com as 27 Superintendências Estaduais.



Atendimento presencial

Realizado nas capitais, por meio das Seções de Disseminação de Informações. Para ter acesso aos endereços, [clique aqui](#) .




Atendimento telefônico
0800-721-8181

Informações rápidas são fornecidas por meio de *call center*.



Atendimento por formulário eletrônico

Formulário disponível na seção **Canais de Atendimento**  do Portal do IBGE.



Atendimento ao informante respondendo 
respondendo.ibge.gov.br

O canal **Respondendo ao IBGE** é destinado aos informantes para tirar dúvidas e verificar a identidade do entrevistador.



Fala.BR 
<https://falabr.cgu.gov.br>

Canal integrado para encaminhamento de manifestações (acesso à informação, denúncias, reclamações, solicitações, sugestões, elogios e simplifique) a órgãos e entidades do poder público.



Biblioteca 
biblioteca.ibge.gov.br

Todo o acervo institucional pode ser pesquisado no canal Biblioteca, onde também é possível realizar o *download*.



Loja Virtual 
loja.ibge.gov.br


Comercialização de produtos do IBGE e *download* das publicações.



Agência IBGE Notícias 
agenciadenoticias.ibge.gov.br

Oferece conteúdo jornalístico multimídia a partir dos dados produzidos pelo IBGE, a fim de ampliar e facilitar o acesso da sociedade à informação.



Minuto IBGE 
agenciadenoticias.ibge.gov.br/minuto-ibge.html

Programa de rádio semanal, disponibilizado gratuitamente para emissoras de todo o País.



IBGE Digital 
www.ibge.gov.br/ibge-digital.html

Reúne todas as formas de comunicação, incluindo textos, vídeos, coberturas *on-line* de ações ou eventos/encontros/seminários/oficinas do IBGE.



IBGEeduca 
educa.ibge.gov.br

O IBGEeduca é o Portal do IBGE voltado para a educação, com conteúdos atualizados e lúdicos sobre o Brasil.

Quantitativo de atendimentos



Casa Brasil IBGE

Em 2025, o IBGE inaugurou quatro novas unidades da **Casa Brasil IBGE** :

- Casa Brasil IBGE COP, em Belém (PA);
- Casa Brasil IBGE, em Juiz de Fora (MG);
- Casa Brasil IBGE Ceará, em Fortaleza (CE); e
- Casa Brasil IBGE Bahia, em Salvador (BA).

Somadas às já existentes no Rio de Janeiro (RJ) e em Recife (PE), sendo esta última denominada Casa Brasil IBGE Sudene, o IBGE passou a contar com **seis unidades em funcionamento**.

A Casa Brasil IBGE é um espaço aberto à visitação pública, de memória e tecnologia, que reúne informações das várias áreas do IBGE nos contextos do passado, presente e futuro, sendo também um local que sedia a divulgação de resultados de pesquisas, lançamentos de publicações e oficinas temáticas para disseminar o aprendizado sobre o acesso aos dados e informações das plataformas digitais do IBGE.

Em 2025, foram realizados 17 eventos e publicados 3 números da **Revista Casa Brasil IBGE** , um produto com o objetivo de funcionar como ponte de disseminação de informações, reunindo memória e tecnologia, em formato digital e impresso.

IBGEeduca

O **IBGEeduca** é o canal do IBGE voltado para a educação, com conteúdos atualizados e lúdicos sobre o Brasil. Além das informações disponibilizadas para educadores e alunos, promove oficinas e eventos, contando com a parceria das Superintendências Estaduais, por meio de suas Seções de Disseminação de Informações - SDIs, na difusão do projeto em âmbito regionalizado.

Ao longo de 2025, foram realizadas 230 postagens no *site* do IBGEeduca, 90 postagens nas redes sociais, elaboração de oito produtos, nove participações em eventos e organização de oficinas que atenderam mais de 2 000 crianças e jovens em todo o País.

Houve o lançamento do primeiro volume da coleção “Ciências – quem é você?,” com o livro “**Mineral**” . Outra ação de destaque foi a parceria com a Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE na Competição Internacional de Pôsteres Estatísticos – Etapa Brasil. Evento promovido pela International Statistical Literacy Project - ISLP. É um projeto de incentivo ao letramento estatístico da International Association for Statistical Education - IASE, associação do International Statistical Institute - ISI. O IBGEeduca foi responsável pela divulgação, hospedagem do *hotsite* com informações e inscrições, além da organização e gerenciamento da iniciativa.

Mídias sociais

Em 2025, a divulgação dos dados do Censo Demográfico de 2022 ocupou grande espaço nas redes sociais oficiais do IBGE, especialmente no Instagram Stories. O destaque foi o lançamento do *site Nomes no Brasil*, também baseado no Censo, que obteve ampla repercussão nas mídias sociais e tradicionais, alcançando **5 milhões de acessos na primeira semana**.

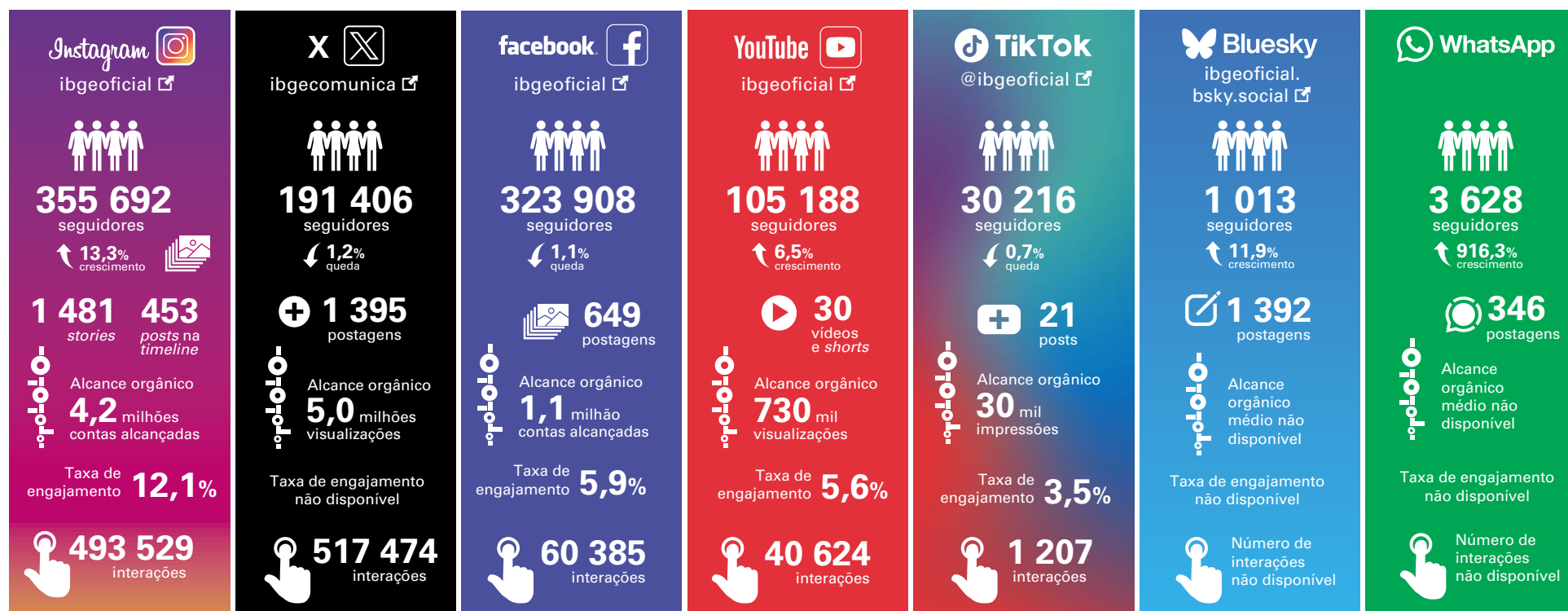
Em junho, no Triplo Fórum Internacional da Governança do Sul Global, realizado em Fortaleza (CE),

o IBGE lançou um **mapa-múndi invertido, com o Brasil no centro**, desafiando a visão tradicional Norte-Sul. O mapa ganhou versões exibidas nas Casas Brasil IBGE e em grandes eventos, como a COP 30 em Belém (PA) e a CONFEST/CONFEGE em Salvador (BA).

Os processos seletivos do IBGE geraram grande engajamento nas mídias sociais. Em 2025, foram concluídas as etapas finais do primeiro Concurso Público Nacional Unificado - CPNU, com mais de

900 candidatos aprovados. Além disso, em novembro foi lançado um processo seletivo simplificado para contratar cerca de 10 mil profissionais nas funções de Agente de Pesquisas e Mapeamento - APM e Supervisor de Coleta e Qualidade - SCQ, um dos maiores já promovidos pelo Instituto.

A seguir, apresenta-se um **infográfico** com os números do desempenho do IBGE nas redes sociais no ano de 2025 e a comparação em relação à performance de 2024.



Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD

No período de abril a dezembro de 2025, foram realizadas nove reuniões do **Comitê de Adequação do IBGE à Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD**.

Dentre essas, três foram especificamente destinadas ao atendimento de consultas formuladas por servidores do Instituto, com destaque para orientação junto ao teste piloto da Pesquisa Nacional de Saúde - PNS 2026.

Destacam-se, ainda, a elaboração de recursos educacionais voltados à disseminação da cultura de proteção de dados e o planejamento de um webinar que será apresentado aos servidores do IBGE, com foco na sensibilização e no esclarecimento de aspectos práticos da LGPD.

Satisfação dos Usuários

A **Pesquisa de Satisfação dos Usuários** aconteceu no período de 18 de agosto a 24 de setembro de 2025 e teve por base um questionário desenhado para obter conhecimento mais detalhado e orientado acerca dos canais, sites e ferramentas mais utilizados pelos usuários. A pesquisa objetivou, também, o conhecimento das necessidades e o nível de satisfação em relação aos produtos e serviços oferecidos pelo IBGE. Foram 3 276 respondentes.

Cabe destacar que, em 2025, o Portal do IBGE registrou 133 631 237 usuários, **representando um aumento de 46,7% em relação ao ano anterior** (91 075 054 usuários).

O que você procura no portal? (1)



- 54,3%** Informações gerais sobre Cidade, Estado ou Brasil
- 50,6%** Mapas
- 47,9%** Outras informações geocientíficas
- 41,8%** Informações de população
- 40,0%** Informações econômicas
- 39,5%** Outras informações de estatística
- 29,7%** Oportunidades de trabalho / concursos
- 17,8%** Outros

Com qual grupo de usuário você mais se identifica?



- 37,6%** Profissionais de empresas privadas / profissionais liberais
- 24,1%** Pesquisadores / acadêmicos / professores
- 16,9%** Servidores públicos
- 15,5%** Estudantes
- 5,9%** Outros

A nota média de satisfação dos usuários com o IBGE foi

8,30
numa escala de 1 a 10.

Canais de atendimento Nível de satisfação	Nível de satisfação				
	Muito insatisfeito	Pouco insatisfeito	Neutro	Pouco satisfeito	Muito satisfeito
• 0800	10,2%	12,0%	10,2%	24,7%	42,8%
• Formulário eletrônico (Fale Conosco)	10,0%	5,4%	13,8%	24,5%	46,3%
• Redes sociais	2,3%	4,1%	17,0%	24,0%	52,6%
• Outra forma de contato	5,8%	4,2%	14,2%	20,4%	55,4%

Fonte: Pesquisa de Satisfação dos Usuários, 2025.

(1) O questionário permite a marcação de mais de uma categoria na resposta, por isso a soma dos percentuais ultrapassa 100%.

Eventos realizados

Em 2025, foram realizados **50 eventos**, dentre os quais se destacam:

- Celebração do aniversário de 89 anos do IBGE, na Reserva Ecológica do Roncador - RECOR, em Brasília (DF);
- 3º Encontro Nacional dos Servidores, também em Brasília (DF);
- Triplo Fórum Internacional da Governança do Sul Global, em Fortaleza (CE);
- Caravanas Federativas realizadas em Olinda (PE), Natal (RN), São Luís (MA) e Foz do Iguaçu (PR);
- Conferência Nacional dos Agentes Produtores e Usuários de Dados - CONFEST/CONFEGE, em Salvador (BA);
- Evento comemorativo dos 50 anos da RECOR; entre outros.

Inserção internacional

O IBGE colaborou com outros países na produção estatística e geocientífica e manteve interlocução com sistemas de produção de informações

dessa natureza, obtendo destaque no cenário internacional, pela conservação de diálogo com instituições afins e pela ocupação de posições de relevo em organismos internacionais, conforme infográfico abaixo.



* Saiba mais em: <https://brics.br/pt-br/sobre-o-brics>.

** Saiba mais em: <https://www.mercosur.int/pt-br/sobre-o-mercosul/o-que-e-o-mercosul>.

Entre os eventos que contaram com a representação do IBGE, destacam-se:

- 56ª Reunião da Comissão de Estatísticas das Nações Unidas, em Nova Iorque;
- 13ª Reunião da Conferência Estatística das Américas, em Santiago;
- 73ª sessão plenária da Conferência dos Estatísticos Europeus, em Genebra;
- 22ª Reunião do Comitê de Estatísticas e Políticas Estatísticas da OCDE;
- 15ª Sessão do Comitê de Especialistas das Nações Unidas em Gestão Global da Informação Geoespacial; e
- 65º Congresso Mundial de Estatística.

O IBGE também colaborou ocupando ativamente diversas funções em Grupos de Trabalho, incluindo grupos para cada um dos 17 ODS e 13 grupos da Conferência Estatística das Américas, ocupando posição de destaque nos seguintes:

- Grupo de Especialistas das Nações Unidas sobre a Integração de Informação Estatística e Geoespacial – Co-Presidência;
- Comitê Regional das Nações Unidas sobre Gestão Global da Informação Geoespacial - UN-GGIM: Américas – Vice-presidência;
- Grupo para Diagnóstico marco amostral para pesquisas Agrícolas da Conferência Estatística das

Américas - CEA da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL – Coordenação;

- Comissão de Cartografia do Instituto Pan-americano de Geografia e História - IPGH – Presidência;
- Grupo de Chefes de INE do BRICS – Secretaria;
- Reunião Especializada de Estatística do MERCOSUL – Secretaria;
- Centro de Referência na África para Coleta Eletrônica de Dados – Comitê Técnico e Comitê Gestor; e
- Divisão dos Países de Língua Portuguesa do UN-GEEN – Presidência.

Além da execução de acordos vigentes, com destaque para o Centro de Referência na África para Coleta Eletrônica de Dados e o *Hub* Regional para *Big Data*, foram assinados novos acordos com as seguintes instituições:

- Fundo de População das Nações Unidas;
- Academia de Estudos Contemporâneos da China e do Mundo;
- Universidade Normal de Hebei da China;
- Instituto Nacional de Estatísticas da Indonésia;
- Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais; e
- ONU-Habitat.

Relações institucionais

Ampliar e fortalecer as relações institucionais é fundamental para o cumprimento da missão institucional do IBGE, o que se dá mediante cooperação técnica, intercâmbio de conhecimentos em diversas áreas, rede de apoio e parcerias para as operações de coleta, troca de informações e divulgação das pesquisas e levantamentos.

Em 2025, houve **ampliação de 9%** de parcerias com órgãos públicos federais, estaduais, municipais, organizações nacionais e internacionais, perfazendo um total de **154 instrumentos em vigor**, destacando-se as seguintes:

Parcerias institucionais

- **Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais - CLACSO:** Intercâmbio acadêmico, parcerias de pesquisa, circulação de docentes e estudantes, desenvolvimento de projetos internacionais e maior visibilidade para a pós-graduação da ENCE, fortalecendo sua atuação como instituição estratégica do IBGE.
- **Divisão de Estatísticas da ONU:** *Hub* Regional da ONU para *Big Data* no Brasil está sediado na ENCE. O projeto tem como objetivo contribuir para o avanço no uso de *Big Data* para melhorar a produção de estatísticas oficiais, promovendo o compartilhamento de conhecimento e o desenvolvimento de iniciativas inovadoras na América Latina e Caribe.

- **United Nations Group of Experts on Geographical Names - UNGEGN e United Nations Global Geospatial Information Management - UN-GGIM:** Atuação internacional, no âmbito da ONU, com liderança na área de nomes geográficos - UNGEGN e nas áreas de integração de informações geoespaciais com estatísticas e centro de excelência em geodésia - UN-GGIM.
- **Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA:** Cooperação para a instalação, operação e manutenção de estação ligada à Rede Maregráfica Permanente para Geodésia - RMPG.
- **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA:** Cooperação para a realização de intercâmbio de dados e informações sobre o meio rural, suas dinâmicas e articulações no espaço brasileiro; para o acesso aos sistemas de informações e de gestão; para programas do INCRA relativos à reforma agrária e regulação fundiária, comunidades remanescentes de quilombo e propriedades rurais; e para ações conjuntas visando o planejamento e a consolidação da Base Territorial do IBGE relacionados aos Territórios das Comunidades Remanescentes de Quilombos e as agrovilas dos Projetos de Assentamento.
- **Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS:**
 - Cooperação voltada à geração de informações sobre pobreza, desigualdade e segurança alimentar, com aplicação da Escala

Brasileira de Insegurança Alimentar - EBIA na Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF6.

- Parceria para inclusão e aprimoramento do tema “Cuidados e Uso do Tempo” nas estatísticas nacionais, com reformulação do módulo de Outras Formas de Trabalho da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua e teste de Uso do Tempo na POF.
- **Ministério da Saúde - Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição - CGAN:** Cooperação para desenvolvimento do Programa Nacional de Alimentação e Nutrição, com coleta de dados sobre consumo alimentar pessoal - POF7, fortalecendo o Sistema Único de Saúde - SUS.
- **Ministério da Cultura - MinC:** Aplicação do Suplemento de Cultura na Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC e na Pesquisa de Informações Básicas Estaduais - ESTADIC, visando monitorar e fomentar políticas culturais.
- **Ministério da Igualdade Racial - MIR:** Divulgação dos resultados do Censo Demográfico 2022 com desagregação por cor ou raça e população quilombola.
- **Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio:** Cooperação para atualização dos dados de famílias de Unidades de Conservação - UC Federais e o avanço da metodologia para a produção de resultados censitários por UC, para o planejamento

das próximas operações censitárias do IBGE (interoperabilidade de bases e compartilhamento de insumos, sensibilização de equipes e habitantes das UCs Federais), e para disseminação do resultado do Censo Demográfico 2022 e planejamento das próximas atividades censitárias sobre povos e comunidades tradicionais, visando sua caracterização socioeconômica e inclusão em políticas públicas.

- **Confederação Nacional dos Municípios - CNM:** Intercâmbio de endereços para o Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos - CNEFE.
- **Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos - FNP:** Apoio às pesquisas e operações censitárias.
- **Portal SíndicoNet:** Apoio na aproximação a condomínios de difícil acesso.

Acompanhamento legislativo

Em 2025, o IBGE acompanhou proposições legislativas com impacto na produção estatística e geocientífica e em sua estrutura administrativa, incluindo pautas administrativas e projetos de amplo alcance social voltados aos Censos Demográficos.

Destaca-se o monitoramento técnico de matérias sobre saúde, vulnerabilidade social e critérios de vulnerabilidade municipal, que permitiu antecipar demandas e subsidiar as diretorias técnicas com informações estratégicas em tramitação no Congresso Nacional.

Paralelamente, a agenda de visitas parlamentares fortaleceu as relações institucionais com o Poder Legislativo, contribuindo para apoio político, especialmente em favor da alocação orçamentária para a realização do 12º Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola.

Projeto ODS

O IBGE lançou o *Caderno de Saúde* e a 2ª edição do *Caderno de Mapas* da Série *Criando Sinergias entre a Agenda 2030 e o G20*, em português e inglês. Também lançou a publicação *Reflexões sobre a Agenda 2030: os 10 anos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*.

Em dezembro de 2025 foram alcançados 155 indicadores para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, a grande maioria disponibilizada na Plataforma ODS Brasil, sendo divulgadas as experiências no portal de boas práticas da ONU.

Houve participação do IBGE no Grupo Técnico para elaboração do Relatório Nacional Voluntário de 2026 e das oficinas de definição dos indicadores para o ODS 18 (Equidade Étnico-Racial), como órgão de assessoramento técnico da Comissão Nacional para os ODS.

Entre as participações internacionais do IBGE, relativas aos ODS, estão:

- Condução, como *co-chair*, do Grupo Interagências e de Especialistas em Indicadores ODS (incluindo evento paralelo virtual na 56ª Sessão da Comissão Estatística e a 16ª Reunião, em Kitakyushu);
- 24ª Reunião do Comitê Executivo da Conferência de Estatística das Américas (virtual); e
- Primeiro *Workshop* Global sobre Relatórios Nacionais Voluntários 2026 Baseados em Evidências, em Roma.



Tecnologia da informação

Conformidade legal

A gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC foi realizada por meio do **Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTI** [↗](#), cuja última edição correspondeu ao **PDTI 2023–2024**. Apesar da vontade técnica e da necessidade de organização e formalização de versão atualizada desse documento, o IBGE teve seu planejamento geral comprometido, ao longo de 2025, em razão da baixa previsibilidade financeiro-orçamentária necessária ao cumprimento de seus projetos, desde os mais simples até os mais complexos, como o 12º Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola.

A organização do PDTI seguiu as determinações e melhores práticas do Órgão Central do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Governo Federal, atualmente a Secretaria de Governo Digital do MGI, bem como as orientações da Controladoria-Geral da União - CGU, do TCU e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República - GSI/PR.

Modelo de Governança de TIC

O **Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação - CTIC**, responsável pela elaboração

do PDTI do IBGE, atuou no aprimoramento da gestão de TIC, por meio de reuniões regulares de avaliação das necessidades, nas quais é apresentado documento de oficialização de solicitações de tecnologia da informação pelas Diretorias ou Coordenações-Gerais. Esse fluxo proporcionou maior visibilidade às **21 demandas de projetos de TIC** que foram apresentadas ao Comitê permitindo identificar interseções e relações entre projetos novos e já existentes.

Além disso, o CTIC atuou no fortalecimento da **Política de Segurança da Informação e Comunicações do IBGE - Posic 2023** [↗](#), com revisões a cada quatro anos ou quando necessário, e na atualização em andamento da **Política de Governança de Dados**, que passará a incluir seções específicas de Inteligência Artificial - IA e de Inteligência de Negócios (*Business Intelligence* - BI).

O PDTI apresentou uma relação dos pedidos de investimento classificados pelo CTIC como aderentes aos objetivos estratégicos do Instituto e coerentes com as políticas do IBGE, nessa área, contribuindo para a padronização e para o uso eficiente dos recursos. Ademais, a **Estratégia Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação do IBGE - EGTI 2023-2024** [↗](#) também não pôde ser atualizada em razão das restrições financeiro-orçamentárias impostas ao Instituto.

Recursos aplicados em TIC

As aquisições de tecnologias realizadas em 2025 foram impactadas pelas restrições financeiras e orçamentárias vigentes no período, o que levou à priorização do pagamento dos contratos de manutenção, serviços e pessoal. Ainda assim, ocorreram atrasos nesses pagamentos com desgaste significativo para a imagem do IBGE no mercado de TIC, resultando em elevados índices de retrabalho administrativo em processos de aquisição e licitações. A instabilidade do fluxo de caixa e a imprevisibilidade nos cronogramas de desembolso elevaram o risco nas relações com os fornecedores. Esse cenário culminou na rescisão de contratos críticos e na necessidade de abertura de novos processos licitatórios, ocasionando ineficiência e descontinuidade na prestação de serviços.




Positivamente, o IBGE concluiu o registro de preços para aquisição dos **aproximadamente 36 000 tablets** destinados à coleta do 12º Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola. No final do ano, tendo obtido retorno positivo do governo federal quanto à execução dessa pesquisa, o Instituto adquiriu um primeiro lote de 1 000 unidades para realização dos testes-piloto ocorridos em dezembro de 2025 e previstos para prosseguir em 2026.

Recomenda-se fortemente o aporte de recursos para a aquisição de bens de tecnologia - como com-



putadores, *laptops*, equipamentos servidores e serviços variados - e para a contratação de pessoal terceirizado para apoio às ações de desenvolvimento de sistemas de suporte técnico. Tal medida é essencial para evitar a obsolescência tecnológica imposta pelo tempo e para oferecer as melhores ferramentas de trabalho, estimulando a melhoria dos processos e aprimorando a entrega do IBGE à sociedade brasileira e à comunidade internacional.

Principais iniciativas e resultados na área de TIC

- Consolidação do modelo de avaliação de projetos que utilizem TICs no âmbito do CTIC;
- Manutenção e avanço nas metas e tratativas do Plano de Transformação Digital demandado pelo MGI;
- Ampliação do uso de metodologia ágil para desenvolvimento de sistemas;
- Avanço no uso de *machine learning* para codificação dos dados de pesquisas do IBGE;
- Suporte e apoio às publicações dos resultados do Censo Demográfico 2022, por meio das ferramentas: **Plataforma Geográfica Interativa - PGI** , **Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA**  e do **Sistema de Metadados** 
- Manutenção do projeto de expansão do uso de arquitetura de *containers* para aplicações e sis-

temas, visando maior resiliência do ambiente computacional;


- Conscientização de Segurança da Informação com uso de vídeos de instrução institucionais;
- Conscientização sobre o uso de Inteligência Artificial com uso de vídeo institucional;
- Realização de Seminários de Ciência de Dados para disseminação das iniciativas;
- Construção da 1ª iniciativa de uso de *chatbot* institucional - IARH;
- Expansão do uso de registros administrativos, principalmente para atender ao 12º Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola;
- Identificação de novas possibilidades de uso de registros administrativos;
- Avanço do uso em larga escala dos *desktops* virtuais - VDIs, mudando o patamar tecnológico do trabalho de analistas e pesquisadores que necessitam de recursos computacionais;
- Expansão de arquitetura tecnológica utilizada no Censo Demográfico 2022 para as pesquisas com modelo semelhante de coleta de dados;
- Planejamento e formalização de vários processos de aquisição para o 12º Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola, com destaque para a aquisição dos *tablets*;
- Desenvolvimento do aplicativo de coleta para o teste-piloto do 12º Censo Agropecuário, Flo-


restal e Aquícola, com a inclusão de diversas vertentes novas: indicadores, georreferenciamento e distribuição territorial;

- Desenvolvimento dos aplicativos para realização da Pesquisa Nacional de Saúde;
- Implantação do plano de comunicação, com definição clara dos formatos, fluxos e tempos em que as ações devem ocorrer;
- Implantação tecnológica e Integração dos sistemas administrativos com o Sistema Eletrônico de Informações - SEI, sistema estruturante do Governo Federal;
- Adequação à LGPD nos servidores de banco SQLSERVER e Postgres;
- Implementação de novo ambiente de proteção para as aplicações *web* com instalação, configuração e ajustes de políticas;
- Avanço na readequação do ambiente de segurança do IBGE para a realidade de trabalho remoto e baseado em portais/aplicativos para plataforma móvel;
- Revisão da Política de Governança de Dados com inclusões de temas como Inteligência Artificial e *Self Service BI* no IBGE;
- Suporte tecnológico para os novos servidores efetivos do IBGE; e
- Implantação de novo sistema de suporte ao PGD: Petrvs.



Segurança da Informação

O compromisso legal do IBGE em manter a privacidade do informante e o sigilo das informações prestadas, previsto na **Lei n. 5.534, de 14.11.1968** , torna indispensável a implementação de controles rígidos de segurança da informação e das comunicações, permitindo que possam ser desempenhadas as atividades que tratem os dados obtidos e as informações produzidas.

A Posic 2023, vigente no IBGE, considera, principalmente, três aspectos relacionados: (i) às restrições ao tratamento de dados previstas na LGPD; (ii) ao compartilhamento de dados na Administração Pública Federal, regulado pelo **Decreto n. 10.046, de 09.10.2019**  que impulsiona o uso dos registros administrativos; e (iii) à difusão do teletrabalho, a partir de 2020, que trouxe novos e grandes desafios à área de segurança da informação e comunicação. Essas novas vertentes exigem controles de segurança e proteção de dados adequados tanto para manter a conformidade legal com a LGPD e o Decreto n.10 046, de 09.10.2019, quanto para atender à realidade do trabalho remoto. O IBGE vem avançando na implantação e adaptação dos controles de segurança existentes.

Ações de conscientização foram disponibilizadas, ao longo de 2025, por meio de vídeos, matérias na intranet do IBGE, e-mails institucionais e descanso de tela nos *desktops*, com o objetivo de manter a atenção sobre o tema. A participação de todos os

servidores foi essencial para reduzir os riscos de ocorrência de eventos indesejados que pudessem comprometer a proteção dos dados do Instituto.

O Programa de Privacidade e Segurança da Informação - PPSI, coordenado pelo MGI, definiu um conjunto de ações a serem desenvolvidas e implantadas pelos membros do SISP com o objetivo de ampliar a segurança de suas informações e comunicações. O grau de cumprimento dessas ações determinou o índice de maturidade dos controles de segurança e privacidade. Podemos destacar que, em 2025, **o IBGE avançou em seus indicadores de maturidade**, obtendo a mesma nota (0,77) no indicador de segurança e no indicador de privacidade, numa escala de 0 a 1.

Principais desafios e ações futuras

- Planejamento dos recursos de TIC necessários às ações do IBGE, em especial, para as próximas operações censitárias;
- Aprimoramento da Plataforma ODS Brasil;
- Agilidade do processo de contratação de recursos de TIC (*hardware, software* ou serviços);
- Previsibilidade de orçamento para manter o funcionamento dos serviços oferecidos, licenças de *software*, recursos em nuvem, garantias de equipamentos, entre outros;

- Avanço no uso de tecnologias em nuvem em outras áreas, sendo desejável a criação de uma nuvem privada, para prover maior resiliência e autonomia ao IBGE;
- Implantação de novas soluções de IA para auxiliar os servidores na execução de suas atividades institucionais;
- Aprimorar a gestão de segurança da informação do IBGE;
- Aprimorar soluções de escalabilidade e disponibilidade de recursos computacionais e da rede de comunicação para atendimento aos sistemas e serviços do IBGE;
- Governança de dados: sensibilização para a internalização dos papéis, procedimentos e responsabilidades previstos na Política de Governança de Dados do IBGE; e
- Aprimorar o suporte aos usuários de tecnologia.



Logística

Gestão de licitações e contratos

Conformidade legal

O IBGE adota as melhores práticas para assegurar a conformidade normativa, buscando garantir o estrito cumprimento da legislação vigente, com destaque para a [Lei n. 14.133, de 01.04.2021](#).

As unidades do IBGE contam com a assessoria jurídica da Procuradoria Federal, seus servidores são frequentemente capacitados, além de serem orientados por normativos internos que regulamentam as contratações.

Adicionalmente, são adotados os modelos de artefatos disponibilizados pela Advocacia Geral da União - AGU, desenvolvidos em colaboração com a Secretaria de Gestão e Inovação - SEGES, e, especificamente para aquisições de TIC, aqueles elaborados pela Secretaria de Governo Digital - SGD, ambas vinculadas ao MGI.



Associação aos objetivos estratégicos

As contratações inseridas no [Plano de Contratações Anual do IBGE](#) estão intrinsecamente alinhadas às ações delineadas em seu Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS. Tais contratações fornecem as soluções necessárias para o alcance dos Objetivos Estratégicos da Instituição, com ênfase no Objetivo Estratégico 10 [“Fortalecer a governança de contratações e da sustentabilidade”](#).

Nas modalidades licitatórias empregadas, destaca-se que dos 68 pregões eletrônicos realizados, 17 foram homologados com a finalidade de registro de preços.

As contratações realizadas por dispensa de licitação, justificaram-se, em sua maioria, pela necessidade de atender a demandas pontuais e de pequeno vulto das diversas unidades do IBGE presentes em todo o Território Nacional. Tais procedimentos foram fundamentados, predominantemente nos incisos I e II do art. 75 da [Lei n. 14.133, de 01.04.2021](#).

No que tange às contratações por inexigibilidade de licitação, estas incluíram locações de imóveis realizadas ao longo do período.

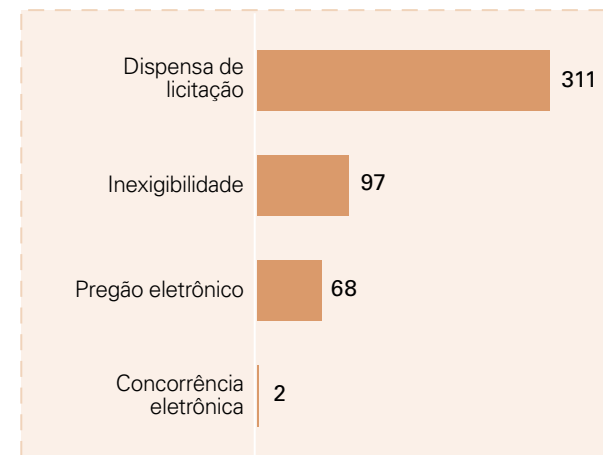
Contratações realizadas em 2025

478 contratações em 29 unidades contratantes* do IBGE, em 2025.

Houve uma **redução de aproximadamente 41,3%** nas contratações em relação a 2024, ainda reflexo da redução das contratações relacionadas ao Censo Demográfico 2022.

*Unidades Administrativas de Serviços Gerais - UASGs.

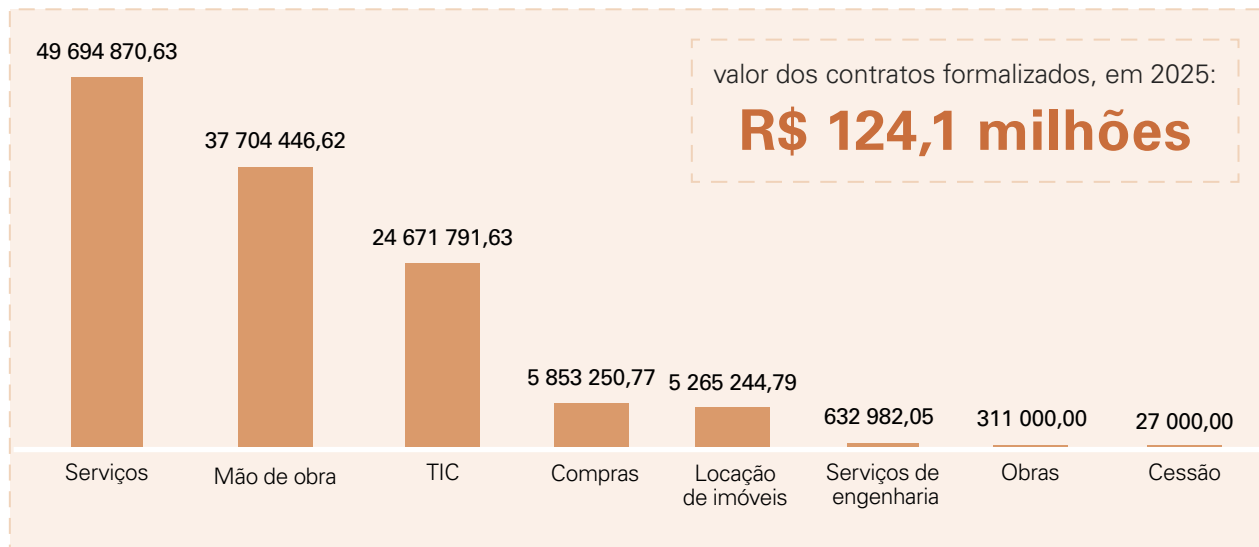
Modalidades de contratação



Fonte: Portal Nacional de Contratações Públicas, dez/2025.

Gastos por finalidade

(R\$)



Fonte: Contratos.gov.br, dez/2025.

Categorias contratuais que se destacaram em termos de valores, em 2025:

- TIC: representaram cerca de 20% do valor total dos contratos, ressaltando a importância da TIC como pilar para a modernização e a otimização dos serviços da Instituição.
- Serviços com mão de obra exclusiva: representaram aproximadamente 30% do valor total dos contratos, sendo indispensáveis para a manutenção da infraestrutura, o suporte administrativo e a execução de atividades com-

plementares que contribuem para o funcionamento da Instituição.

- Serviços sem mão de obra exclusiva: representaram em torno de 40% do valor total dos contratos, desempenhando um papel complementar importante para o funcionamento da Instituição por abranger uma vasta gama de necessidades.

Cabe esclarecer que todos os dados referentes aos valores contratuais passaram a ser extraídos e consolidados diretamente do sistema do Governo Federal [Contratos.gov.br](https://contratos.gov.br), visando otimizar a gestão e o acesso às informações.

Principais desafios e ações futuras

A abrangência nacional da atuação do IBGE implica uma diversidade de cenários e demandas que são gerenciadas por meio da gestão de licitações e contratos. Este processo é complexo e desafiador, considerando a carência de pessoal, o volume expressivo de processos de compras, a necessidade de otimização dos gastos e a robustez da legislação aplicável.

Para mitigar os desafios, torna-se imperativo aprimorar a governança das contratações, o planejamento, os mecanismos de controles internos e a padronização dos procedimentos, visando maior eficiência e transparência na gestão pública.

Gestão patrimonial e infraestrutura

Conformidade legal

Todas as unidades do IBGE atuam em conformidade com a legislação referente à gestão patrimonial na administração pública, tais como as [Leis n. 8.245, de 18.10.1991](#), [n. 14.133, de 01.04.2021](#), [n. 14.479, de 21.12.2022](#), [n. 12.305, de 02.08.2010](#), [Portaria ME n. 1.708, de 12.02.2021](#), os [Decretos n. 10.193, de 27.12.2019 \(bens imóveis\)](#) e [n. 12.785, de 19.12.2025](#) (bens móveis), [Instrução Normativa SEGES/ME n. 103, de 30.12.2022](#), bem como as normas internas do IBGE.

Principais investimentos de capital

Em 2025, o IBGE fez investimentos na aquisição de materiais permanentes com **2 083 bens** tombados e **valor total de R\$ 13 521 089,84**. A maior parte desse investimento atendeu demandas de infraestrutura de TIC, com **48,2% do valor total**.

Na distribuição dos tombamentos por Unidade de Tombamento, apresentada no quadro a seguir, percebe-se concentração na Administração Central, com **65,1% dos bens**, que corresponde a **93,1% do valor total**. Essa característica decorreu de aquisições centralizadas na Administração Central, com entregas nas Superintendências Estaduais. Com essa estratégia, foi possível a obtenção de ganhos de escala e melhores condições de fornecimento nas licitações.

Distribuição de tombamentos por unidade

Unidade de tombamento	Quantidade	Valor (R\$)
Total Geral	2 083	13 521 089,84
Administração Central	1 355	12 587 377,91
SES/AL	7	3 590,00
SES/BA	68	75 422,64
SES/CE	265	126 750,00
SES/ES	122	108 101,62
SES/MG	8	40 538,70
SES/PA	8	50 991,00
SES/PB	22	62 406,00
SES/PI	30	45 948,48
SES/RO	62	90 643,75
SES/RR	21	46 432,00
SES/RS	114	281 887,74
SES/SC	1	1 000,00

Fonte: SDA-Bens Móveis, 2025.

Desfazimento de ativos

Em 2025, foram registrados desfazimentos de bens diversos, com os totais apresentados no quadro a seguir.

Desfazimento de bens (dados consolidados)

Tipo	Quantidade	Valor Contábil Líquido (R\$)
Total Geral	68 455	37 756 417,12
Venda	6	88 792,07
Doação	63 871	36 072 844,38
Perda Total	769	447 574,09
Vazadouro Público	3 809	1 147 206,58

Fonte: SDA-Bens Móveis, 2025.

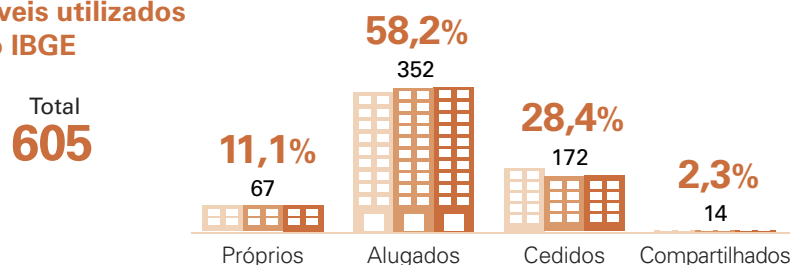
Destacaram-se, em 2025, a doação de Dispositivos Móveis de Coleta - DMC para o Ministério da Saúde, em cumprimento ao TED 112/2019 e as doações de bens de informática ao Programa Computadores para Inclusão, baseadas na [Lei n. 14.479, de 21.12.2022](#).



Gestão de imóveis

Ao final de 2025, o IBGE contava com **605 imóveis** para o desempenho de suas atividades, entre próprios, alugados, cedidos e compartilhados, registrando uma **redução de 0,7%** em relação a 2024, causado, principalmente, pela redução de imóveis alugados.

Imóveis utilizados pelo IBGE



A tabela ao lado apresenta a distribuição geográfica dos imóveis do IBGE, nos anos de 2024 e 2025.

Em 2025, houve atualização no valor patrimonial total dos imóveis próprios, com **redução de R\$ 9 941 254,11 (-2,8%)**, proveniente de reavaliações cadastradas pelas Superintendências Estaduais e pela Sede, tanto no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet, quanto no sistema administrativo corporativo do IBGE - SDA.

Com relação ao quantitativo de **imóveis próprios**, houve alteração de um imóvel entre 2024 e 2025, em função da atualização cadastral da SES-CE que antes tinha oito imóveis próprios e passou a contar com nove, resultado da mudança do imóvel de Brejo Santo, que estava na condição de cedido para a Prefeitura local e retomou o status de imóvel próprio. Apesar de 13 Superintendências apresentarem variação na quantidade **imóveis cedidos**, houve redução de um imóvel no número absoluto (-0,6%), totalizando **172 imóveis**, resultado principalmente de Acordos de Cooperação Técnica - ACTs firmados. Por fim, cumpre destacar o **aumento de 100% no número de imóveis compartilhados**, que passaram de sete para 14 unidades e a redução de 11 unidades de imóveis alugados (-3,0%).

Distribuição geográfica dos imóveis próprios, alugados e cedidos e compartilhados, por exercício

Unidades da Federação	Próprios		Alugados		Cedidos		Compartilhados	
	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025
Total	66	67	363	352	173	172	7	14
Varição absoluta		1		(-) 11		(-) 1		7
Varição percentual (%)		1,5		(-) 3,0		(-) 0,6		100,0
Acre	1	1	3	3	0	0	0	0
Alagoas	1	1	8	8	3	4	0	0
Amazonas	1	1	4	3	5	6	0	0
Amapá	0	0	1	1	0	0	0	0
Bahia	3	3	41	40	5	4	1	3
Ceará	8	9	6	5	6	6	0	0
Distrito Federal	2	2	0	0	1	1	0	0
Espírito Santo	0	0	11	11	2	3	0	0
Goiás	1	1	16	16	4	4	0	0
Maranhão	6	6	17	17	1	1	0	0
Minas Gerais	3	3	36	35	38	34	0	1
Mato Grosso	3	3	5	5	7	7	0	0
Mato Grosso do Sul	1	1	8	8	3	4	2	1
Pará	2	2	14	14	4	5	0	1
Paraíba	1	1	10	9	3	2	0	0
Pernambuco	1	1	14	14	6	7	0	0
Piauí	1	1	9	9	5	5	0	0
Paraná	1	1	31	31	4	4	0	1
Rio de Janeiro - Sede	15	15	2	2	1	1	0	1
Rio de Janeiro - SES/RJ	3	3	17	17	2	2	0	0
Rio Grande do Norte	1	1	6	6	3	3	0	0
Rio Grande do Sul	1	1	34	32	5	5	2	3
Roraima	1	1	0	0	1	0	0	0
Rondônia	2	2	4	2	1	3	0	0
Santa Catarina	1	1	19	17	4	3	2	2
São Paulo	1	1	32	33	57	56	0	0
Sergipe	1	1	6	5	1	1	0	0
Tocantins	4	4	9	9	1	1	0	1

Fonte: SPIUnet e SDA-Imóveis, dez/2025.

Nota: Os números em destaque indicam alterações de 2024 para 2025.

Com relação às despesas com locação de imóveis, houve uma **redução no gasto mensal da Administração Central de R\$ 523 107,20**, se comparado com o ano de 2024. Essa redução ocorreu pela devolução de oito andares do imóvel alugado situado na Avenida República do Chile, nº 500, no Rio de Janeiro (RJ).

Obras e serviços de engenharia

As ações referentes às obras e serviços de engenharia seguem os padrões legais e normativos vigentes e visam adequar os imóveis do IBGE às condições de segurança, confiabilidade, acessibilidade, economia, sustentabilidade, conforto, racionalização do espaço e manutenibilidade. Em 2025, foram realizadas as seguintes ações, com destaque para o projeto de Retrofit buscando a racionalização dos imóveis do Complexo Sede promovendo a economicidade, racionalização dos contratos e melhoria da imagem institucional:

- Obras e serviços executados (R\$ 6 633 313,00);
- Projetos faturados (R\$ 34 996,00);
- Obras e serviços licitados (R\$ 1 033 148,00);
- Apoio a serviços diversos de manutenção predial em âmbito nacional (cerca de R\$ 2 637 000,00); e
- Estudos e projetos diversos não faturados ou desenvolvidos internamente, como a modernização dos elevadores do Complexo Sede e o projeto de reestruturação da rede de combate a incêndio.

Gestão da frota de veículos

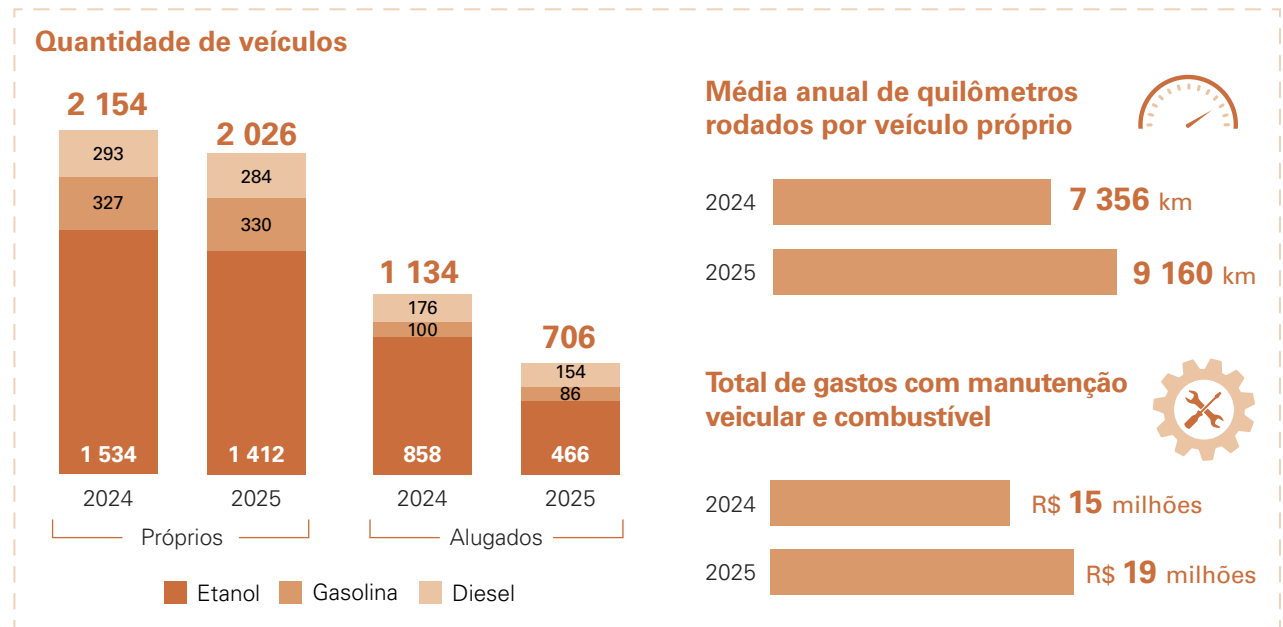
Para a produção de informações, o IBGE precisa assegurar que a coleta de dados para as pesquisas e os levantamentos geocientíficos ocorram no tempo devido, de maneira a garantir a tempestividade na divulgação dos resultados para a sociedade.

Para a coleta presencial em campo, é imprescindível que o Instituto disponha de uma frota de veículos (locados e próprios) capaz de viabilizar o levantamento e a coleta dos dados em todo o território brasileiro. A seguir, é possível ter uma visão geral da frota nos

últimos dois anos, apurada com base na média do número de veículos ao longo do ano.

O desfazimento de veículos em mau estado de conservação reduziu a frota própria, elevando a média de quilômetros rodados por veículo. O fim do contrato do TaxiGov no estado do RJ (dezembro de 2024) também contribuiu com essa elevação, pois os veículos próprios passaram a atender a essa demanda.

Já a frota locada sofreu uma redução significativa de 2024 para 2025, o que pode ser explicado pelo contingenciamento orçamentário dos órgãos do executivo federal.



Fonte: SDA-Veículos, jan/2025.



Sustentabilidade

Sustentabilidade ambiental

Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS

Em 2025, foi dada continuidade à elaboração de um novo PLS para o IBGE, seguindo os procedimentos contidos no **caderno de logística disponibilizado pelo MGI**. Definiu-se que o PLS terá vigência no triênio 2026-2028. Foram concluídas as seguintes etapas: (i) elaboração dos objetivos, indicadores, metas e ações pelos grupos de trabalho, por eixo temático; e (ii) validação das ações com as unidades executoras. Para 2026, está prevista a revisão das ações, a conclusão da redação final do PLS e o início de sua execução e monitoramento.

Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições

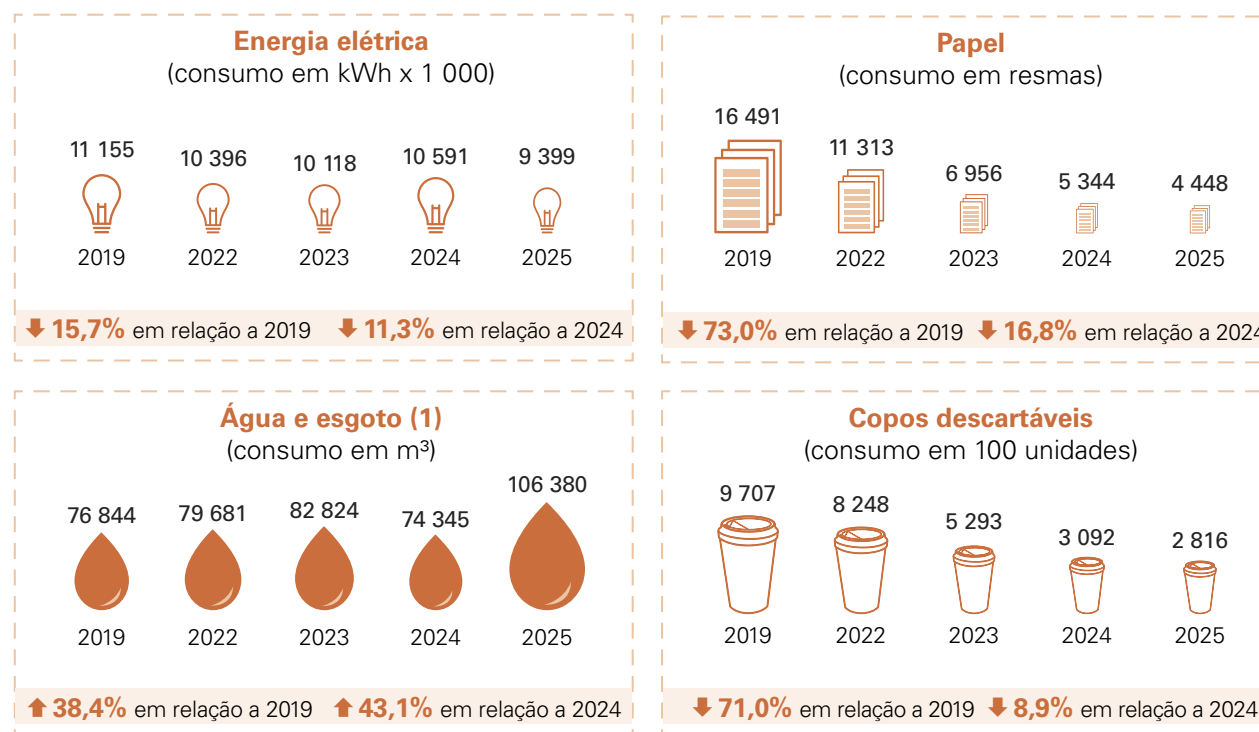
No IBGE, as contratações e aquisições são caracterizadas por aspectos sociais e ambientais presentes nos editais de licitação, alinhados à norma interna que estabelece a adoção de critérios de sustentabilidade, nos termos da legislação vigente aplicável e tendo como referência o **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União - AGU**.

Ao comparar os dados de 2025 com os de 2024, observou-se uma redução dos consumos de pa-

pel (-16,8%) e copo descartável (-8,9%), tendência mantida em relação aos anos anteriores. No consumo de energia elétrica, observou-se redu-

ção de -11,3%, tendo sido apresentada tanto nos complexos da Administração Central (-14,0%), quanto nas Superintendências Estaduais (-8,3%).

Redução no consumo de recursos naturais



Fontes: Para o consumo de papel e copo descartável, SDA-Almoxarifado, jan/2026; e, para o consumo de água e energia, SDA-Documentos Fiscais (até 2024) e SIAFI (em 2025), jan/2026.

(1) Para o consumo de água e esgoto e de energia, em 2025, devido à descontinuidade do sistema corporativo SDA-Documentos Fiscais, a medição foi realizada de maneira indireta, tendo como base a variação do gasto entre 2024 e 2025, deduzida a inflação ocorrida no período. Segundo a variação acumulada do IPCA/IBGE, no ano de 2025, a inflação da taxa de água e esgoto foi de 4,5% e da energia elétrica residencial de 12,31%. (2) Foram mantidos os dados de 2019 para fins de comparação com o período anterior à pandemia de COVID-19.

Em contrapartida, observou-se significativo aumento do consumo de água (43,1%), tanto nos prédios da Administração Central (62,3%), quanto nas Superintendências Estaduais (24,3%). Esse aumento foi particularmente expressivo (36,3%) nos imóveis ocupados na cidade do Rio de Janeiro (RJ), onde se localiza a Administração Central. Considerando-se os demais imóveis, houve redução no consumo (8,8%).

Tal resultado era esperado, em razão do ingresso de novos servidores (que atuam em regime presencial) e da redução do número de servidores em regime de trabalho remoto integral, tendo sido adotado como padrão o regime híbrido (com carga horária de 64h mensais). O impacto do número de servidores no trabalho presencial é consideravelmente maior no consumo de água, que não é compartilhado, diferentemente do que ocorre com o consumo de energia.

Destinação ambientalmente adequada de materiais

Em aderência ao Programa Coleta Seletiva Cidadã, previsto no [Decreto n. 10.936, de 12.01.2022](#), o IBGE está realizando a habilitação de cooperativas/associações de catadores de materiais recicláveis para a destinação ambientalmente adequada de materiais recicláveis e reutilizáveis.

Em 2025, destaca-se uma ação realizada na Superintendência Estadual do IBGE no Rio Grande do Norte - SES/RN, denominada “Campanha de Des-

carte Sustentável”, a partir da qual foram destinados cerca de **1 695 kg de materiais** (bolsas, bonés, coletes, resíduos eletrônicos, papéis e papelão) para a reciclagem. No âmbito da mesma campanha, foram destinados **486 bens patrimoniais inservíveis**. Além disso, em dezembro de 2025, foi habilitada cooperativa para a destinação dos resíduos produzidos pela Administração Central.

Educação ambiental

O IBGE, por meio de sua Superintendência Estadual do IBGE no Pará - SES/PA, recebeu a certificação do Ministério do Meio Ambiente e Mudança Climática - MMA para a **implantação de uma unidade local do projeto “Salas Verdes”**. Essa iniciativa do MMA pretende incentivar a implantação de centros de educação ambiental informal em todo o País, sendo a escolha de interessados realizada por meio de editais.

Em 2025, destacam-se as seguintes ações: (i) apresentação do [canal IBGEeduca](#), com foco na questão ambiental, para cerca de 20 docentes da Escola Estadual de Ensino Fundamental Barão do Rio Branco; e (ii) em preparação para a COP30, realizada em Belém (PA), foram ministradas três palestras na Casa Brasil IBGE COP, tendo como tema “Conhecendo o IBGE e o projeto IBGEeduca na questão ambiental”, apresentando como o IBGEeduca, a Plataforma Geográfica Interativa - PGI e o Portal de Mapas do IBGE podem ser utilizados por estudantes e professores.



Entrega de materiais descartados à cooperativa durante Campanha de Descarte Sustentável.

Foto: Divulgação/IBGE/RN.



Parte do resíduo descartado na SES/RN durante Campanha de Descarte Sustentável.

Foto: Divulgação/IBGE/RN.




Palestra ministrada por servidor do IBGE a professores de Geografia, na Casa Brasil IBGE COP.

Foto: Divulgação IBGE/SES/PA.

Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental nas obras e serviços de engenharia

Nos projetos de engenharia e arquitetura para reforma das edificações são contemplados itens que consomem menos recursos ou utilizem materiais não agressores ao meio ambiente, tais como: lâmpadas LED de baixo consumo elétrico; equipamentos de ar-condicionado do tipo *inverter* e com gás ecológico; torneiras e mictórios com temporizadores; caixas ou válvulas de descarga de dois fluxos; e sensores de presença para acionamento de lâmpadas, entre outras medidas. O controle de resíduos produzidos nas obras ocorre por meio de manifestos, nos quais se identifica a quem encaminhar os resíduos produzidos para a sua destinação ambientalmente adequada. Nos casos de intervenções civis, são obedecidos os requisitos legais de acessibilidade, com a instalação de pisos elevados, rampas de acesso e banheiros para pessoas com deficiência.

Principais desafios e ações futuras

- Conclusão da elaboração do PLS para o triênio 2026-2028 e a internalização do seu rito de monitoramento e avaliação da execução;
- Elaboração de painel de indicadores para o acompanhamento do PLS e do resultado das suas ações sobre o consumo organizacional e sobre os gastos decorrentes;
- Elaboração de minutas padrão de editais (e demais documentos) de habilitação de associações/cooperativas de catadores de materiais recicláveis, para a destinação ambientalmente adequada dos resíduos recicláveis produzidos pelo IBGE, no âmbito do Programa Coleta Seletiva Cidadã; e
- Elaboração de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS ou documento similar, nos termos do art. 18 do [Decreto n. 12.785, de 19.12.2025](#) .

Sustentabilidade social

Em 2025, foi lançado o [Plano Setorial de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e Sexual e da Discriminação no IBGE](#).

A elaboração do documento foi coordenada pela Comissão Temática de Gênero e pela Gerência de Integridade, com participação de diversas áreas tais como, a Coordenação de Recursos Humanos, a Corregedoria, a Ouvidoria e a Comissão de Ética.

O IBGE reafirmou, portanto, o compromisso com a implementação, o acompanhamento e o aprimoramento de ações que visem, a partir de uma visão sistêmica da Instituição, promover a integridade e aumentar o engajamento de trabalhadores e lideranças na prevenção e no combate a qualquer tipo de prática violenta e discriminatória nas relações de trabalho.

Orçamento e finanças

Gestão orçamentária e financeira

Execução orçamentária por Função de Governo

As Funções de Governo representam o maior nível de agregação das diversas áreas das despesas que competem ao setor público, estando diretamente relacionadas à competência do órgão orçamentário ao qual a ação se vincula. No caso das atividades desempenhadas pelo IBGE, nos últimos anos, estas classificações contemplaram basicamente as seguintes funções: “04 - Administração”, “09 - Previdência Social” e “28 - Encargos Especiais”.

No IBGE, a Função de Governo “04 - Administração” engloba: ações de caráter obrigatório (despesas com pessoal ativo, encargos e benefícios); ações de apoio (voltadas à manutenção da infraestrutura); e ações orçamentárias finalísticas (produção e disseminação de informações estatísticas e geocientíficas, bem como ao ensino superior, pesquisa e extensão). Em 2025, essa função alcançou um total de R\$ 1,68 bilhões, ou seja, **cerca de 53,1% dos créditos empenhados no exercício**. Em relação a 2024, este valor representou um acréscimo de 20,5% que pode ser atribuído à elevação da despesa com o quadro de funcionários ativos.

Em relação à função “09 - Previdência Social”, que abrange despesas com aposentadorias, pensões e

outros benefícios previdenciários, o IBGE executou aproximadamente R\$ 1,48 bilhões, **correspondendo a 46,9% do total**. Analisando a variação anual em relação a 2024, observa-se um acréscimo significativo de 11,3%, o que demonstra o crescente número de aposentadorias dos servidores do quadro efetivo ao longo dos anos.

Por fim, tem-se a função “28 - Encargos Especiais”. No IBGE, tal função abrange as contribuições a organismos internacionais e as despesas com benefícios e pensões indenizatórias. Trata-se de uma despesa inexpressiva frente às anteriores que, em 2025, manteve-se no patamar do exercício anterior, alcançando cerca de R\$ 131 mil.

Evolução anual da execução orçamentária da despesa por Função de Governo

Empenhado

Função de governo	2023	%	2024	%	2025	%
Administração	1 649 639 418,43	55,7	1 392 976 631,26	51,1	1 678 009 769,70	53,1
Previdência Social	1 309 620 073,52	44,3	1 330 697 053,11	48,9	1 481 183 573,12	46,9
Encargos Especiais	162 926,50	0,0	157 173,46	0,0	130 914,90	0,0
Total Geral	2 959 422 418,45	100,0	2 723 830 857,85	100,0	3 159 324 257,72	100,0

Liquidado

Função de governo	2023	%	2024	%	2025	%
Administração	1 599 487 800,68	55,0	1 348 941 476,19	50,3	1 623 506 244,37	52,29
Previdência Social	1 309 468 911,44	45,0	1 330 695 411,74	49,7	1 481 179 413,09	47,71
Encargos Especiais	147 926,50	0,0	146 693,46	0,0	115 914,90	0,0
Total Geral	2 909 104 638,62	100,0	2 679 783 581,39	100,0	3 104 801 572,36	100,0

Pago

Função de governo	2023	%	2024	%	2025	%
Administração	1 486 458 999,59	55,4	1 275 063 723,26	50,86	1 538 554 515,72	52,9
Previdência Social	1 197 692 824,16	44,6	1 232 006 663,27	49,14	1 368 958 558,74	47,1
Encargos Especiais	136 617,00	0,01	140 440,26	0,0	114 396,90	0,0
Total Geral	2 684 288 440,75	100,0	2 507 210 826,79	100,0	2 907 627 471,36	100,0

Fonte: Tesouro Gerencial - extração em 21/01/2025. Valores em reais.



Execução orçamentária por Grupo de Natureza de Despesa - GND

Os GNDs constituem categorias cruciais para a classificação e organização das despesas públicas, baseando-se na sua natureza intrínseca, proporcionando uma análise e controle mais precisos das finanças públicas. Ademais, eles facilitam a prestação de contas e a avaliação do desempenho das políticas públicas. A tabela ao lado apresenta os valores empenhados por GND nos exercícios de 2023 a 2025.

Em 2025, o GND “1 - Pessoal” demonstrou uma predominância marcante em relação às demais categorias, mantendo a representatividade no patamar de aproximadamente 85% da despesa total executada pela instituição. Dessa forma, a despesa com esse grupo totalizou cerca de R\$ 2,7 bilhões, entre pagamentos de ativos, aposentados e pensionistas. Essa predominância das despesas no Grupo de Pessoal reflete a necessidade de manter um quadro robusto de colaboradores efetivos para a realização das pesquisas e levantamentos no atual modelo operacional, bem como o elevado volume de gastos com inativos.

Com um percentual de 15,2%, encontra-se o Grupo “3 - Outras Despesas Correntes”, que apresentou um gasto de R\$ 478,8 milhões em 2025. Em comparação ao gasto observado em 2024, este grupo exibiu uma elevação percentual de 16,2%. Tal acréscimo reflete um aumento geral das princi-

Detalhamento das despesas por grupo e elemento de despesa

Grupo de despesa/ Elemento de despesa	2023	%	2024	%	2025	%
Pessoal	2 218 633 638,65	75,0	2 303 154 643,91	84,6	2 667 240 285,02	84,4
01 - Aposentadorias, reserva remunerada e reformas	1 016 358 442,18	45,8	1 028 690 673,23	44,7	1 156 958 303,60	43,4
03 - Pensões do RPPS e do Militar	283 870 008,40	12,8	295 281 747,46	12,8	315 671 514,41	11,8
11 - Vencimentos e vantagens fixas - Pessoal Civil	621 701 595,69	28,0	618 312 161,64	26,8	715 816 328,92	26,8
Demais despesas de pessoal	296 703 592,38	13,4	360 870 061,58	15,7	478 794 138,09	18,0
Outras despesas correntes	717 604 408,33	24,2	412 135 216,54	15,1	478 835 246,69	15,2
04 - Contratação por tempo determinado	270 866 052,13	37,7	115 488 206,13	28,0	116 113 525,62	24,2
14 - Diárias - pessoal Civil	50 305 381,36	7,0	16 403 967,76	4,0	27 148 159,23	5,7
30 - Material de consumo	22 824 188,12	3,2	13 936 000,51	3,4	22 306 277,49	4,7
33 - Passagens e despesas com locomoção	63 584 448,70	8,9	10 881 737,12	2,6	23 258 149,55	4,9
37 - Locação de mão-de-obra	33 123 935,38	4,6	35 011 143,67	8,5	37 923 818,06	7,9
39 - Outros serviços de terceiros - PJ	113 957 853,68	15,9	72 805 943,76	17,7	80 583 590,87	16,8
40 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - PJ	56 912 888,30	7,9	51 608 150,59	12,5	51 821 445,91	10,8
93 - Indenizações e restituições	17 737 279,40	2,5	22 790 168,87	5,5	30 371 094,39	6,3
46 - Auxílio alimentação	28 489 922,12	4,0	41 037 301,82	10,0	48 409 684,92	10,1
Demais despesas de custeio	59 802 459,14	8,3	32 172 596,31	7,8	40 899 500,65	8,5
Investimento	23 184 371,47	0,8	8 540 997,40	0,3	13 248 726,01	0,4
30 - Material de consumo	2 178,00	0,0	0	0,0	0	0,0
40 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - PJ	2 510 595,90	10,8	253 760,09	3,0	2 093 707,45	15,8
51 - Obras e Instalações	742 532,60	3,2	209 518,17	2,5	7 149 307,65	54,0
52 - Equipamentos e Material permanente	19 429 680,33	83,8	8 077 719,14	94,6	4 005 710,91	30,2
92 - Despesas de exercícios anteriores	499 384,64	2,2	0	0,0	0	0,0
Total Geral	2 959 422 418,45	100,0	2 723 830 857,85	100,0	3 159 324 257,72	100,0

Fonte: Tesouro Gerencial - extração em 26/01/2026. Valores empenhados em reais.

país despesas desse grupo, notadamente as com os elementos “33 - Passagens e despesas com locomoção”, “14 - Diárias - pessoal Civil” e “30 - Material de consumo, que apresentaram aumentos de 113,7%, 65,5% e 60,1%, respectivamente.

Por último, cabe mencionar o Grupo “4 - Investimento” que, atingindo R\$ 13,2 milhões, foi o de menor relevância em relação à execução total. Ainda assim, em relação a 2024 observa-se um aumento de cerca de 55,1%, majoritariamente concentrado no elemento de despesas “51 - Obras e Instalações”.

Execução orçamentária das principais ações orçamentárias do IBGE

A tabela a seguir traz a execução (empenhado) das ações orçamentárias do IBGE nos últimos três anos, divididas em duas categorias de despesa: despesas obrigatórias e despesas discricionárias. A categoria das despesas obrigatórias inclui as ações do governo sobre as quais o IBGE não tem poder de decisão, visto que são despesas obrigatórias da União. Já a segunda (discricionárias), refere-se às ações sobre as quais o IBGE possui autonomia para decidir sobre a sua alocação e, portanto, faz a gestão orçamentária.

Em relação à categoria de despesas “Obrigatórias”, observou-se uma manutenção da configuração de ações e suas respectivas representatividades.

Nesse sentido, em 2025, a ação “Aposentadorias e Pensões Civis da União” permaneceu sendo a de maior relevância, concentrando 52% dos gastos observados nessa categoria. Em seguida, assim como nos anos anteriores, tivemos a ação “Ativos Civis da União” compreendendo cerca de 36,4% desse tipo de despesa. No que tange às despesas

“Discricionárias”, houve um aumento de 15,4% no volume geral de despesas, resultante da queda nas despesas com a Ação “Censos Demográfico, Agropecuário e Geográfico” (-53,8%) conjugada ao aumento das Ações “Administração da Unidade” (+40,5%) e “Pesquisas e Estudos Estatísticos e Geocientíficos” (+34,8%).

Evolução anual da execução orçamentária da despesa por categoria de resultado primário e ações orçamentárias mais relevantes

Categorias / Ações	2023	%	2024	%	2025	%
Obrigatória	2 318 965 495,25	78,4	2 454 515 519,97	90,1	2 848 446 587,92	90,2
Aposentadorias e Pensões Civis da União	1 309 620 073,52	56,5	1 330 697 053,13	54,2	1 481 183 573,12	52,0
Ativos Civis da União	776 810 256,13	33,5	840 409 432,58	34,2	1 035 460 839,94	36,4
Demais ações orçamentárias	232 535 165,60	10,0	283 409 034,26	11,5	331 802 174,86	11,6
Discricionária	640 456 923,20	21,6	269 315 337,88	9,9	310 877 669,80	9,8
Censos Demográfico, Agropecuário e Geográfico	444 593 443,46	69,4	66 379 794,15	24,6	30 634 642,15	9,9
Administração da Unidade	149 643 807,51	23,4	122 841 922,14	45,6	172 562 749,15	55,5
Pesquisas e Estudos Estatísticos e Geocientíficos	45 355 027,68	7,1	79 222 715,75	29,4	106 817 065,72	34,4
Demais ações orçamentárias	864 644,55	0,1	870 905,84	0,3	863 212,78	0,3
Total Geral	2 959 422 418,45	100,0	2 723 830 857,85	100,0	3 159 324 257,72	100,0

Fonte: Tesouro Gerencial - extração em 26/01/2026. Valores empenhados em reais.



Execução orçamentária dos destaques concedidos e recebidos por Unidade Gestora

Os destaques concedidos pelo IBGE na Ação “Administração da Unidade” e na Ação “Pesquisas e Estudos Estatísticos” tiveram como propósito o ressarcimento de despesas pelo compartilhamento de imóveis. Em alinhamento com a estratégia de racionalizar o uso dos imóveis públicos e reduzir os gastos com aluguel, o IBGE destacou um valor total de R\$ 3 069 678,70, no exercício de 2025. Esses recursos foram executados por outros órgãos da Administração Pública, conforme detalhado na tabela ao lado.



Execução orçamentária dos destaques concedidos por Unidade Gestora

Ação	UG Executora	Empenhado	
Administração da Unidade	110096	Superintendência Regional de Administração da 5ª Região	44 937,8
	110161	Superintendência Regional de Administração da 1ª Região	19 214,7
	153164	Universidade Federal de Santa Maria	186 000,0
	158475	Instituto Federal de Minas Gerais - Campus Ouro Preto	45 000,0
	170018	Superintendência Regional DA RFB NA 1ª RF	93 843,4
	170088	Superintendência Regional RFB NA 6ª RF	97 743,6
	170100	Superintendência Regional Adm Do MGI - Espírito Santo	222 783,2
	170114	Superintendência Regional Adm Do MGI - Rio de Janeiro	334 933,5
	170166	Superintendência Regional Adm Do MGI - Santa Catarina	246 494,7
	170177	Superintendência Regional da RFB NA 10ª RF	68 781,9
	173057	Banco Central do Brasil	550 248,6
	183039	Superintendência do INMETRO no Estado do RS	10 597,8
	250036	Superintendência do Ministério da Saúde - SC	179 484,3
373070	Superintendência Regional de Santa Catarina - SR(SC)	79 246,2	
Pesquisas e Estudos Estatísticos e Científicos	170114	Superintendência Regional Adm Do MGI - Rio de Janeiro	890 369,0
Total			3 069 678,7

Fonte: Tesouro Gerencial - extração em 21/01/2025. Valores em reais.

Em 2025, o IBGE também contou com recursos oriundos de convênios firmados com outras instituições governamentais, para o cumprimento de sua missão institucional. O montante recebido foi de aproximadamente R\$ 15,1 milhões, sendo tal valor detalhado na tabela abaixo, por conveniente, com detalhamento dos convênios associados diretamente às atividades de pesquisa.

Execução orçamentária dos destaques recebidos por Unidade Gestora

Conveniente	Empenhado	%
Destaques recebidos	15 148 403,76	100,0
Diretoria Executiva do Fundo Nac. de Saúde	6 542 074,73	43,2
Sec. Extraord. De Combate à Pobreza e à Fome	4 743 939,61	31,3
Coordenação Geral Logística - MDHC	2 737 179,79	18,1
Secretaria Nacional de Cuidados e Família	1 050 839,96	6,9
Fund.Coord. De Aperf. De Pessoal Nível Superior	46 673,37	0,3
Fundo Escola de Administração Pública - ENAP	24 079,86	0,2
Universidade Federal de Pernambuco	2 416,44	0,0
MIR – Igualdade Racial	1 200,00	0,0

Fonte: Tesouro Gerencial - extração em 21/01/2025. Valores em reais.

- **Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde:** os recursos foram utilizados pelo IBGE para a realização da Pesquisa Nacional da Saúde e da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde - PNDS, além dos suplementos de Atenção Primária à Saúde - APS, Desenvolvimento Infantil e Covid-19 na PNAD Contínua e do bloco de Consumo Alimentar Pessoal (POF7). A parceria entre o IBGE e o Ministério da Saúde visa fornecer informações confiáveis aos gestores públicos e à sociedade sobre a oferta de serviços de saúde no Brasil.
- **Secretaria Extraordinária de Combate à Pobreza e à Fome:** os recursos foram alocados para a realização de ações de cooperação técnica que possibilitem maior informação sobre pobreza, desigualdade, segurança alimentar e nutricional com o objetivo de monitorar e fomentar ações, planos e programas sob responsabilidade do Ministério, por meio da realização da Pesquisa de Orçamentos Familiares 2024-2025.
- **Secretaria Nacional de Cuidados e Família:** os recursos foram alocados para o aprimoramento do tema Cuidados e Uso do Tempo nas estatísticas nacionais brasileiras, por meio da reformulação do módulo temático de Outras Formas de Trabalho da PNAD Contínua.



Análise do desempenho atual em comparação com o desempenho esperado/orçado

A tabela a seguir traz as dotações orçamentárias do IBGE, entre os exercícios de 2023 a 2025, suas respectivas execuções e percentuais de execução, estando divididas por categoria e GND. A divisão por categoria de despesa é necessária para separar, na análise, os recursos sobre os quais o IBGE possui capacidade de decidir sobre sua alocação (discricionário) e aqueles em que não possui qualquer tipo de gestão (obrigatório).

O IBGE apresenta, historicamente, elevada aderência entre o planejamento e a execução do orçamento programado, no que tange à execução orçamentária dos créditos voltados às atividades discricionárias. Em 2025, verificou-se um desempenho de **98,0% na execução** desses créditos.

No que tange aos créditos de investimento, a não integralidade de execução (88,6%) observada está diretamente associada ao Plano Orçamentário - PO "CP20 - Calamidade Pública – Medida Provisória n. 1.275, de 22.11.2024". A maior parte dos recursos de investimento, destinados a esse PO, visava financiar obras estruturais para a recuperação da Superintendência Estadual do IBGE no Rio Grande do Sul, severamente afetada pelas enchentes de maio de 2024. No entanto, questões técnicas referentes à contratação da empresa prestadora do serviço inviabilizaram a plena execução do recurso no exercício de 2025.

Evolução anual do desempenho da execução por categoria de resultado primário e GND

Em R\$ bilhões

Categorias/ Grupo de despesa	2023			2024			2025		
	Dotação atualizada	Execução	% Exec. aprox.	Dotação atualizada	Execução	% Exec. aprox.	Dotação atualizada	Execução	% Exec. aprox.
Obrigatórias	2,00	2,00	99,8	2,48	2,45	99,8	2,87	2,85	99,2
1 - Pessoal	2,00	2,00	99,8	2,32	2,30	99,8	2,69	2,67	99,2
3 - Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	98,8	0,15	0,15	98,8	0,18	0,18	99,4
Discricionárias	0,68	0,64	95,2	0,27	0,27	97,2	0,32	0,31	98,0
3 - Outras Despesas Correntes	0,65	0,62	95,5	0,26	0,26	98,8	0,30	0,30	98,4
4 - Investimento	0,03	0,02	86,9	0,01	0,01	65,7	0,01	0,01	88,6
Total Geral	4,58	4,55	99,3	3,00	2,96	98,8	3,19	3,16	99,1

Fonte: Tesouro Gerencial - extração em 26/01/2026. Valores em bilhões de reais.

Principais desafios e ações futuras

- Estruturação e operacionalização dos processos administrativos de execução dos recursos associados ao 12º Censo Agropecuário Florestal e Aquícola.



Gestão de custos

O Projeto Custo representa uma iniciativa estruturante voltada ao aperfeiçoamento dos processos internos de acompanhamento e análise dos recursos orçamentários do IBGE. O seu objetivo central consiste em viabilizar a identificação e o monitoramento sistemático dos custos relacionados às atividades finalísticas, oferecendo maior detalhamento sobre a composição dos gastos e ampliando a capacidade institucional de compreender a distribuição dos insumos empregados.

Durante o exercício de 2025, com a chegada de novos servidores provenientes do Concurso Público Nacional Unificado - CPNU, tornou-se necessária a reestruturação da organização da força de trabalho vinculada ao projeto. Esse movimento envolveu ajustes na distribuição das atividades e na definição das responsabilidades, com o intuito de adequar a equipe ao novo perfil funcional e garantir a continuidade das ações previstas.

A próxima fase do projeto implica a organização de uma equipe dedicada especificamente ao tratamento e à análise dos custos das atividades finalísticas do IBGE. Essa etapa envolve o alinhamento de procedimentos, a consolidação de fluxos de trabalho e a definição de critérios técnicos para o levantamento e registro das informações de custo, conforme as diretrizes do projeto. Essas iniciativas têm como foco fortalecer a capacidade da Instituição de compreender, com maior precisão e consistência, os elementos que compõem os custos das atividades desempenhadas.

Informações orçamentárias, financeiras e contábeis

Demonstrativos Contábeis e Notas Explicativas

Para acessar os Demonstrativos Contábeis do IBGE, referentes ao exercício de 2025, bem como suas notas explicativas, [clique aqui](#).

Informações e detalhamentos das Demonstrações Contábeis

Análise do Balanço Patrimonial

Observou-se que o Ativo Circulante, ao final do exercício de 2025, apresentou um aumento de 20% em comparação com o saldo em dezembro de 2024. A conta de Caixa e Equivalentes de Caixa representou 85% desse grupo e apresentou, também, aumento de 20% em relação ao final do exercício anterior. A maior parte do saldo em caixa se refere a pagamento de despesas com pessoal, que teve aumento nesse exercício devido ao reajuste salarial concedido e ao ingresso de novos servidores.

O grupo Demais Créditos e Valores aumentou 21%, ao longo do exercício de 2025. Assim como no exercício anterior, houve saldo nas contas de Adiantamento de 13º Salário e Adiantamento de Férias, devido às solicitações efetuadas serem superiores ao saldo apropriado a pagar no passivo. Essas contas representam 52% do saldo desse grupo e apresentaram aumento nesse exercício. Houve crescimento

também na conta de créditos a receber por folha de pagamento em virtude de inscrições, principalmente na Administração Central. Em contrapartida, a conta de Adiantamento de Termo de Execução Descentralizada apresentou redução de 30%, pois houve registro de comprovação do TED firmado com a Coordenação Regional Kayapo Sul do Pará (PA).

No Ativo Não Circulante a variação de saldo total foi uma redução de 0,4%. O grupo do Imobilizado, responsável por 94% do Ativo Não Circulante, teve um decréscimo de 0,7%. Houve uma diminuição na conta de Bens Móveis de 5%, sendo as categorias que apresentaram maior redução as de Equipamento de Tecnologia da Informação e Comunicação (R\$ 29 150 016,79) e Veículos de Tração Mecânica (R\$ 2 698 635,46). Isso se deveu, principalmente, a baixas por doações em ambas as categorias. No que diz respeito a conta dos Bens Imóveis, houve um aumento de 4% referente, principalmente, ao registro de reavaliações nas categorias de Imóveis Residenciais/Comerciais, Edifícios e Autarquias/Fundações e ao recebimento por transferências na categoria Edifícios.

O Passivo Circulante apresentou um acréscimo de 16% em relação a dezembro de 2024. O grupo Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo aumentou 13%. A conta de Salários, Remunerações e Benefícios é responsável por 98% desse grupo e apresentou um aumento de 13% (R\$ 19 130 451,62). As solicitações nesse período de adiantamento de 13º

salário e de férias contribuíram para essa variação e o reajuste salarial, além do ingresso de novos servidores, impactou diretamente nessa conta.

O grupo de Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo apresentou um aumento de 849%. Esse grupo representa apenas 2% de todo o Passivo Circulante. Os principais valores pendentes de pagamento referem-se a despesas com serviços especializados em Tecnologia da Informação e Comunicação.

O grupo Demais Obrigações a Curto Prazo apresentou um aumento de 14% e representa 39% do Passivo Circulante. A conta de Transferências Financeiras a Comprovar - TED é bastante relevante, sendo responsável por 67% do grupo do passivo. As principais movimentações ocorridas foram referentes ao recebimento de financeiro dos TEDs firmados com a Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde; com a Secretaria Nacional de Cuidados e Família; e com a Secretaria Extraordinária de Combate à Pobreza e à Fome. Além disso, houve comprovação do TED firmado com a Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único. Os registros nessa conta são feitos pelos parceiros repassadores dos recursos e há saldos pendentes apesar de já ter sido solicitada a atualização após o envio da prestação de contas. Esse fato está sinalizado na conformidade contábil do IBGE.

As contas de Retenções – Empréstimos e Financiamentos e de Depósitos Retidos de Fornecedores,


foram responsáveis por, respectivamente, 15% e 12% da composição do saldo desse grupo.

Análise do Balanço Orçamentário

No exercício de 2025, a receita arrecadada acumulada representou 507% da receita prevista. O grupo de Receitas de Serviços foi o maior responsável pela realização das Receitas Correntes e correspondeu a 88% de sua realização. Este grupo é composto em sua maior parte pelo recebimento de Inscrições em Concursos e Processos Seletivos. Ao final de 2025, houve inscrições em dois processos seletivos simplificados: Agente de Pesquisas e Mapeamento - APM e Supervisor de Coleta e Qualidade - SQC.

As Receitas Patrimoniais representaram 6% das Receitas Correntes realizadas nesse exercício e foram compostas pelo recebimento de taxa de uso de imóveis e, principalmente, pelos rendimentos de aplicação de recursos da Conta Única do Tesouro Nacional - CTU.

Com relação às Receitas de Capital, não houve realização no exercício de 2025.

Destaca-se que o IBGE não é um agente arrecadador. Assim sendo, a execução de suas despesas orçamentárias e realização de seus investimentos dependem do recebimento de recursos do Tesouro, cujo reflexo contábil não aparece no Balanço Orçamentário. Esse fato, de acordo com **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP** , não representa irregularidade.

Com relação à realização das despesas, verifica-se que o IBGE realizou 99% da Dotação Atualizada, sendo realizadas 99% das Despesas Correntes e 89% das Despesas de Capital. O grupo de Outras Despesas Correntes foi responsável por 16% das despesas correntes empenhadas, sendo as maiores responsáveis as despesas com auxílio alimentação, diárias, ressarcimento de assistência médica/odontológica e locação de meios de transporte.

Análise da Demonstração das Variações Patrimoniais

No exercício de 2025, a classe Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA apresentou um montante de R\$ 3 384 997 254,93, com uma variação positiva de 13% em relação 2024. As Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD, que tiveram uma variação percentual positiva de 12%, representaram, em 2025, o montante de R\$ 3 397 738 860,70. O resultado patrimonial, em dezembro de 2025, foi negativo em R\$ 12 741 605,77, assim observa-se uma considerável variação em relação ao resultado do ano anterior, o qual havia sido negativo em R\$ 34 933 932,15. Essa variação positiva é justificada, principalmente, pelo aumento nas VPAs: Transferências e Delegações Recebidas; Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos; e pela diminuição na VPD: Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos.

O grupo Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos, comparado com o exercício anterior, apresentou um acréscimo de 2 638%. Essa variação



positiva deve-se, principalmente, a alta entrada de taxas de inscrição em processo seletivo simplificado no 2º semestre de 2025, enquanto, em 2024, os valores constantes desse grupo referiram-se à venda de livros periódicos e assemelhados e ao recebimento de taxa de uso de imóveis.

O grupo Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos variou negativamente 27%, em relação ao exercício anterior. Essa variação refere-se, majoritariamente, a diminuição no subgrupo Ganhos com Desincorporação de Passivos, pois em 2024, houve um alto valor devido ao registro da comprovação dos TEDs com a Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, com o Fundo Nacional De Segurança Pública e com a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Já o valor em 2025, refere-se majoritariamente ao registro de aprovação do TED com a Secretaria de Avaliação, Gestão da informação e Cadastro Único e às devoluções de recurso financeiro para Secretaria Extraordinária de Combate à Pobreza e à Fome e para a Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde. Além disso, também houve uma variação negativa em Ganhos com Alienação, pois em março de 2024 houve leilão de veículos na Superintendência Estadual do IBGE no Rio Grande do Sul, enquanto em 2025 não houve alienação. Já o subgrupo Ganhos com Incorporação de Ativos variou positivamente pois, em 2025, houve um maior volume de repasse de financeiro solicitado pelo CNPQ.

O grupo Transferências e Delegações Recebidas correspondeu a 99% das variações patrimoniais aumentativas do Órgão em 31 de dezembro de 2025, visto que o IBGE depende de transferências financeiras do Tesouro para realizar as suas atividades, por não ser um agente arrecadador. Esse grupo apresentou uma variação positiva de 13% (R\$ 390 869 845,52), em relação ao ano anterior. Essa variação justifica-se, principalmente, pelo aumento em Repasse Recebido (R\$ 430 451 373,94). Além disso, também houve aumento em Sub-Repasse (R\$ 25 296 826,68) e Transferências Recebidas para Pagamento de Restos a Pagar (R\$ 4 544 877,29). O aumento no subgrupo Outras Transferências e Delegações Recebidas refere-se, principalmente, às doações de dispositivos móveis de coleta para o Ministério da Saúde em diversas Superintendências Estaduais e transferências de bens móveis entre as Superintendências.


Nas Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD, os grupos que mais influenciaram para o seu acréscimo foram Pessoal e Encargos, variando R\$ 226 262 614,94, e Benefícios Previdenciários e Assistenciais, variando R\$ 147 162 070,80.

O grupo Pessoal e Encargos é o segundo mais representativo dentro das Variações Patrimoniais Diminutivas (40%). Essa VPD aumentou 20% em relação a dezembro de 2024. Observa-se que a maior parte dessa variação se deve ao aumento nas contas referentes aos servidores efetivos devido, principalmente, ao reajuste salarial e ingresso de novos servido-

res em 2025. Além disso, há também aumento nas contas referentes ao pessoal temporário, no subgrupo Remuneração a Pessoal. O acréscimo no subgrupo Encargos Patronais deve-se ao aumento na contribuição patronal para o RPPS – INTRA, assim como, ao aumento das contribuições previdenciárias – INSS, também consequência do aumento do salário de pessoal temporário e dos servidores efetivos, além do ingresso de novos servidores. Por fim, o subgrupo Benefícios a Pessoal teve uma variação positiva devido ao aumento no auxílio alimentação.

Benefícios Previdenciários e Assistenciais foi o grupo de maior representatividade perante o total das Variações Patrimoniais Diminutivas (44%). Ocorreu uma variação positiva de 11% em relação a 2024, referente, principalmente, ao aumento em proventos e pensões.

O grupo Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo aumentou 8%. Tanto o uso de material de consumo quanto a contratação de serviços tiveram acréscimos em comparação ao ano anterior. No subgrupo Uso de Material de Consumo, a maior variação positiva foi em consumo de combustíveis e lubrificantes (R\$ 5 055 153,74). Já no subgrupo Serviços, os maiores acréscimos foram em serviços técnicos profissionais (R\$ 12 774 005,53); serviços de apoio administrativo, técnico e operacional (R\$ 12 316 481,61); e locação e arrendamento mercantil, R\$ 6 904 058,14, enquanto o maior decréscimo foi em serviços de comunicação, gráfico e audiovisual (R\$ 11 460 174,09).



O grupo Transferências e Delegações Concedidas que representou, em dezembro de 2025, 6% das Variações Patrimoniais Diminutivas, teve um decréscimo de 0,4% em relação a dezembro de 2024. Essa variação negativa justifica-se, principalmente, pela diminuição no subgrupo Outras Transferências e Delegações Concedidas que variou negativamente, devido ao alto valor de doações de DCMs para o Ministério da Saúde em 2024. Já o subgrupo Transferências Intragovernamentais acompanhou o acréscimo do subgrupo das VPAs, Transferências Intragovernamentais Recebidas. Como o IBGE não é um agente arrecadador e, conseqüentemente, depende das transferências financeiras do Tesouro, uma vez que essas aumentam, também aumentam as transferências concedidas para as Superintendências Estaduais.

No grupo Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos, houve uma redução de 42% comparado a dezembro de 2024. Essa variação negativa deve-se, principalmente, ao decréscimo no subgrupo Desincorporação de Ativos pois, em 2024, houve devolução de financeiro de dois TEDs com o Conselho Nacional de Desenvolvimento de Ciência e Tecnologia orientada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, enquanto o maior valor em 2025 refere-se ao registro de comprovação do TED com a FUNAI. Também variou negativamente o subgrupo Incorporação de Passivos, pois em 2024 houve um maior recebimento de transferências de recursos financeiros dos TEDs firmados com a Secretaria de

Combate à Pobreza e à Fome; com a Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde; com o Ministério da Igualdade Racial; e com a Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Já em 2025, houve recebimento de transferências de recursos financeiros dos TEDs firmados com o Ministério da Saúde; com a Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde; com a Secretaria Nacional de Cuidados e Família; e com a Secretaria Extraordinária de Combate à Pobreza e à Fome. Os demais valores referem-se em sua maioria à retenção previdenciária e aos tributos federais. Já o aumento no subgrupo Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas deve-se ao fato de que, em 2025, houve reavaliação de bens imóveis na Superintendência Estadual do IBGE no Rio de Janeiro, enquanto em 2024 o valor constante desse subgrupo refere-se, majoritariamente, ao ajuste para perdas de demais créditos a receber.

Análise da Demonstração dos Fluxos de Caixa

Conforme apresentado na Demonstração dos Fluxos de Caixa, as Receitas Patrimoniais, de Serviços, Remuneração das Disponibilidades e Outras Receitas Derivadas e Originárias são as receitas próprias do IBGE e foram responsáveis por 0,5% dos ingressos no fluxo de caixa das atividades operacionais. Como o IBGE não é um agente arrecadador, a principal fonte de ingresso financeiro das atividades operacionais são as Transferências Financeiras Recebidas, correspondendo a 99 % do valor dos ingressos nessa atividade.

Já no fluxo de caixa referente a Investimentos a aquisição de Ativo não Circulante foi responsável por 90% do valor desembolsado nessa atividade. As principais aquisições nesse exercício se referem à Equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação e Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos. Dos R\$ 15 910 123,93 desembolsados em Investimentos em 2025, 82% foram para pagamento de Restos a Pagar Não Processados, 3% para pagamento de Restos a Pagar Processados e 15% para pagamento de créditos empenhados no exercício de 2025.

Análise do Balanço Financeiro

Ao analisar o Balanço Financeiro do exercício de 2025, verifica-se que houve um aumento na disponibilidade de caixa de 20% (R\$ 37 481 485, 07) em relação a dezembro de 2024. A maior parte do saldo em caixa se refere ao pagamento de despesas com pessoal, já que a efetiva saída de financeiro ocorre no mês subsequente à folha, com um crescimento nessas despesas devido ao reajuste salarial concedido e a entrada de novos servidores.

Em dezembro de 2025, o total dos ingressos orçamentários aumentou 14% em comparação com dezembro de 2024. Esse fato se deve principalmente ao aumento na Receita Orçamentária, pois neste exercício houve realização de dois Processos Seletivos Simplificados, e nos Repasses Recebidos em função do aumento no volume das despesas em-

penhadas e pagas dentro do exercício. O mesmo ocorreu com o total dos Dispêndios Orçamentários, que aumentou 15% em relação a dezembro de 2024 (R\$ 429 397 687,17). Esse crescimento se deve ao fato de no exercício de 2025 haver maior volume de despesas empenhadas, principalmente referentes ao grupo de Pessoal e Encargos Sociais.

O saldo do grupo referente aos Recebimentos Extraorçamentários apresentou um acréscimo de 13% em relação a dezembro de 2024. Este fato se deve principalmente ao aumento nos valores inscritos em Restos a Pagar. As inscrições em Restos a Pagar Processados se referem, majoritariamente, a despesas de pessoal e as inscrições em Restos a Pagar Não Processados se referem, principalmente, a despesas com serviços de seleção e treinamento, devido à realização dos processos seletivos simplificados, locação de *software* e aquisição de instalações. Os Pagamentos Extraorçamentários apresentaram uma redução de 15%, em comparação com dezembro de 2024, devido principalmente a redução dos pagamentos de Restos a Pagar Processados. Em 2024, bem como em 2025, algumas despesas de folha foram apropriadas e pagas dentro do próprio exercício sem gerar Restos a Pagar, diferentemente do exercício de 2023, em que foram apropriadas, mas só foram pagas em 2024.

Normas e procedimentos

O IBGE se submete ao Plano Plurianual - PPA; à Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO; à Lei Orçamentária Anual - LOA; e a todos os demais normativos que regem a execução orçamentária no âmbito do governo federal.

Sob os aspectos contábeis, o Instituto segue todas as normas que norteiam o Sistema Federal de Contabilidade, tais como: o **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP** [↗](#); a **Lei n. 4.320, de 17.03.1964** [↗](#); as NBC TSP (Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público); as NBCs TSP numeradas em diversos assuntos; e o **Manual SIAFI** [↗](#).

Visando controlar e garantir a confiabilidade da regularidade e da completude de todos os registros contábeis, dos atos permutativos e modificativos da instituição, são adotados, entre outros, os seguintes procedimentos:

- I. Acompanhamento e aplicação das orientações dos manuais gerados pelo sistema SIAFI - Macrofunções;
- II. Utilização de sistema informatizado interno (SDA) para controlar as finanças, o orçamento, os bens móveis e imóveis, os contratos, a gestão de pessoas, entre outros; e

- III. Elaboração de manual de operacionalização de suprimento de fundos e disponibilização de curso a distância para capacitar os servidores responsáveis por valores concedidos nesta modalidade.



Informações acerca do setor de contabilidade do IBGE

Estrutura

O IBGE possui uma Seccional Contábil do Órgão, na Administração Central, que é a Unidade Gestora - UG responsável pelo acompanhamento da execução contábil e pelo registro da conformidade contábil a nível de órgão. Além disso, conta com a colaboração de contadores lotados nas Superintendências Estaduais, responsáveis pelas atividades de contabilidade a nível local (27 Unidades Gestoras). A seguir estão apresentados nominalmente os responsáveis.

Nomes e cargos dos responsáveis pela contabilidade

Lotação		Contador titular	Contador substituto
SEDE			
114601	Adm. Central	Vera Lucia Ahnert dos Santos	Mayara Izzo
NORTE			
114602	RO	Aecio Trigueiro Monte	-
114603	AC	Tiago Nogueira Marques	Marcos Kennedy Neves de Castro
114604	AM	Miguel Carlos Viana Negreiros	-
114605	RR	Ismael Costa Silva	-
114606	PA	José de Anchieta Teixeira Trindade	-
114607	AP	Ibere de Souza Batista	-
114639	TO	Ismael Carvalho do Nascimento	-
NORDESTE			
114608	MA	Lourivaldo de Andrade Ribeiro	-
114609	PI	Náilda da Cunha Rabelo	-
114610	CE	Deusivanio Muniz Nunes	Nélio Alvaro de Macedo Filho
114612	RN	Paula Frassinetti de Lima Barroso	Mariana Medeiros Martins da Silva
114613	PB	Antonio Gouveia Junior	Debora Clara da Silva Celestino
114614	PE	Gerlane Pereira de Albuquerque Rodrigues	-
114615	AL	Artur Angelo Ramos Lamenha	Alan Victor Batista Nunes
114616	SE	Alexandre Fonseca Menezes	-
114617	BA	Isabela da Silva Brandão	Cleiton Samuel Santana Oliveira
SUDESTE			
114618	MG	Anderson Carvalho de Oliveira	Nicole Mendes Flores
114619	ES	Simei Del Pupo da Rocha	Bernardo Simonassi Scalzer
114622	SP	Rosano Maroso Goncalves	-
114631	RJ	Mariana Moraes Paes	Moises Fiuza Garcez Junior
SUL			
114623	PR	Edson Henrique Loch	-
114624	SC	Julia Gonçalves Peres	Melina Patrui Gauloski
114625	RS	Denise Lima Maciel	Maik Antonio Moraes da Silva
CENTRO-OESTE			
114620	MS	Maria Regina de Miranda Nascimento	-
114626	MT	-	-
114627	GO	João Fernando Carolina	-
114629	DF	Talyssa Cristine Cardoso Razini	Andre Luiz Leal Fuzer





Nossos resultados

Censo Demográfico 2022

O Censo Demográfico é a mais complexa e grandiosa operação estatística realizada no País, que permite a composição de um retrato abrangente e fiel do Brasil. Entre os anos de 2022 e 2023, o IBGE realizou a coleta do Censo Demográfico 2022, uma operação de magnitude desafiadora que mobilizou recursos humanos e tecnológicos em todo o Território Nacional. A partir de 2023, os dados passaram pelas etapas de crítica e codificação e passaram a ser disponibilizados ao público.

Durante 2025, as ações de disseminação e comunicação relacionadas ao Censo Demográfico 2022 concentraram-se na divulgação de seus resultados. Mantida a diretriz do ano anterior, os lançamentos e eventos foram realizados em diversos Estados pelo País, reafirmando a presença nacional do IBGE e reforçando a proximidade do Instituto com a sociedade. Essas divulgações também fortaleceram as relações interinstitucionais, tendo em vista que parte dos eventos foi sediada e apoiada por parceiros do IBGE.

A divulgação dos resultados do Censo 2022 manteve o formato de evento presencial, com a participação de autoridades e técnicos, e transmitido pelo [IBGEDigital](#) e pelos canais oficiais do Instituto. Também foi realizada a oficina “Um território de informações: Potencialidades dos Dados do Censo 2022”, voltada às possibilidades de uso das informações na tomada de decisão por

gestores locais, incluindo o uso de ferramentas disponibilizadas pelo IBGE.

Ao todo, foram realizadas 10 oficinas em 2025, atendendo mais de 500 participantes, no Distrito Federal e nos Estados de Alagoas, Acre, Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Sergipe, entre outros.

Dado o sucesso da iniciativa nos dois anos anteriores, foi mantida a disponibilização dos resultados do Censo Demográfico 2022 por meio do canal [Panorama do Censo 2022](#), com uma interface amigável e facilmente acessada por todo tipo de usuário, independentemente de seus conhecimentos técnicos. Em 2025, foram implementadas novas funcionalidades de mapas no canal: endereços e coordenadas do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos - CNEFE; filtro e busca de endereços por CEP, rua e bairro; e seleção múltipla de setores, permitindo compor um território personalizado para consulta de dados demográficos.

Também foi mantida a divulgação de resultados pela [Plataforma Geográfica Interativa - PGI](#) e pelo [Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA](#), além do Portal do IBGE.

No que se refere à comunicação social, as ações incluíram reuniões de pré-embargo e embargo; entrevistas coletivas e individuais – presenciais e on-line; e a produção de *releases*, notícias, vídeos e *podcasts*. Cada divulgação de resultados descrita

na próxima sessão possui *link* para as notícias veiculadas pela Agência IBGE Notícias.

O **Minuto IBGE** é um programa de rádio semanal disponibilizado gratuitamente para emissoras de todo o País, por meio da Rede Nacional de Rádio. Com dados e curiosidades, o programa mostra como as informações produzidas pelo IBGE estão presentes no dia a dia dos brasileiros. Toda segunda-feira, é lançada uma nova edição. Foram produzidos os seguintes episódios com conteúdo relativo aos resultados do Censo 2022:

- 10/03: [Características dos indígenas](#);
- 07/04: [Educação no Brasil](#);
- 07/07: [Autismo no Censo Demográfico](#);
- 04/08: [Migração](#); e
- 08/12: [Nupcialidade e Família](#).

Resultados divulgados em 2025

Educação: Resultados preliminares da amostra

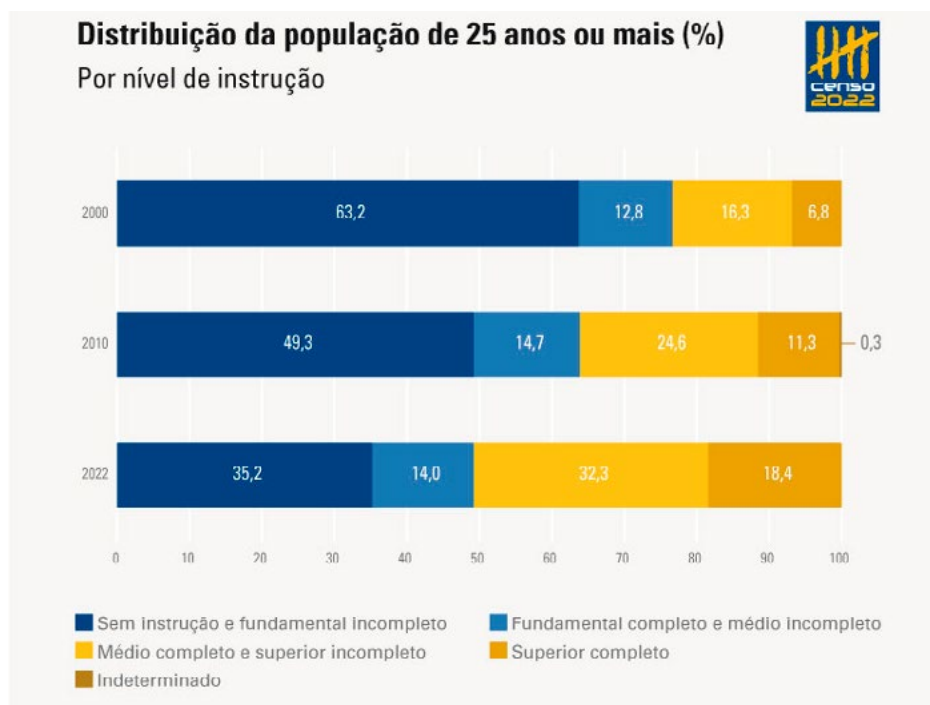
Foram divulgados, no dia 26.02.2025, os resultados do [Censo Demográfico 2022 sobre educação no Brasil](#). Os dados revelaram avanços significativos na escolaridade da população com 25 anos ou mais, além de informações sobre frequência escolar em diferentes faixas etárias. A

pesquisa também destacou desigualdades persistentes entre Regiões, grupos raciais e gêneros.

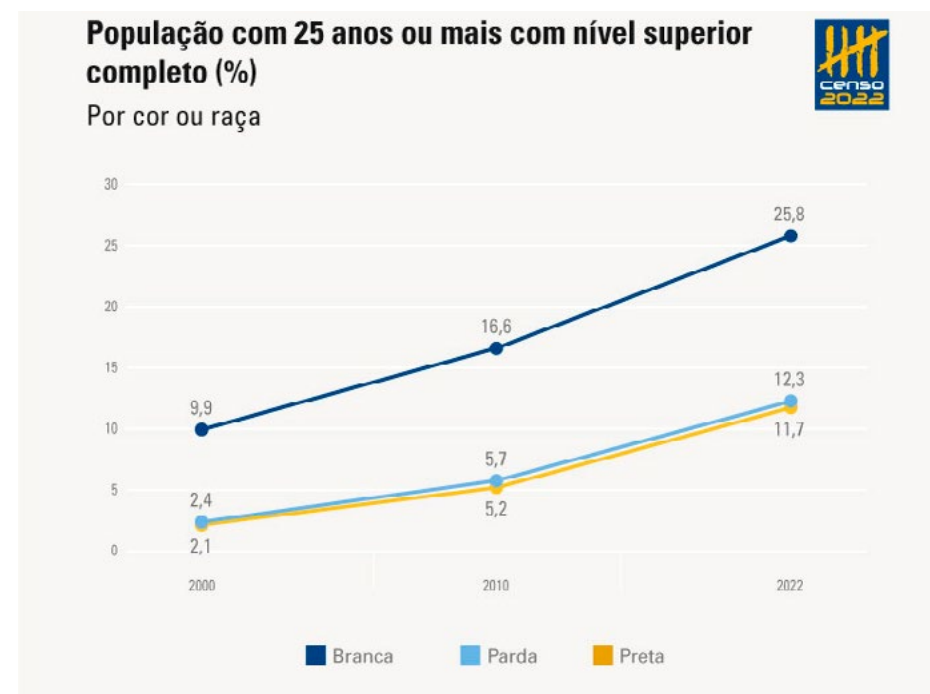
Entre 2000 e 2022, a proporção de pessoas com ensino superior completo passou de 6,8% para 18,4%, enquanto o percentual sem instrução ou com ensino fundamental incompleto caiu de 63,2% para 35,2%. A frequência escolar de crianças e adolescentes até 17 anos aumentou, mas houve redução entre jovens de 18 a 24 anos. A média nacional de anos de estudo da população de 25 anos ou mais chegou a 9,6.

Apesar dos avanços, as disparidades permanecem. A proporção de pessoas brancas com nível superior alcançou 25,8%, valor mais que duas vezes superior ao observado entre pessoas pretas (11,7%) e pardas (12,3%). Mulheres apresentaram proporção superior à dos homens na conclusão do ensino superior, com 20,7% contra 15,8%. Regionalmente, o Distrito Federal liderou com 37% da população adulta com nível superior, enquanto o Maranhão apresentou apenas 11,1%. A meta do Plano Nacional de Educação para crianças de até 3 anos ainda não havia sido atingida, registrando frequência escolar de 33,9% nessa faixa etária.

Para detalhes sobre a publicação, [clique aqui](#) ↗.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

Mapas dos Setores Urbanos e Rurais

O IBGE divulgou, no dia 07.04.2025, coleção de **468 099 mapas** em formato GeoPDF, que representa a configuração espacial dos limites dos Setores Censitários do Censo Demográfico 2022, detalhados em dois modelos conforme sua situação: Mapas de Setores Urbanos - MSU e Mapas de Setores Rurais - MSR. Esses mapas integram os Mapas para Fins Estatísticos, utilizados pelo IBGE no planejamento e execução das etapas de coleta, apuração, tabulação, análise e divulgação das pesquisas domiciliares, com destaque para as operações censitárias. Os mapas de Setores Censitários são disponibilizados ao público, desde o Censo Demográfico 2010. Na versão atual, destacou-se a **utilização inédita de imagens de satélites de alta resolução** na composição dos mapas, o que ampliou a capacidade de leitura da configuração territorial e favoreceu o reconhecimento de elementos da paisagem associados a cada Setor Censitário. A adoção do GeoPDF e de imagens satelitais tornou o produto mais acessível e funcional para diferentes perfis de usuários, apoiando análises territoriais e recortes compatíveis aos resultados censitários em nível local, com ganhos de padronização, reprodutibilidade e consistência espacial em diversos estudos e levantamentos.


Para detalhes sobre a publicação, [clique aqui](#) ↗.

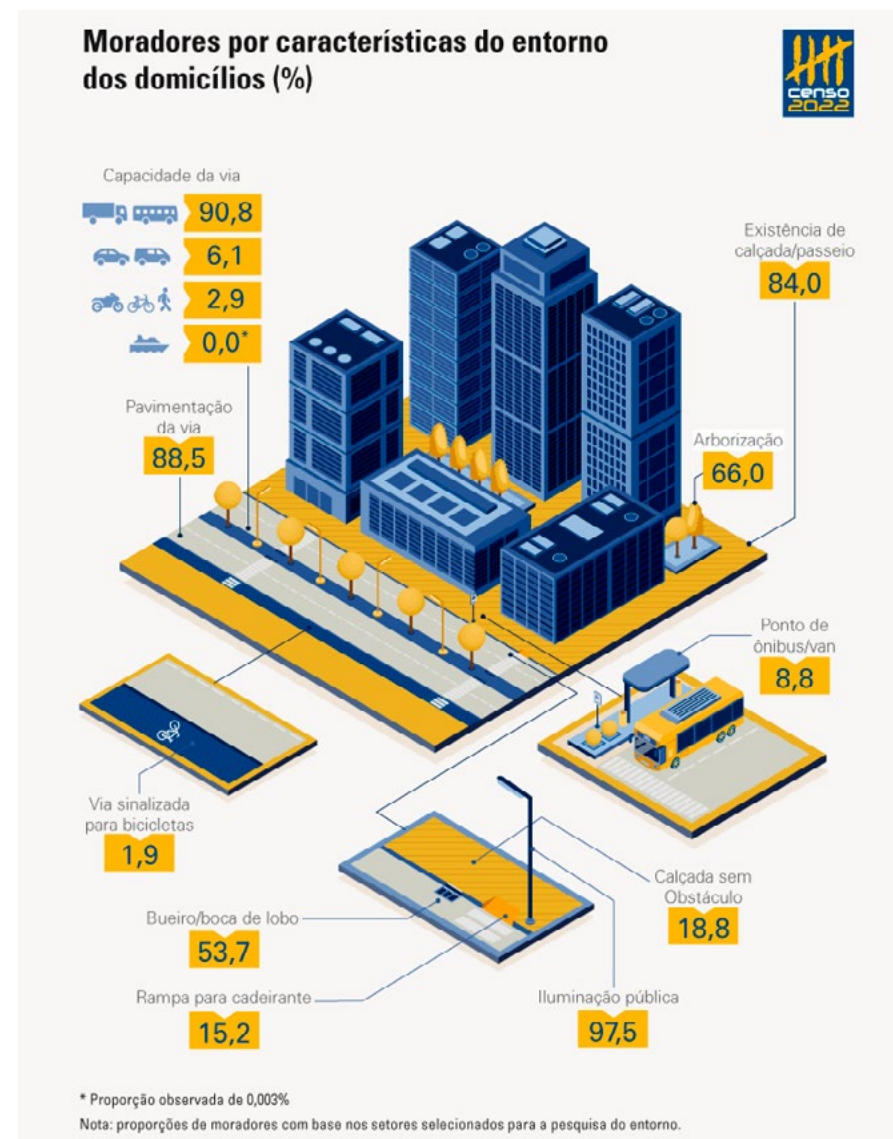


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

de obstáculos (32,8 milhões de moradores), e a infraestrutura para bicicletas e transporte público é limitada: apenas 1,9% das vias são sinalizadas para ciclismo, e apenas 8,8% têm ponto de ônibus ou van.

Os resultados apontam para um quadro urbano misto: avanços consideráveis em iluminação, calçamento e drenagem, mas insuficientes na acessibilidade universal e mobilidade sustentável. Esses indicadores reforçam a importância de investimentos direcionados para adaptar infraestruturas urbanas - especialmente calçadas, rampas, transporte público e ciclovias - com a finalidade de construir cidades mais inclusivas e equitativas.

Para detalhes sobre a publicação, [clique aqui](#) .



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

Quilombolas: Principais características das pessoas e dos domicílios, por situação urbana ou rural do domicílio: Resultados do Universo

O IBGE divulgou, em 09.05.2025, na Universidade Federal de Juiz de Fora, os primeiros resultados do Censo Demográfico 2022 sobre a população quilombola, trazendo dados inéditos sobre características das pessoas e dos domicílios em Áreas Urbanas e Rurais, como idade, alfabetização, registro de nascimento e saneamento básico. O evento, considerado um marco histórico para as estatísticas oficiais, também marcou a inauguração da quarta unidade da Casa Brasil IBGE, reforçando a importância da parceria com universidades e da produção de informações para políticas públicas voltadas às comunidades tradicionais. A divulgação contou com a presença de 300 pessoas no local, entre elas professores, estudantes, autoridades, servidores do IBGE e convidados.

Assista ao vídeo da gravação do evento [aqui](#).

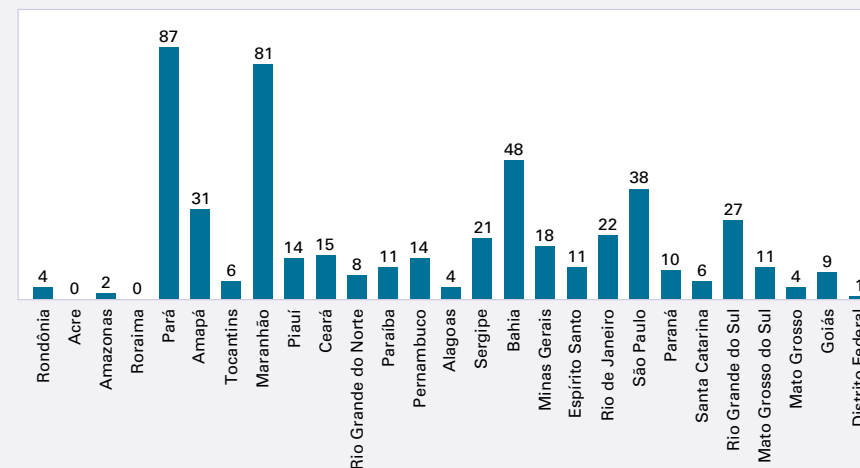
O Censo Demográfico 2022 inovou ao investigar, pela primeira vez, o pertencimento étnico quilombola dos residentes em localidades quilombolas e recenseou 1 330 186 pessoas quilombolas em 24 Estados e no Distrito Federal. Para viabilizar essa inovação nas pesquisas censitárias, foi realizado um processo de consulta pública, livre, prévia e esclarecida com a população quilombola sobre todos os pilares do projeto censitário: desenho de questionário; cartografia censitária; treinamento diferenciado; metodologia de abordagem e coleta censitária nas localidades quilombolas; sensibilização; e divulgação.

A publicação *Censo Demográfico 2022: Quilombolas: Principais características das pessoas e dos domicílios, por situação urbana ou rural do domicílio* trouxe informações sobre as principais características das pessoas quilombolas e domicílios, por situação urbana ou rural, dentro e fora dos Territórios Quilombolas oficialmente delimitados, para Brasil, Grandes Regiões,

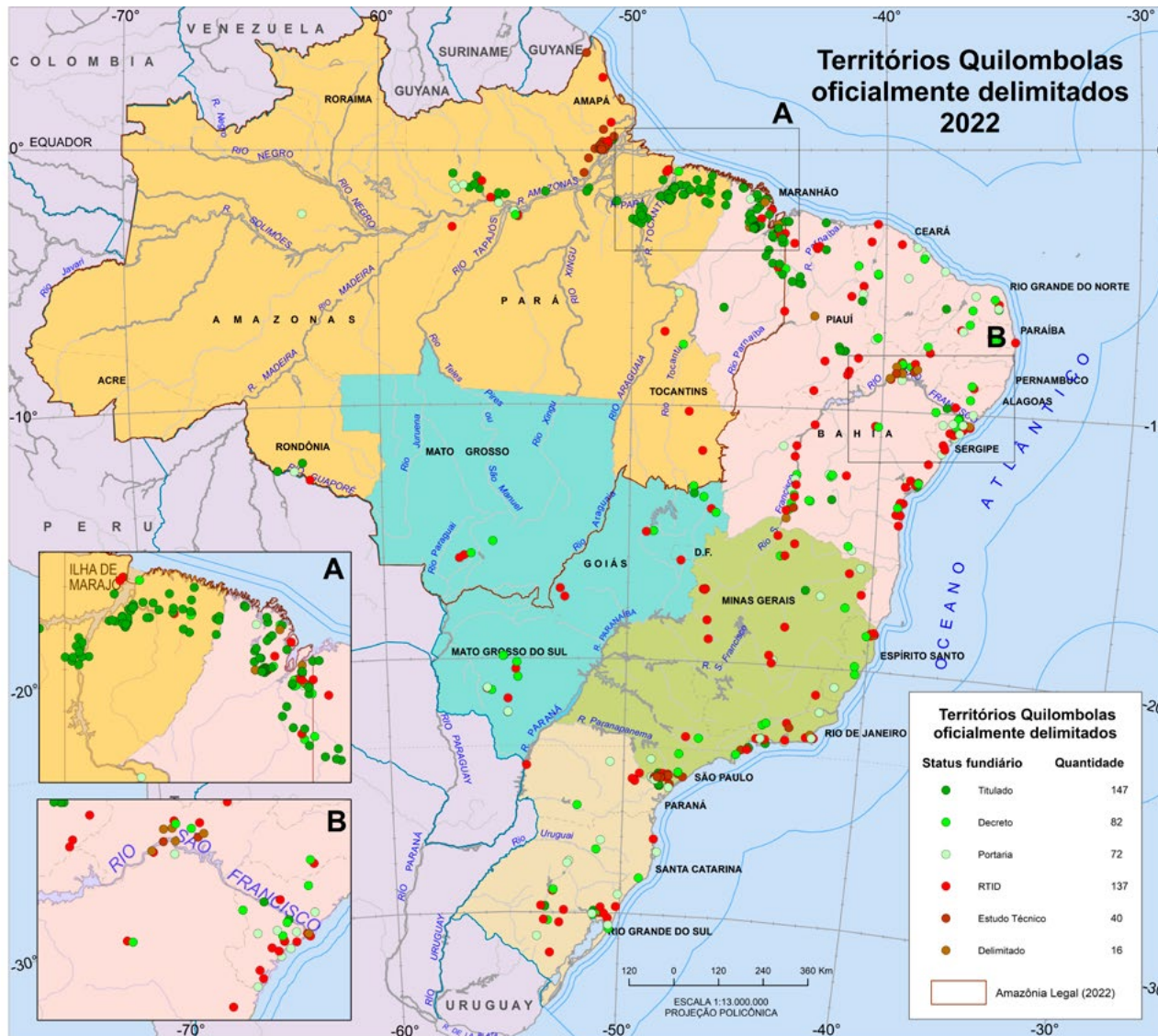
Unidades da Federação, Municípios, Amazônia Legal, Amazônia Legal por Unidades da Federação, Territórios Quilombolas oficialmente delimitados e Territórios Quilombolas por Unidades da Federação. Os dados também podem ser visualizados na [PGI](#), no [Panorama do Censo 2022](#), no [SIDRA](#) e na página do [Quadro Geográfico](#).

Os Territórios Quilombolas oficialmente delimitados são entidades fundiárias, que podem compreender diversos usos e modalidades de ocupação espacial, desde que relacionados à garantia da reprodução física, social, econômica e cultural das comunidades quilombolas. A distribuição desses territórios por Unidade da Federação pode ser vista no gráfico e cartograma a seguir, destacando a grande quantidade nos Estados do Pará (87) e Maranhão (81).

Territórios Quilombolas oficialmente delimitados, segundo as Unidades da Federação - 2022



Fonte: IBGE, Coordenação de Estruturas Territoriais, com informações do INCRA e dos órgãos com competências fundiárias nos Estados e Municípios.

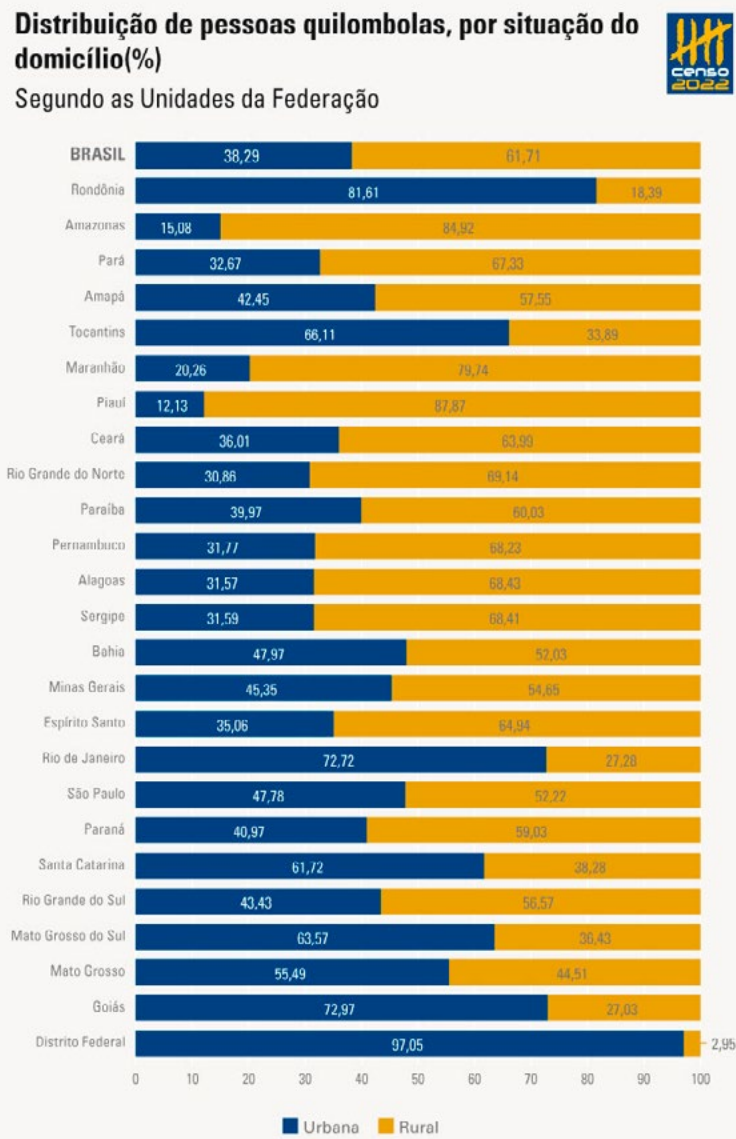


Os dados mostraram que a maioria dos quilombolas vive em Áreas Rurais (61,7%), chegando a 87,4% nos territórios oficialmente delimitados. A população era majoritariamente jovem, com mais da metade abaixo de 29 anos e idade mediana de 27 anos no meio rural. Havia uma leve predominância masculina nas Áreas Rurais e feminina nas Áreas Urbanas, indicando diferenças demográficas entre os dois contextos.

As desigualdades eram evidentes em educação e infraestrutura: a taxa de analfabetismo entre quilombolas rurais era de 22,7%, quase o dobro da média nacional, enquanto nas Áreas Urbanas era 13,3%. O saneamento básico era o maior desafio, com 94,6% dos quilombolas rurais enfrentando precariedades. Em Territórios Rurais, 83,4% não tinham esgotamento e 7,0% ainda usavam céu aberto. Esses dados reforçam a necessidade urgente de políticas públicas específicas para reduzir desigualdades e garantir direitos básicos.

Para detalhes sobre a publicação, [clique aqui](#) ↗.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

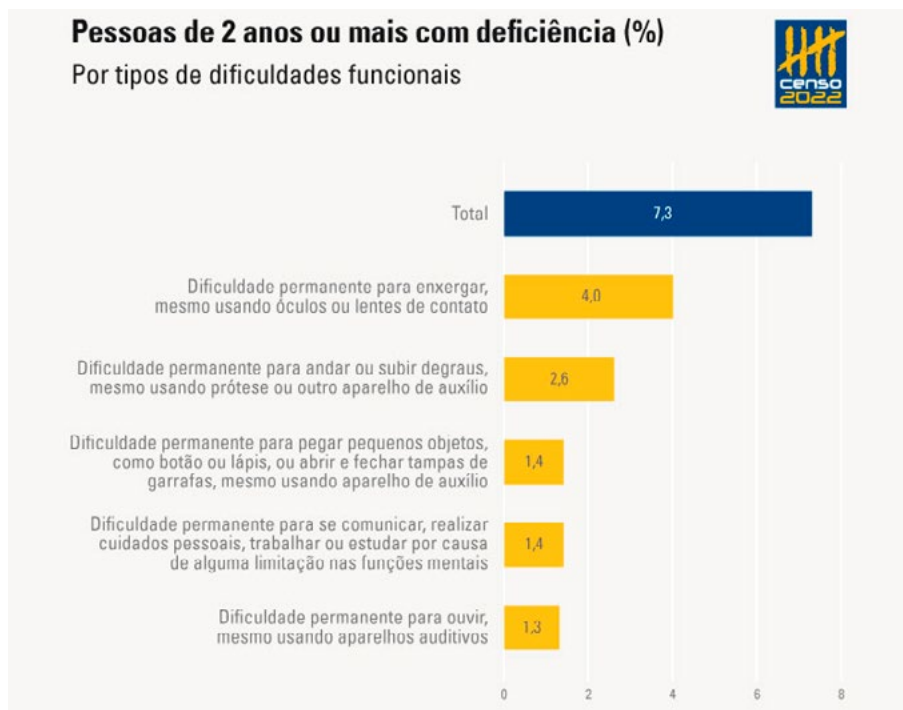


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

Pessoas com deficiência e Pessoas diagnosticadas com transtorno do espectro autista: Resultados preliminares da amostra

O IBGE divulgou, no dia 23.05.2025, em Natal (RN) [📍](#), os resultados preliminares da amostra do *Censo Demográfico 2022: Pessoas com Deficiência e Pessoas Diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista* [📍](#). O evento, realizado na sede da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Rio Grande do Norte, marcou um momento histórico ao apresentar, pela primeira vez, dados sobre autismo no Brasil, além de atualizar informações sobre a população com deficiência. A iniciativa reforça a importância de estatísticas detalhadas para orientar políticas públicas voltadas à inclusão e à redução das desigualdades.

Os dados revelaram que, em 2022, o **Brasil tinha 14,4 milhões de pessoas com deficiência** [📍](#), representando 7,3% da população com 2 anos ou mais. A prevalência aumenta com a idade: apenas 2,2% das crianças de 2 a 14 anos apresentavam algum tipo de deficiência, enquanto entre pessoas com 70 anos ou mais, esse percentual chegava a 27,5%. As mulheres eram maioria (8,3 milhões), superando os homens (6,1 milhões), e o Nordeste concentrava os maiores índices, com destaque para Alagoas (9,6%) e Piauí (9,3%). Entre os tipos de deficiência, a dificuldade para enxergar foi a mais comum, atingindo 7,9 milhões de pessoas, seguida por limitações de mobilidade (5,2 milhões). Esses números evidenciam a relação entre deficiência e vulnerabilidade social, especialmente em domicílios sem banheiro, dos quais 19,3% tinham pelo menos um morador com deficiência.

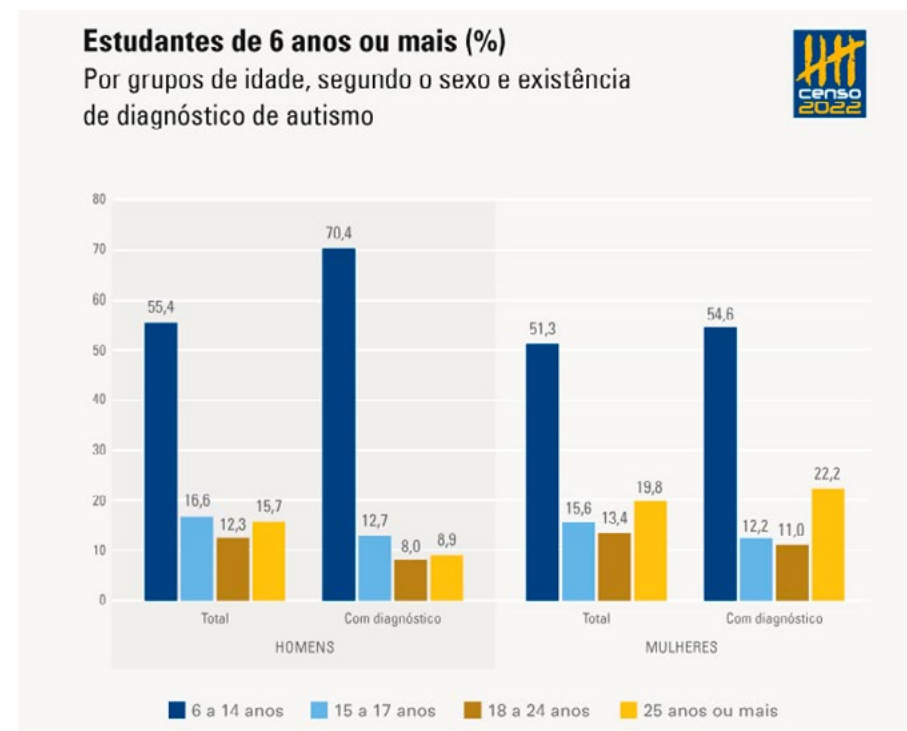


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

O Censo também trouxe **dados inéditos sobre o Transtorno do Espectro Autista - TEA, identificando 2,4 milhões de pessoas com diagnóstico**, o equivalente a 1,2% da população brasileira. A prevalência era maior entre homens (1,5%) do que entre mulheres (0,9%), totalizando 1,4 milhão e 1 milhão, respectivamente. Entre as faixas etárias, o grupo de 5 a 9 anos apresentou o maior percentual (2,6%), chegando a 3,8% entre meninos dessa idade. Em números absolutos, a Região Sudeste concentrava mais de 1 milhão de pessoas com TEA, seguida pela Região Nordeste (633 mil). A análise por cor ou raça indicou maior prevalência entre pessoas brancas (1,3%) e menor entre indígenas (0,9%).

No campo educacional, os desafios são evidentes para ambos os grupos. Entre pessoas com deficiência com 25 anos ou mais, 63,1% não completaram o ensino

fundamental, e apenas 7,4% concluíram o ensino superior, contra 19,5% da população geral. A taxa de analfabetismo nesse grupo (21,3%) era quatro vezes maior que a média nacional. Para pessoas com TEA, embora a taxa de escolarização tenha sido superior à da população geral (36,9% contra 24,3%), essa diferença se explica pela concentração em idades escolares. Mais de dois terços dos estudantes com autismo estavam no ensino fundamental, enquanto apenas 0,8% alcançou o ensino superior, refletindo barreiras de acesso, adaptação curricular e apoio institucional.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

Para garantir transparência e ampliar o uso das informações, o IBGE disponibilizou os resultados no portal institucional e em plataformas como **SIDRA** e **Panorama do Censo 2022**, que oferecem tabelas, mapas interativos

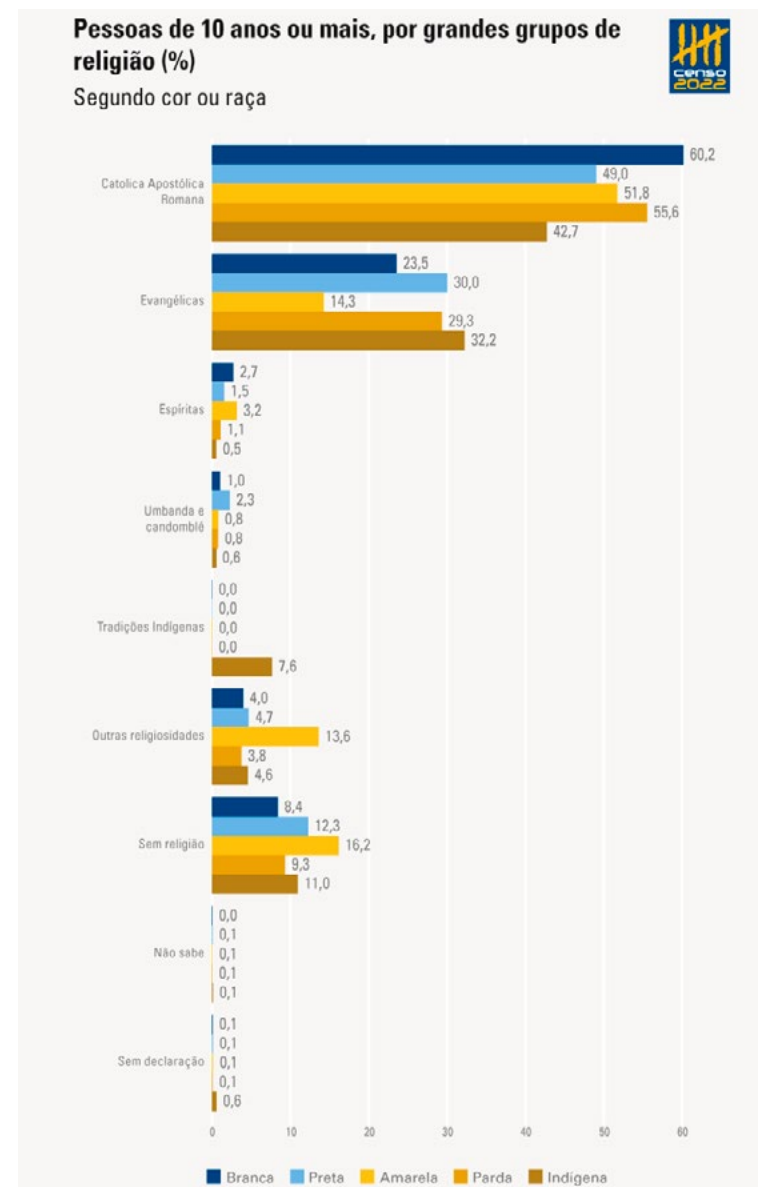
e análises detalhadas por sexo, idade, cor ou raça e localização geográfica. Esses dados são fundamentais para gestores, pesquisadores e sociedade civil planejarem ações que promovam inclusão, acessibilidade e equidade. A divulgação representou um passo decisivo para compreender a realidade das pessoas com deficiência e com TEA no Brasil, orientando políticas públicas mais eficazes e baseadas em evidências.

Para detalhes sobre a publicação, [clique aqui](#).

Religiões: Resultados preliminares da amostra

O IBGE divulgou, em 06.06.2025, os resultados preliminares do Censo Demográfico 2022 sobre religiosidade no Brasil, em evento realizado na Casa Brasil IBGE, no Palácio da Fazenda (RJ). Os dados revelaram mudanças significativas no perfil religioso brasileiro entre 2010 e 2022: a proporção de católicos caiu de 65,1% para 56,7%, enquanto os evangélicos cresceram de 21,6% para 26,9%, e os sem religião passaram de 7,9% para 9,3%. Também houve aumento nas religiões de Umbanda e Candomblé (de 0,3% para 1,0%) e outras religiosidades (de 2,7% para 4,0%), enquanto os espíritas tiveram leve queda (de 2,2% para 1,8%).

O levantamento mostrou que o catolicismo ainda predominava em todas as Regiões, com maior concentração na Região Nordeste (63,9%), enquanto os evangélicos eram mais presentes no Norte (36,8%). Pessoas sem religião estavam mais concentradas no Sudeste (10,5%), e as tradições indígenas representavam 0,1% das declarações. A análise também apontou diferenças por idade, cor ou raça e escolaridade: católicos têm perfil mais envelhecido, enquanto evangélicos são mais jovens; espíritas apresentavam os melhores níveis de instrução, com 48% de nível superior completo, e as menores taxas de analfabetismo (1%). Já as tradições indígenas registravam as maiores taxas de analfabetismo (24,6%). O estudo ainda detalhou a distribuição por Unidade da Federação: Piauí tinha a maior proporção de católicos (77,4%), enquanto Acre liderava entre evangélicos (44,4%) e Roraima concentrava o maior percentual de pessoas sem religião (16,9%).



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

Essas transformações refletem mudanças históricas e sociais, além da evolução metodológica do Censo para captar a diversidade religiosa, incluindo adaptações específicas para povos indígenas. Os resultados estão disponíveis no Portal do IBGE, com acesso a tabelas, apresentações e análises no [Panorama do Censo 2022](#) e no [SIDRA](#), permitindo consultas detalhadas por Brasil, Regiões, Estados e Municípios. A divulgação reforça o papel do Censo como ferramenta essencial para compreender a identidade e a pluralidade cultural do País.

Para detalhes sobre a publicação, [clique aqui](#).

Grade Estatística

O IBGE divulgou, em 12.06.2025, a atualização da [Grade Estatística](#) com os dados do Censo Demográfico 2022. A divulgação substitui a versão de 2010 e traz uma nova ferramenta interativa que permite visualizar pirâmides etárias de qualquer local no mapa. As informações estão disponíveis para visualização e consulta por meio de aplicação interativa e arquivos vetoriais para *download* no Portal do IBGE.

Uma forma alternativa de disseminação de dados do Censo Demográfico, a Grade Estatística permite maior detalhamento e amplia as possibilidades de visualização e análise de dados estatísticos em comparação às unidades tradicionais de disseminação, como os Setores Censitários. Entre as vantagens estão a forma regular, pequena

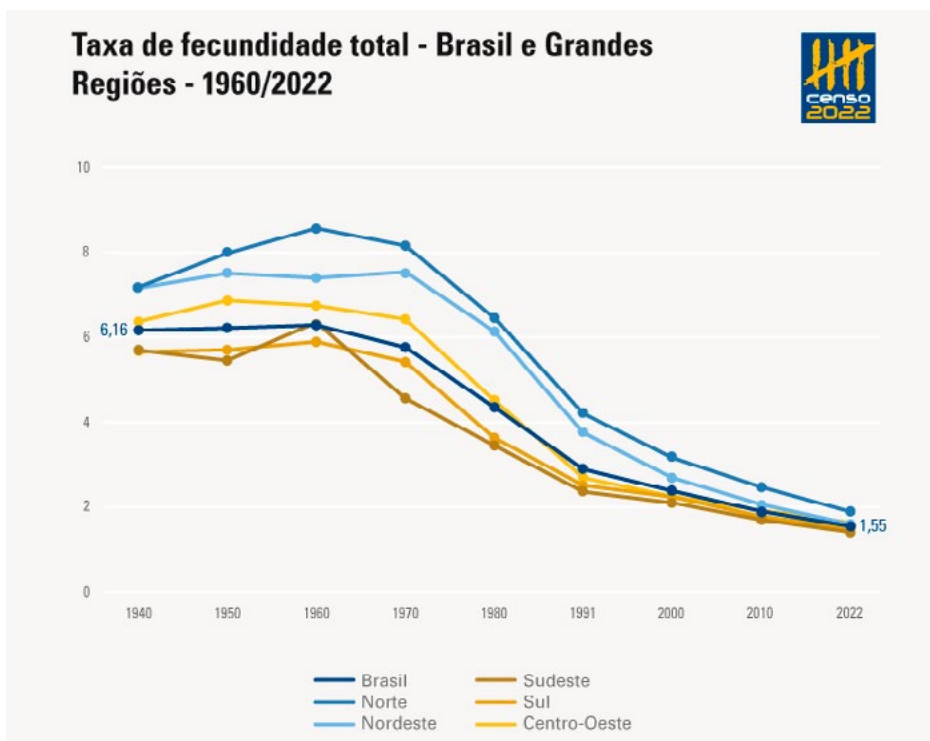


dimensão das células e sua estabilidade espaço-temporal, que permitem análises independentes de limites político-administrativos e a composição de recortes espaciais diversos.

Fecundidade e migração: Resultados preliminares da amostra

O IBGE divulgou, em 27.06.2025, na [Universidade de Brasília](#), dados sobre [fecundidade e migração](#). O Censo Demográfico 2022 confirmou uma tendência histórica de queda na fecundidade

no Brasil. Em 1960, cada mulher tinha, em média, 6,28 filhos, mas esse número caiu para apenas 1,55 em 2022, abaixo do nível de reposição populacional (2,1). Essa redução ocorreu em todas as Regiões, com destaque para o Norte, que passou de 8,56 para 1,89 filhos por mulher. Essa mudança indica [um País com menos filhos e menos mães](#), refletindo transformações sociais, econômicas e culturais ao longo das últimas décadas, como maior acesso à educação, inserção feminina no mercado de trabalho e ampliação do uso de métodos contraceptivos.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

Outro aspecto relevante foi o aumento da idade média das mulheres ao ter filhos, que passou de 26,3 anos em 2000 para 28,1 anos em 2022, chegando a 29,3 anos no Distrito Federal. Essa tendência está associada ao adiamento da maternidade, especialmente entre mulheres com maior escolaridade e residentes em Áreas Urbanas. Além disso, cresceu o percentual de mulheres sem filhos: entre aquelas de 50 a 59 anos, a proporção passou de 10% em 2000 para 16,1% em 2022, com destaque para o Rio de Janeiro, onde chegou a 21%. Esses dados revelaram mudanças profundas na estrutura familiar e nos padrões reprodutivos brasileiros.

As diferenças por cor ou raça, nível de instrução e religião também foram marcantes. Mulheres indígenas apresentaram a maior taxa de fecundidade (2,84 filhos), enquanto as amarelas tinham a menor (1,22). Entre as mulheres sem instrução, a taxa era de 2,01 filhos, contrastando com 1,19 entre aquelas com ensino superior. No recorte religioso, apenas as evangélicas mantiveram fecundidade acima da média nacional (1,74), enquanto espíritas registraram o menor valor (1,01). Esses dados reforçam que fatores culturais, educacionais e socioeconômicos continuam influenciando fortemente as escolhas reprodutivas no País.

Para detalhes sobre a publicação, [clique aqui](#).

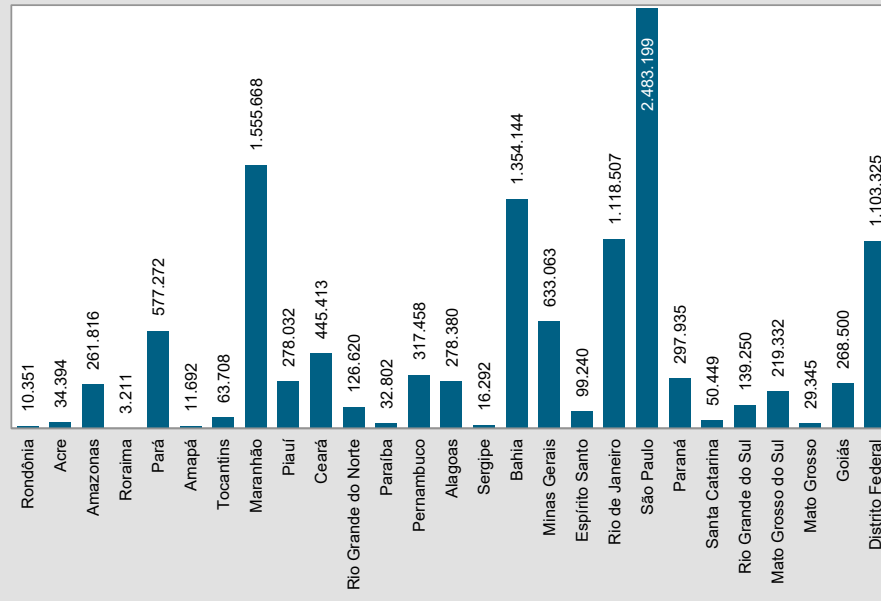
Unidades de Conservação: Principais características das pessoas residentes e dos domicílios, por recortes territoriais e grupos populacionais específicos: Resultados do universo

O IBGE divulgou, em 11.07.2025, em Rio Branco (AC), que o Censo Demográfico 2022 identificou 11,8 milhões de pessoas vivendo em Unidades de Conservação - UCs, o equivalente a 5,8% da população brasileira. A grande maioria (98,7%) residia em UCs de uso sustentável, especialmente em Áreas de Proteção Ambiental - APA, que concentravam 97,1% desse total. Instituídas por meio de lei, as UCs são territórios com características naturais relevantes para a conservação da diversidade biológica brasileira, que podem ser de uso sustentável, como áreas de proteção ambiental e reservas extrativistas, e de proteção integral, como estações e reservas biológicas.

Assista ao vídeo da gravação do evento [aqui](#).

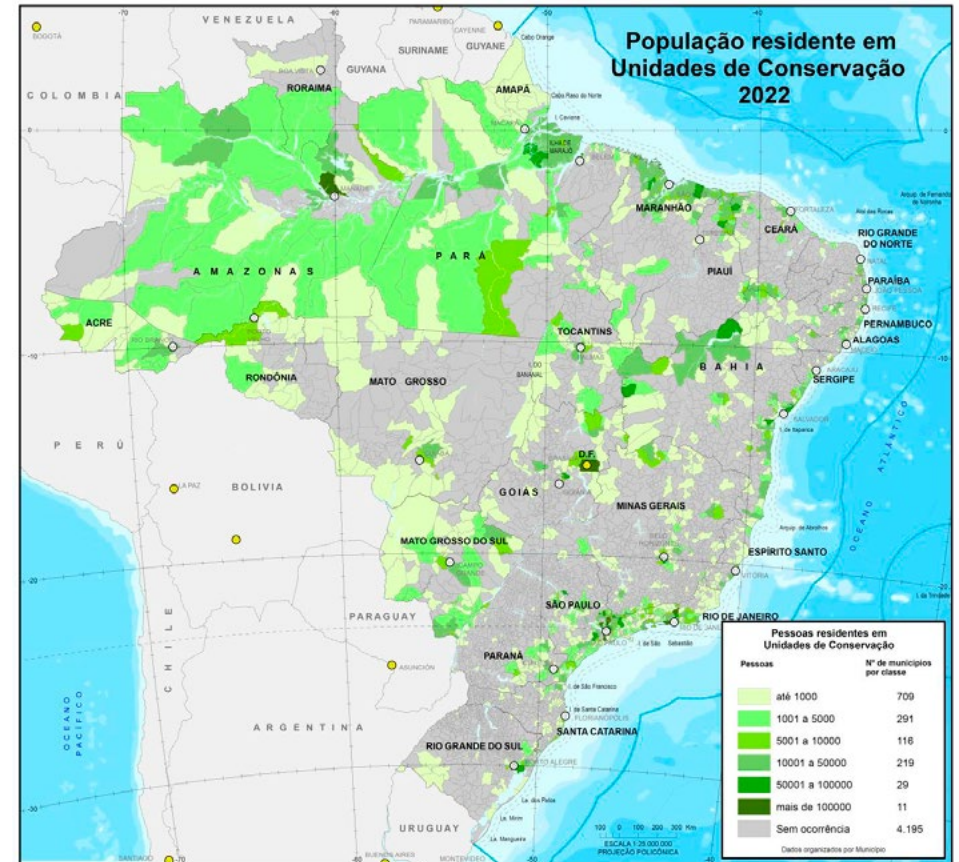
O estudo registrou que 1 138 UCs possuíam moradores, enquanto 1 227 não tinham população residente. A maior presença populacional em UCs ocorreu no Maranhão, na Bahia e em São Paulo, com destaque para grandes APAs extremamente povoadas, como a do Planalto Central e a da Baixada Maranhense.

População residente em Unidades de Conservação, por Unidades da Federação - Brasil - 2022



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

O cartograma a seguir ilustra a informação de percentual de pessoas residentes em UCs por Unidades da Federação.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.



Fonte: Acervo IBGE.



As condições de infraestrutura revelaram desigualdades importantes: 40,3% dos residentes conviviam com pelo menos uma precariedade ou ausência de saneamento básico, e 7,3% da população de UCs enfrentavam precariedade simultânea em abastecimento de água, esgotamento e coleta de lixo — taxa maior que a média nacional. Entre indígenas e quilombolas em UCs, a vulnerabilidade era ainda maior: 59,9% dos domicílios indígenas e 85,9% dos domicílios quilombolas enfrentavam algum tipo de inadequação. As UCs também apresentaram taxa de analfabetismo superior à média do País, e 1,2% dos domicílios não possuíam banheiro, proporção mais elevada nas Unidades de Proteção Integral.

A população residente em UCs era majoritariamente parda (51,1%), seguida por brancos e pretos. Quilombolas representavam 2,4% dos moradores dessas áreas, e indígenas, 1,1%. Regionalmente, as Regiões Nordeste e Sudeste concentravam 74% dos moradores de UCs, enquanto a Região Cen-

tro-Oeste tinha a maior proporção relativa dentro de sua população total. A maioria vivia em áreas administradas pelos Estados, especialmente em São Paulo, Maranhão e Bahia. A população indígena em UCs concentrava-se nas Regiões Nordeste e Norte, vivendo majoritariamente em Áreas Rurais, e o mesmo ocorria com a população quilombola, cuja maior parte estava no Maranhão e na Bahia.

Para detalhes sobre a publicação, [clique aqui](#) .

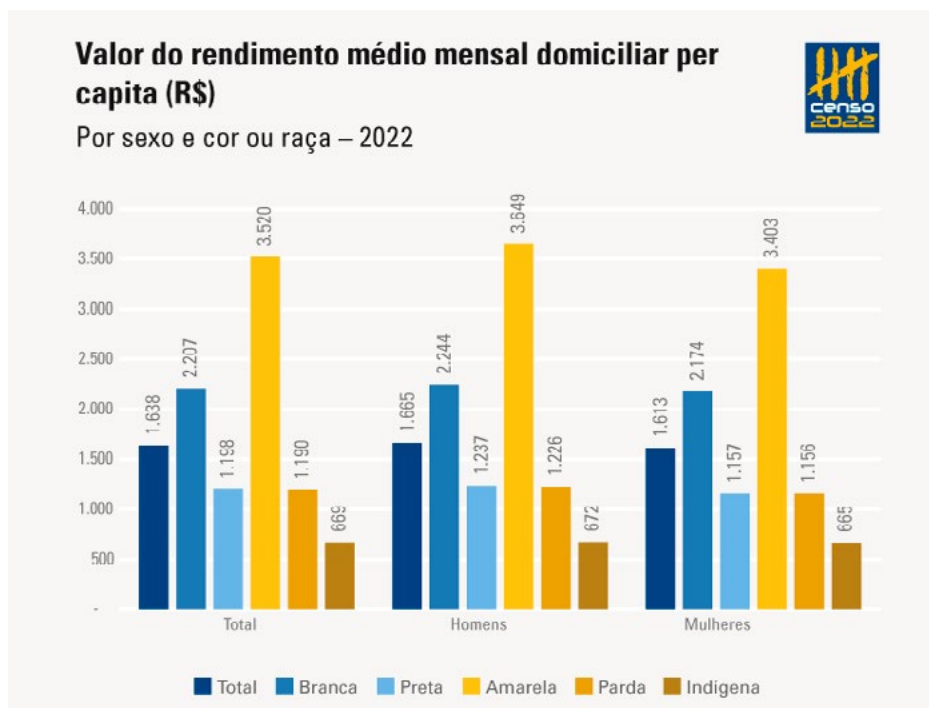
Trabalho e Rendimento: Resultados preliminares da amostra

O IBGE divulgou, em 09.10.2025, na Casa Brasil IBGE (RJ) , que em 520 Municípios do Brasil (9,3% dos 5 569 Municípios), o **rendimento mensal médio do trabalho**  era inferior a um salário mínimo (R\$ 1 212) em 2022. Por outro lado, apenas 19 Municípios apresentaram média superior a quatro salários mínimos (R\$ 4 848). Os três menores valores ocorreram em Cachoeira Grande (MA) (R\$ 759), Caraúbas do Piauí (PI) (R\$ 788) e Mulungu do Morro (BA) (R\$ 805), enquanto os três maiores foram registrados em Nova Lima (MG) (R\$ 6 929), São Caetano do Sul (SP) (R\$ 6 167) e Santana de Parnaíba (SP) (R\$ 6 081).

Em relação à distribuição dos rendimentos entre os trabalhadores, 35,3% recebiam até um salário mínimo, enquanto apenas 7,6% ganhavam mais de cinco salários mínimos. Houve ainda forte disparidade por gênero: os homens recebiam em média R\$ 3 115, 24,3% a mais que as mulheres (R\$ 2 506). O rendimento médio por cor ou raça também apresentou variações relevantes: pessoas amarelas (R\$ 5 942) e brancas (R\$ 3 659) registraram médias superiores à média nacional (R\$ 2 851), seguidas pelas pardas (R\$ 2 186), pretas (R\$ 2 061) e indígenas (R\$ 1 683).

No âmbito domiciliar, o rendimento *per capita* mensal médio foi de R\$ 1 638. Os cinco Municípios com os maiores rendimentos domiciliares *per capita* se encontravam em MG, SP e SC, com o topo no patamar de R\$ 4 300 (Nova Lima/MG). Já os menores, no Norte e Nordeste, variaram de R\$ 289

em Uiramutã (RR), a R\$ 389 em Cachoeira Grande (MA). As desigualdades persistem: os domicílios de pessoas amarelas e brancas tiveram rendimento *per capita* muito superior aos das populações preta, parda e indígena.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

Para detalhes sobre a publicação, [clique aqui](#).

Deslocamentos para trabalho e para estudo: Resultados preliminares da amostra

O IBGE divulgou, em 09.10.2025, na Casa Brasil IBGE (RJ), dados do Censo Demográfico 2022 sobre **deslocamentos para trabalho e para estudo**. A pesquisa revelou que 88,4% da população ocupada no Brasil trabalhava no mesmo Município onde residia, sendo que 71,4% exerciam suas atividades fora de casa e 16,9% trabalhavam em casa. Apenas 10,7% (9,3 milhões) trabalhavam em outro Município, e cerca de 0,04% em País estrangeiro, indicando interação entre cidades brasileiras e estrangeiras, especialmente em áreas de fronteira.

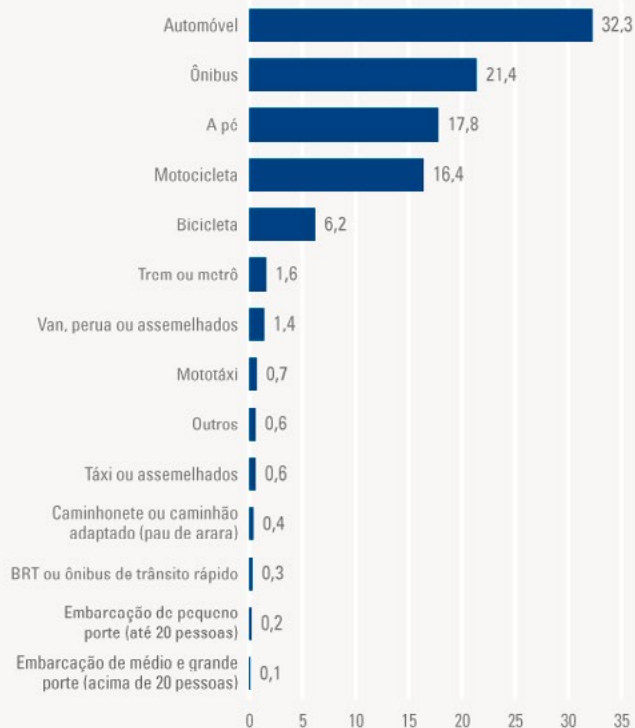
O automóvel era o meio de transporte mais utilizado para deslocamento ao trabalho, representando 32,3% dos casos, seguido por ônibus (21,4%), deslocamento a pé (17,8%) e motocicleta (16,4%). Esses quatro meios concentravam 87,9% dos deslocamentos, enquanto transportes de alta capacidade, como trem e metrô, tinham participação reduzida (1,6%).

A pesquisa evidenciou desigualdades regionais e sociais nos padrões de mobilidade. Regiões Centro-Oeste e Sul apresentavam maior uso de transporte individual motorizado, enquanto Norte e Nordeste se destacavam pelo uso da motocicleta e deslocamentos a pé. O perfil racial e socioeconômico também influencia: pessoas brancas utilizavam mais o automóvel (42,9%), enquanto pretas recorriam principalmente ao ônibus (29,5%). Além disso, quanto maior o nível de instrução, maior a preferência por automóvel, trem ou metrô, e menor o uso de bicicleta ou deslocamento a pé.

Outro ponto relevante é o tempo de deslocamento: dois em cada três trabalhadores levavam até meia hora para chegar ao trabalho, mas 1,3 milhão de pessoas enfrentavam trajetos superiores a duas horas, especialmente em grandes metrópoles como Rio de Janeiro e São Paulo. A pesquisa também abordou deslocamentos para estudo, indicando que 92,7% dos estudantes frequentavam instituições no próprio Município, enquanto 7,2% se deslocavam para outro Município e apenas 0,1% estudavam no exterior. Esses dados são fundamentais para o planejamento urbano e melhoria da mobilidade no País.

Proporção de pessoas ocupadas que trabalhavam fora do domicílio de residência - Brasil (%)

Por meio de transporte em que passava mais tempo para chegar ao local de trabalho



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

Para detalhes sobre a publicação, [clique aqui](#).

Etnias e Línguas Indígenas: Principais características sociodemográficas: Resultados do universo

O IBGE divulgou, em 24.10.2025, em Campinas (SP), a publicação sobre *Etnias e Línguas Indígenas: Principais Características sociodemográficas*.

Assista ao vídeo da gravação do evento [aqui](#).

Nesta publicação, o IBGE aprimora o retrato oficial da população indígena residente no Brasil com estatísticas sobre a sua diversidade étnica e linguística e sobre as suas principais características sociodemográficas, por etnias, povos e grupos, com vistas ao conhecimento da realidade e ao exercício da cidadania desses povos. As estatísticas apresentadas contemplam os seguintes recortes territoriais: Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, Municípios, Amazônia Legal, Amazônia Legal por Unidades da Federação, Terras Indígenas e Terras Indígenas por Unidades da Federação. Além da publicação textual os dados também estão disponíveis nas plataformas [SIDRA](#), [Panorama do Censo 2022](#) e [PGI](#).

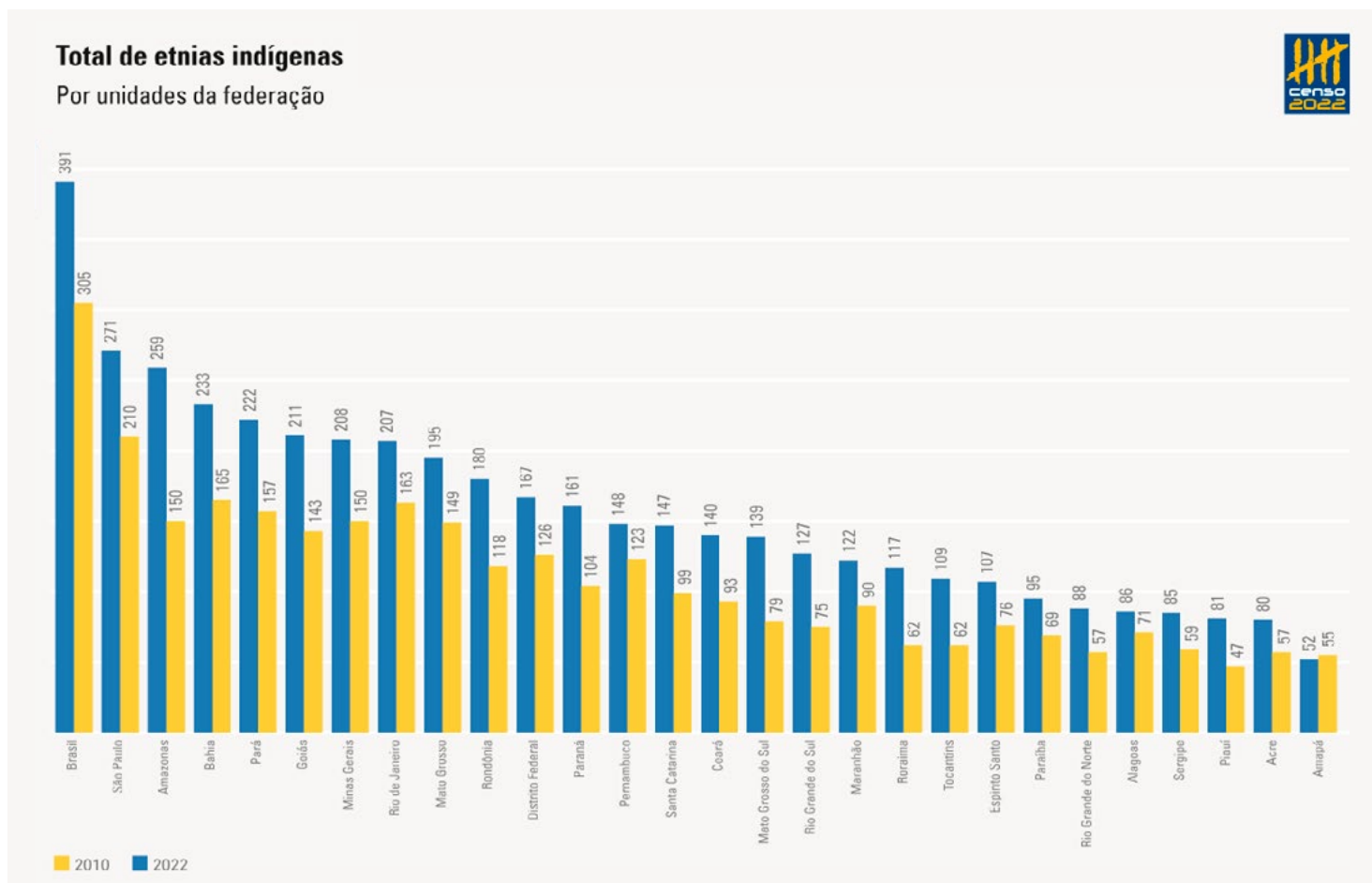
Os dados do Censo Demográfico 2022 mostraram a existência de **391 etnias, povos ou grupos indígenas** no Brasil. Do total da população indígena em 2022, 74,5% declararam etnia, sendo as etnias mais populosas Tikúna, Kokama e Makuxí. No Censo de 2010, havia um total de 305 diferentes etnias. Fatores como a ampliação de migrações, processos de reafirmação identitária e maior detalhamento metodológico, incluindo, pela primeira vez, a possibilidade de declaração de dupla etnia, explicam o aumento de etnias captadas no Censo 2022.

O Censo identificou **295 línguas indígenas**. As três línguas com maior número de falantes são: Tikúna, Guarani Kaiowá e Guajajara, mas a pesquisa captou línguas faladas por grupos menores e até por uma única pessoa. Em 2010, foram identificadas 274 línguas entre os indígenas de 5 anos ou mais.

A distribuição regional mostrou que **São Paulo** é o Estado com maior diversidade de etnias (271), seguido por Amazonas e Bahia. O Censo também captou expressivo crescimento da população indí-

gena fora das Terras Indígenas, especialmente em Áreas Urbanas, associado à busca por estudo, trabalho e políticas de inclusão. Em termos de língua, o avanço do português foi destacado como tendên-

cia, apesar do crescimento de falantes de línguas indígenas entre as pessoas indígenas de 5 anos ou mais, por meio de ações de revitalização e fomento da educação bilíngue.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

O cartograma ao lado mostra as etnias majoritárias em cada Unidade da Federação.

O levantamento incluiu ainda dados sobre alfabetização, saneamento e registro civil. 5,4% das crianças indígenas de até 5 anos não possuíam registro de nascimento, 4,9 p.p. acima na comparação com a população residente até 5 anos do País (0,5%), em 2022, com destaque para a elevada ausência de documentação entre os Yanomami. Além disso, as maiores etnias apresentavam condições precárias de saneamento, com altos percentuais de domicílios sem água encanada, coleta de lixo ou esgotamento adequado. Com recortes detalhados para Terras Indígenas, Municípios e Regiões, a publicação reforçou a grande diversidade étnica e linguística do País e evidenciou desigualdades persistentes no acesso a direitos básicos.

Para detalhes sobre a publicação, [clique aqui](#).



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

Projeto Nomes no Brasil

O IBGE divulgou, em 04.11.2025 [🔗](#), a segunda edição do **Nomes no Brasil** [🔗](#), atualizados pelo Censo Demográfico 2022. O site disponibiliza os nomes e sobrenomes organizados por gênero, período de nascimento da pessoa e letra inicial. *Rankings* de nomes e sobrenomes também podem ser gerados de acordo com o local selecionado pelo usuário: Brasil, Unidades da Federação ou Municípios.

Entre quase 130 mil nomes próprios contabilizados, Maria e José mantiveram a hegemonia no topo do *ranking*, já apontada pelo Nomes no Brasil do Censo Demográfico 2010. O Censo 2022 também contou mais de 200 mil sobrenomes: Silva lidera os registros e está presente na identificação de 16,8% da população.

Família e Nupcialidade: Resultados preliminares da amostra

O IBGE realizou, em Aracaju (SE), em 05.11.2025, a **divulgação** [🔗](#) dos resultados preliminares do Censo Demográfico 2022 sobre **nupcialidade e família** [🔗](#), em evento no Memorial de Sergipe. A apresentação contou com participação de diversos especialistas, e incluiu oficina sobre uso dos dados censitários para gestores públicos.

Os dados revelaram uma mudança na composição familiar: pela primeira vez, menos da metade (42,0%) das famílias brasileiras eram formadas por casais com filhos, uma queda acentuada em relação aos 56,4% observados em 2000. Em contraste, duplicou o número de casais sem filhos, que passaram de 13,0% para 24,1% do total. As

unidades domésticas unipessoais também triplicaram nesse período, alcançando 18,8% do total.

Outro dado significativo foi a ascensão das uniões consensuais: em 2022, 51,3% da população com 10 anos ou mais viviam em união conjugal, com as uniões consensuais representando 38,9%, ultrapassando pela primeira vez os casamentos civis e religiosos (37,9%). O crescimento dessas uniões se deu em simultâneo ao aumento relativamente moderado dos casamentos civis sem religião (de 17,5% para 20,5%).

O Censo também evidenciou mudanças nas configurações por cor/raça e orientação religiosa ou sexual: as uniões consensuais eram predominantes entre indígenas (56,0%), pretos (46,1%) e pardos (43,8%), enquanto o casamento civil e religioso ainda prevalecia entre brancos (46,0%) e amarelos (48,2%). Entre casais homoafetivos, 77,6% viviam em união consensual. Esses resultados apontaram para diversidade crescente nas formas de constituição familiar no Brasil, com importantes implicações para políticas sociais e de reconhecimento legal.

Para detalhes sobre a publicação, [clique aqui](#) [🔗](#).

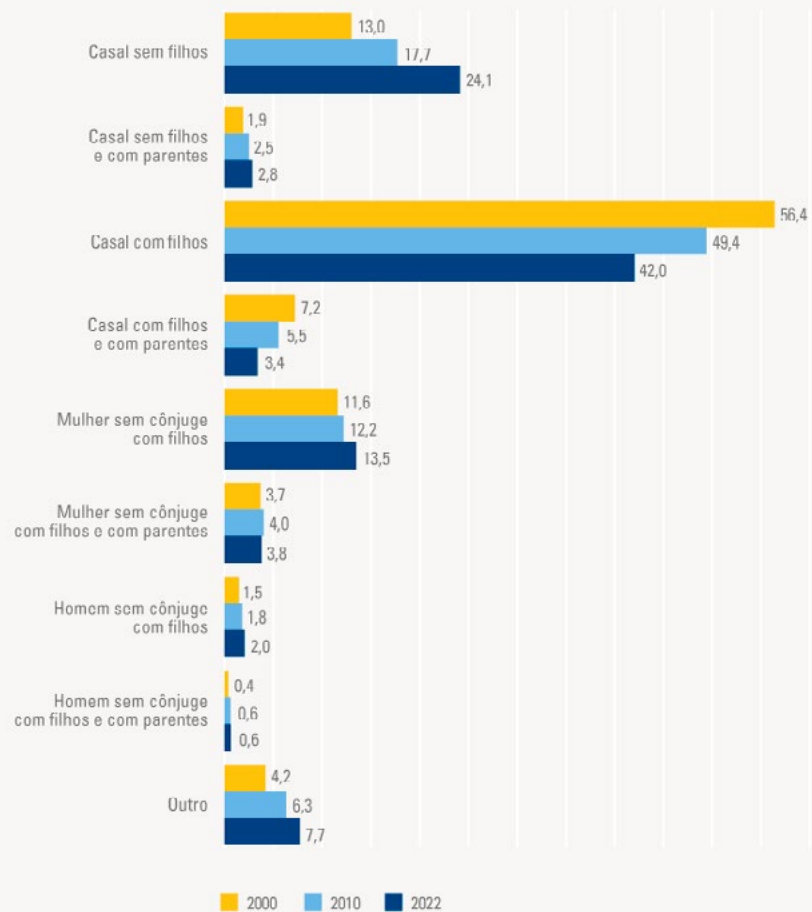


Nomes mais populares | Brasil [Selecionar outro local](#) [🔄](#)

♀ MULHERES		♂ HOMENS		🏠 SOBRENOMES		
1º	María	12.224.470 pessoas	1º	Jose	5.141.822 pessoas	
2º	Ana	3.929.951	2º	Joao	3.410.873	
3º	Francisca	661.582	3º	Antonio	2.231.019	
4º	Julia	646.239	4º	Francisco	1.659.196	
5º	Antonia	552.951	5º	Pedro	1.613.671	
6º	Juliana	536.687	6º	Carlos	1.468.116	
7º	Adriana	533.801	7º	Lucas	1.332.182	
8º	Fernanda	520.705	8º	Luiz	1.328.252	
9º	Marcia	520.013	9º	Paulo	1.326.222	
10º	Patricia	499.140	10º	Gabriel	1.201.030	
				1º	Silva	34.030.104 pessoas
				2º	Santos	21.367.475
				3º	Oliveira	11.708.947
				4º	Souza	9.197.158
				5º	Pereira	6.888.212
				6º	Ferreira	6.226.228
				7º	Lima	6.094.630
				8º	Alves	5.756.825
				9º	Rodrigues	5.428.540
				10º	Costa	4.861.083

Distribuição de famílias únicas e conviventes principais em domicílios particulares (%)

Segundo o tipo de composição familiar



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

Localidades do Brasil

O IBGE divulgou, em 24.11.2025, a publicação *Localidades do Brasil* com 87 362 localidades mapeadas no Censo 2022 em todo Território Nacional. A publicação reúne nota metodológica, aplicativo web para buscas textuais e base de dados geoespaciais com localização, categorização e denominação das localidades.



A categorização contemplou Cidades (Capital Federal, Capitais Estaduais e Sedes Municipais), Vilas (Sedes Distritais), Núcleos Urbanos, Povoados, Lugarejos, Núcleos Rurais, Localidades Indígenas e Quilombolas, Agrovilas de Projetos de Assentamento e Outras Localidades, permitindo leitura multidimensional e multiescalar da presença humana no território.

Os resultados evidenciaram diferenças na participação relativa das categorias de localidades em cada Região. Nas Regiões Sudeste e Sul, as categorias urbanas (Cidades, Vilas e Núcleos Urbanos) apresentaram maior participação relativa no conjunto regional, refletindo uma rede de povoamento mais con-

centrada em centralidades urbanas. Na Região Norte sobressaíram os maiores percentuais de localidades entre as "Localidades Indígenas" (42,5%) e os "Povoados" (21,3%). Enquanto na Região Nordeste destacaram-se os "Povoados" (21,4%) e as "Localidades Quilombolas" (10,0%).

No mapeamento de localidades do Censo Demográfico 2022, como inovação, destacou-se a introdução das categorias "Outras Localidades" e "Localidades Quilombolas". A categoria "outras localidades" reuniu 38 782 localidades mapeadas e funcionou como uma "lupa" para detalhar pequenos assentamentos que não são individualizados por Setores Censitários específicos na Base Territorial. São aglomerações com 10 a 49 domicílios, identificadas a partir de imagens de satélite de alta resolução e de indicadores de concentração de coordenadas de endereços da coleta censitária, validados pelas equipes descentralizadas do IBGE, ampliando a visibilidade dessas localidades no mapeamento censitário. Já a categoria "Localidades Quilombolas" foi introduzida a partir da inovação de investigação do pertencimento étnico quilombola no Censo Demográfico 2022.

O lançamento incluiu ferramenta de consulta, que permite ao usuário obter informações como categorização, nome, coordenadas geográficas e subordinação político-administrativa, bem como realizar *download* dos arquivos vetoriais dos pontos das localidades (formatos .shp, .kml e .gpkg). Pelas suas características, o produto subsidia usos transdisciplinares, como planejamento territorial e regional, políticas públicas, logística e infraestrutura, distribuição de serviços de saúde e educação, turismo e conservação ambiental, além de investigações acadêmicas.

Para detalhes sobre a publicação, [clique aqui](#).

Características urbanísticas do entorno dos domicílios nas Favelas e Comunidades Urbanas

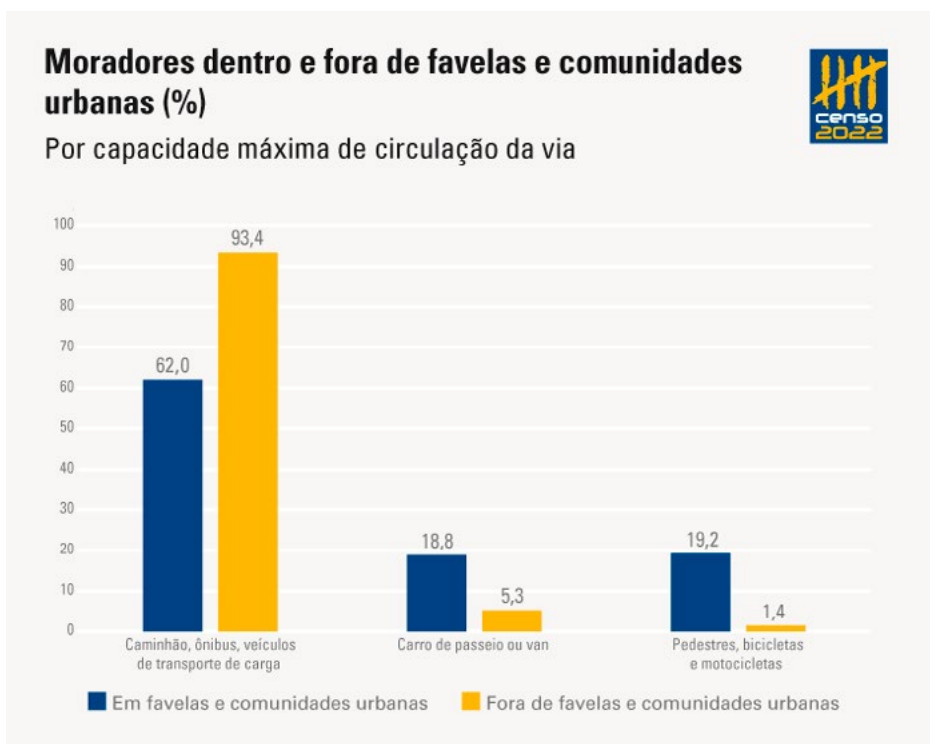
O IBGE divulgou, no dia 05.12.2025, em Salvador (BA) [a publicação Favelas e Comunidades Urbanas: Características urbanísticas do entorno dos domicílios](#). O levantamento mostrou que, em 2022, cerca de **3,1 milhões de moradores de favelas e comunidades urbanas** – o equivalente a **19,2% dessa população** – viviam em vias acessíveis apenas a moto, bicicleta ou a pé, sem possibilidade de circulação de carros, caminhões ou ônibus. A pesquisa abrangeu **16,2 milhões de pessoas** em mais de **12 mil comunidades** distribuídas por **656 Municípios** e mostrou que, fora desses territórios, apenas **1,4%** da população enfrentava restrição semelhante. Esse cenário impacta diretamente serviços essenciais, como **acesso de ambulâncias** e **coleta de lixo**.

Além disso, o levantamento revelou significativas desigualdades de infraestrutura urbana. Nas favelas, **21,7% dos moradores** viviam em vias sem pavimentação. Menos da metade dos moradores de favela viviam em trechos de vias com bueiro ou boca de lobo. Já a **iluminação pública** alcançava 91,1% dos moradores, embora em algumas grandes favelas os percentuais fossem bem mais baixos, como na Rocinha (54,3%). Em relação ao transporte coletivo, apenas **5,2%** viviam em trechos de vias com ponto de ônibus ou van – proporção muito inferior à das áreas externas às favelas.

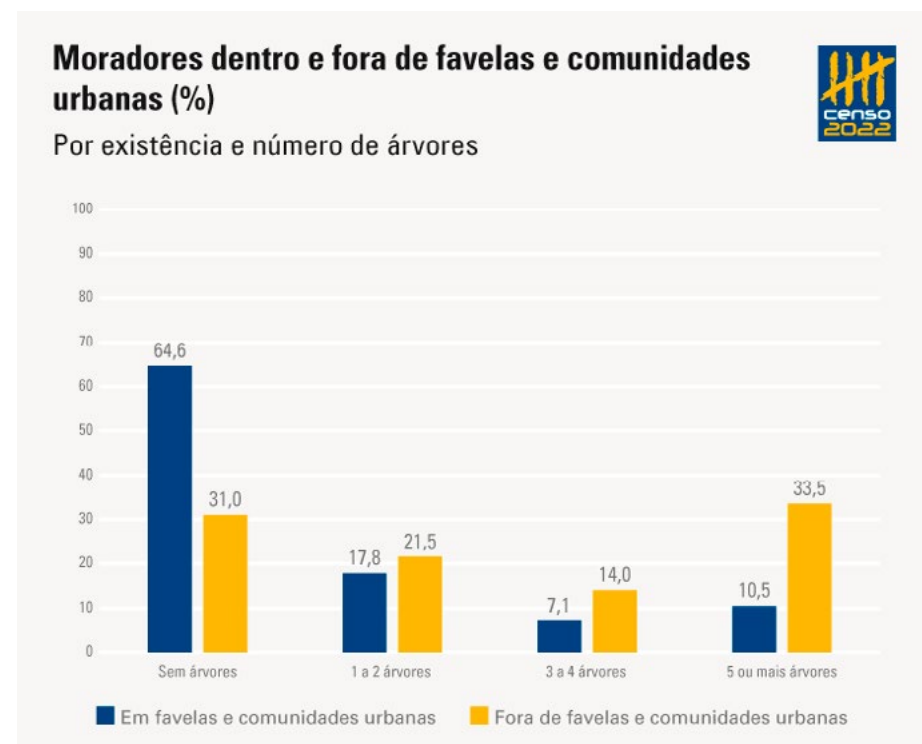
Em favelas e comunidades urbanas, 64,6% dos moradores viviam em trechos sem árvores. Fora dessas áreas, a situação é inversa: 69% dos moradores viviam em trechos com arborização.

A presença de calçadas também revelou disparidades: 89,3% dos moradores fora das favelas viviam em vias com calçada, contra apenas 53,9% dentro delas. Para a acessibilidade a rampas para cadeirantes a situação é alarmante: 97,6% dos moradores de favelas viviam em vias sem rampas para cadeirantes, contra 18,5% fora delas.

A pesquisa também destacou diferenças regionais importantes. Estados das Regiões Centro-Oeste e Nordeste apresentaram os menores percentuais de vias com drenagem, enquanto a Região Norte registrou os níveis mais baixos de domicílios com esgotamento sanitário, mesmo em vias pavimentadas. Por outro lado, Estados como Maranhão, Ceará e Espírito Santo ultrapassaram 97% de cobertura de iluminação pública dentro de favelas. Os resultados reforçam a **desigualdade na oferta de infraestrutura urbana** entre favelas e outras áreas da cidade e evidenciam a necessidade de ações integradas de urbanização e saneamento.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

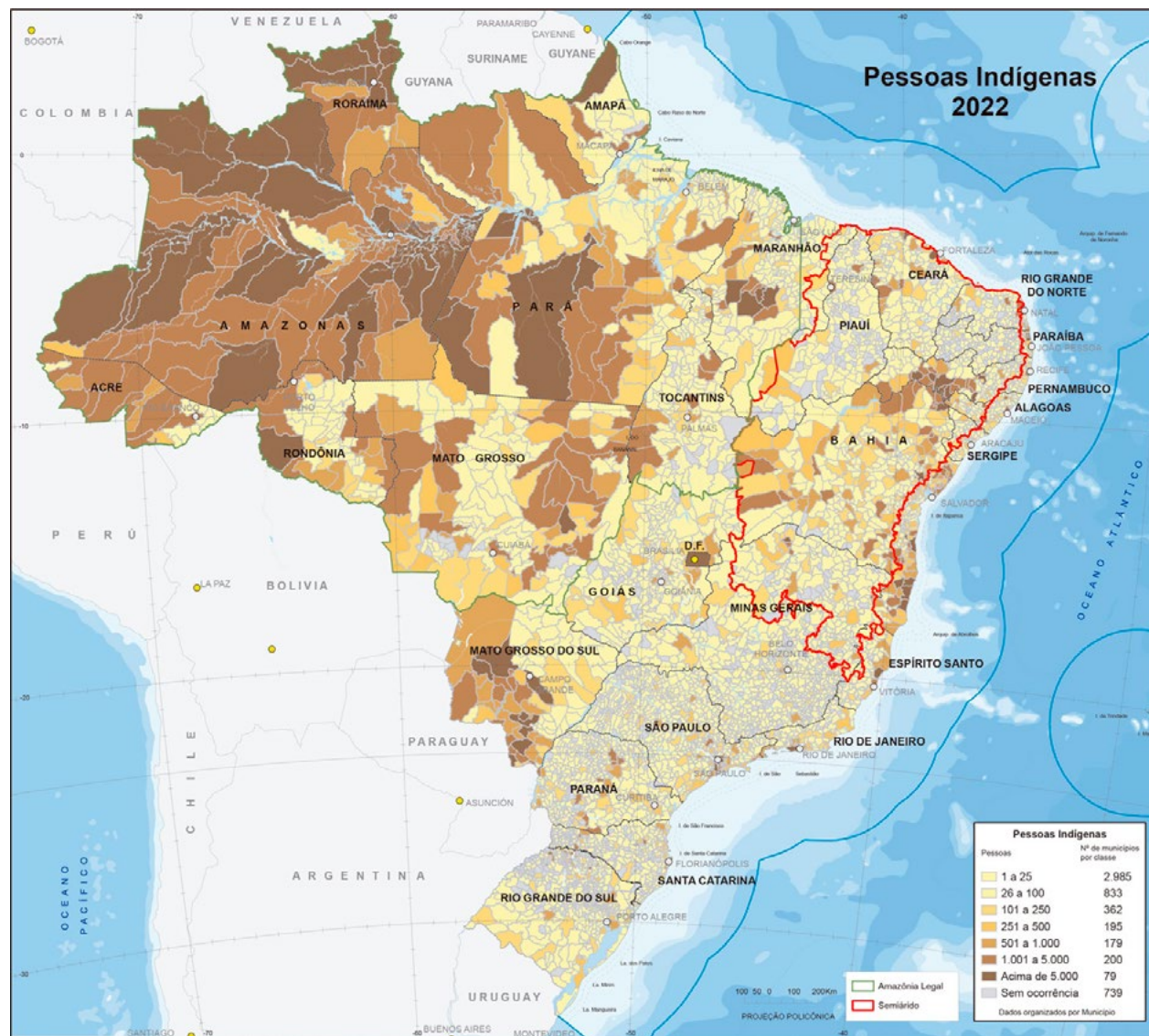


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

O Brasil Indígena

O IBGE divulgou, em 12.12.2025, no Auditório da Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI, em Brasília (DF) [📄](#), a publicação *O Brasil Indígena* [📄](#), que reúne os principais resultados do Censo Demográfico 2022 sobre a população indígena no País.

Elaborada em parceria com o Ministério dos Povos Indígenas - MPI, a FUNAI e o Fundo de População das Nações Unidas no Brasil - UNFPA, a publicação sistematizou informações inéditas sobre os povos indígenas, incluindo características sociodemográficas e domiciliares, lista de etnias e grupos, línguas faladas ou utilizadas nos domicílios, além da distribuição espacial dos principais indicadores. Tais dados oferecem um panorama detalhado da diversidade e da presença indígena no território brasileiro.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

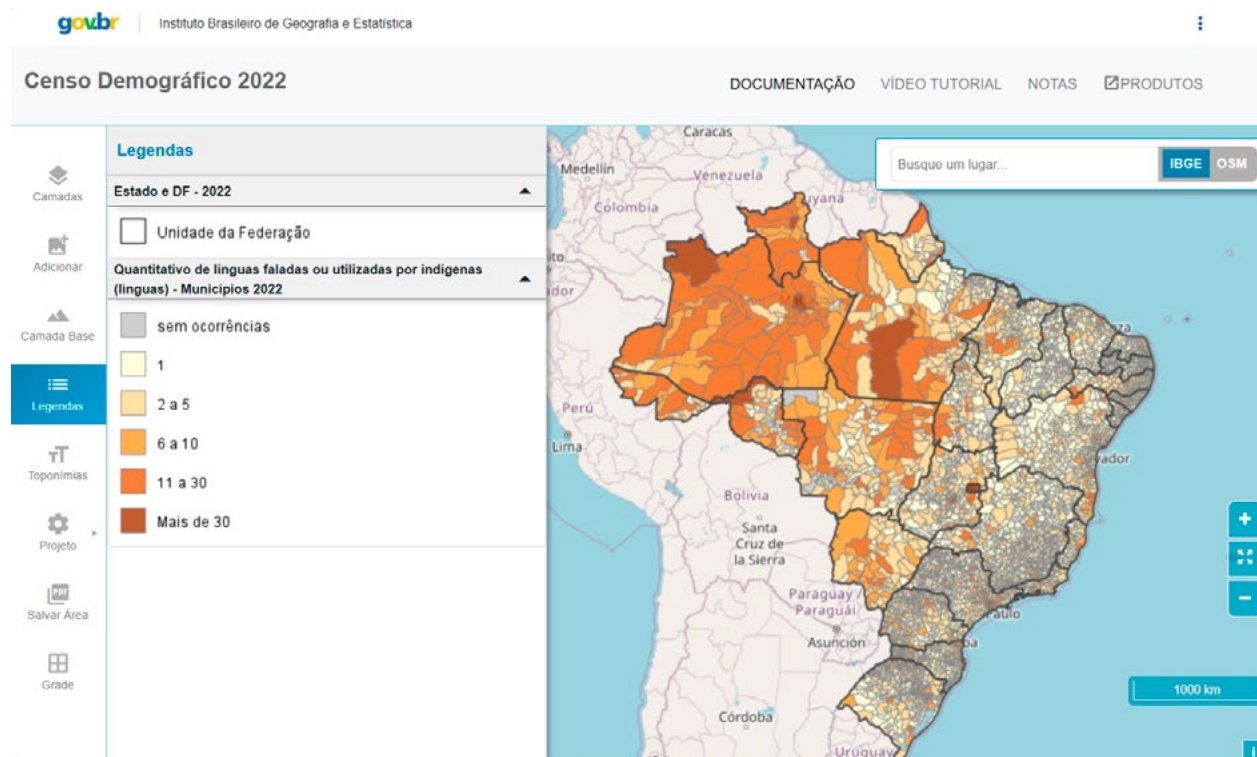
Integração entre estatística e geografia

A integração entre informações estatísticas e geoespaciais potencializou a divulgação dos resultados do Censo Demográfico 2022. Além de tabelas e textos de análise, os temas divulgados contam com **mapas temáticos**, incluindo materiais que podem ser impressos em tamanho mural.

Em especial, utilizando a **PGI do Censo 2022** é possível visualizar os resultados na forma de mapas interativos em diferentes recortes geográficos, combinar a visualização dos resultados com mapas de outros temas, fazer consultas e filtros sobre os elementos dos mapas, consultar metadados, ler as notas técnicas e fazer o *download* dos dados geoespaciais.

O **Quadro Geográfico de Referência para Produção, Análise e Disseminação de Estatísticas**, estruturado pelo IBGE, também auxilia na divulgação dos resultados do Censo Demográfico 2022, como referência única e nacional para relacionar as informações estatísticas dos censos e de suas demais pesquisas a esses recortes territoriais.

Na figura ao lado, é possível visualizar, como exemplo, o quantitativo de línguas faladas ou utilizadas pelos indígenas, por Município, a partir dos dados obtidos pelo Censo Demográfico 2022.



Orçamento 2025

A proposta orçamentária, encaminhada pelo IBGE ao governo federal, formalizou o pedido de inclusão para o 12º Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola, do valor de R\$ 649 629 694,00 no Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA para o exercício de 2025, sendo incluído R\$ 27 000,00 no planejamento e R\$ 649 602 694,00 em expansão, bem como apresentou o valor total do projeto por anos abrangidos.

O Projeto de Lei Orçamentária 2025 - PLOA 2025 conferiu ao IBGE um orçamento inicial total de R\$ 32 079 158,00, dividido por grupo de despesa, em Outras Despesas Correntes R\$ 32 070 158,00 e Investimento R\$ 9 000,00.

No segundo semestre de 2025, procedeu-se ao remanejamento orçamentário no valor de R\$ 1 325 000,00 do Plano Interno CENSO2020 para o Plano Interno 12CENSOAGRO, com a finalidade de viabilizar a execução da primeira prova-piloto do 12º Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola. Ressalta-se que não houve alocação de recursos na categoria econômica “Investimentos”, sendo a totalidade da dotação direcionada ao grupo de despesa “Outras Despesas Correntes”.

Ao final de 2025, conforme dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, a execução orçamentária dos Planos Internos CENSO2020 e 12CENSOAGRO alcançaram 100% e 97,1%, respectivamente.

A tabela a seguir apresenta os valores orçamentários executados do Censo Demográfico, divididos pelas principais despesas.

Tipo de despesa	Orçamento (R\$ milhões)								
	Total (1)	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Total Geral	3 489,9	2,9	235,4	221,9	169,1	2 292,8	471,9	66,4	29,5
Pessoal	2 198,9	-	19,2	108,6	117,3	1 621,4	279,6	34,0	18,8
Custeio	947,6	2,7	74,0	59,3	34,9	571,4	174,7	19,9	10,7
Investimento	264,2	0,2	139,2	47,8	14,4	40,0	17,6	5,0	-
Publicidade	79,2	-	3,0	6,2	2,5	60,0	-	7,5	-

Fonte: SIAFI, jan/2026.

(1) Somatório de valores correntes sem aplicação de fator de atualização.

Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola

O Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola é a principal e mais completa investigação estatística sobre a estrutura e a dinâmica da atividade agropecuária do País. Seus resultados constituem-se em uma fonte única de informações fundamentais e insubstituíveis para a formulação e avaliação de políticas públicas, como o Programa Nacional de Agricultura Familiar - PRONAF, a assistência técnica e extensão rural, o crédito rural, a reforma agrária etc.

Sua ampla cobertura temática o torna uma ferramenta valiosa para análises e estudos de vários temas de interesse nacional, como a expansão das fronteiras agrícolas, a dinamização produtiva ditada pelas inovações tecnológicas, a produção de indicadores ambientais, o dimensionamento de áreas cultiváveis, os níveis de produção de alimentos e da criação animal, a sinalização da utilização e aplicação dos implementos e instrumental agrícola, a quantificação de trabalhadores rurais e sua estratificação em idade, gênero, escolaridade etc., e para a classificação dos padrões de obtenção e ocupação do território agrícola nacional, entre outros.

Seus dados podem ser referidos ao nível dos Municípios e das localidades, de modo a permitir agregações e análises de diferentes recortes territoriais fundamentais para o planejamento de investimentos em setores públicos e privados, servindo para balizar as estatísticas agropecuárias contínuas, além de fornecer dados para o Sistema de Contas Nacionais acompanhar a participação do setor na economia nacional.

A gestão operacional do 12º Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola envolve atividades desde o planejamento, ao acompanhamento e à avaliação das ferramentas e procedimentos operacionais. As atividades de gestão operacional desse Censo foram iniciadas em 2022 e seguirão até o ano de 2027. Desta forma, o IBGE elaborou um cronograma geral e proposta orçamentária adequadas para operacionalizar a operação, atendendo aos parâmetros de qualidade da instituição e aos princípios fundamentais das estatísticas oficiais.



Indicadores Operacionais, Postos Censitários e Vagas

Nesse ano de 2025, iniciou-se o desenvolvimento de indicadores operacionais voltados ao acompanhamento do desempenho da equipe de coleta. Esses indicadores utilizam variáveis operacionais-chave e são apresentados por meio de ferramentas como alertas, painéis de trabalho e relatórios analíticos. O objetivo é facilitar o trabalho de supervisão operacional, proporcionando maior controle e eficiência nas operações censitárias. A supervisão operacional da coleta se dará desde o âmbito do posto censitário até as superintendências estaduais e coordenações técnicas nacionais.

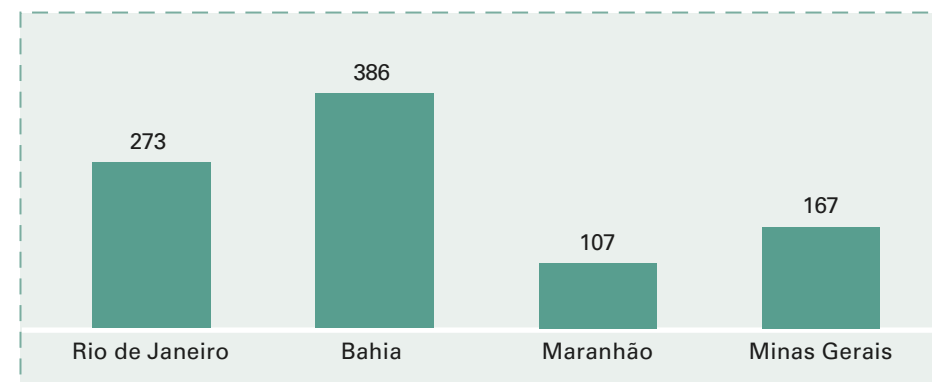
Iniciou-se também a definição dos Postos Censitários e Quadro de Vagas por Superintendências e consequente quadro de vagas de servidores temporários que irão atuar no Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola.

Prova Piloto 1 - PP1

Como etapa preparatória à operação do 12º Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola, o IBGE realizou uma atividade prática denominada Prova Piloto 1 - PP1. Tal prova teve como objetivo a realização de testes em campo com a finalidade de se avaliar a aplicação do questionário do Censo, abrangendo em seu escopo o teste de cognição dos quesitos (incluindo a formulação e o fluxo dos quesitos), o teste do questionário e abordagem de comunidades tradicionais, o teste dos procedimentos de abordagem, o teste dos insumos vetoriais e módulos geoespaciais (trechos de vias, talhões e pontos de interesse), o desempenho dos Dispositivos Móveis de Coleta - DMC (equipamentos tipo *tablets*), assim como o funcionamento do aplicativo (*software*) que orienta o trajeto e percurso do recenseador dentro do setor censitário e também realiza o registro, armazenamento e transmissão das informações prestadas pelos estabelecimentos agropecuários, além dos testes de transmissão e carga no banco de dados dos dados de percurso, endereçamento, questionário e parados de coleta. Os testes incluíram ainda o procedimento de treinamento dos recenseadores para a devida manipulação dos equipamentos DMC e condução das perguntas dirigidas aos informantes.

Deve-se destacar que a PP1 foi a campo em seis Municípios com ampla diversidade produtiva e de biomas: Nova Friburgo (RJ), Alfenas e Grão Mogol (MG), Juazeiro e Sobradinho (BA) e Bacabal (MA), durante parte dos meses de novembro e dezembro de 2025. Foram visitados um total de 1 372 endereços de estabelecimentos agropecuários, com um montante de 933 questionários aplicados, distribuídos nos quatro Estados, conforme figura a seguir.

Questionários coletados na 1ª Prova Piloto



Fonte: IBGE, 2025.

Ao final do processo e a partir do conjunto de informações e experiências vivenciadas, reuniões técnicas de avaliação foram realizadas pelas equipes envolvidas, objetivando a apuração dos pontos a serem mantidos, ajustados ou descartados nos questionários, nos procedimentos de abordagem, no aplicativo de coleta e no sistema de gerenciamento e supervisão, visando um desenvolvimento voltado para a melhoria e eficiência dos procedimentos a serem adotados por ocasião da realização da operação censitária.

Destaca-se o bloco **Meio Ambiente e Perdas**, incluído de forma inédita nesta edição do Censo, que foi testado na Prova Piloto e considerado relevante e aderente aos objetivos da operação. Com base nas observações coletadas, prevê-se a realização de ajustes no fluxo de questões para a 2ª Prova Piloto, visando aprimorar a usabilidade do instrumento e a qualidade das informações.

Desenvolvimento de insumos vetoriais georreferenciados

Por meio de técnicas de visão computacional e algoritmos de inteligência artificial teve prosseguimento o desenvolvimento de insumos vetoriais que servirão de orientação para o percurso dos recenseadores (trechos de vias) e dados complementares de área e produtividade (delimitação de talhões). Ambos os insumos também servirão de importantes recursos de supervisão de qualidade e andamento da coleta.

Homologação de aplicativos e sistemas

Em articulação permanente entre as áreas responsáveis por definições técnicas e operacionais, foram definidos requisitos e prioridades para o desenvolvimento do aplicativo de coleta (incluindo insumos para treinamento) e do sistema de gerenciamento da coleta - SIGC, e foi realizada a homologação das versões que foram utilizadas na primeira Prova Piloto.

Reuniões dos Colegiados

Em 2025 tiveram prosseguimento as reuniões dos colegiados que subsidiam as decisões técnicas do projeto do Censo Agropecuário:

- Reuniões do Comitê Técnico do Censo Agropecuário - CTCA, formado com membros de diversas coordenações de diferentes diretorias do IBGE;
- Reuniões do Grupo de Trabalho de Treinamento do Censo Agropecuário - GTT, também formado por membros internos do IBGE, com o objetivo de discutir o desenho pedagógico, assim como qualquer questão operacional relacionada com o desenvolvimento de conteúdos, de plataformas e operacionalização do treinamento;

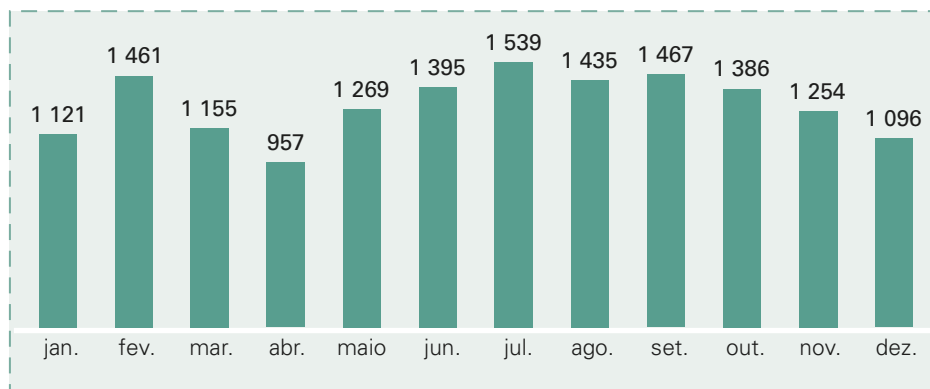
- Reunião de Articulação com as Superintendências: fórum implementado no segundo semestre de 2025 com o objetivo de dar publicidade às etapas de desenvolvimento e configuração de diversos aspectos do projeto do Censo Agropecuário para os servidores das Superintendências responsáveis pela coordenação das ações em suas respectivas unidades, permitindo o esclarecimento de dúvidas, debate e ajustes no projeto;
- Reunião da Comissão Consultiva, formada por membros externos de notório saber em áreas relacionadas às temáticas que serão objeto do 12º Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola; e
- Reunião do Conselho de Orientação, de caráter mais operacional, formado majoritariamente por representantes indicados por ministérios e outros órgãos da administração pública que podem colaborar com a disseminação, sensibilização e articulação para obtenção de estrutura e recursos financeiros necessários para viabilização do Censo Agropecuário.

Bases de dados para suporte às operações censitárias

Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos - CNEFE

O CNEFE é uma base de dados de abrangência nacional que contempla endereços georreferenciados de domicílios e estabelecimentos de todo o País. O IBGE o atualiza continuamente. Em 2025, o Instituto atualizou essa importante fonte de informações sobre endereços em duas frentes: atualização dos setores para a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua e para a Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF.

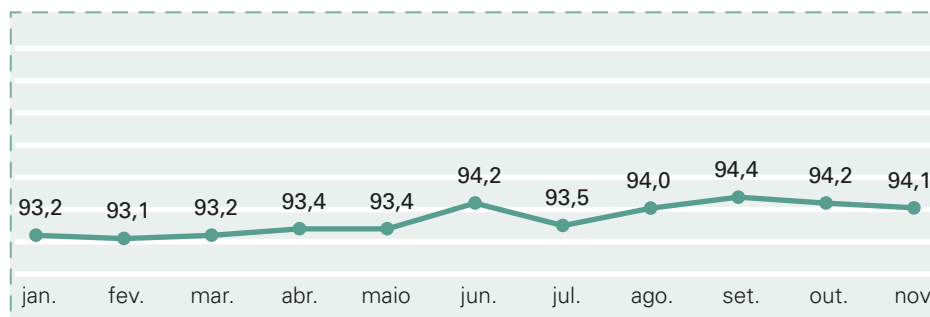
Ao longo do ano foram atualizados os setores para a totalidade da renovação da amostra da PNAD Contínua, resultando em 15 535 setores atualizados, com média de 1 294 setores atualizados por mês, distribuídos mensalmente de acordo com o gráfico a seguir.



Fonte: IBGE, 2025.

Nota: O aproveitamento do mês de dezembro será calculado após o final do fechamento do Relatório de Gestão para 2025.

A partir do aproveitamento das entrevistas na coleta da PNAD Contínua, foi calculado mensalmente o aproveitamento do CNEFE para a PNAD Contínua no ano de 2025, cuja média foi de 93,7%, abrangendo ou entrevistas realizadas ou endereços de domicílios confirmados em campo com a espécie correta sem a realização da entrevista (recusas, impossibilidade de contato com o morador etc.), entre janeiro e novembro de 2025. O gráfico abaixo aponta para um viés de alta ao longo deste último ano.



Fonte: IBGE, 2025.

Base de Informações Operacionais de Setores Censitários - BIOS

Em 2025, o IBGE desenvolveu novos módulos funcionais para facilitar o planejamento das atividades de coleta. Tais módulos, produzidos em ambiente computacional, caracterizam a Base de Informações Operacionais de Setores Censitários - BIOS. Constituem-se, portanto, em ferramenta estratégica, visando o aprimoramento da gestão logística para o acesso e o deslocamento dentro dos setores censitários, otimizando as atividades do campo. As novas funcionalidades permitem a consolidação de dados sobre os modais de transporte disponíveis para chegada aos setores e para movimentação interna, incluindo a parametrização dos períodos de viabilidade de utilização de cada modal. Essa abordagem visa aumentar a acurácia na estimativa de recursos e na definição de cronogramas, reduzindo riscos operacionais durante a coleta. A base das informações foi preenchida por agentes do IBGE que atuam regionalmente, refletindo as reais condições logísticas de cada setor censitário.

Pesquisa sobre População em Situação de Rua e Censo 2030

Foi realizado, em novembro de 2025, seminário “Recenseamento da população em situação de rua,” que tratou dos resultados do projeto piloto aplicado em 2023, em Niterói.

Ao longo do ano de 2025 também foram iniciados os planejamentos técnicos das operações censitárias – Censo Demográfico 2030 e 1º Censo Nacional da População em Situação de Rua.

Cooperação internacional - Centros de Referência em África

No âmbito do Projeto Centros de Referência em censos com coleta eletrônica em África – Fase II, o IBGE acompanhou, em fevereiro de 2025, a formação de técnicos do INE Guiné-Bissau, com vistas ao planejamento do IV Recenseamento Geral de População e Habitação de Guiné-Bissau. A formação foi ministrada pela equipe de especialistas do INE Cabo Verde e da Agência



Nationale de Statistique et de la Démographie do Senegal, centros de referência formados pelo IBGE e parceiros do projeto. Além de Guiné-Bissau, o IBGE também acompanhou a missão de formação do INE Moçambique, em outubro de 2025, para preparo do seu primeiro censo digital em 2027. Durante duas semanas, os técnicos do INE Moçambique participaram de sessões sobre os principais temas ligados ao planejamento e às potencialidades do censo digital. Além de prestar apoio técnico, o IBGE participou da missão com vistas ao processo avaliativo da iniciativa. No final de 2025, o IBGE sediou a reunião do Comitê Gestor do projeto, que definiu o plano de trabalho de 2026.



Produção de informações estatísticas e geocientíficas

A Produção de Informações Estatísticas e Geocientíficas é uma linha de negócio basilar de competência do IBGE, presente na **Cadeia de Valor do IBGE**. O objetivo primordial dos processos contidos nessa linha de negócio é a produção e disseminação de informações e seus respectivos indicadores, aprimorando o conhecimento sobre a realidade territorial, socioeconômica e ambiental do País, contribuindo para a elaboração de diagnósticos mais precisos e para o monitoramento periódico mais eficiente das políticas públicas e programas de governo.

Em 2025, foram divulgados **235 resultados** relacionados às informações estatísticas, nas áreas social, econômica e multidomínio, que se desdobram em **25 temas**.

No âmbito das Geociências, foram divulgadas **24 informações** relacionadas aos seguintes temas: Organização do território; Posicionamento Geodésico; Atlas; Modelos digitais de superfície; Cartas e Mapas; Imagens do território; Informações ambientais; e Métodos e documentos de referência.

A seguir, encontram-se as principais atividades e resultados de 2025. Alguns resultados se referem a dados coletados em anos anteriores, mas que tiveram sua divulgação em 2025.

Como são produzidas as informações estatísticas e geocientíficas?



Estatísticas sociodemográficas

População

Características gerais da população

Compreende as informações sobre tamanho e estrutura (por idade e sexo), cor ou raça, distribuição da população, densidade e urbanização.

Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#) ↗.

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#) ↗.

Componentes da dinâmica demográfica e estatísticas vitais

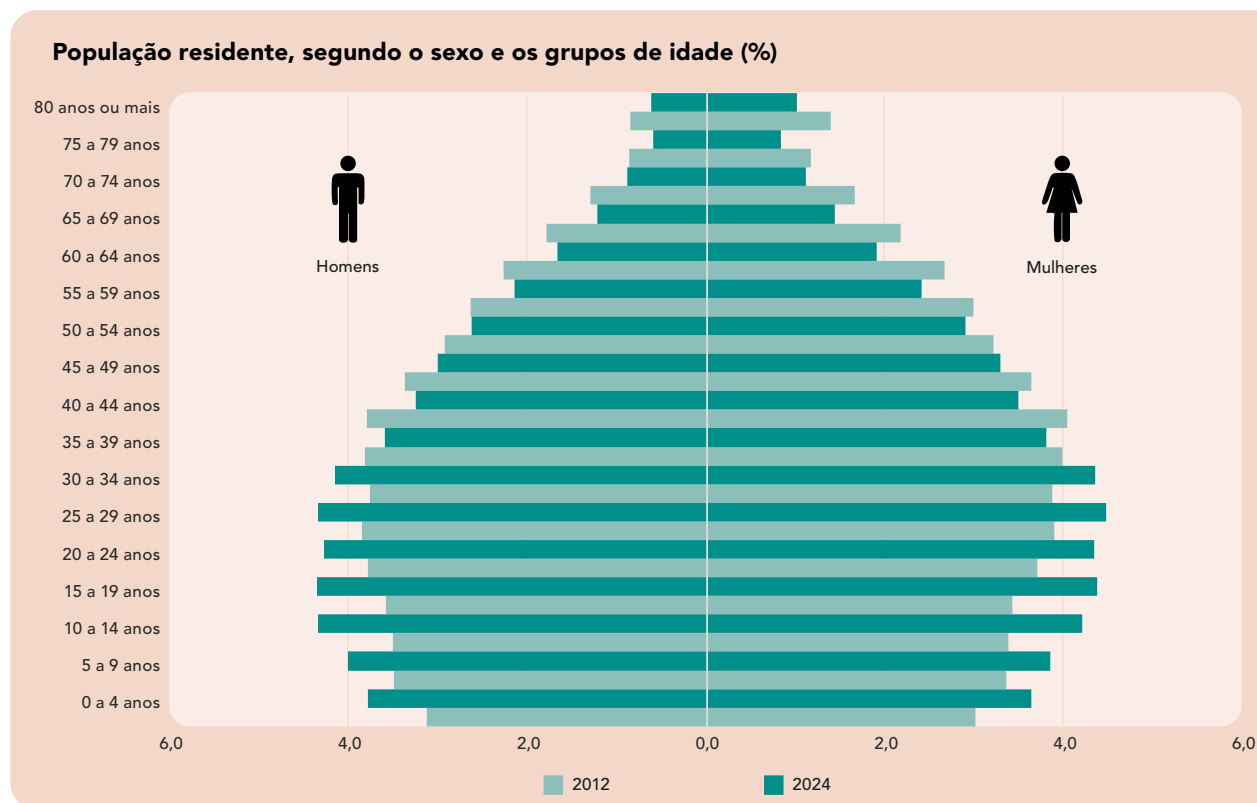
Abrange as informações sobre os níveis e características da fecundidade, migração e mortalidade da população, bem como sobre os nascimentos e óbitos.

Família

Envolve informações sobre estruturas familiares e unidades domésticas, seus padrões de organização (famílias reconstituídas, casais do mesmo sexo, casais que moram separados, crianças com dupla residência, famílias monoparentais e pessoas que moram sozinhas) e os ciclos de vida familiar (considerando a presença de crianças e jovens em diferentes faixas etárias, idosos e participação dos adultos membros no mercado de trabalho).

Nupcialidade

Compreende informações sobre os modelos de formação e dissolução dos arranjos conjugais, ca-



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2024.

samentos e divórcios, e as transformações econômicas e culturais que impactam a nupcialidade da população brasileira.

Grupos populacionais específicos

Consiste nas estatísticas agrupadas por segmentos específicos da população a partir dos grupos geracionais (crianças, adolescentes, jovens e idosos), étnico raciais (indígenas, quilombolas, entre outros) ou regionais. Compreende também pessoas com deficiência.

Destaca-se a **PNAD Contínua**, que visa acompanhar as flutuações trimestrais e a evolução da força de trabalho no curto, médio e longo prazos, além de outras informações necessárias para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País.

Temas e tópicos pesquisados ao longo do ano em determinada visita:

- Habitação;
- Características gerais dos moradores;
- Informações adicionais da força de trabalho;
- Outras formas de trabalho (afazeres domésticos, cuidados de pessoas, produção para o próprio consumo e trabalho voluntário);
- Trabalho de crianças e adolescentes; e
- Rendimentos de outras fontes.

Temas e tópicos suplementares pesquisados em trimestres específicos do ano, com divulgação em 2025:

- Turismo 2024;

- Segurança Alimentar 2024;
- Educação 2024;
- Rendimento de todas as fontes 2024;
- Trabalho por Meio de Plataformas Digitais;
- Características Gerais dos Domicílios e Moradores 2024;
- Coeficiente de Desequilíbrio Regional 2024; e
- Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2024.

Turismo

Tem como objetivo quantificar os fluxos de turistas nacionais entre as diferentes Regiões do País e para o Exterior. Para tal, são apurados os gastos e as características das viagens realizadas, os quais, associados a outras variáveis integrantes da pesquisa, incluindo o rendimento domiciliar *per capita*, permitem uma consistente avaliação da demanda turística doméstica.

Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#)

Viagens realizadas por moradores do domicílio particular permanente

Domicílios, por ocorrência de viagem					Domicílios em que ocorreu viagem, por rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i>					Domicílios, por motivo de nenhum morador ter viajado	
	2020	2021	2023	2024	2020	2021	2023	2024	2024		
Total (milhões)	70,0	70,3	75,7	77,8	Total	13,9%	12,7%	19,8%	19,3%	Não ter dinheiro	39,2%
Houve viagem	13,9%	12,7%	19,8%	19,3%	Menos de 1/2 s.m.	8,6%	7,7%	11,8%	10,4%	Não ter necessidade	18,4%
Não houve viagem	86,1%	87,3%	80,2%	80,7%	1/2 a menos de 1 s.m.	10,7%	10,0%	14,6%	14,1%	Não ter tempo	19,1%
Viagens, por finalidade					1 a menos de 2 s.m.	14,7%	13,5%	21,2%	18,9%	Não ter interesse	8,9%
Total (milhões)	13,4	12,1	20,6	20,6	2 a menos de 4 s.m.	21,7%	21,2%	31,9%	29,8%	Não ser prioridade	7,5%
Pessoal	85,1%	85,4%	85,8%	85,5%	4 ou mais s.m.	30,7%	32,4%	46,2%	45,7%	Problemas de saúde	3,8%
Profissional	14,9%	14,6%	14,2%	14,5%						Outro	3,0%

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2020/2024.

Tábuas Completas de Mortalidade

Sobre as características gerais da população, pode-se citar também a *Tábua Completa de Mortalidade para o Brasil - 2024*. Essas tábuas fornecem estimativas da expectativa de vida às idades exatas até os 80 anos, com data de referência em 1º de julho do ano anterior. Sua periodicidade é anual e sua abrangência geográfica é nacional, com resultados divulgados por sexo e idade.

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).

Trabalho

Trabalho remunerado

Engloba as informações sobre força de trabalho e mercado de trabalho, abrangendo: (i) informações sobre a população na força de trabalho, ocupação, desocupação, posição na ocupação e horas trabalhadas; (ii) características do empreendimento ou negócio (atividade econômica, tamanho do empreendimento e existência de estabelecimento para funcionar); (iii) saúde e segurança no trabalho (acidentes e enfermidades ocupacionais); (iv) trabalho decente; e (v) grupos vulneráveis, entre outros aspectos.

A PNAD Contínua divulga informações conjunturais, nas periodicidades mensal e trimestral; e estruturais, na periodicidade anual. Para ampliar o acesso aos resultados da pesquisa, foi desenvolvido o [Painel PNAD Contínua](#), por meio de convênio firmado entre o IBGE e o escritório da Organização Internacional do Trabalho - OIT (International Labour Organization - ILO) no Brasil, onde é possível acessar informações disponibilizadas pela PNAD Contínua.

No gráfico abaixo, encontra-se a série histórica da taxa de desocupação, do 3º trimestre de 2022 ao 3º trimestre de 2025.



Fonte: Painel PNAD Contínua.



Outras formas de trabalho

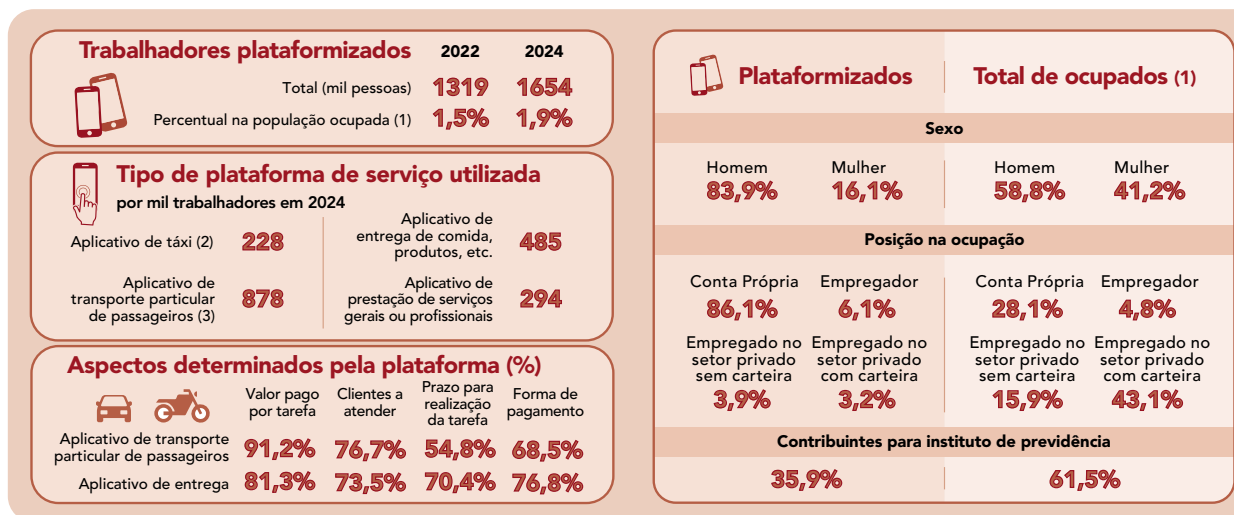
Envolve as informações sobre as outras formas de trabalho, como o trabalho para o próprio consumo, trabalho voluntário, afazeres domésticos e cuidados de pessoas moradoras do próprio domicílio ou familiares residentes em outros domicílios.

O IBGE, por meio de convênio com a Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP e o Ministério Público do Trabalho - MPT, desenvolveu, no âmbito da PNAD Contínua, no 3º trimestre de 2024, módulo temático sobre **Trabalho por meio de plataformas digitais**, considerando-se como tal o trabalho principal das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas no período de referência. Os resultados ora apresentados são classificados como experimentais, isto é, são estatísticas que estão sob avaliação porque ainda não atingiram um grau completo de maturidade em termos de harmonização, cobertura ou metodologia.

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).

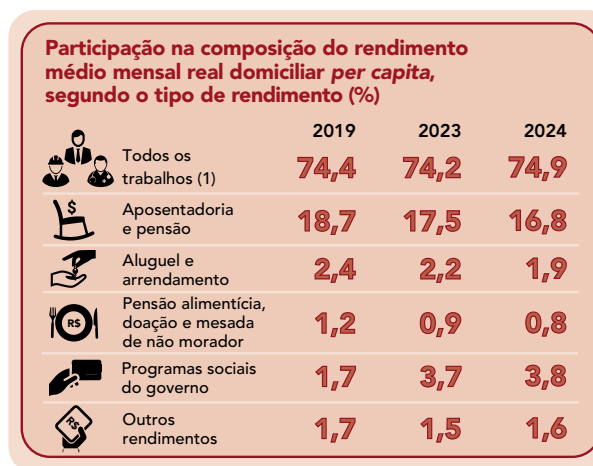
A PNAD Contínua investiga, regularmente, informações sobre os rendimentos provenientes de todos os trabalhos e de outras fontes não oriundas do trabalho das pessoas residentes no Brasil, como pode ser observado no produto **Rendimento de todas as fontes 2024**, publicado em 2025.

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022/2024.

(1) Exclusive os empregados no setor público e militares. (2) Aplicativo próprio para motoristas de táxi, incluindo aplicativos de cooperativas locais de taxistas e outros aplicativos voltados para a categoria. (3) Exclusive aplicativo de táxi.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019/2024.

(1) Rendimento habitualmente recebido pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade.

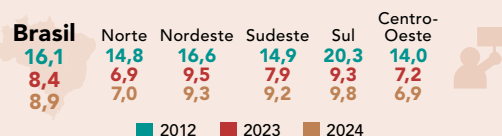
Em 2025, a partir da PNAD Contínua, o IBGE também ampliou a divulgação de informações sobre o tema Trabalho com a publicação *Características adicionais do mercado de trabalho 2024*, na qual se investiga um conjunto de informações necessárias à realização do monitoramento conjuntural das tendências e flutuações da força de trabalho brasileira.

Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#).

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).



Associação a sindicato (%)



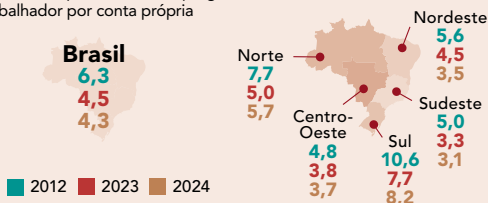
Registro no CNPJ, por grupamentos de atividade no trabalho principal (%)

Pessoas ocupadas como empregador ou trabalhador por conta própria

	2012	2023	2024
Total (1)	24,0	33,0	33,6
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	5,6	9,1	9,2
Indústria geral	24,2	32,3	32,4
Construção	6,9	17,7	19,0
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	40,2	46,9	47,2
Serviços (2)	31,6	38,1	38,2

Associação a cooperativa de trabalho ou produção (%)

Pessoas ocupadas como empregador ou trabalhador por conta própria



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2024.

Nota: Pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência.

(1) Inclui atividades mal definidas. (2) Compreende as seguintes atividades: Transporte, armazenagem e correio; Alojamento e alimentação; Informação e comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas; Administração pública, defesa e segurança social, educação, saúde humana e serviços sociais; e Outros serviços.

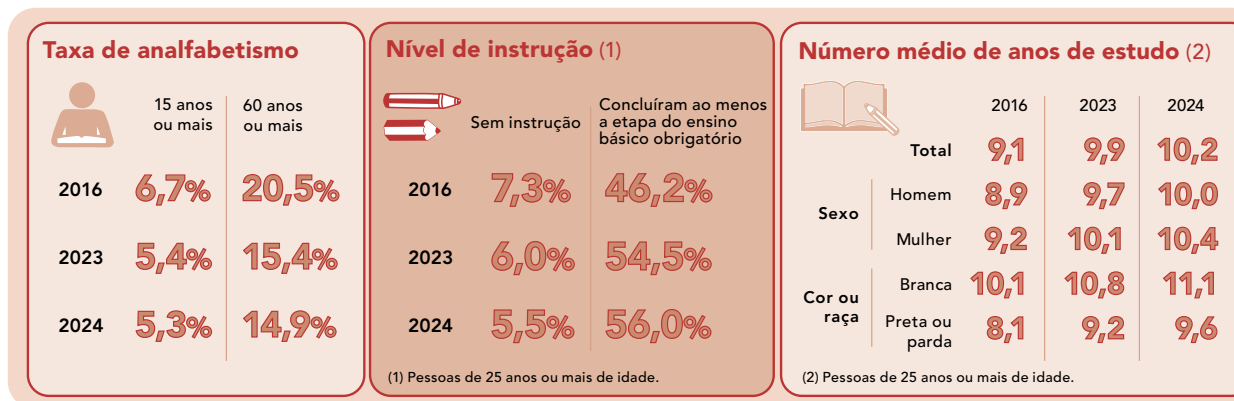
Educação

Compreende as informações sobre educação, abrangendo: condição de alfabetização; frequência à creche ou à escola; rede e área de ensino; grau de instrução; gestão da educação, entre outros aspectos.

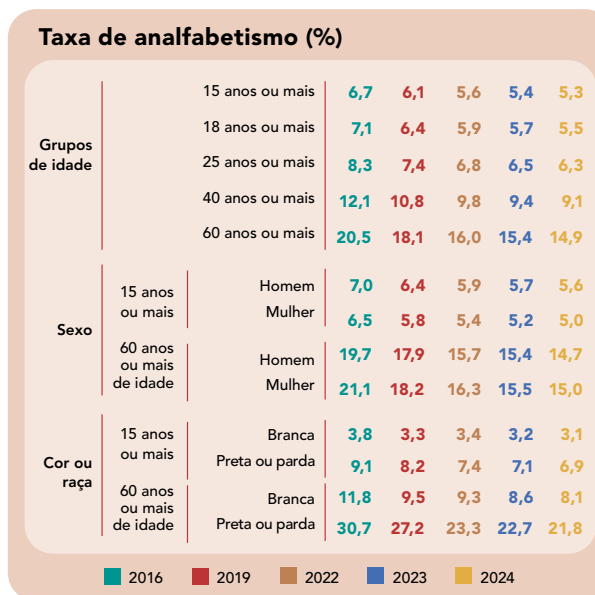
O módulo Educação da PNAD Contínua tem como objetivo retratar o panorama educacional da população brasileira. Em 2025, foram apresentados os resultados com referência no segundo trimestre de 2024, assim como algumas comparações com os resultados de anos anteriores.

Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#).

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2024.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2024.

Habitação

Abrange as informações sobre habitação, englobando: tipo de domicílio; material utilizado na construção do domicílio (piso, parede); serviços de infraestrutura básica (abastecimento de água, esgotamento sanitário, destino do lixo e iluminação elétrica) disponíveis no domicílio; urbanização e vizinhança; condição de ocupação; posse de bens duráveis; gestão pública da habitação, entre outros aspectos.

Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#).

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).

Domicílios e Moradores (1)

Condição de ocupação (%)

	2016	2023	2024
Próprio de algum morador - já pago	66,8	62,5	61,6
Próprio de algum morador - ainda pagando	6,2	6,0	6,0
Alugado	18,4	22,3	23,0
Cedido	8,5	9,0	9,1

Domicílios ligados à rede geral de água, segundo a situação do domicílio (%)

	2016	2023	2024
Total	85,8	85,9	86,3
Urbana	94,0	93,4	93,4
Rural	34,2	32,3	31,7

Posse de bens nos domicílios (%)

	2016	2023	2024
Geladeira	98,1	98,2	98,3
Máquina de lavar roupa	63,0	69,4	70,4
Carro	47,6	48,2	48,8
Motocicleta	22,6	24,7	25,7
Carro e motocicleta	10,7	12,7	13,4

População residente, por sexo, segundo os grupos de idade (2)

	Total	Homens	Mulheres
2024			
0 a 4 anos	6,1	6,4	5,8
5 a 13 anos	12,3	12,9	11,7
14 a 17 anos	5,6	5,9	5,4
18 a 19 anos	2,7	2,9	2,6
20 a 24 anos	7,5	7,8	7,2
65 anos ou mais	11,2	9,9	12,4

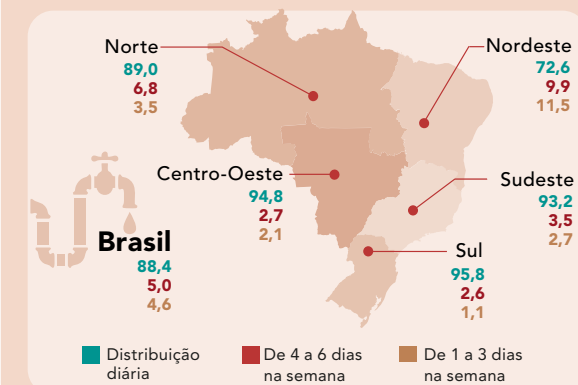
Domicílios com esgotamento sanitário ligados à rede geral ou pluvial, segundo a situação do domicílio (%)

	2019	2023	2024
Total	62,4	63,5	63,9
Urbana	70,9	71,5	71,4
Rural	5,9	4,7	4,4

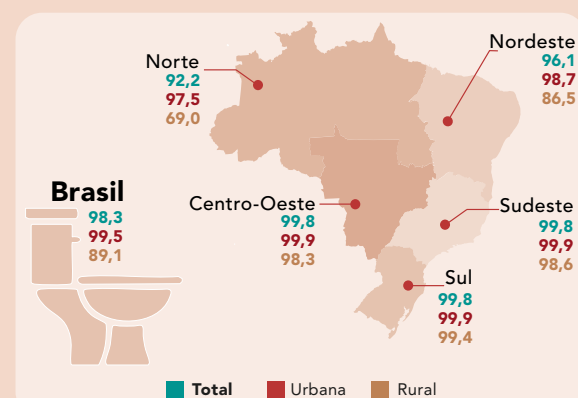
Lixo coletado por serviço de limpeza, segundo a situação do domicílio (%)

	2016	2023	2024
Total	90,4	92,4	93,1
Urbana	98,6	99,2	99,4
Rural	39,2	44,4	44,8

Domicílios, por disponibilidade da rede geral de abastecimento de água, segundo as Grandes Regiões (%)



Domicílios com banheiro de uso exclusivo, por situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões (%)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2024. (1) Primeira visita. (2) Acumulado de primeiras visitas.

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2024.

Saúde

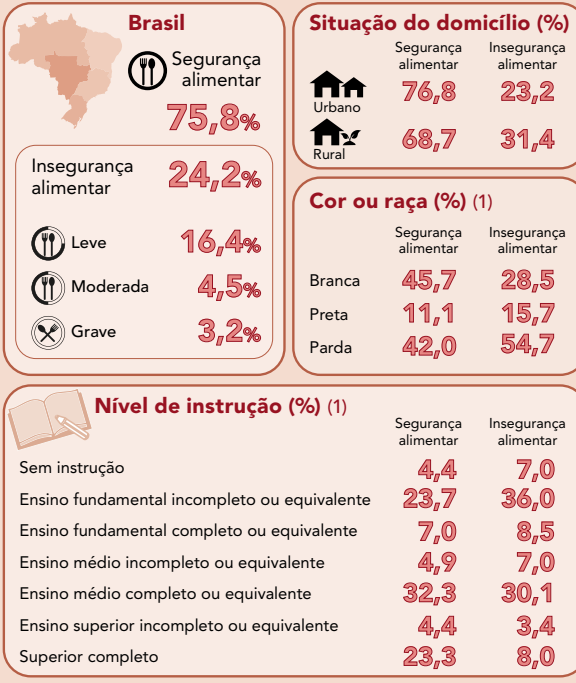
Compreende as informações sobre saúde, abrangendo: morbidade e causas de mortalidade; acesso e utilização de serviços de saúde; gastos com saúde; estilo de vida (alimentação, tabagismo, consumo de álcool); nutrição (aquisição de alimentos, segurança alimentar e nutricional, avaliação nutricional); deficiência e capacidade funcional; infraestrutura e gestão da saúde; conta-satélite de saúde, entre outros aspectos.

Em 2025, o IBGE também divulgou os resultados do módulo de Segurança Alimentar, inserido na PNAD Contínua, relativos ao ano de 2024, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS. Os dados para esse estudo foram obtidos a partir da aplicação das perguntas componentes da **Escala Brasileira de Insegurança Alimentar - EBIA**, em módulo específico da pesquisa.

Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#).

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).

Domicílios particulares, por situação de segurança alimentar



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2024.

(1) Características do responsável pelo domicílio.

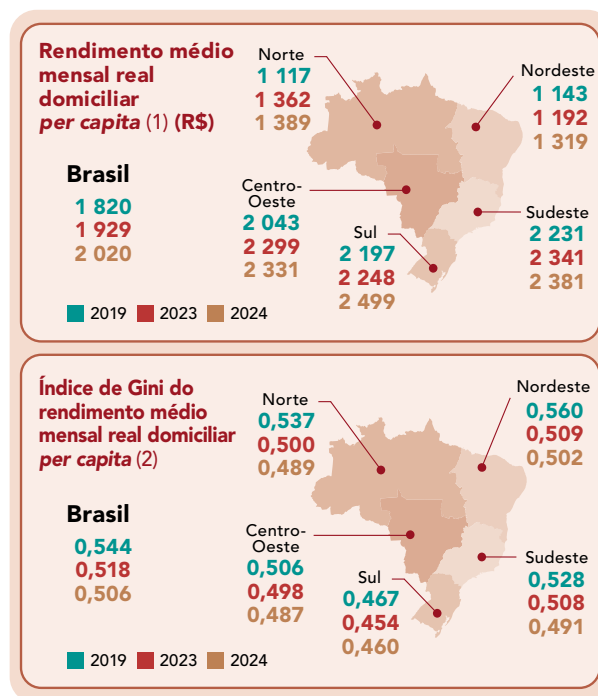
Rendimento, despesa e consumo

Engloba as informações sobre rendimento (monetário e não monetário), abrangendo: tipos e distribuição de rendimentos e despesas; transferências recebidas e pagas; padrões de consumo; posse de bens de consumo e duráveis; orçamentos familiares, entre outros aspectos.

Nesse tema, destacou-se a PNAD Contínua, com a produção de indicadores anuais, tais como: população residente com rendimento; distribuição das pessoas por tipo de rendimento recebido; rendimento médio mensal real da população residente com rendimento; rendimento do trabalho; rendimento domiciliar *per capita*; e indicadores de concentração de rendimento.

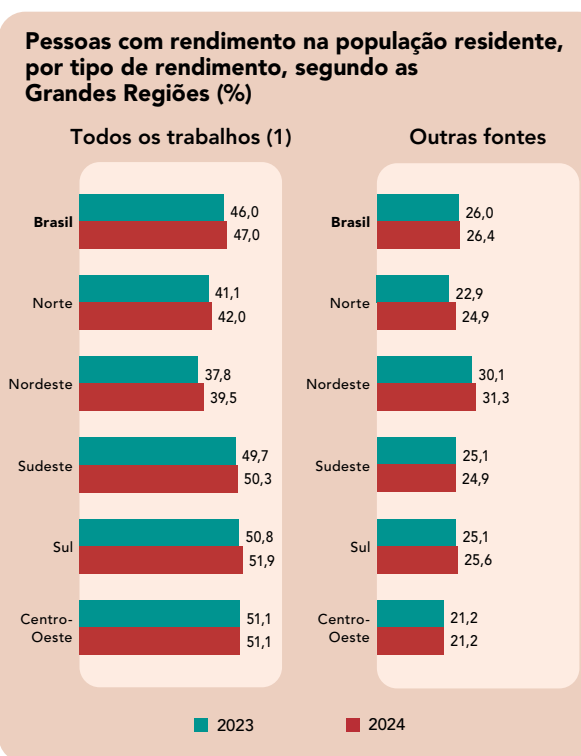
Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#).

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019/2024.

(1) A preços médios de 2024. (2) A preços médios do ano.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2023-2024.

Nota: Dados consolidados de primeiras visitas.

(1) Rendimento habitualmente recebido em todos os trabalhos pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade.



Administração pública e participação político-social

Envolve as informações sobre a gestão da administração pública, a estrutura e a relação dos Entes Federados, bem como as informações sobre os instrumentos utilizados pelas pessoas para expressar seus interesses sociais, econômicos e políticos, abrangendo filiação a sindicatos, associação a órgãos de classe e comunitários e participação através do sistema de representação política, entre outros aspectos.

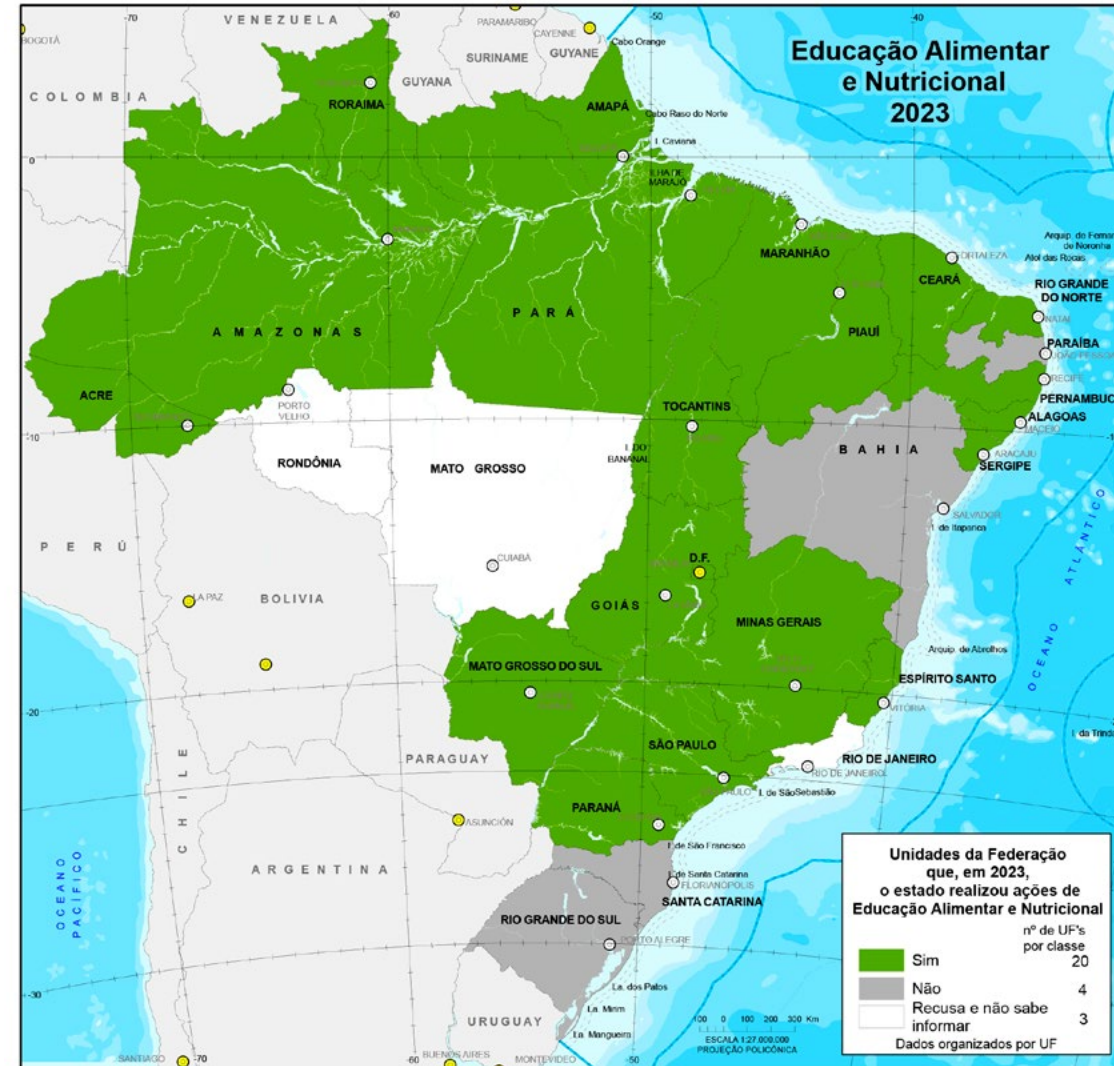
Para avaliar a administração pública, o IBGE realiza a **Pesquisa de Informações Básicas Estaduais - ESTADIC** e a **Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC**, que perfazem um retrato abrangente de duas esferas administrativas. Em 2025, foram publicados o *Perfil dos Estados Brasileiros 2024* e o *Perfil dos Municípios Brasileiros 2024*.

Também foi realizado o suplemento de **Segurança Alimentar e Nutricional**, que teve por objetivo coletar informações sobre a gestão da política pública relacionada ao tema nos Estados e Municípios do País, com vistas a possibilitar o mapeamento da estrutura governamental utilizada para esse fim e conhecer aspectos de seu desenvolvimento, legislação, instrumentos de gestão e participação, ações empreendidas, bem como equipamentos de segurança alimentar existentes nesses Entes Federados.

Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#).

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).

Unidades da Federação que, em 2023, o estado realizou ações de educação alimentar e nutricional - 2024



Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2024.



Estatísticas econômicas

Agricultura, pecuária e outros

Compreende informações econômico-financeiras, de produção, de bens e serviços consumidos, de emprego e de outros aspectos, específicas das atividades de agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, que integram a Seção A da **Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.0** [↗](#).

O IBGE traça um grande painel do agronegócio divulgando os resultados oriundos das seguintes pesquisas:

A **Pesquisa Trimestral do Abate de Animais** levanta dados da quantidade de animais abatidos e o peso total das carcaças, por espécie pesquisada;

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#) [↗](#).

A **Pesquisa Trimestral do Couro** levanta dados da quantidade de couro cru de bovino adquirida e curtida;

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#) [↗](#).

A **Pesquisa Trimestral do Leite** levanta dados da quantidade de leite fluido cru;

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#) [↗](#).

A **Produção de Ovos de Galinha - POG** levanta dados da variação da produção física de ovos de galinha.

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#) [↗](#).

O **Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - LSPA** fornece estimativas de área plantada, área colhida, quantidade produzida e rendimento médio de produtos selecionados com base em critérios de importância econômica e social para o País. Permite não apenas o acompanhamento de cada cultura investigada, desde a fase de intenção de plantio até o final da colheita, no ano civil de referência, como também o prognóstico da safra do próximo ano, para o qual é realizado o levantamento nos meses de outubro, novembro e dezembro.

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#) [↗](#).

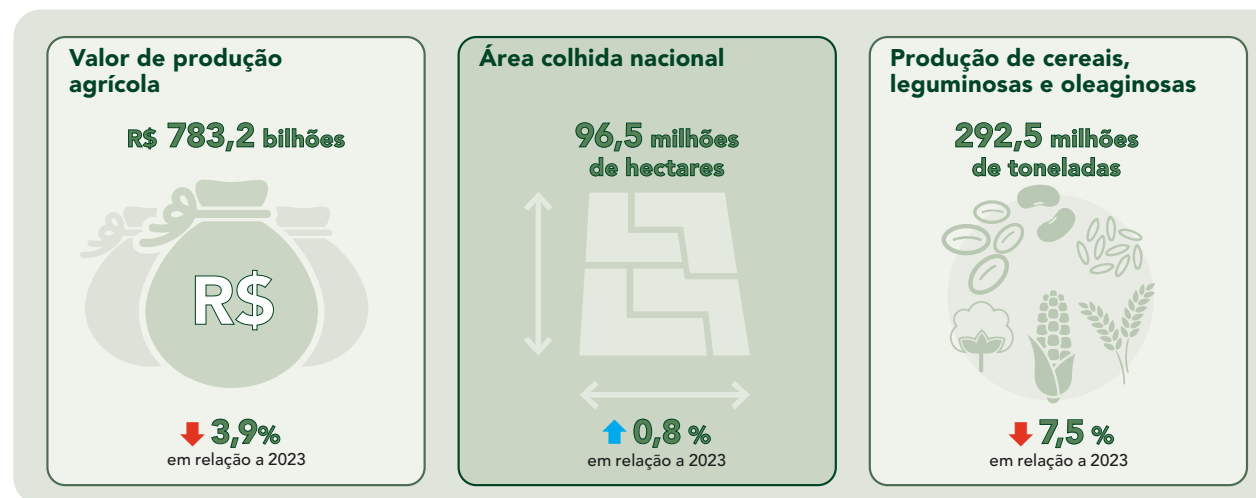
A **Produção Agrícola Municipal - PAM** investiga um conjunto de produtos das lavouras temporárias e permanentes do País que se caracterizam pela im-

portância econômica que possuem na pauta de exportações e por sua relevância social, uma vez que integram a cesta básica do brasileiro. A unidade de coleta é o Município.

Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#) [↗](#).

A **Pesquisa de Estoques** investiga informações sobre o volume e a distribuição espacial dos estoques de produtos agrícolas armazenáveis básicos e os seus locais de guarda. Tem como unidade de coleta o estabelecimento que possui instalações ou unidades armazenadoras apropriadas e dedicadas à prestação de serviços de armazenagem ou à guarda de produtos agrícolas vinculados à sua atividade principal.


Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#) [↗](#).

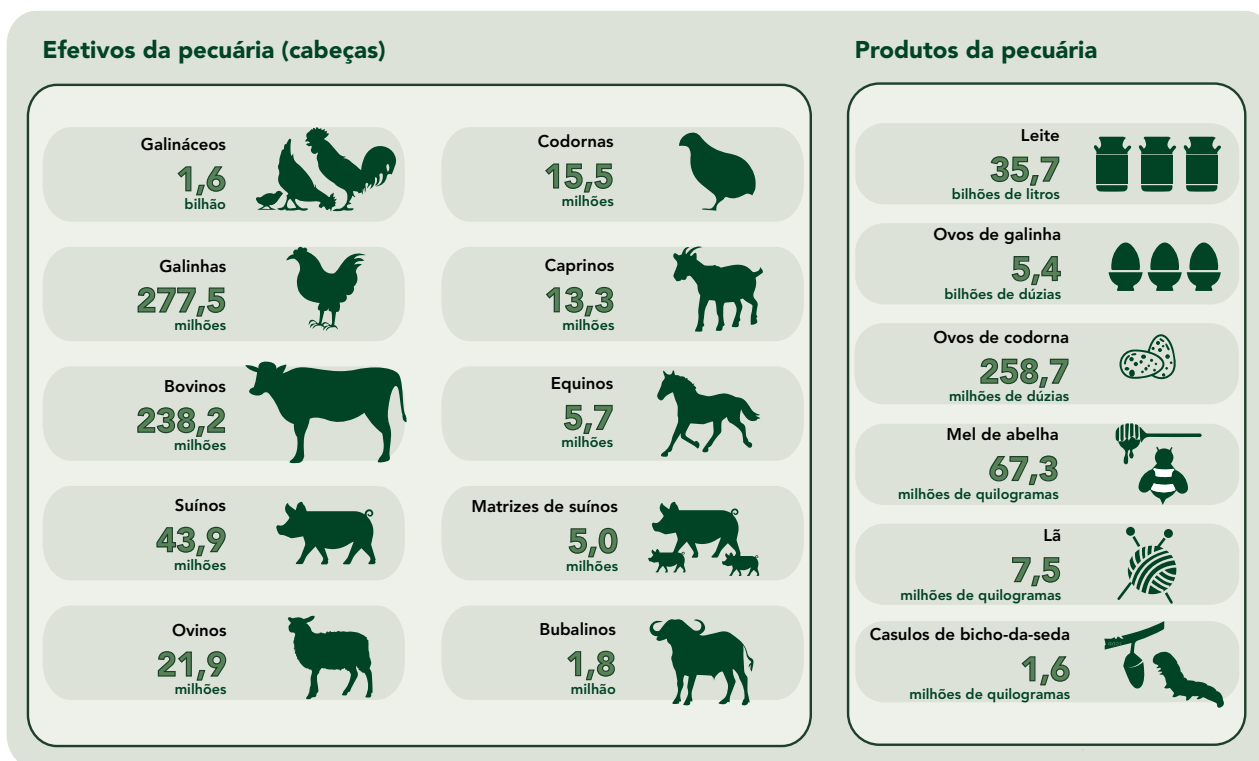


Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2024.

A **Pesquisa da Pecuária Municipal - PPM** fornece informações sobre os efetivos da pecuária existentes no Município na data de referência do levantamento, bem como a produção de origem animal e o valor da produção durante o ano de referência. Os efetivos incluem bovinos, suínos, matrizes de suínos, galináceos, galinhas, codornas, equinos, bubalinos, caprinos e ovinos. A produção de ori-

gem animal, por sua vez, contempla: a produção de leite, ovos de galinha, ovos de codorna, mel, lã bruta e casulos do bicho-da-seda; as quantidades de vacas ordenhadas e ovinos tosquiados; e a aquicultura, que engloba as produções da piscicultura, carcinocultura e malacocultura.

Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#) .

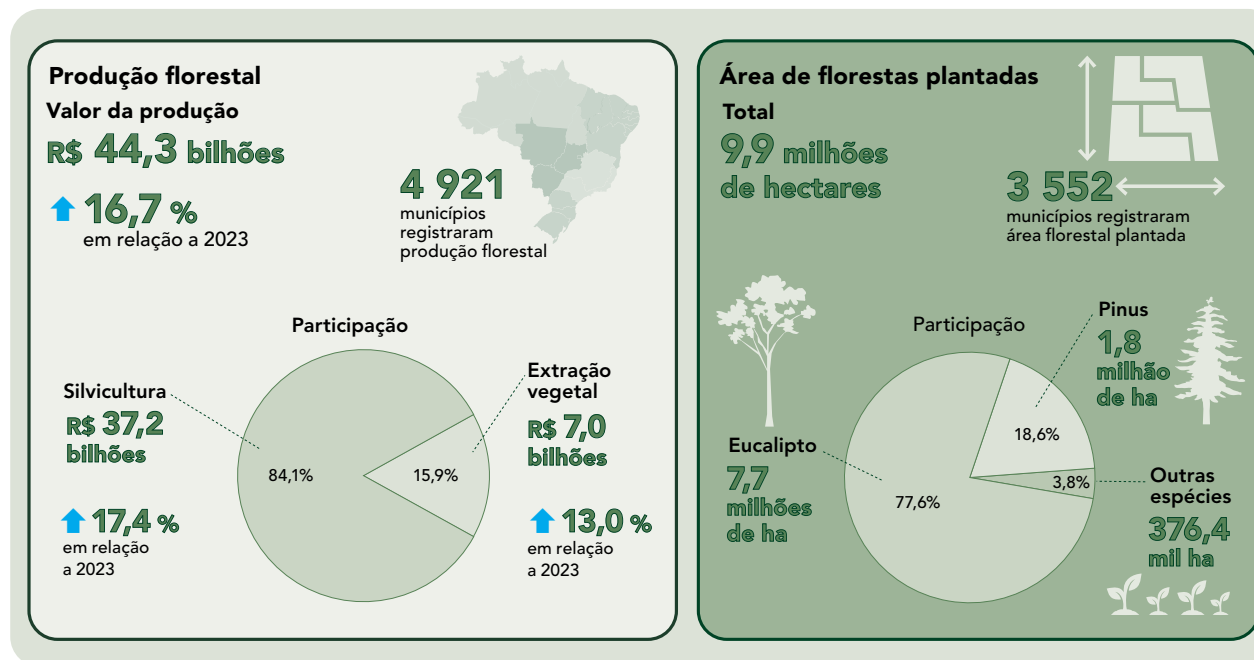


Fonte: IBGE, Pesquisa da Pecuária Municipal 2024.

A **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura - PEVS** investiga informações sobre a quantidade e o valor da produção decorrentes dos processos de exploração dos recursos vegetais nativos e dos maciços florestais plantados, tendo como unidade de coleta o Município. A área total existente e a área colhida de cultivos florestais também são objetos da pesquisa.

Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#).

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).



Fonte: IBGE, Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2024.

Indústria e construção

Investiga as atividades das indústrias extrativas, de transformação e da construção, que pertencem às seções B, C e F da **CNAE 2.0**, respectivamente, a partir de pesquisas que levantam informações econômico-financeiras, de produção, bens e serviços consumidos, emprego, entre outros aspectos das atividades específicas. As principais pesquisas que tiveram resultados divulgados para essa área foram:

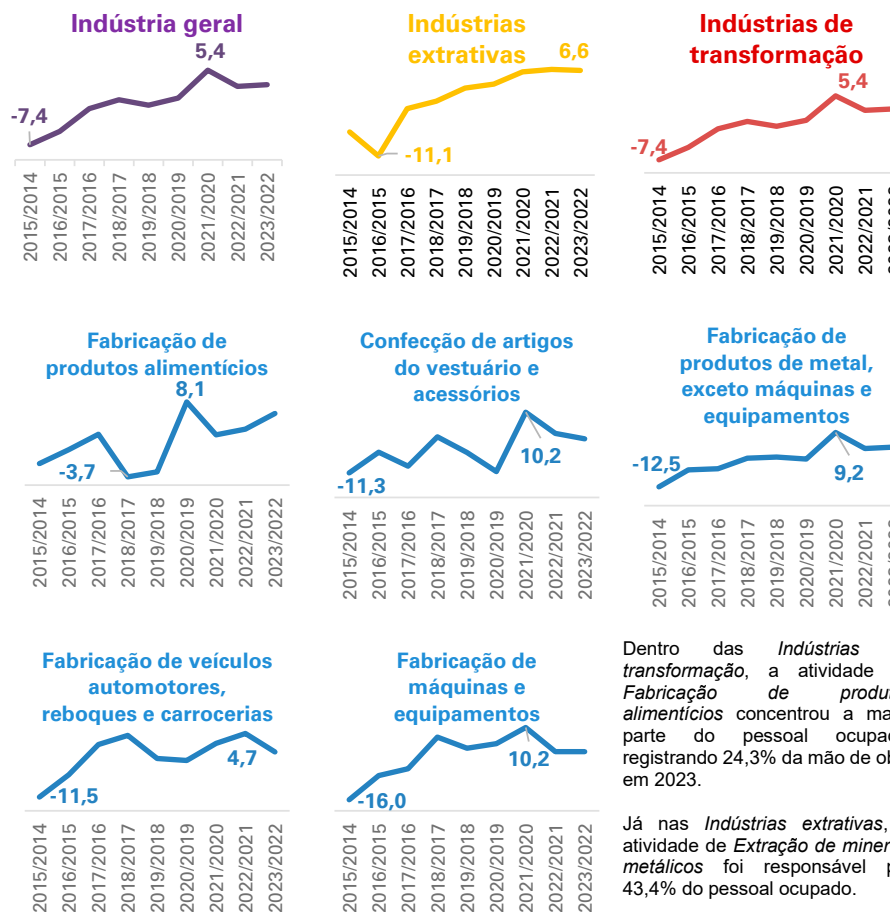
A **Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física - PIM-PF** produz, desde a década de 1970, indicadores de curto prazo relativos ao comportamento do produto real das indústrias extrativa e de transformação.

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).

A **Pesquisa Industrial Anual - Empresa - PIA-Empresa** identifica as características estruturais básicas do segmento empresarial da atividade industrial no País. Seus resultados constituem referência para a análise das atividades que compõem esse segmento e subsidiam o Sistema de Contas Nacionais nas estimativas de valor da produção, consumo intermediário, valor adicionado, formação de capital e pessoal ocupado.

Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#).

Variação de pessoas ocupadas nas atividades industriais que mais empregam - Taxa (%) do ano em relação ao ano imediatamente anterior - PIA - Empresa 2023



Dentro das *Indústrias de transformação*, a atividade de *Fabricação de produtos alimentícios* concentrou a maior parte do pessoal ocupado, registrando 24,3% da mão de obra em 2023.

Já nas *Indústrias extrativas*, a atividade de *Extração de minerais metálicos* foi responsável por 43,4% do pessoal ocupado.

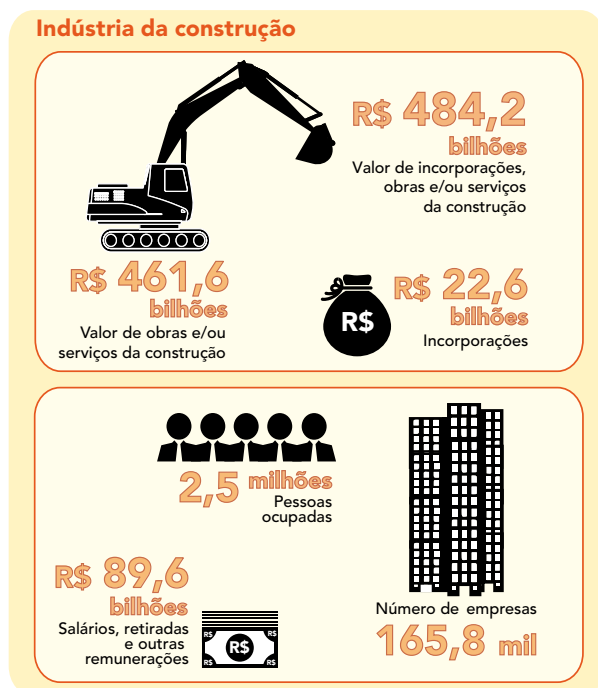
Fonte: IBGE, Pesquisa Industrial Anual - Empresa 2014/2023.

Nota: O ano de 2023 foi utilizado como parâmetro para definição das atividades industriais que mais empregam.

A **Pesquisa Anual da Indústria da Construção - PAIC** identifica, anualmente, as características estruturais da atividade de construção e de suas transformações no tempo. As informações levantadas priorizam as estimativas do valor de incorporações, obras e/ou serviços da construção; da mão de obra ocupada e sua remuneração; dos investimentos em capital fixo; e de outros aspectos.

Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#).

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).



Fonte: IBGE, Pesquisa Anual da Indústria da Construção 2023.

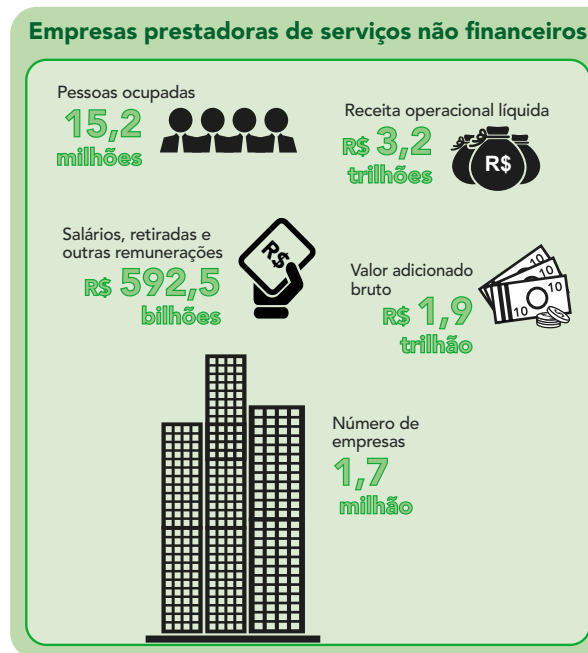
Serviços

Engloba informações econômico-financeiras, de produção, de bens e serviços consumidos, de emprego e de outros aspectos, específicas das atividades dos serviços que pertencem às seções H, I, J, L, M, N, R (parte) e S da **CNAE 2.0**. Os resultados divulgados são referentes às seguintes pesquisas:

A **Pesquisa Mensal de Serviços - PMS** produz indicadores que permitem acompanhar o comportamento conjuntural do setor de serviços no País, investigando a receita bruta de serviços nas empresas formalmente constituídas com 20 ou mais pessoas ocupadas que desempenham como principal atividade um serviço não financeiro, excluídas as áreas de saúde e educação.

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).

A **Pesquisa Anual de Serviços - PAS** levanta dados econômico-financeiros para conhecer detalhadamente o setor de serviços. Ela investiga anualmente empresas que atuam nos seguintes setores de serviços empresariais não financeiros: serviços prestados principalmente às famílias; serviços de informação e comunicação; serviços profissionais, administrativos e complementares; transportes, serviços auxiliares dos transportes e correio; atividades imobiliárias; e serviços de manutenção e reparação, além de outras atividades de serviços.



Fonte: IBGE, Pesquisa Anual de Serviços 2023.

Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#).

Para acessar mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).

Comércio

Abrange informações econômico-financeiras, de produção, de bens e serviços consumidos, de emprego e de outros aspectos, específicas das atividades do comércio e de reparação de veículos automotores e motocicletas, que pertencem à seção G da **CNAE 2.0**. Nesse âmbito, tem destaque as seguintes pesquisas:

A **Pesquisa Mensal de Comércio - PMC** produz indicadores que permitem acompanhar o comportamento conjuntural do comércio varejista no País, investigando a receita bruta de revenda nas empresas formalmente constituídas com 20 ou mais pessoas ocupadas e cuja atividade principal é o comércio varejista e atividades de veículos, motocicletas, partes e peças e de material de construção, que incluem o ramo atacadista.

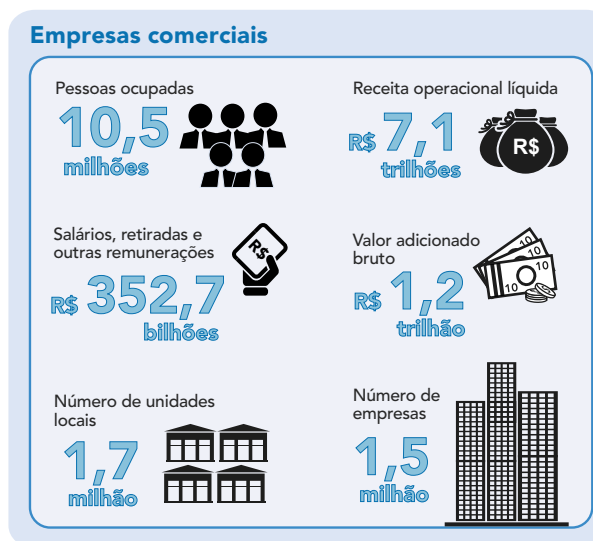
Para acessar mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).

A **Pesquisa Anual de Comércio - PAC** constitui uma importante fonte de dados setoriais para compreender o comportamento do mercado sob a lógica da oferta, uma vez que as atividades comerciais empregam significativa parcela da população e contribuem, em grande medida, para a composição do **Produto Interno Bruto - PIB**.

Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#).

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).

Empresas comerciais



Fonte: IBGE, Pesquisa Anual de Comércio 2023.

Preços e custos

Abrange informações sobre as variações de preços dos bens e serviços produzidos na economia, englobando índices de preços ao consumidor, índices de preços ao produtor e comparações internacionais, com o objetivo de mensurar as paridades de poder de compra e os níveis correspondentes de preço e volume do **Produto Interno Bruto - PIB**, entre outros aspectos. Compreende, também, as informações sobre custos e índices da construção civil. O tema é composto pelas seguintes pesquisas que tiveram seus resultados divulgados em 2025:

O **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA** tem por objetivo medir a inflação de um

conjunto de produtos e serviços comercializados no varejo, referente ao consumo pessoal das famílias com rendimentos de um a 40 salários mínimos, qualquer que seja a fonte, o que representa uma cobertura de 90% das famílias pertencentes às Áreas Urbanas consideradas no **Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor - SNIPC**.

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).

O **Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC**, por sua vez, tem por objetivo a correção do poder de compra dos salários, por meio da mensuração das variações de preços da cesta de consumo da população assalariada com menor rendimento - famílias com rendimentos de um a cinco salários mínimos, cuja pessoa de referência é assalariada. A cobertura populacional alcança 50% das famílias pertencentes às Áreas Urbanas consideradas no SNIPC.

O IPCA e o INPC são produzidos continuamente e sistematicamente pelo SNIPC. Ambos têm como unidade de coleta estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, concessionárias de serviços públicos e Internet e sua coleta estende-se, em geral, do dia 01 a 30 do mês de referência.

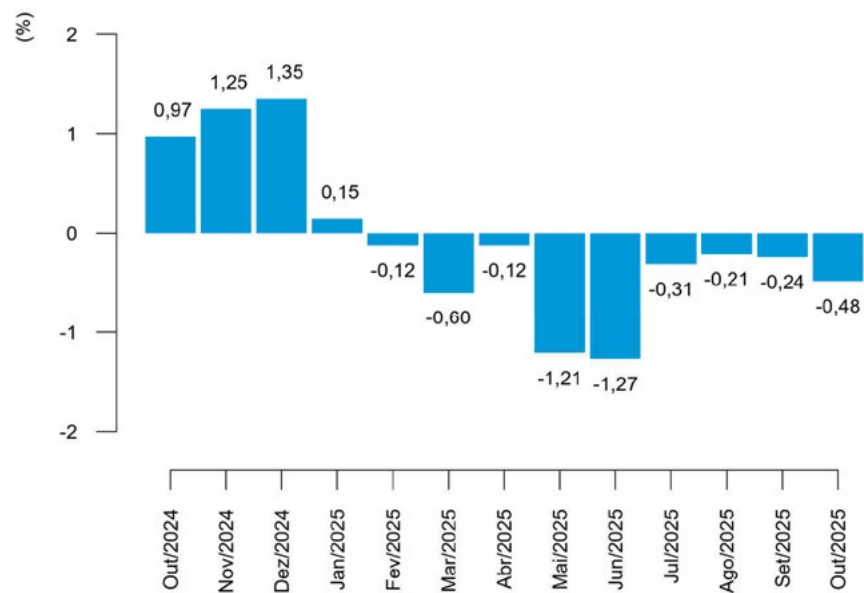
Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).

O **Índice de Preços ao Produtor - Indústrias Extrativas e de Transformação - IPP**, cujo âmbito são as indústrias extrativas e de transformação, tem como principal objetivo mensurar a mudança média dos preços de venda recebidos pelos pro-

dutores domésticos de bens e serviços, bem como sua evolução ao longo do tempo, sinalizando as tendências inflacionárias de curto prazo no País. Constitui, assim, um indicador essencial para o acompanhamento macroeconômico e, por conseguinte, um valioso instrumento analítico para tomadores de decisão, públicos ou privados.

Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#).

Variação (%) no Índice de Preços ao Produtor, segundo as Indústrias Extrativas e de Transformação, Brasil, Out/2023 – Out/2024. Base: mês imediatamente anterior.



Fonte: IBGE, Índice de Preços ao Produtor, Out/2024 - Out/2025.

O Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI tem por objetivo a produção de séries mensais de custos e índices para o setor habitacional, além de séries mensais de salários medianos da mão de obra e preços medianos de materiais, máquinas, equipamentos e serviços da construção para os setores de saneamento básico, infraestrutura e habitação. O SINAPI é uma produção conjunta do IBGE e da Caixa Econômica Federal - CEF, realizada por meio de acordo de cooperação técnica, cabendo ao IBGE a responsabilidade quanto às fases de coleta, apuração e cálculo. À CEF cabe a definição e manutenção dos aspectos de engenharia, tais como projetos, composições de serviços etc. As estatísticas do SINAPI são fundamentais na programação de investimentos, sobretudo para o setor público. Os preços e custos auxiliam na elaboração, análise e avaliação de orçamentos, enquanto os índices possibilitam a atualização dos valores das despesas nos contratos e orçamentos.

Para acessar mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).

Contas nacionais

Compreende informações sobre geração, distribuição e uso da renda no País; acumulação de ativos não financeiros; e relações entre a economia nacional e o resto do mundo, abrangendo indicadores como PIB, PIB per capita, Renda Nacional Bruta, entre outros. Tem como referências metodológicas as recomendações internacionais sobre a compilação de dados econômicos expressas no manual *System of National Accounts - SNA*. Compreende, também, Contas Regionais e PIB dos Municípios. Os resultados divulgados em 2025 referiram-se às seguintes fontes de informação:

O Sistema de Contas Nacionais Trimestrais - SCNT apresenta os valores correntes e os índices de volume (1995=100), trimestralmente, para o PIB a preços de mercado, impostos sobre produtos, valor adicionado a preços básicos, consumo pessoal, consumo do governo, formação bruta de capital fixo, variação de estoques, exportações e importações de bens e serviços.

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).

O **Produto Interno Bruto dos Municípios** é uma operação estatística para que o IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, as Secretarias Estaduais de Governo e a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, divulgue as estimativas do PIB dos Municípios.

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).

O **Sistema de Contas Nacionais - SCN** apresenta como resultados: (i) as Tabelas de Recursos e Usos, que mostram os fluxos de oferta e demanda dos bens e serviços, bem como a geração de renda e do emprego em cada atividade econômica; (ii) as Contas Econômicas Integradas, que oferecem uma visão do conjunto da economia, descrevendo, para cada setor institucional, seus fenômenos essenciais – produção, consumo, acumulação e patrimônio – e suas inter-relações; e (iii) as Tabelas Sinóticas, que reúnem as principais grandezas calculadas no SCN e permitem identificar, para cada ano do período considerado, uma série de informações da economia brasileira.

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).

O **Sistema de Contas Regionais - SCR**, por sua vez, fornece estimativas do PIB de cada Unidade da Federação, pelas óticas da produção e da renda, coerentes, comparáveis entre si e compatíveis com o SCN.

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).

As **Estatísticas de Finanças Públicas e a Conta Intermediária de Governo**, em que o IBGE, em parceria com a Secretaria do Tesouro Nacional - STN e o Banco Central do Brasil - BCB, apresenta estatísticas sobre as finanças públicas do governo geral – setor institucional que compreende todas as unidades de governo (Central, Estaduais e Municipais) e os fundos de previdência social por elas controlados – referentes a 2023.

Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#).

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).

Demonstrativo de finanças públicas (milhões R\$)

Resultado de Operações - Governo Geral	Valores correntes (1 000 000 R\$) (em 31.12)				
	Governo Central	Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de Consolidação	Governo Geral
1 Receita	3 115 782	1 526 260	1 288 423	(-) 1 294 245	4 636 221
1.1 Impostos	1 815 210	943 658	254 546	0	3 013 414
1.2 Contribuições sociais	698 492	113 855	65 945	0	878 292
1.3 Transferências / Doações	531	349 166	866 015	(-) 1 215 623	89
1.4 Outras receitas	601 548	119 581	101 917	(-) 78 621	744 425
1.4.1.1 Juros	289 319	20 151	38 951	(-) 78 621	269 800
1.4.X Demais	312 229	99 430	62 966	0	474 625
2M Despesa (2+31)	3 786 079	1 581 727	1 303 960	(-) 1 294 245	5 377 521
2 Gasto	3 804 267	1 559 390	1 229 670	(-) 1 294 245	5 299 083
2.1 Remuneração de empregados	240 776	506 924	533 883	0	1 281 583
2.2 Uso de bens e serviços	82 274	215 190	395 378	0	692 841
2.3 Consumo de capital fixo	47 595	63 051	64 237	0	174 882
2.4 Juros	937 681	102 522	10 409	(-) 78 621	971 991
2.5 Subsídios	17 271	3 693	12 602	0	33 566
2.6 Transferências / Doações	923 696	289 362	6 171	(-) 1 215 623	3 606
2.7 Benefícios previdenciários e assistenciais	1 478 224	284 911	96 843	0	1 859 978
2.8 Outros gastos	76 751	93 737	110 147	0	280 635
3.1 Investimento líquido	(-) 18 188	22 337	74 289	0	78 438
3.1.1 Ativos fixos	(-) 12 489	21 960	72 752	0	82 223
3.1.2 Estoques	858	377	1 548	0	2 783
3.1.3 Objetos de valor	18	0	0	0	18
3.1.4 Ativos não produzidos	(-) 6 576	0	(-) 11	0	(-) 6 587
Capacidade (+)/ Necessidade(-) líquida de financiamento (1-2M)	(-) 670 296	(-) 55 467	(-) 15 537	0	(-) 741 300
Capacidade (+)/ Necessidade(-) líquida de financiamento primária ((1-1411)-(2M-24))	(-) 21 934	26 904	(-) 44 079	0	(-) 39 109

Fontes: 1. Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional. 2. IBGE. 3. Banco Central do Brasil.

Outras estatísticas econômicas

Estatísticas do Cadastro Central de Empresas - CEMPRES

O CEMPRES reúne informações cadastrais e econômicas de empresas e outras organizações formalmente constituídas e suas respectivas unidades locais existentes no País. A sua atualização é realizada, anualmente, a partir das informações provenientes das pesquisas estruturais (Comércio, Construção, Indústria e Serviços) e do Sistema de Manutenção Cadastral do Cadastro Central de Empresas - SIMCAD, bem como de registros administrativos do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, como a Relação Anual de Informações Sociais - RAIS e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED, que estão sendo substituídos gradativamente pelo Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial.

Na publicação, constam informações das organizações formais ativas no País, tais como: número total de empresas e outras organizações ativas; pessoal ocupado total; pessoal ocupado assalariado; salários e outras remunerações e salário médio mensal, segundo a atividade econômica, de acordo com a [CNAE 2.0](#); e porte, segundo faixas de pessoal ocupado total e distribuição geográfica.

Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#).

Empresas e outras organizações com empregados em 31.12, pessoal ocupado total e assalariado, salários e outras remunerações e salário médio mensal, segundo as faixas de pessoal ocupado total - Brasil - 2023

Faixas de pessoal ocupado assalariado	Empresas e outras organizações		Pessoal ocupado em 31.12				Salários e outras remunerações (1 000 R\$)		Salário médio mensal (R\$)
			Total		Assalariado		Absoluto	Distribuição (%)	
	Absoluto	Distribuição (%)	Absoluto	Distribuição (%)	Absoluto	Distribuição (%)			
Total	10 029 605	100,0	65 962 128	100,0	52 648 049	100,0	2 556 760 310	100,0	3 745,45
0 a 9 pessoas	9 341 003	93,1	18 552 214	28,1	6 444 318	12,2	173 952 578	6,8	1 946,77
10 a 49 pessoas	587 431	5,9	10 719 007	16,3	9 652 666	18,3	298 507 776	11,7	2 390,13
50 a 249 pessoas	78 363	0,8	7 706 318	11,7	7 596 037	14,4	317 982 382	12,4	3 297,45
250 pessoas ou mais	22 808	0,2	28 984 589	43,9	28 955 028	55,0	1 766 317 573	69,1	4 748,78

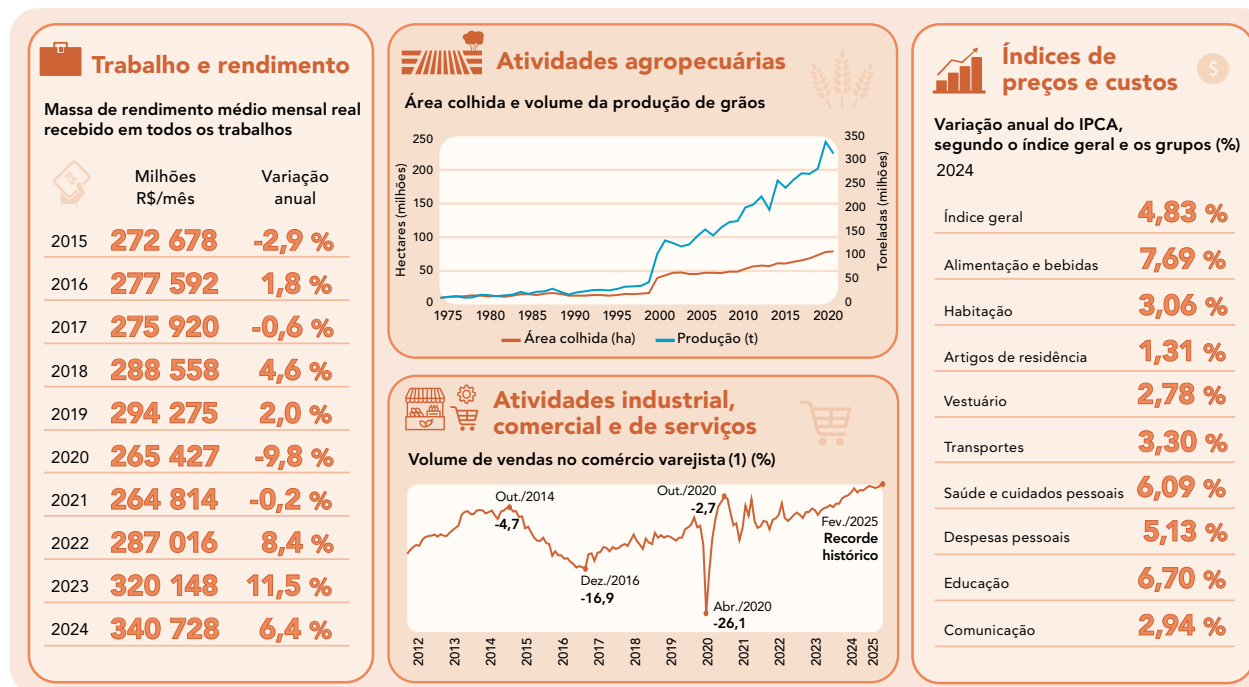
Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas 2023.

Indicadores Econômicos do Brasil 2024

Com esta divulgação, foram consolidados, pela primeira vez, em um único informativo, os principais indicadores econômicos conjunturais produzidos pelo Instituto. Eles ilustraram o desempenho da economia brasileira em 2024, com detalhamentos por Unidades da Federação, quando disponíveis. Alguns indicadores também foram apresentados em séries históricas, permitindo o acompanhamento, ao longo do tempo, dos seguintes temas: trabalho e rendimento; produção das atividades agropecuárias; produção das atividades industrial, comercial e de serviços; e índices de preços e custos.

Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#).

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).



Fonte: IBGE. SIDRA: sistema IBGE de recuperação automática. Rio de Janeiro, [2025]. tab. 1618, 4665, 5457, 7060, 8880-8883. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br>. Acesso em mar. 2025.

(1) Em relação ao ponto mais alto da série.

Organização do território

Estrutura territorial

Engloba o conjunto de informações sobre a estrutura territorial legal brasileira, ao longo do tempo, com sua Divisão político-administrativa.

A atualização dos recortes territoriais legais ou oficiais do Brasil vai ao encontro dos compromissos assumidos pelo IBGE com a sociedade brasileira e de sua missão institucional. Anualmente, o Instituto realiza a publicação dos recortes territoriais mais relevantes para a produção de pesquisas e estatísticas que permitam a geração de conhecimento sobre o País.

Em estágio preparatório da construção da **Base Territorial para o 12º Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola**, iniciou-se o planejamento das atividades de atualização e dimensionamento da malha de Setores Censitários que subsidiarão o planejamento e a coleta da operação.

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).

Divisão Territorial Brasileira

Trata-se da relação atualizada de Subdistritos, Distritos e Municípios que compõem a **Divisão Territorial Brasileira - DTB**, que é atualizada anualmente e traz a hierarquia administrativa às quais essas unidades estão subordinadas.

A relação divulgada em **2025** teve como referência o ano de 2024. O destaque foi a **inclusão do**

Município de Boa Esperança do Norte (MT). Assim, a estrutura territorial do **País tem agora 5 569 Municípios**. Somam-se a esses Municípios o Distrito Federal (Brasília) e um Distrito Estadual em Pernambuco (Fernando de Noronha).

Em 2024, a quantidade de Distritos Municipais chegou a 10 740, 19 a mais do que em 2023. Foram identificados 11 novos Distritos em Minas Gerais, seis em Santa Catarina, um na Bahia e um em Mato Grosso, Estado onde houve a exclusão de três Distritos. O número de Subdistritos foi o mesmo do ano anterior (645).

Para detalhes do produto, [clique aqui](#).

Alterações Toponímicas

Refere-se à relação dos Municípios que sofreram algum tipo de alteração na nomenclatura ou na maneira como são escritos. **Em 2025, não houve atualização de nome de Município**.

Para detalhes do produto, [clique aqui](#).

Áreas territoriais

Anualmente, os valores das áreas territoriais brasileiras são reprocessados devido às atualizações de limites territoriais municipais e à evolução das geotecnologias aplicadas no monitoramento da dinâmica da DTB.

Em 2025, o IBGE divulgou a atualização no cálculo da Área Territorial do Brasil, para 2024, a qual

resultou no valor total da **extensão territorial do Brasil de 8 509 379,576 km²**, indicando um **ajuste de 1 038,24 km²** na comparação com o valor publicado em 2023 (8 510 417,822 km²).

Para detalhes do produto, [clique aqui](#).

Municípios Limítrofes

Trata-se de base de dados com a relação dos Municípios que fazem fronteira geográfica com outros Municípios, ou seja, Municípios vizinhos, contíguos ou confinantes.

Em 2025, o IBGE divulgou a planilha de Municípios limítrofes, com referência no ano de **2024** onde consta a relação dos Municípios que fazem fronteira geográfica com outros Municípios e as respectivas extensões da faixa de limite entre eles. **Não houve alteração em relação a publicação anterior**.

Para detalhes do produto, [clique aqui](#).

Malhas territoriais

Compreende as representações cartográficas da estrutura territorial brasileira em nível de Estado, Município, Distrito e Subdistrito.

A **Malha Municipal** retrata a situação vigente da Divisão Político-Administrativa, em formato digital, por meio da representação vetorial das linhas definidoras das divisas Estaduais e dos limites Municipais utilizados na coleta das pesquisas e censos realizados pelo IBGE. A cada versão do produto, incorporam-se as alterações territoriais

provenientes de nova legislação, decisões judiciais (liminares e mandados) e alterações cartográficas (relatórios técnicos dos órgãos estaduais responsáveis pela Divisão Político-Administrativa que atualizam os memoriais descritivos legais à luz das novas geotecnologias).

Os arquivos são disponibilizados no formato *Shape File - SHP*, podendo ser lidos pela grande maioria dos *softwares* de geoprocessamento e visualizadores de geoinformação existentes. Todos os dados publicados estão referenciados ao Sistema Geodésico Brasileiro (atualmente, SIRGAS 2000) e apresentam projeção geográfica. Os produtos descritos apresentam as seguintes Unidades Territoriais: Municípios; Áreas de Regiões Geográficas Imediatas; Regiões Geográficas Intermediárias e Unidades da Federação; Regiões; e País. Tais produtos encontram-se separados em diretórios de arquivos agrupados por Unidade da Federação ou em arquivos unificados para o Brasil nas respectivas Unidades Territoriais, com o prefixo BR.

A documentação completa em relação às características técnicas, históricas e legais em relação ao uso da Malha Municipal Digital está descrita na publicação *Malha Municipal Digital e Áreas Territoriais 2025: Informações Técnicas e Legais para a Utilização dos Dados Publicados*.

Para detalhes do produto, [clique aqui](#).

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).

Mapas Municipais das Estimativas Populacionais, versão 2024 - 29.04.2025

A Atualização dos Mapas Municipais se refere aos Mapas dos Municípios que sofreram algum tipo de atualização em seus limites relacionados na publicação das Estimativas de População. Estas atualizações não atingiram todos os Municípios brasileiros, de modo que não foram produzidos mapas para todos eles. Na edição de 2024, divulgada em 2025, o IBGE traz os mapas de 190 Municípios que passaram por atualizações em seus limites entre 1º de maio de 2023 e 30 de abril de 2024.

Para detalhes do produto, [clique aqui](#).

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).

Recortes Metropolitanos e Aglomerações Urbanas

Em 2025, houve a **atualização anual** dos **Recortes Metropolitanos e Aglomerações Urbanas**. Nesta atualização, a composição municipal de apenas uma Região Metropolitana (RM) foi alterada: o Município de Campo Verde (MT) foi incluído na Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá (MT).

Houve alteração do nome de uma RM que já existia: em Santa Catarina, a Região Metropolitana do Vale do Itajaí (SC) teve seu nome alterado para Região Metropolitana do Vale Europeu (SC).

Para detalhes do produto, [clique aqui](#).

Redes e Fluxos Geográficos

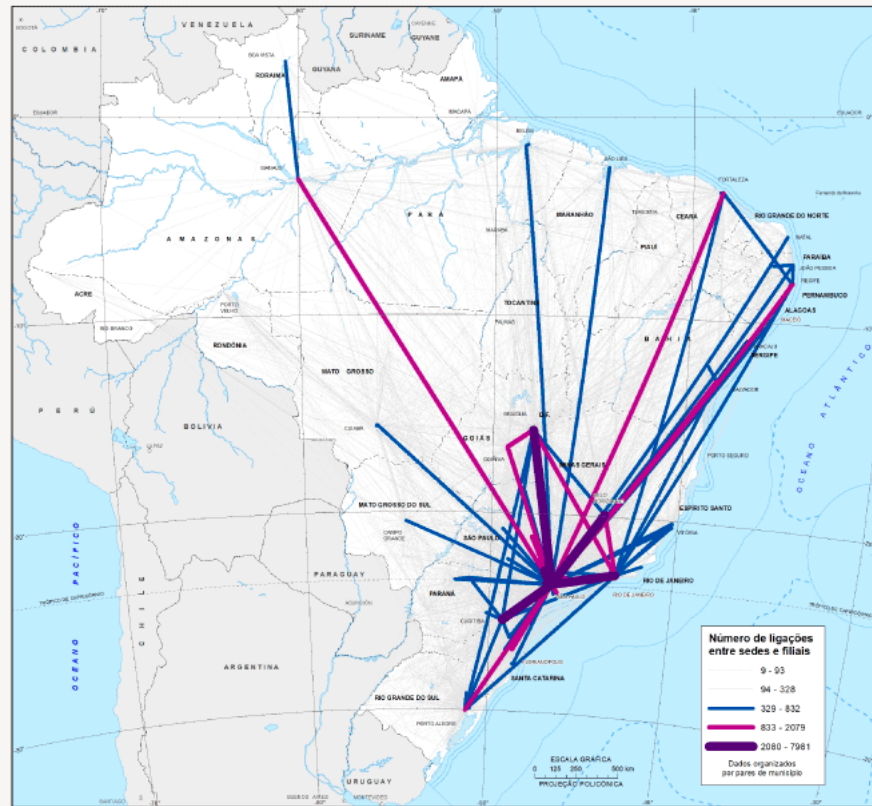
Gestão do Território 2024

A pesquisa **Gestão do Território 2024**, divulgada pelo IBGE, identifica os **Centros de Gestão** entre os 5 570 Municípios brasileiros, ou seja, aqueles que exercem papel de comando na Rede Urbana, tanto na **Gestão Empresarial** quanto na **Gestão Pública**. Esta é a segunda edição do estudo, a primeira foi realizada em 2012 e incorporada à publicação *Região de Influência das Cidades - REGIC 2018*.

Em 2024, **39,1% dos Municípios (2 176)** foram classificados como Centros de Gestão do Território, proporção ligeiramente inferior à registrada em 2014 (39,6%, ou 2 204 Municípios). A maioria dos Municípios brasileiros (3 394) permanece fora dessa classificação, sendo pequenos, com média de 8 mil habitantes. Os três principais centros continuam sendo **São Paulo (SP)**, **Brasília (DF)** e **Rio de Janeiro (RJ)**, que lideram tanto na gestão empresarial quanto na gestão pública.

No quesito **Gestão Empresarial**, a pesquisa analisou Municípios com atividades empresariais articuladas a outros Municípios, com base em empresas **multilocalizadas** – aquelas com sede em um Município e filiais em outros. Em 2012, essas empresas representavam **1,9% do total**, passando para **2,2% em 2021**, crescimento relativo de **32,5%**, contra 13% das empresas em geral. Apesar do pequeno percentual, em 2021 estavam presentes em **99,9% dos Municípios**, demonstrando ampla capilaridade.

Intensidade das ligações por pares de municípios*



A vertente da **Gestão Pública** analisa a distribuição espacial das Instituições Estatais e sua articulação em rede. O principal centro é **Brasília (DF)**, sede da maior parte das Instituições Federais, seguida por **Rio de Janeiro (RJ)**, que mantém relevância histórica, e por **São Paulo (SP)** e **Recife (PE)**. Os três primeiros níveis de centralidade são ocupados por Núcleos Metropolitanos, que concentram população e influência administrativa.

Ranking dos Municípios, segundo os níveis de centralidade de gestão pública

Níveis de Gestão Pública	Municípios
1	Brasília (DF)
2	Rio de Janeiro (RJ) São Paulo (SP) Recife (PE)
3	Belo Horizonte (MG) Porto Alegre (RS) Curitiba (PR) Fortaleza (CE) Salvador (BA) Belém (PA) Florianópolis (SC)

Fonte: IBGE, 2025.

Para compor o indicador, foram consideradas instituições multilocalizadas como IBGE, INSS, Justiça Federal, Receita Federal, Justiça Eleitoral, Justiça do Trabalho e MTE. A Justiça Eleitoral apresentou maior capilaridade, presente em 2 028 Municípios. No âmbito estadual, foram incluídas as Secretarias de Educação e Saúde, elevando a centralidade de 528 Municípios, sobretudo de médio porte.

O conceito de **Gestão do Território** abrange Municípios que possuem simultaneamente estruturas empresariais e públicas descentralizadas. Em 2024, **2 176 Municípios** foram classificados como Centros de Gestão do Território, número inferior ao de 2014 (2 204), devido a ajustes como redistribuição de zonas eleitorais e agências do INSS.

Para detalhes do produto, [clique aqui](#).

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).

Posicionamento geodésico

Redes geodésicas

Engloba o conjunto de informações de alta precisão que descrevem a localização na superfície terrestre (dados planimétricos e altimétricos) e a intensidade do campo de gravidade (dados gravimétricos) referentes às estações do **Sistema Geodésico Brasileiro - SGB** utilizadas para referência em atividades de posicionamento.

Para tanto, o IBGE é responsável por manter e disponibilizar a infraestrutura de referência posicional no País, constituída pelas redes de estações e respectivas informações planialtimétricas, altimétricas e gravimétricas.

O avanço tecnológico ocorrido nas últimas décadas, representado principalmente pelo advento dos Sistemas Globais de Navegação por Satélites - GNSS, tornou possível realizar, com alta precisão, o monitoramento posicional de feições, processos, eventos e fenômenos que ocorrem em todos os domínios do meio ambiente. Nesse contexto, são essenciais as redes geodésicas de operação contínua e os serviços on-line para posicionamento geodésico, como a **Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS - RBMC**, a **Rede Maregráfica Permanente para Geodésia - RMPG**, o **Banco de Dados Geodésicos - BDG**, o modelo **hgeoHNOR2020** para conversão de altitudes e o **serviço para pós-processamento de dados GNSS - IBGE-PPP**.

A RBMC, em parceria com diversas instituições, contou, ao final de 2025, com um quantitativo de **153 estações**. **Três novas estações foram instaladas** nos Municípios de Caruaru (PE), Colorado do Oeste (RO) e Santa Helena (PR).

Três novas estações da RBMC instaladas em 2025



Fonte: IBGE, 2025.



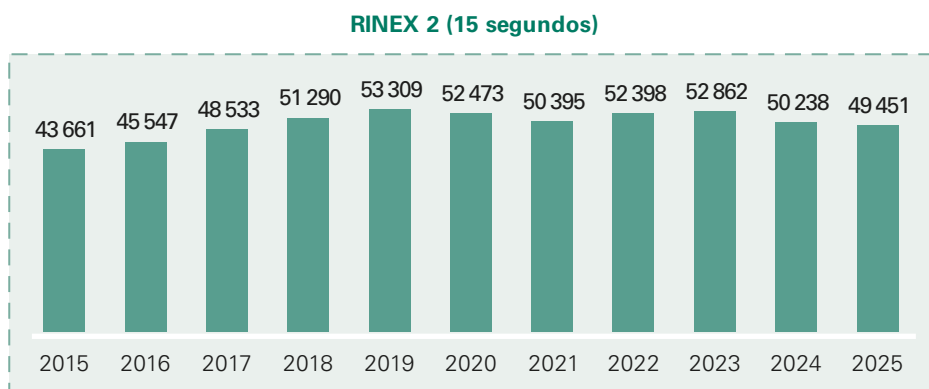
Em 2025, os *downloads* de arquivos RINEX 2 superaram os de RINEX 3, e houve uma redução nos arquivos de 1 segundo. Essa situação está relacionada a problemas em estações multiconstelação localizadas em capitais, onde há maior demanda por dados avançados. Por restrições orçamentárias, não foi possível corrigir essas falhas nem adquirir novos equipamentos, como previsto para o ano.

Disponibilização e *download* de dados das estações RBMC

Dados	Intervalo de coleta de 15 segundos (arquivos diários)		Intervalo de coleta de 1 segundo (arquivos de 15 min)
	RINEX 2	RINEX 3	RINEX 3
Arquivos disponibilizados (2025)	49 451	33 748	2 089 658
Arquivos baixados (2025)	3 720 858	1 473 109	10 570 530
Arquivos baixados (2024)	3 484 245	2 338 252	15 600 904

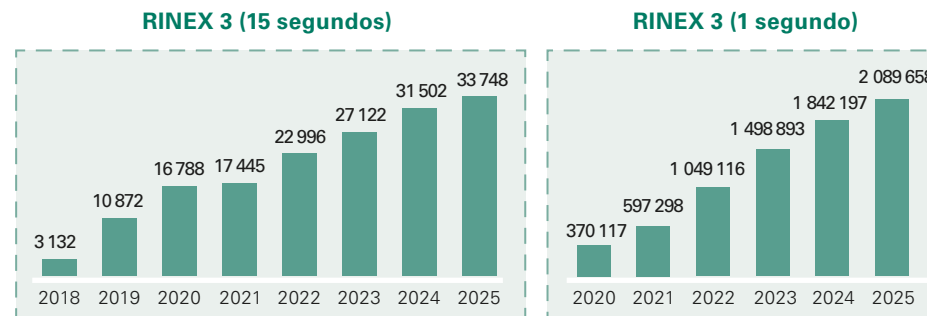
Fonte: IBGE, 2025.

Evolução do quantitativo de arquivos RINEX 2 disponíveis



Fonte: IBGE, 2025.

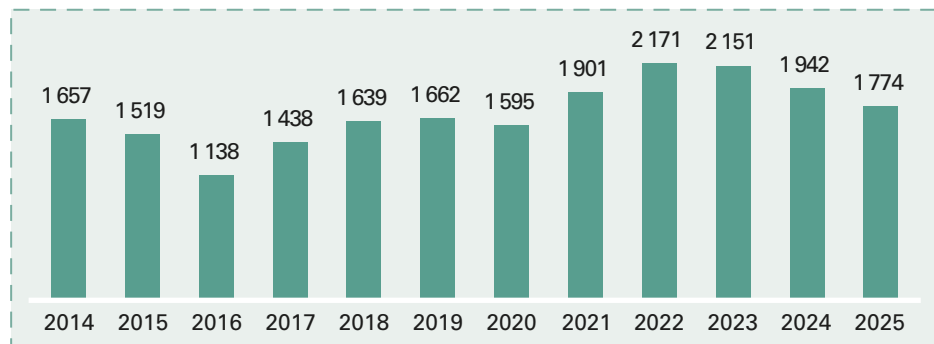
Evolução do quantitativo de arquivos multiconstelação (RINEX 3) disponíveis



Fonte: IBGE, 2025.

A RMPG é formada por um conjunto de seis estações maregráficas, que visam monitorar a relação entre o **Datum Vertical Brasileiro**, definido em Imbituba (SC) e Santana (AP), e outros níveis de referência maregráficos (como os Níveis de Redução - NR das cartas náuticas que subsidiam a segurança da navegação e os níveis máximos de preamar relacionados à ocorrência de inundações costeiras), subsidiando estudos sobre a modernização das altitudes brasileiras. Além do objetivo anteriormente citado, os dados de variação do nível do mar coletados nas estações maregráficas são disponibilizados para a sociedade, possibilitando seu uso em estudos de engenharia costeira, oceanografia, navegação, hidrologia e meteorologia, entre outras aplicações. Foram disponibilizados **1 774 arquivos diários de variação do nível do mar e aproximadamente 152 mil downloads foram realizados**.

Evolução do quantitativo de arquivos disponíveis das estações RMPG - 2014-2025



Fonte: IBGE, 2014-2025.

É importante ressaltar que, em 2025, os sensores da Estação Maregráfica de Belém permaneceram inoperantes durante a maior parte do ano, o que inviabilizou a obtenção de dados consistentes e, conseqüentemente, a divulgação das informações. Dessa forma, ao longo de 2025, a RMPG operou, na prática, com apenas cinco estações maregráficas ativas.

Visando a melhoria da infraestrutura de referência posicional no Brasil foram incluídas **480 estações geodésicas** no Banco de Dados Geodésicos - BDG, sendo:

- **18 planialtimétricas** – GPS, das quais 11 oriundas de entidades externas, três RBMC e quatro conexões SAT X RN;
- **34 altimétricas** de Referências de Nível - RRNN, sendo 25 novas estações; e
- **428 gravimétricas**.

Foram disponibilizadas as séries temporais de nível do mar e as Fichas de Correlação de Níveis das estações maregráficas referentes ao ano 2025.

Ainda, no âmbito da gestão do SGB, foram realizadas as seguintes atividades:

- Manutenção e controle geodésico das estações maregráficas;
- Desmobilização da **estação maregráfica de Belém (PA)** devido às obras nas dependências do Porto de Outeiro;
- Remedição dos marcos fiduciais na Região costeira central do Estado do Rio de Janeiro, para o controle vertical das estruturas no âmbito do projeto **Rede Geodésica de Referência Costeira - RGRC**;
- **Campanha de Verificação da Realidade Física - VRF** das estações geodésicas para futura conexão da **estação maregráfica** do IBGE no distrito de Outeiro Belém (PA) com à **Rede Altimétrica de Alta Precisão - RAAP**;
- VRF, GNSS sobre RRNN e nivelamento geométrico na Região do entorno de Ourinhos (SP), Espírito Santo do Turvo (SP) e Itatinga (SP) para melhoria da consistência altimétrica;
- **Campanhas de VRF, de construção de novas estações geodésicas, de medição para verificação temporal e de densificação altimétrica na Região de Tamandaré (PE)** para conexão da estação maregráfica do Sistema de Monitoramento da Costa Brasileira – SiMCosta, no Porto de Tamandaré, com a **RAAP**;
- Processamento e Combinação da Rede SIRGAS-CON, composta por 179 estações nas Américas e Caribe, com **52** soluções semanais;
- Campanhas de Densificação Gravimétrica;
- Campanhas de Manutenção e Instalação de novas estações RBMC.

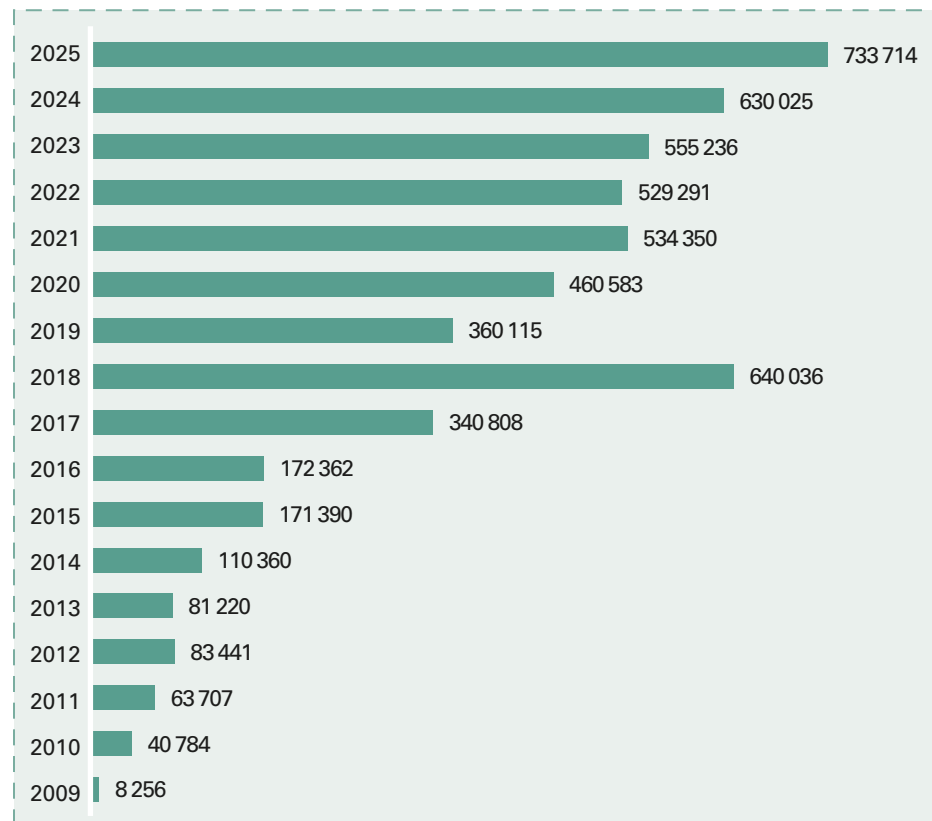
Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).

Serviços para posicionamento geodésico

Em 2025, o serviço on-line de **Posicionamento por Ponto Preciso - PPP** que fornece coordenadas de latitude, longitude e altitude, realizou **733 714 processamentos** de **133 943 usuários** diferentes. Desde 2009, são **5 515 678 processamentos**, de um total de **273 061 usuários** diferentes, no Brasil e no exterior.

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).

Evolução do número de processamentos entre 2009 e 2025 - IBGE-IPP



Fonte: IBGE, 2025.

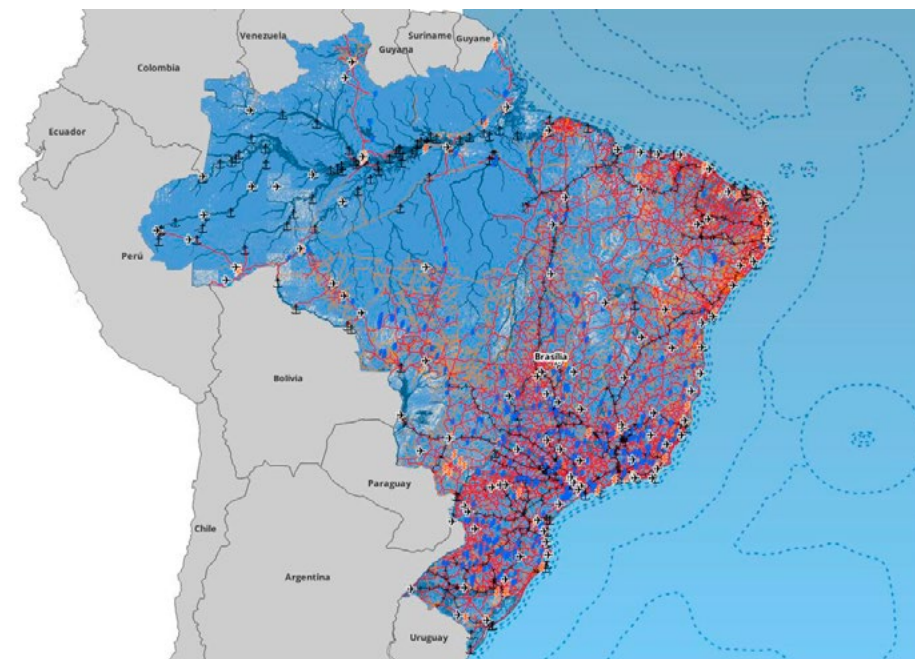
Cartas e Mapas

Bases cartográficas contínuas

As Bases Contínuas correspondem ao **mapeamento de referência do território** brasileiro, reunindo um conjunto de dados geoespaciais estruturados de forma padronizada, em **determinada escala** e com **recobrimento contínuo do espaço**, permitindo uma **visão integrada** do território mapeado.

Em 2025, foi lançada a sétima edição da Base Cartográfica Contínua do Brasil - BC250, atualizada a cada dois anos desde 2013. Produzida na escala 1:250 000, a base reúne informações essenciais para o planejamento, o monitoramento e a gestão do território nacional.

Visão Geral simplificada da BC250



Fonte: IBGE, 2025.

Essa edição apresentou como destaques a atualização da Malha Municipal, incluindo o novo Município de **Boa Esperança do Norte (MT)** e revisão da fronteira norte do Brasil; a ampliação e aprimoramento de elementos do Sistema de Transporte; a melhoria da **consistência topológica** das feições de Hidrografia e a validação de cerca de **44 mil nomes de feições** que integram a base, sendo 7 384 de Localidades, 33 720 de Hidrografia e 2 292 de Relevô.

Para detalhes do produto, [clique aqui](#).

Informações ambientais

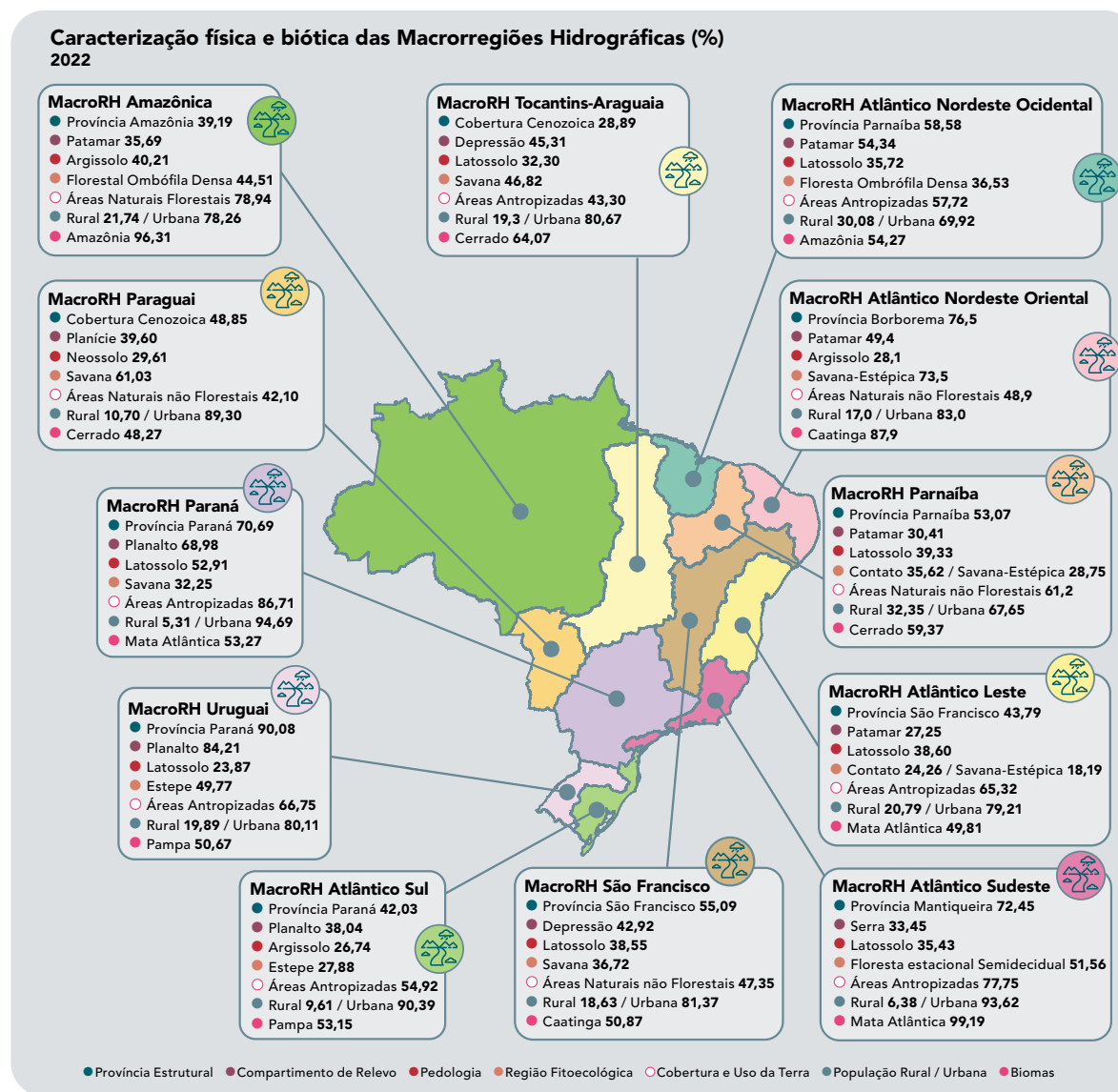
Estatísticas e indicadores ambientais

Publicação *Território e Meio Ambiente: Estatísticas por Macrorregiões Hidrográficas*.

A publicação trouxe um retrato do País a partir das suas 12 Macrorregiões Hidrográficas. O estudo destacou a importância das Unidades Territoriais Hidrográficas como recorte geográfico fundamental de análise ambiental e de planejamento. Esse Recorte Territorial é adotado como uma abordagem complementar às tradicionais Divisões Político-Administrativas para a divulgação de estatísticas, integrando informações sobre Geologia, Geomorfologia, Pedologia, Vegetação, Cobertura e Uso da Terra e Suscetibilidade a Deslizamentos, além de dados sobre extensão de Biomas e população residente.

Para detalhes do produto, [clique aqui](#).

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Meio Ambiente.

Estudos Ambientais

Biomass e outras regionalizações naturais

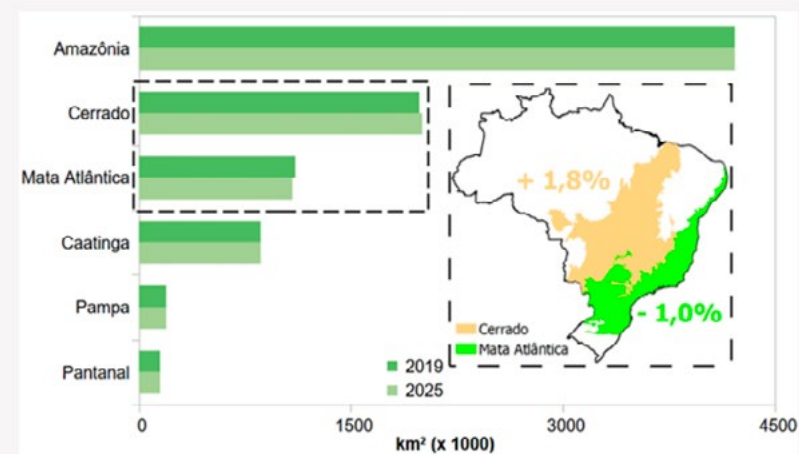
Publicação *Biomass e Sistema Costeiro-Marinho do Brasil - 1:250 000* [↗](#), versão 2025.

Esta publicação revisou sistematicamente os limites dos biomas Cerrado e Mata Atlântica entre Minas Gerais e São Paulo, identificando aumento de 1,8% no Cerrado e redução de 1% na Mata Atlântica. As alterações afetaram aproximadamente 19 869 km², ocorrendo nas áreas de contato por critérios técnicos, não por desmatamento ou reflorestamento. O produto integrou Geologia, Geomorfologia, Pedologia e Vegetação, incorporou dados e modelos climáticos e usou Modelos Digitais de Elevação para analisar as relações físico-bióticas.

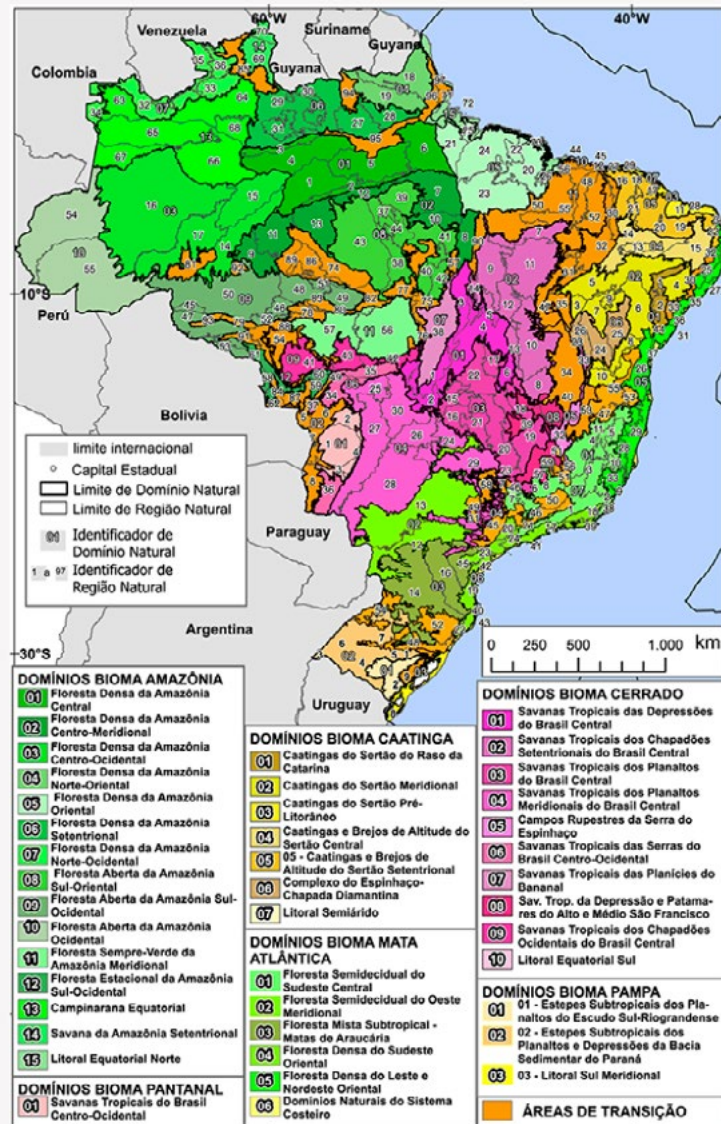
Publicação *Domínios e Regiões Naturais Terrestres dos Biomas do Brasil: Uma proposta de regionalização natural* [↗](#)

A publicação é uma investigação geocientífica experimental que apresentou uma proposta inédita de regionalização natural do Território Nacional a partir dos Biomas. Essa abordagem considerou critérios ecológicos e ambientais para representar com mais precisão a diversidade dos Biomas Brasileiros e fornecer suporte para a produção de estatísticas ambientais, sociais e econômicas. O estudo, que incluiu as ilhas oceânicas, revelou a diversidade natural do País, expressa em 52 Domínios Naturais (grandes áreas com características físico-bióticas semelhantes) e 271 Regiões Naturais (subdivisões mais detalhadas dentro desses Domínios).

Área dos Biomas do Brasil, destacando variações percentuais do Cerrado e da Mata Atlântica



Domínios e Regiões Naturais Terrestres dos Biomas do Brasil



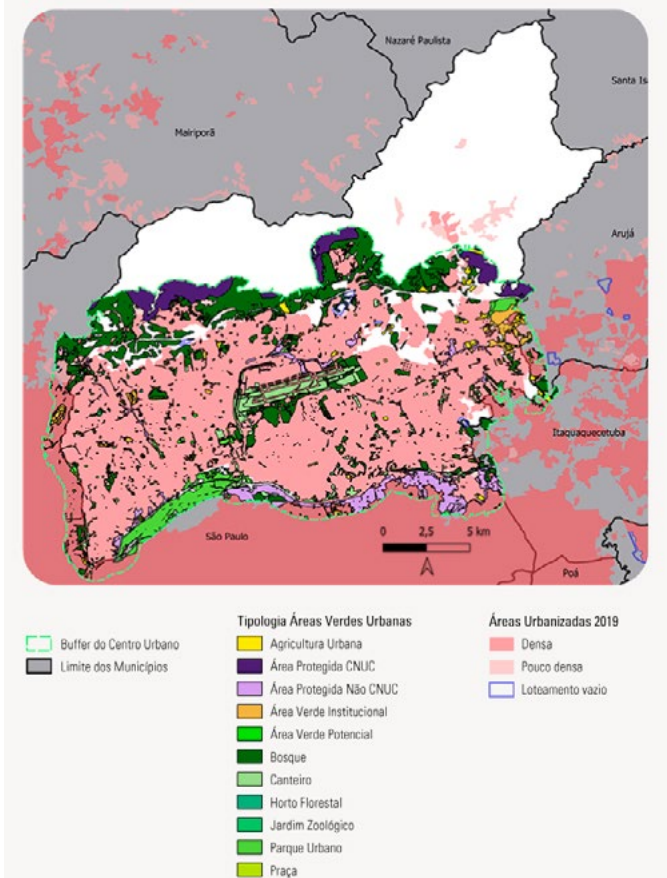
Cobertura e Uso da Terra

Publicação [Proposta Metodológica para Identificação e Mapeamento de Áreas Verdes Urbanas no Brasil](#)

A publicação propõe um método inédito para mapear Áreas Verdes Urbanas no Brasil, com investigação experimental e levantamento em Guarulhos (SP) e Palmas (TO), escolhidas por seus contrastes regionais, climáticos e de vegetação. Utilizou-se o conceito do Código Florestal para identificar vegetação pública ou privada (natural ou recuperada) destinada a serviços ecossistêmicos, distinta de loteamentos. A classificação seguiu diretrizes do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA por tipos e serviços; a delimitação adotou padrão ONU-Habitat; e a cartografia colaborativa foi cruzada com imagens de satélite para validação.

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#)

Áreas Verdes Urbanas de Guarulhos (SP)



Biodiversidade

Publicação *Reserva Ecológica do IBGE: Compromisso com a Biodiversidade, a Ciência e a Sociedade* [↗](#).

A obra teve por finalidade apresentar sínteses periódicas sobre diferentes recortes temáticos, destacando as suas contribuições para a formulação de políticas públicas que visem a conservação e o uso sustentável da biodiversidade no Bioma Cerrado. Este segundo volume trouxe uma síntese das seis décadas de governança e gestão dessa unidade de pesquisas geocientíficas e seus enlaces com a missão institucional do IBGE, efetuando uma avaliação de sua contribuição para a socieda-



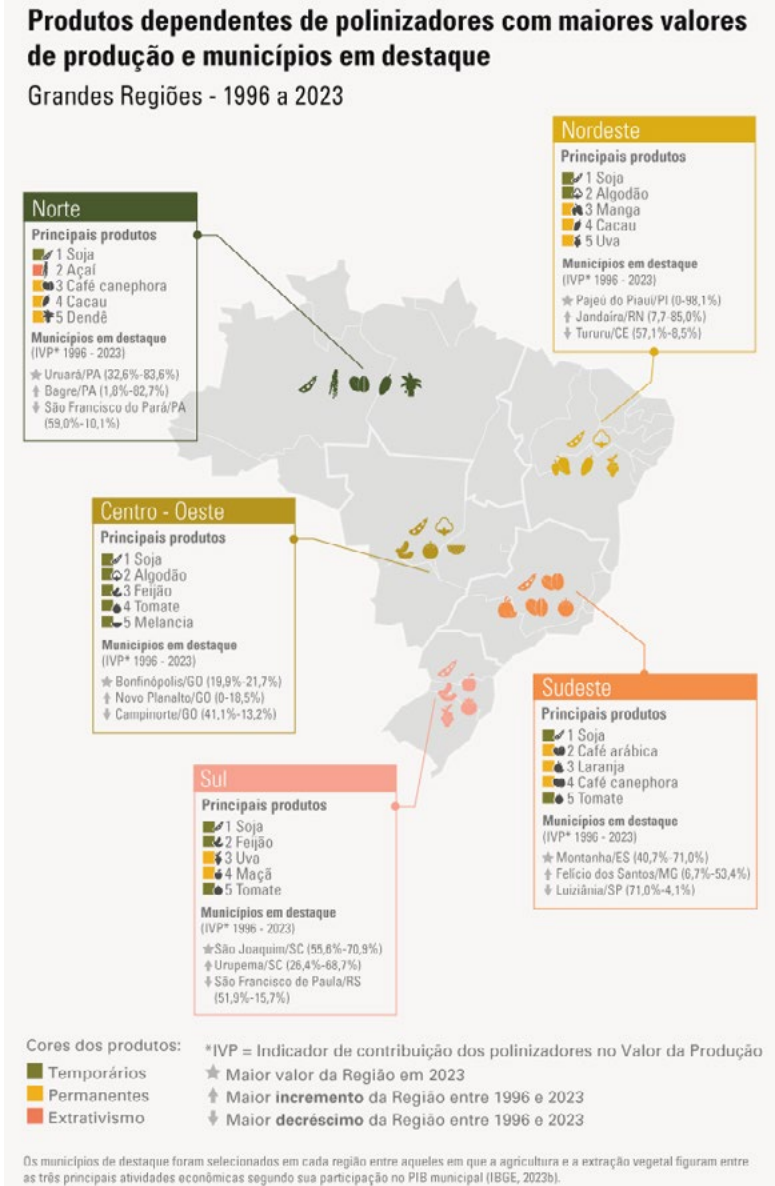
de, frente aos compromissos assumidos, e apontou as oportunidades e os desafios identificados em direção à sua próxima fase de desenvolvimento.

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#) [↗](#).

Publicação *Contribuição dos Polinizadores para as Produções Agrícola e Extrativista do Brasil 1981-2023* [↗](#).

O estudo experimental analisou produção, área colhida e valor de cultivos com diferentes níveis de dependência de polinizadores animais, destacando variações temporais, regionais e municipais. Foram usados dados da PAM e da PEVS do IBGE. Propôs-se o **Indicador de Contribuição dos Polinizadores no Valor da Produção**, que mede a participação das culturas dependentes de polinização no total produzido. Calculado pela ponderação do valor de cada produto pelo seu grau de dependência, o indicador evidencia a contribuição estimada da polinização animal em cada recorte geográfico.

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#) [↗](#).



Geomorfologia

Sistema Brasileiro de Classificação de Relevo

Publicação [Relatório do 3º Workshop sobre o Sistema Brasileiro de Classificação de Relevo - SBCR](#)

O IBGE colaborou com o Serviço Geológico do Brasil - SGB/CPRM, a União da Geomorfologia Brasileira - UGB e pesquisadores de diversas instituições na elaboração do Sistema Brasileiro de Classificação de Relevo - SBCR. O relatório do 3º Workshop, realizado em junho de 2024 na sede do SGB, no Rio de Janeiro (RJ), registrou avanços relevantes para a padronização do mapeamento geomorfológico, com ênfase na representação cartográfica do 1º táxon e na definição conceitual do 2º táxon. O encontro reuniu especialistas e parceiros para consolidar um sistema taxonômico unificado para a classificação do relevo no País.

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).

Publicação [Excursões técnicas: Montanhas e Planaltos da Borborema, Superfície Sertaneja e Inselbergs da Paraíba](#)

Em outubro de 2024, integrada ao XX Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada e ao IV Encontro Luso-Afro-Americano de Geografia Física e Ambiente - ELAAGFA, em João Pessoa, a excursão reuniu 24 participantes de 17 instituições. A publicação apresentou a Região da Borborema, com foco no trecho

Taxonomia do Sistema Brasileiro de Classificação de Relevo (SBCR) até o 2º táxon

1º táxon	2º táxon	
Macrocompartmentos de Relevo	Domínio Morfoestrutural	Subdomínio Morfoestrutural (terrenos lito-estratigráficos)
Montanhas	Escudo	Terrenos granito-gnáissicos
		Terrenos xistosos e quartzíticos
		Maciços intrusivos
	Dobramentos Modernos	
Planaltos	Escudo	Terrenos granito-gnáissicos
		Terrenos xistosos e quartzíticos
		Maciços intrusivos
		Sequências vulcânicas
	Bacias e Coberturas Sedimentares	Sequências vulcânicas
		Rochas não a pouco metamorizadas
Litificadas		
Superfícies Rebaixadas	Escudo	Terrenos granito-gnáissicos
		Terrenos xistosos e quartzíticos
		Maciços intrusivos
		Sequências vulcânicas
	Bacias e Coberturas Sedimentares	Sequências vulcânicas
		Rochas não a pouco metamorizadas
Litificadas		
Tabuleiros	Bacias e Coberturas Sedimentares Continentais	
	Bacias e Coberturas Sedimentares Costeiras	
Planícies	Bacias e Coberturas Sedimentares Continentais	
	Bacias e Coberturas Sedimentares Costeiras	

Fonte: IBGE, 2025.

percorrido, e um panorama da cobertura vegetal e uso da terra na Paraíba (2000-2020). Detalhou pontos de análise, discussões de campo e reflexões sobre formas de relevo, seus processos de gênese e classificação, e com perspectivas para o mapeamento geomorfológico segundo o SBCR.

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).

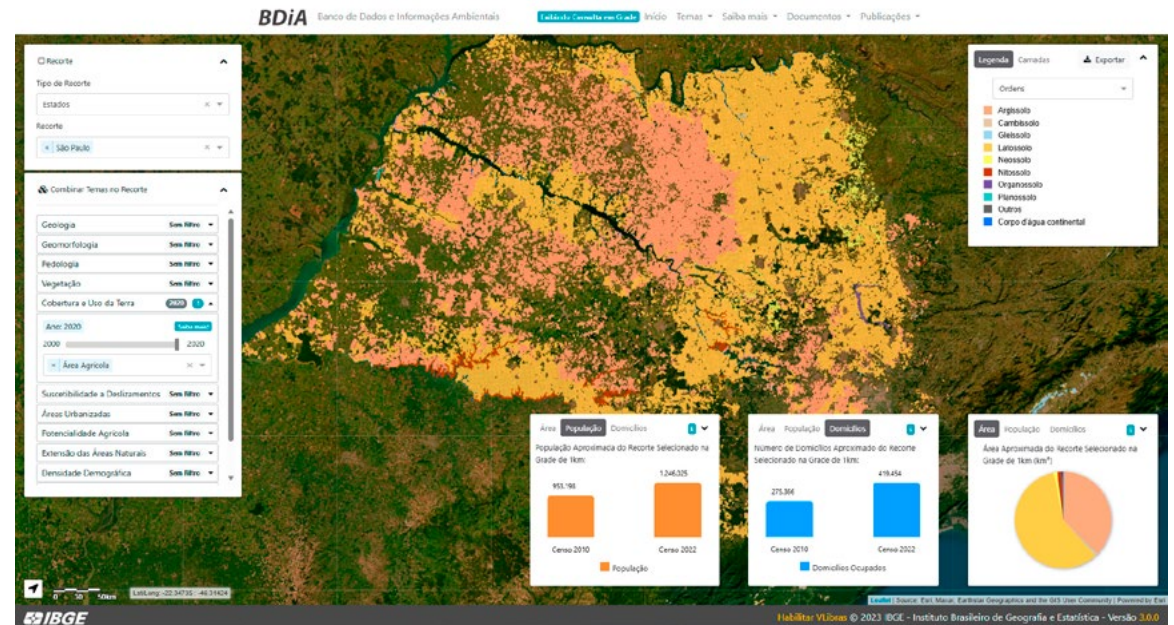


Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102191.pdf>

BDiA - Banco de Dados e Informações Ambientais

O BDiA reúne a coleção de bases temáticas do Brasil na escala 1:250 000, ampliando o acesso a Geologia, Geomorfologia, Pedologia e Vegetação. A plataforma permite consultas por Estados, Municípios, Biomas e Bacias Hidrográficas, pesquisa por unidades de mapeamento, exportação de dados e dicionário de conceitos. Entre as novidades estão a atualização de Recortes Geográficos; a integração de informações demográficas na Grade Estatística de Dados Ambientais; a revisão dos limites de Biomas e do Sistema Costeiro-Marinho 2025; e a inclusão de dados populacionais e de domicílios dos Censos 2010 e 2022.

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).



Métodos e documentos de referência

Revista e manuais técnicos

Compreende as publicações que apresentam os conceitos e as metodologias das atividades de Geociências.

Em 2025, foram disponibilizados dois volumes da [Revista Brasileira de Geografia - RBG](#).

O [segundo número do volume 69 da RBG](#) celebrou o centenário de dois ícones da geomorfologia brasileira: [Antonio Teixeira Guerra](#) e [Aziz Ab'Saber](#). A publicação trouxe homenagens, ensaios, entrevistas e *links* para obras dos geógrafos, além de um mapeamento interativo das Regiões estudadas por Ab'Saber. A edição incluiu: artigo sobre a dinâmica imobiliária em Niterói (RJ); artigo sobre as mudanças costeiras na foz do Rio Pará; artigo sobre a conservação vegetal em Fortaleza (CE); nota técnica sobre Infiltrômetro de anéis duplos semiautomático de carga pouco variável; ensaio com discussão sobre desenvolvimento com enfoque territorial no Brasil; e ensaio sobre a trajetória profissional e a produção intelectual do Antonio Teixeira Guerra. Finalizaram a edição entrevistas com Antonio José Teixeira Guerra e Jurandyr Sanches Ross.

O [primeiro número do volume 70 da RBG](#) reuniu cinco artigos, sendo quatro do Dossiê Clima Urbano, iniciativa do Laboratório Bioclima da Universidade Federal de Viçosa - UFV, e um de submissão contínua. Os artigos abordaram temas como: influência da vegetação na redução da temperatura em Erechim (RS); gestão de riscos climáticos no semiárido potiguar; análise multitemporal da temperatura superficial em Três Lagoas (MS); e estudo da ilha de calor urbana na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. O artigo contínuo apresentou o desenvolvimento do Índice de Desempenho do Saneamento Ambiental - INSA para avaliar serviços de saneamento nos Municípios de Pernambuco.

No primeiro semestre de 2025, foi publicado o [Modelo Genérico de Processos de Produção de Geoinformação - GGIBPM: versão 2.0](#).

O modelo descreve de maneira genérica o conjunto de ações necessárias para produzir informações geocientíficas oficiais, por meio de uma matriz visual e descrições de macroprocessos e processos. Com o objetivo de servir como referência para padronização, documentação e modernização das atividades de produção de geoinformação, o modelo também busca viabilizar o compartilhamento de métodos, tecnologias e práticas entre organizações produtoras de geoin-

formação. A proposta contribui para a adoção de uma linguagem comum na gestão da produção de geoinformação, fomentando a cooperação institucional. O GGIBPM é flexível, adaptável e reflete o ciclo completo de produção de informações geoespaciais, desde a identificação da necessidade até a avaliação do produto final.

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).



Outros destaques da produção de informações geocientíficas

Programa de Gestão de Riscos e Desastres

Coordenado pelo **Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR**, o Programa tem foco na atuação governamental para prevenção contra os desastres naturais. Nesse contexto, coube ao IBGE avaliar a qualidade posicional de insumos de sensoriamento remoto para produção, pelo **SGB/CPRM**, de **mapeamento temático** de suscetibilidade a processos de movimentos de massa, enchentes e inundações para os Municípios considerados críticos.

Em 2025, o IBGE mediu, em campo (*in loco*), **89 pontos de verificação** distribuídos em três Municípios do País, através do sistema de posicionamento GNSS. Também foram elaborados os relatórios técnicos correspondentes às análises de qualidade dos insumos avaliados.

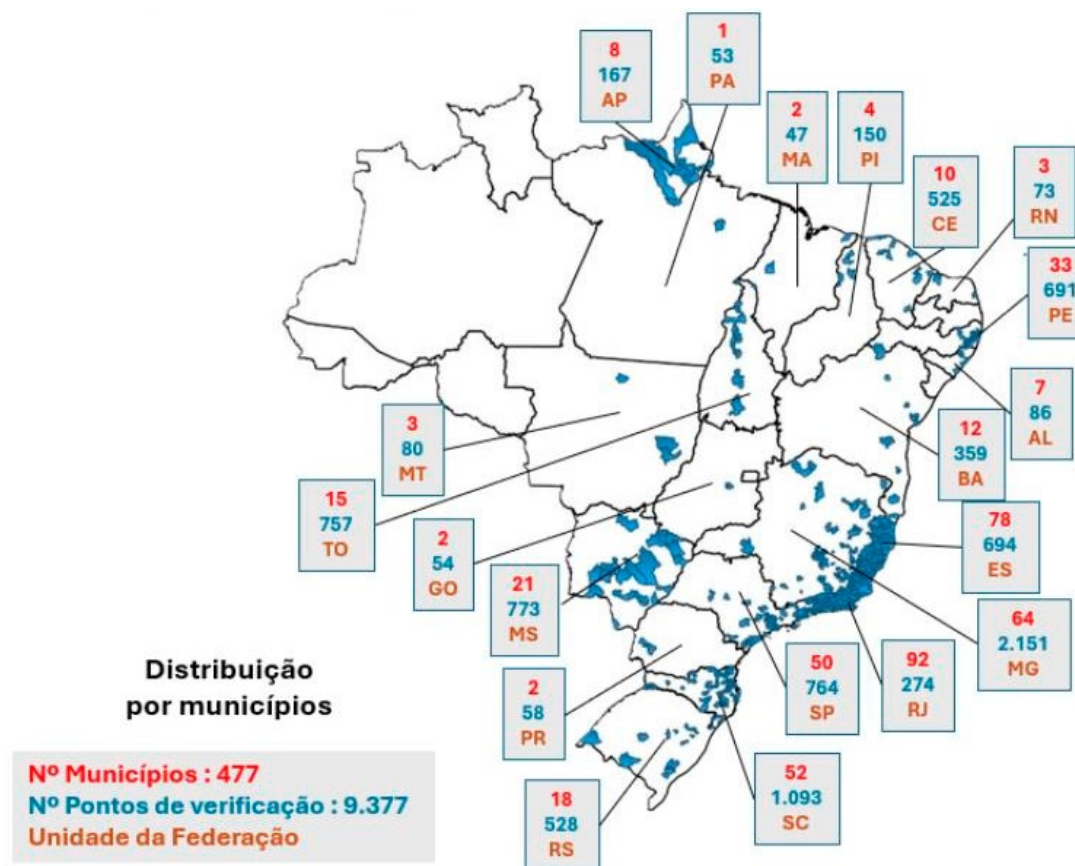
Quadro Geográfico de Referência para Produção, Análise e Disseminação de Estatísticas

O **Quadro Geográfico de Referência para Produção, Análise e Disseminação de Estatísticas** [↗](#) é composto por um conjunto de diferentes Recortes Geográficos que são usados para a disseminação das informações estatísticas que o IBGE produz.

Em 2025 [↗](#), 34 recortes foram atualizados e o Semiárido brasileiro passou a ser composto oficialmente por 1 477 Municípios dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo.

Além da **PGI** [↗](#), na qual os Recortes são atualizados rotineiramente e podem ser visualizados em forma de mapas interativos, a página do IBGE referente ao

Municípios contemplados de 2012 a 2025



Fonte: IBGE, 2012-2025.

Quadro Geográfico passou a oferecer aos usuários acesso mais fácil e amigável aos Recortes Geográficos. É possível ver as estatísticas associadas a cada Recorte, fazer *download* dos arquivos em vários formatos e consultar os Geoserviços e os metadados.

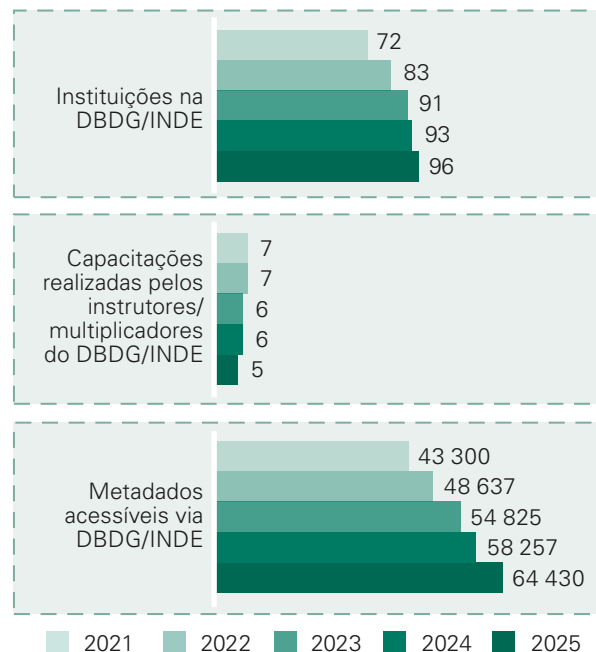
Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais - INDE

O Geoportal promove a integração de dados geoespaciais dispersos no setor público e oferece mecanismos institucionais, normativos e tecnológicos para localização e acesso facilitado a dados geoespaciais. O IBGE destaca-se como um dos produtores desses dados e como **gestor do Diretório Brasileiro de Dados Geoespaciais - DBDG**, a rede de servidores que reúne produtores de dados geoespaciais e usuários pela Internet. Além de manter o **Geoportal oficial da INDE**, inaugurado em 2010, o IBGE presta suporte técnico aos Nós do DBDG, realiza capacitações e contribui para normas e para a ampliação da capilaridade da INDE.

Geosserviços e metadados geográficos dos indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

A partir da produção dos indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS estabelecidos na Agenda 2030 e sua divulgação por meio de sistemas de recuperação de dados estatísticos, surgiu a iniciativa de disponibilizar esses dados por meio de representações geoespaciais, a fim de facilitar o uso pelos cidadãos interessados em consultar mais detalhes de cada indicador. Para que essas informações pudessem ser disseminadas de maneira mais clara e fácil e comparadas com outras fontes de dados cartográficas, foi desenvolvida a plataforma PGI-ODS, criada com funcionalidades que permitissem extrair os benefícios do uso dos

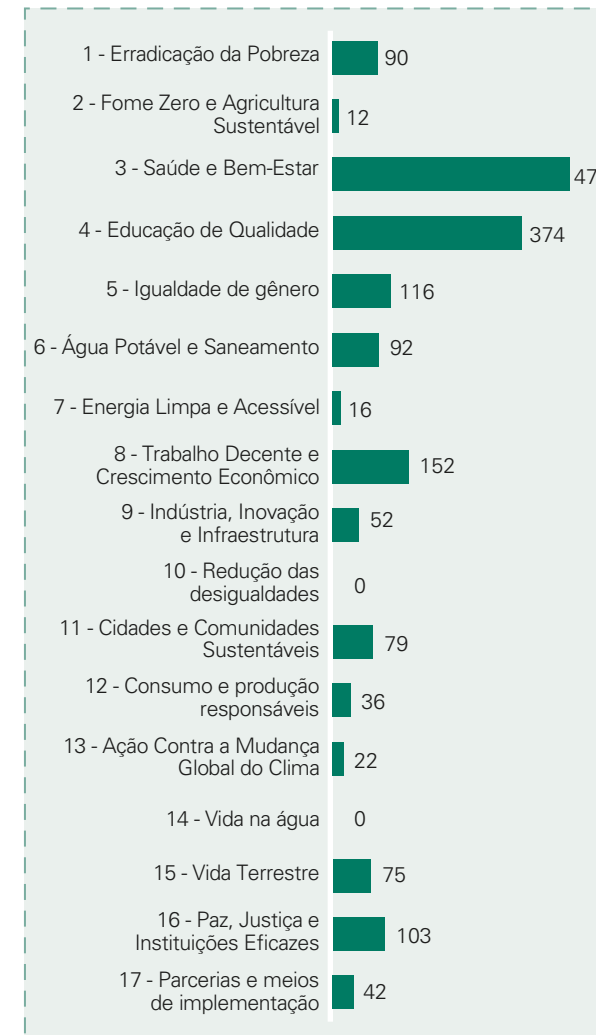
Indicadores da INDE



Fonte: IBGE, 2025.

mapas representados pelos Geosserviços. Todos os Geosserviços presentes na PGI-ODS são oriundos de serviços publicados por meio do Nó do IBGE na INDE. Sendo assim, todas as camadas visualizadas na plataforma PGI também estão acessíveis na INDE e *softwares* de geoprocessamento. Assim como os Geosserviços, os metadados geográficos dos indicadores ODS também são publicados e podem ser acessados através da INDE. Até dezembro de 2025, existiam **1 731 camadas publicadas na PGI-ODS**.

Número de Geosserviços ODS - 2025



Fonte: IBGE, 2025.

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).

Disseminação e comunicação

Em um sistema estatístico e geocientífico, a produção, o armazenamento e a disseminação são processos que caminham juntos. O preparo, a documentação, a difusão e a comunicação das informações produzidas são elementos constitutivos do IBGE, essência da disseminação e base de suas ações e realizações, sem os quais o Instituto não seria capaz de cumprir com a sua missão institucional.

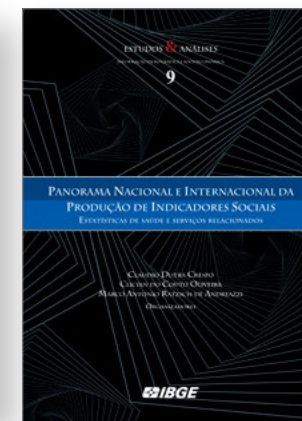
Produção editorial e gráfica

O centro das atividades de disseminação, no IBGE, combina as produções editorial, gráfica, documentação e normalização. Em 2025, foram publicados **60 produtos editoriais**, entre livros e informativos, disponibilizados no Portal do IBGE na Internet. Essa área é responsável por dar forma aos originais produzidos pelas diferentes áreas do IBGE, formatando e estruturando tabelas, gráficos e infográficos e criando projetos gráficos novos para publicações especiais. Entre os destaques, estão:

- A publicação comemorativa dos 50 anos da RECOR, *Reserva Ecológica do IBGE: Compromisso com a Biodiversidade, a Ciência e a Sociedade* [↗](#);
- A 32ª edição da publicação *Brasil em Números* [↗](#) (2024);
- As publicações de resultados do *Censo Demográfico 2022*;
- *Panorama Nacional e Internacional da Produção de Indicadores Sociais: Estatísticas de Saúde e Serviços Relacionados* [↗](#); e
- *Áreas Protegidas na Amazônia Legal: um retrato ambiental e estatístico* [↗](#).

A produção gráfica do Instituto, para atendimento das demandas recebidas no sistema do Programa Editorial e Gráfico - PEG, atingiu quase 3,5 milhões de exemplares, entre publicações, instrumentos de coleta, materiais de treinamento, peças promocionais e de divulgação e materiais de sensibilização ao informante do IBGE.

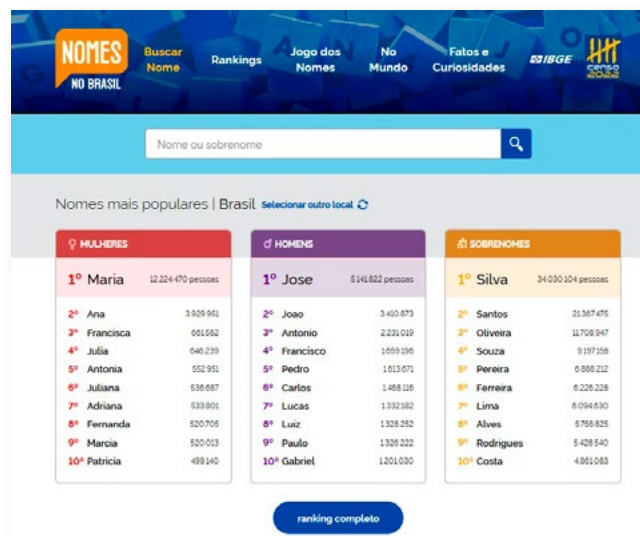
No que se refere à comercialização dos produtos do Instituto, foram **5 843 itens vendidos**, sendo o *Atlas Geográfico Escolar - 9ª edição* responsável pela maior parcela, com 40% dos pedidos. A seguir, em quantidade comercializada, ficou o **mapa-múndi invertido** nos formatos A3 e A3 especial, com 37%. Vale destacar que a maioria dos produtos do IBGE oferece a possibilidade de *download* gratuito por meio de sua *Loja Virtual* [↗](#), que registrou ainda **4 428 inscrições em eventos e oficinas** ofertados pelo Instituto ao longo de 2025.



Ambiente digital

No ambiente digital, o principal canal de disseminação do Instituto é o seu portal na Internet, que apresentou novidades significativas em 2025, ao disponibilizar novas páginas temáticas. Entre os sites criados, destacam-se:

- [Meu IBGE](#);
- [Pesquisa de Orçamentos Familiares](#);
- [Programa Nacional de Inteligência e Governança Estatística e Geocientífica para Políticas Públicas Preditivas](#);
- [Pesquisa Especial sobre as Enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul - PEERS](#);
- [Triplo Fórum Internacional da Governança do Sul Global](#);
- [Conferência Nacional dos Agentes Produtores e Usuários de Dados - CONFEST/CONFEGE](#);
- [Nomes no Brasil](#); e
- [12º Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola](#).



Gestão do Conhecimento

Um dos aspectos singulares da disseminação e comunicação é a gestão da informação e do conhecimento. Nesse âmbito, existem as iniciativas permanentes da Biblioteca do IBGE e da [Memória IBGE](#), com destaque, em 2025, para a criação da [Biblioteca Digital do IBGE](#) e a divulgação da publicação [Histórias que a gente conta: Censos Demográficos](#), que tem como base o acervo de História Oral da instituição e busca dar voz aos atores que ajudaram a construir a trajetória da Instituição ao longo do tempo, em seus mais diversos setores e atividades.

Comunicação interna

A Intranet é a principal ferramenta de comunicação interna do IBGE e isso é demonstrado pelo número de acessos ao longo do ano e pelas publicações de conteúdo noticioso incluídas por todas as unidades do Instituto. Em 2025, foram cerca de **1 200 000 acessos**¹, um aumento de quase 30% em relação ao ano anterior. Foram publicados **1 823 notícias**, informes e comunicados, mantendo o patamar de 2024. Atentos a esses números e a fim de sempre aprimorar o serviço prestado aos servidores do IBGE pela Intranet, manteve-se o monitoramento dos indicadores de acesso, e foram criadas áreas como a de Propostas para o Estatuto do IBGE na Era Digital e do 3º Encontro Nacional de Servidores, dentro dos Diálogos IBGE. A Intranet veiculou, ainda, **15 novos episódios do Podcast IBGE – 90**

¹ Fonte: Google Analytics, em 08/01/2026.

anos, divulgando, de forma clara e acessível, ações e iniciativas das áreas de pesquisa e institucionais, além de abordar temas do dia a dia do IBGE.

A Intranet registrou a publicação de 19 notícias sobre a Conferência Nacional dos Agentes Produtores e Usuários de Dados do IBGE, realizada nas instalações do Campus Integrado de Manufatura e Tecnologia do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI CIMATEC e do Serviço Social da Indústria - SESI, de 3 a 5 de dezembro, em Salvador, na Bahia.

Comunicação Social

O IBGE desenvolveu ações de comunicação para garantir a divulgação de seus produtos, serviços e informações à sociedade e à mídia, atuando no atendimento à imprensa e na produção de conteúdo para a [Agência IBGE Notícias](#), em alinhamento à Política de Comunicação Integrada.

Em 2025, o IBGE realizou **274 divulgações**, relativas a informações sociodemográficas, econômicas e de multidomínio, levantamentos geocientíficos e pautas institucionais relacionadas à atividade acadêmica desenvolvida pela instituição (ensino, pesquisa e extensão).

A Agência IBGE Notícias distribuiu **142 releases** e **518 notícias**, **12 edições do Minuto IBGE**, além de vídeos, infográficos e imagens. No mesmo período, o IBGE atendeu **2 904 solicitações da imprensa**, um aumento expressivo em relação aos mais de 926 registrados em 2024 (sem considerar os atendimentos

à mídia nos Estados). Esse crescimento de mais de 213% demonstra a ampliação da demanda por informações do IBGE e o fortalecimento da atuação da instituição junto aos veículos de comunicação, consolidando sua presença na mídia nacional.

Em 2025, a Agência IBGE Notícias manteve sua relevância entre os principais sites do IBGE², atingindo **15 309 346 usuários** e **327 083 684 hits**. Esses números representaram quase o dobro de usuários em relação a 2024, quando foram contabilizados 8 645 940 acessos, e um aumento significativo nos hits, que passaram de 288 228 260 para mais de 327 milhões. Embora tenha passado da segunda para a quarta posição em participação percentual, o crescimento absoluto foi significativo: aumento de 13,5% nos hits em relação a 2024 e expansão de 77% no número de usuários.

Quanto ao consumo das informações, a Agência IBGE Notícias alcançou **15 309 346 usuários**, representando 13,4% do total de acessos aos principais sites do IBGE. Com esse resultado, consolidou-se como o segundo site mais acessado em número de usuários, atrás apenas do portal institucional (28,6%).

Esses resultados reforçam a consolidação da Agência como um canal estratégico de divulgação de informações estatísticas e institucionais para a sociedade.

² As informações estatísticas de acessos aos sites do IBGE são disponibilizadas mensalmente no [link https://www.ibge.gov.br/novo-portal-estatisticas-do-site.html](https://www.ibge.gov.br/novo-portal-estatisticas-do-site.html)

Ensino superior, pesquisa e extensão

Além de retratar a realidade brasileira, o IBGE possui outra importante atribuição: ofertar ensino superior de forma integrada à pesquisa acadêmica e à extensão. Nesse aspecto, o Instituto tem como principais entregas para a sociedade a geração e difusão de conhecimentos em estatísticas sociais, econômicas, demográficas e em geociências.

Por meio da Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE, oferece:

- Graduação: Bacharelado em Estatística (desde 1953);
- Pós-graduação *lato sensu*: Especialização em Análise Ambiental e Gestão do Território (desde 1997);
- Pós-graduação *stricto sensu*: Mestrado (desde 1998) e Doutorado (desde 2014) em População, Território e Estatísticas Públicas;
- Trilhas de aprendizagem: cursos síncronos ou autoinstrucionais para o público interno e externo (desde 2024); e
- Capacitação e treinamento de servidores do IBGE.

Para saber mais sobre a história e a organização da ENCE, [clique aqui](#) para assistir ao vídeo institucional.

A divulgação das atividades de ensino, pesquisa e extensão na ENCE foi ampliada e aprimorada, com crescimento da presença em redes sociais com destaque de uma área relacionada à divulgação de atividades acadêmicas no Regimento Interno.

Iniciou-se o desenvolvimento do **Plano de Desenvolvimento Institucional da ENCE - PDI 2026-2030**, com a nomeação de um grupo de trabalho, elaboração das primeiras propostas e debate junto à comunidade acadêmica com previsão de conclusão no primeiro trimestre de 2026.

Em relação aos cursos ofertados, destacaram-se os seguintes fatos em 2025:

- Disponibilização de **vagas destinadas a ações afirmativas** nos processos seletivos em todos os cursos;
- Oferta de **83 bolsas de estudos na graduação**, sendo 45 bolsas de ação afirmativa (bolsa auxílio);
- Desenvolvimento de **12 projetos relacionados às atividades de extensão da graduação**, incorporadas ao currículo do curso. Tais projetos contaram com a atuação de cerca de **88 alunos**;
- **Aula inaugural da pós-graduação *stricto sensu***, conduzida pela urbanista e professora Raquel Rolnik, abordando o tema “Política urbana em tempos de crise habitacional e mudanças climáticas”;

- **Aula inaugural da pós-graduação *lato sensu***, conduzida pela professora Núbia Beray Armond, abordando o tema “Vulnerabilidade microclimática e justiça ambiental: desafios para o enfrentamento ao calor extremo no Rio de Janeiro”;
- **Primeiro lugar no prêmio de melhor tese** da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - ANPUR para a tese produzida por uma das discentes do Programa; e
- Composição de dois comitês relacionados às ações de extensão e mobilidade acadêmica: o primeiro trata da criação de diretrizes das ações de extensão, enquanto o segundo visa fomentar, organizar e acompanhar processos de mobilidade nacional e internacional.

Corpo docente e discente

Os docentes, permanentes e colaboradores, atuam ativamente para uma formação teórica sólida dos discentes, ancorada na boa prática profissional através de projetos de extensão, de iniciação científica e de parcerias em pesquisas com instituições nacionais e internacionais.

Número de docentes em 2025

Docentes		2025/1	2025/2
Graduação	Permanentes	33	32
	Colaboradores	3	3
Mestrado/Doutorado	Permanentes	12	14
	Colaboradores	5	4
Especialização	Permanentes	5	6
	Colaboradores	9	9

Fonte: IBGE/ENCE, 2025.

Número de alunos matriculados em 2025

Nível	Alunos matriculados
Graduação	283
Mestrado	39
Doutorado	42
Especialização	34

Fonte: IBGE/ENCE, 2025.

Nota: Para Mestrado, Doutorado e Especialização, há apenas um período de matrículas anual.

Em 2025, a média de alunos matriculados no curso de graduação foi de **283 alunos** e nos cursos de pós-graduação, **115 alunos**.

Número de vagas ofertadas para 2025

Para ingresso em 2025, os processos seletivos ofertaram **120 vagas na graduação**, sendo 60 vagas para o turno noturno (primeiro semestre) e 60 vagas para o turno matutino (segundo semestre). Para os programas de pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu*, os processos seletivos são anuais, ofertando até **20 vagas para o mestrado**, **10 para o doutorado** e **30 para a especialização**.

Número de alunos concluintes em 2025

Nível	Alunos concluintes
Total	57
Graduação (1)	26
Mestrado	11
Doutorado	7
Especialização	13

Fonte: IBGE/ENCE, 2025.

(1) Número de alunos que concluíram a graduação (colação de grau) em 2025, turmas 2024/2 e 2025/1.

Número de turmas abertas em 2025

Tipo	Graduação (semestre)		Mestrado/Doutorado (trimestre)			Especialização (trimestre)			
	2025/1	2025/2	2025/Verão	2025/1	2025/2	2025/3	2025/1	2025/2	2025/3
Total	43	40	2	6	6	8	6	6	7
Disciplinas obrigatórias	31	31	-	3	3	3	6	6	7
Disciplinas eletivas	12	9	2	3	3	5	-	-	-

Fonte: IBGE, 2025.



Atividades de ensino e eventos acadêmicos

Projetos da pós-graduação

- Por meio de colaboração acadêmica e institucional entre o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Políticas Públicas, Estratégicas e Desenvolvimento - INCT/PPED, através de seus programas de Pós-Graduação, e a ENCE, foram iniciados em 2024 (com previsão até 2026) **estudos temáticos baseados no Censo Demográfico 2022** [🔗](#). As pesquisas envolveram docentes e discentes da ENCE, contando ainda com a oferta de bolsas para pós-doutorandos.
- **O Grupo de Pesquisas sobre Gênero e Sexualidades, Reprodução e suas Interseccionalidades - GENERIS**, vinculado ao Programa de Pós-Graduação da ENCE, promoveu o seu primeiro encontro com o tema **“Mulheres, mercado de trabalho e cuidados”** [🔗](#), que refletiu e debateu sobre o trabalho das mulheres e as políticas de cuidado, contando com a participação de pesquisadoras do MTE, do Ipea e do IBGE. O GENERIS também participou de mais uma edição do **Seminário Femina** [🔗](#) e docentes da pós-graduação integraram a mesa **“Retratos e perfis das mulheres brasileiras e suas representações cinematográficas”**. O grupo ainda teve participação na coordenação de sessão temática sobre violência de gênero, saúde e políticas públicas do VI Encontro Nacional de Ensino, Pesquisa e Extensão do Cam-

po de Públicas - ENEPCP, em conjunto com os Programas de Pós-Graduação em Demografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN e de Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.

- Docentes e discentes do Programa de Pós-graduação marcaram presença no **XXI Encontro Nacional da Associação Nacional de Planejamento Urbano e Regional - ENANPUR** com a apresentação de comunicações orais e a coordenação de mesas em sessões livres e temáticas.
- Em julho, o Programa lançou um **boletim no LinkedIn** para divulgar reflexões sobre dados produzidos pelo IBGE e a produção de docentes e discentes, ampliando o diálogo entre a pesquisa desenvolvida na ENCE e a sociedade. A iniciativa disponibilizou publicações regulares que reúnem análises, pesquisas e conteúdo multimídia nas áreas de estatística, demografia, território, políticas públicas e geociências. Com linguagem acessível, visual e engajadora, sem abdicar do rigor técnico, contribuiu para a popularização científica e a democratização do conhecimento.
- Em setembro, o Programa promoveu a divulgação do livro *A Loteria do Nascimento*, de autoria do pesquisador Michael França (Insper) em parceria com o pós-doutorando Fellipi Nascimento.
- O Programa participou da publicação **Reflexões sobre a Agenda 2030 – 10 anos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável** [🔗](#).

- O Programa também teve participação ativa no **Encontro Intermediário da Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP**, realizado entre os dias 1º e 4 de dezembro, com o tema **“População e Desenvolvimento no contexto da emergência climática”**. O evento contou com a atuação do Programa na organização, além da participação de docentes, discentes e pós-doutorandos.
- Docentes participaram da celebração dos 30 anos da Comissão Nacional de População e Desenvolvimento - CNPD, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República.
- Além dos eventos nacionais, a pós-graduação marcou presença no **65th ISI World Statistics Congress**, com a apresentação de trabalhos de seus docentes.
- No primeiro trimestre de 2025, destaca-se a oferta da disciplina **“Favelas e comunidades urbanas: formação, representações e estatísticas públicas”**. O curso articulou textos, referenciais teóricos, mapas, bases de dados, visitas de campo e escutas qualificadas, construindo uma ponte entre saberes acadêmicos, técnicos, sociais e comunitários. A iniciativa reforça a perspectiva do programa em formar pesquisadores em estatísticas públicas que compreendam as dinâmicas territoriais e comprometidos com a realidade brasileira. A disciplina representa, assim, um passo importante na formação de profissionais capazes de produzir dados que revelem desigualdades,



contribuam para sua superação e valorizem as especificidades territoriais, fortalecendo a construção de políticas públicas mais equitativas diante da diversidade do País.

- O Ciclo de Debates “*Viver no Centro: Moradia, Cultura e Resistência da População Negra*”, realizado em novembro no Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira - MUHCAB, integrou as atividades de um projeto de pesquisa interinstitucional coordenado por docente da pós-graduação, envolvendo a participação de docentes e discentes da ENCE, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano - IPPUR da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, da Universidade Federal Fluminense - UFF e do Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro - CEFET-RJ.
- No terceiro trimestre, foi ofertada uma disciplina conjunta, com a participação de docentes e discentes do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional do IPPUR/UFRJ e do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais do CEFET-RJ.

Projetos da graduação

- Produções científicas em periódicos com autoria de docentes lotados na Graduação (2025): nove publicações em periódicos; quatro trabalhos completos publicados em anais de congressos.
- Atividades de pesquisa e extensão realizadas: seis projetos de extensão em 2025/1 e seis projetos de extensão em 2025/2.

- Cálculo ao seu alcance (24 alunos);
- LABDATA: Replicando resultados do SIDRA (nove alunos);
- Educação estatística: a estatística como aliada na construção do pensamento crítico (12 alunos);
- Ferramentas computacionais no ensino e aprendizado escolar (oito alunos);
- Rio em Dados (21 alunos);
- Aprendizado colaborativo: a matemática como via de comunicação entre escola e faculdade (14 alunos).
- Estágio supervisionado: no primeiro e segundo semestres letivos, realizaram estágio supervisionado 50 e 58 alunos de graduação, respectivamente. As atividades de estágio são sempre reguladas por meio de convênios firmados pelo IBGE.

Organização de eventos acadêmicos

A ENCE organizou diversos eventos acadêmicos, entre eles:

- [9ª Semana de Iniciação Científica - SEMIC](#);
- [4º Workshop ENCE e o Mercado de Trabalho](#);
- [4ª edição do evento ENCE de Portas Abertas](#);

- [4ª Mostra de Talentos](#);
- [Dia do Estatístico](#);
- [Seminários de Iniciação Científica](#).

Participação em eventos externos

Eventos externos com participação de mestrandos, doutorandos, pós-doutorandos e docentes:

- [65º Congresso Mundial de Estatística](#);
- *10th United Nations Global Forum on Gender Statistics*;
- *19th Meeting of the InterAgency and Expert Group on Gender Statistics*;
- *International Symposium on AI and Data Science for Economic Statistics*;
- *Symposium on Measuring Migration in Latin America: Leveraging digital traces, registers, censuses, and surveys*;
- Seminário do BRICS sobre Governança & Fórum de Intercâmbios Culturais e Interpessoais, 2025;
- XIII Reunião da Conferência Estatística das Américas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL;
- XVI Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia - ENANPEG;
- Encontro Intermediário dos Grupos de Trabalho (GTs) da Associação Brasileira de Estudos

Populacionais - ABEP: Migrações; População, Espaço e Ambiente; População, Trabalho e Proteção Social; e Projeções e Estimativas Demográficas;

- **I Encontro Intermediário dos Grupos de Trabalho da ABEP - Gênero, Saúde e Fecundidade** [↗](#);
- Encontro da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho - ABET;
- Seminário 25 anos do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios - NIEM;
- 15th NIC.br *Annual Workshop on Survey Methodology*;
- CONFEST/CONFEGE;
- Triplo Fórum Internacional da Governança do Sul Global.

Bolsas de estudo e auxílios

Como incentivo ao desenvolvimento acadêmico e profissional dos alunos, foram ofertadas **117 bolsas** de estudo aos alunos matriculados nos cursos de graduação, mestrado e doutorado, tendo um **aumento de 21 bolsas** em relação ao ano de 2024.

Na graduação, a participação dos discentes em atividades de apoio didático e de pesquisa foi garantida com a oferta de bolsas de monitoria. Com o intuito de estimular o desenvolvimento do pensamento científico e facilitar a iniciação nas atividades de pesquisa dos estudantes, a ENCE mantém

o **Programa de Iniciação Científica**, com bolsas financiadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e pelo IBGE. Outra iniciativa é o **Projeto Ação Afirmativa - Inclusão Social**, cujo objetivo é propiciar condições de permanência de alunos com carência financeira na graduação, com maior dedicação aos estudos e aumento no rendimento escolar.

Número de bolsas e auxílios ofertados a nível de graduação

Programa ou fonte financiadora	2025/1	2025/2
Total	49	34
Monitoria	6	7
Programa de Iniciação Científica	(1) 13	(2) 12
Projeto Ação Afirmativa - Inclusão Social	30	15

Fonte: IBGE/ENCE, 2025.

(1) 8 pelo CNPq, 4 pelo IBGE e 1 pelo IBGE/DPE. (2) 7 pelo CNPq e 5 pelo IBGE.

No Programa de Pós-Graduação *stricto sensu*, foram ofertadas **27 bolsas** com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, por meio do Programa de Demanda Social - DS e do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação - PDPG. Outras **quatro bolsas** foram ofertadas, com recursos provenientes de Termo de Execução Descentralizada - TED firmado com o Ministério da Saúde - MS, viabilizando o desenvolvimento e acú-

mulo de experiências pelos estudantes do Programa de Pós-Graduação e o desenvolvimento de estudos sobre a produção e análise de estatísticas públicas no âmbito da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde - PNDS. Adicionalmente, foi ofertada uma bolsa de monitoria, financiada pelo IBGE.

Outra iniciativa se refere à chamada da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ 01/2025 – Programa de Mestrado e Doutorado Nota 10 – 2025, voltada para programas de excelência no Estado do Rio de Janeiro, sendo as bolsas concedidas a alunos com excelente desempenho acadêmico. Foram contemplados **um aluno de mestrado e um de doutorado**.

Em 2025, o Programa se inscreveu em um edital de bolsas do CNPq e, de acordo com o resultado preliminar, foi contemplado com uma bolsa de mestrado e uma bolsa de doutorado, tais bolsas serão implementadas em 2026. A conquista representa mais uma possibilidade de apoio à permanência e à formação de estudantes, contribuindo para o fortalecimento da pesquisa e da pós-graduação.

Número de bolsas a nível de pós-graduação

Programa	2025
Total	34
Mestrado	17
Doutorado	17

Fonte: IBGE/ENCE, 2025.



Por meio do PDPG - Pós-Doutorado Estratégico, da CAPES, com o projeto intitulado “Censo Demográfico 2022: agregando valor com análises da qualidade, dos métodos, das inovações e dos resultados”, foi concedida uma bolsa de pós-doutorado.

Atividades de pesquisa e extensão

Em 2025, a ENCE organizou e publicou a quarta e a quinta edições da publicação **ENCE em FOCO** que, por meio de artigos de opinião, fala sobre as principais atividades referentes às áreas de graduação, pós-graduação, aperfeiçoamento e treinamento, pesquisa e extensão.

A **quarta edição** trouxe artigos que abordam temas como trilhas de aprendizagem, iniciação científica, integração entre dados estatísticos e geoespaciais, avaliação da produção científica, capacitações gratuitas em **big data** e capacitação dos novos servidores.

Na **quinta edição**, os temas tratados foram a relação entre estatística e inteligência artificial, o Catálogo de Projetos e uso de Educação a Distância - EAD na capacitação. Também estreou a nova seção Notícias, que destaca os principais acontecimentos recentes da Escola.

Como parte do plano de trabalho do Núcleo de Pesquisas, o IBGE está prestes a lançar o **Catálogo de Projetos da ENCE - 2025**. Esta edição apresenta **120 projetos** coordenados por docentes e, na sua maioria, com participação discente. O catálogo

traz **96** projetos de pesquisa, dentre os quais figuram **44** projetos do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC e **11** do Programa Institucional de Projeto de Pesquisa para Alunos de Graduação - PPAG. Somam-se **oito** projetos de extensão, **nove** projetos em colaboração com outras áreas do IBGE ou outras instituições, além de **apostilas e quatro livros publicados** como resultado de estudos e pesquisas realizadas como parte da atividade docente e discente na Escola.



Núcleo de Pesquisas

O ano de 2025 foi marcado por uma intensa agenda de atividades no **Hub Regional da ONU para Big Data e Ciência de Dados no Brasil**, sediado no Núcleo de Pesquisas da ENCE, voltado ao fortalecimento do uso de **Big Data** na produção estatística dos Institutos Nacionais de Estatística - INEs, da América Latina e do Caribe.

Entre as principais iniciativas foram realizadas **três oficinas internacionais**:

- de 7 a 11 de abril, dedicada aos avanços na integração de Observação da Terra e Inteligência Artificial às Estatísticas Agrícolas, com a participação de 30 alunos e representantes da Região;
- de 2 a 6 de junho, sobre o Manual da ONU de Sensoriamento Remoto para Estatísticas Agrícolas, reunindo mais de 10 especialistas do Comitê de Especialistas da ONU em Big Data e Ciência de Dados para Estatísticas Oficiais - UN-CEBD/ Comitê de Especialistas das Nações Unidas em Segurança Alimentar, Estatísticas Agrícolas e Rurais - UN-CEAG no Centro de Inteligência Corporativa do IBGE, em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (Food and Agriculture Organization of the United Nations - FAO); e
- de 10 a 14 de novembro, organizada em colaboração com a Divisão de Estatísticas das Nações Unidas, voltada para os Serviços de Ciência de Dados da Plataforma Global da

Organização das Nações Unidas - ONU, que reuniu 43 representantes e ofereceu sessões práticas e colaborativas.

Além das oficinas, o *Hub* Regional deu continuidade à série de **webinários sobre indicadores de mudança climática**, iniciada em 2024, e lançou uma nova **série sobre Indicadores de Desenvolvimento Sustentável**. Em 2025, foram realizados os seguintes webinários:

- Uso de inteligência artificial em sensoriamento remoto;
- Sistema de Informação Geográfica - GIS;
- Risco climático infantil;
- *Deep learning* aplicado às estatísticas agrícolas e ambientais;
- Observação da Terra e IA nas estatísticas agrícolas;
- Monitoramento dos ODS no Suriname;
- Construção do registro estatístico de imóveis do Equador com imagens de satélite e consumo de energia elétrica;
- Integração de múltiplas fontes de dados para o monitoramento do ODS 15 – Vida Terrestre; e
- Uso de *Big Data* e IA pelos INEs da América Latina e Caribe.

As duas séries reuniram mais de **1 700 participantes de 33 países**, com as gravações disponibilizadas na página do *Hub* [↗](#).

No campo dos projetos acadêmicos e técnicos, houve continuidade em iniciativas como os projetos de pesquisas em Tecnologias de Melhoria da Privacidade - PET, *Big Data* e Comunicação e *Big Data* de Telefonia Móvel para Análise de Mobilidade, além do início do projeto de Mapeamento de Transições de Vegetação para Agricultura com Sensoriamento Remoto e IA. Também a 4ª Consulta Internacional sobre o uso de *Big Data* na América Latina e Caribe registrou recorde de participação, com mais de 20 Países, destacando o uso de imagens de satélite e *web scraping*.

Outro marco foi o **Projeto BPR de Indicadores Ambientais e de Mudanças Climáticas**, envolvendo 11 Países da Região, coordenado pelo *Hub* Regional e financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, com duração de três anos, cujo objetivo é desenvolver uma ferramen-

ta para cálculo de indicadores climáticos com base em dados regionais. Os avanços foram apresentados na 30ª Conferência Estatística das Américas, realizada em novembro, no Chile.

Também, foram planejados, desenvolvidos e executados **três cursos da Trilha de Aprendizagem em Ciência de Dados, Big Data e Inteligência Artificial - CDBDIA**: Preservação da Privacidade em Ciência de Dados (janeiro a março de 2025), Inteligência Computacional (abril a junho de 2025) e Aspectos Fundamentais de Redes Neurais e Inteligência Computacional (outubro a dezembro de 2025) com a participação de 199 alunos nos três cursos. Também foi realizado, em novembro, o sexto evento da série Seminários do Núcleo de Pesquisas, no qual dois projetos selecionados foram apresentados detalhadamente por seus responsáveis.



Treinamento e aperfeiçoamento

As ações de capacitação atingiram o resultado de **36 596 conclusões**, sendo 31 649 referentes a servidores do IBGE e 4 947 referentes a pessoas não pertencentes ao quadro.

A maioria das ações foi ofertada na modalidade a distância, por meio da Escola Virtual IBGE, permitindo a participação dos servidores de todo o território nacional.

A tabela a seguir apresenta as categorias de capacitação realizadas em 2025 e o respectivo número de conclusões referentes às ações ofertadas aos servidores do IBGE e ao público externo:

Conclusões por categoria - 2025

Categoria de capacitação	Conclusões de cursos
Total	36 596
Treinamentos de Pesquisa	23 109
Desenvolvimento de Pessoas - PDP	8 540
Capacitação de público externo	4 947

Fonte: Escola Virtual IBGE, dez/2025.

Na categoria **Treinamentos de Pesquisa** estão incluídas as ações de capacitação que visam o treinamento da rede de coleta de dados para as diversas pesquisas do IBGE. Destacaram-se os treinamentos das pesquisas econômicas, com maior número, e o treinamento da PEERS, que contou com uma etapa presencial.

A categoria **Desenvolvimento de Pessoas - PDP** contém as capacitações ofertadas para atender às necessidades de desenvolvimento de servidores da instituição. Nesta categoria, a ENCE/CTA apresentou um conjunto de cursos formativos com conteúdo específico sobre as atividades do IBGE para os servidores aprovados no primeiro Concurso Público Nacional Unificado - CPNU. Até novembro de 2025, foram 481 concluintes em

quatro cursos. Os cursos ficam disponíveis para os novos servidores, no período de doze meses, a partir do seu ingresso na Instituição.

Já a categoria **Capacitação de público externo** engloba diversas ações como cursos e oficinas voltados para o público externo. Em 2025, foi lançado o novo portal da Escola Virtual IBGE, com a disponibilização de um ambiente virtual de aprendizagem, **ENCE Cidadania**, dedicado ao público externo. Foram ofertados nove cursos de capacitações nas áreas de Estatística, Demografia e Geociências para a sociedade em geral, atendendo, também, os servidores do IBGE, com **4 947 conclusões**. Por fim, cabe ressaltar a oferta de quatro cursos com ênfase na formação de gestores públicos, em parceria com a Universidade Federal de Goiás - UFG, com 700 inscrições.



Melhoria e inovação

A **linha de negócio Melhoria e Inovação**, presente na **Cadeia de Valor do IBGE**, abrange atividades voltadas ao desenvolvimento da capacidade institucional para realizar novas ações ou aprimorar a eficiência daquelas já existentes.

São abordadas, a seguir, as principais atividades e resultados do ano de 2025.

Registros administrativos

Uma série de bases de dados de registros administrativos foi incorporada às pesquisas e levantamentos geocientíficos para complementar e aprimorar seus processos. Além disso, foram realizadas etapas preparatórias para o aproveitamento de novos registros em outras pesquisas. A seguir, apresentam-se algumas das iniciativas implementadas:

Foi concluído o estudo complementar à aplicação da **técnica de captura-recaptura**, produzindo estimativas desagregadas de **nascidos vivos e óbitos**. Os indicadores gerados foram validados pelo IBGE, Ministério da Saúde, pesquisadores e demais parceiros, permitindo a retirada do selo experimental e sua **publicação como estatística oficial**.

Avançou-se, também, na análise integrada dos dados do Cadastro Ambiental Rural - CAR, Cadastro Nacional da Agricultura Familiar - CAF e Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, em conjunto com o Censo

Agropecuário 2017, para subsidiar o planejamento do **12º Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola**.

Como suporte às atividades de **mapeamento territorial e atualização cartográfica**, foram utilizadas as seguintes fontes, provenientes de diferentes órgãos do governo federal:

- Sistema de Gestão Fundiária - SIGEF do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA;
- Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR do INCRA;
- CAR do MMA;
- Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (para associações e organizações de Povos e Comunidades Tradicionais - PCTs);
- Termo de Autorização de Uso Sustentável - TAUS da Secretaria do Patrimônio da União - SPU;
- Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS; e
- Coordenadas do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio (referentes a famílias residentes em Unidades de Conservação de Uso Sustentável).

As fontes acima foram utilizadas, também, para apoiar o mapeamento e a delimitação cartográfica dos **29 povos e comunidades tradicionais** reconhecidos pelo **Decreto n. 8.750, de 09.05.2016**.

Ademais, no âmbito do Programa de Produção Integrada em Geoinformação - PPIG, foram utilizados registros administrativos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, das bases de dados do Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior - e-MEC, do Ministério da Educação - MEC, além do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES, do Ministério da Saúde - MS, para a composição das bases de dados espaciais de todo o Brasil de **estabelecimentos de ensino**, da educação infantil ao ensino superior e de **estabelecimentos de saúde**, nos níveis da atuação na saúde básica, de média complexidade e de alta complexidade.

Pesquisas amostrais

Teve início, no 3º trimestre de 2025, a renovação da **Amostra Mestra do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares - SIPD**, com conclusão prevista para o 3º trimestre de 2026. Foram realizados o teste piloto do módulo **“Uso do Tempo” da POF 8** (na POF 2024-2025, em cinco Unidades da Federação) e o teste piloto da **Pesquisa Nacional de Saúde - PNS 2026**, incluindo coleta de material biológico em quatro Unidades da Federação. Houve atualização das técnicas de controle estatístico de confidencialidade nas pesquisas estruturais por

empresa (PAC, PAIC, PAS, PIA-Empresa e PIA-Produto) e definição dos planos amostrais da PEERS e da nova Pesquisa de Inovação - PINTEC. Avançaram, ainda, os estudos de controle de confidencialidade e a calibração definitiva da amostra do Censo Demográfico 2022.

Programa de Contas Econômicas Ambientais do Brasil

A partir de uma auditoria operacional do TCU no IBGE, sobre a consolidação do Programa de Contas Econômicas Ambientais no País, foi elaborado um plano de ação envolvendo o IBGE, o Ministério do Planejamento e Orçamento - MPO e o MMA, sendo apresentada uma proposta de amplas melhorias, como: governança consolidada, arcabouço normativo, padronização e integração de bases estatísticas e geocientíficas, definição metodológica alinhada a padrões internacionais e inclusão do patrimônio ecológico. Prevê-se capacitação técnica contínua, criação de grupos técnicos, mecanismos de articulação institucional, rotinas de monitoramento e avaliação com metas e prazos e publicação de estudos e notas técnicas.

Avanços no uso da tecnologia

O IBGE vem avançando de forma consistente na incorporação de soluções tecnológicas inovadoras, com destaque para o uso de Inteligência Artificial - IA, Ciência de Dados, Sensoriamento Remoto, arquiteturas modernas de *software* e infraestrutura

em nuvem. Essas iniciativas têm sido aplicadas tanto a processos de apoio quanto aos processos finalísticos das pesquisas estatísticas e geocientíficas, contribuindo para ganhos de eficiência, qualidade, segurança e capacidade de evolução dos sistemas.

Destaca-se o projeto desenvolvido para o 12º Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola baseado em Sensoriamento Remoto, Ciência de Dados e técnicas de IA para geração e classificação automática de talhões, além de métodos de otimização de rotas.

No projeto de Aprimoramento do Mapeamento da Cobertura e Uso da Terra do Brasil foi elaborado um plano amostral para um teste-piloto na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, com o desenvolvimento de um modelo de processos para coleta de amostras com qualidade adequada ao treinamento de modelos utilizando *machine learning*. Também foram realizados testes de classificação automatizada com parâmetros de qualidade associados, utilizando *softwares* livres e infraestrutura nacional soberana.

No campo da Inteligência Artificial, destacaram-se iniciativas voltadas à automação, à qualificação de processos estatísticos e ao atendimento aos usuários:

- Uso de IA na classificação de variáveis para codificação automatizada;
- Desenvolvimento de *chatBot* com uso de solução de IA;

- Desenvolvimento de uma ferramenta de IA Generativa, em curso, para atendimento aos usuários, com respostas supervisionadas sobre metodologias e índices de preços ao consumidor; e
- Início de avaliação de ferramenta de Assistente Pessoal criado com IA Generativa, hospedado em nuvem soberana (ConversAI Studio).

Em relação à arquitetura de *software*, *frameworks* e infraestrutura em nuvem, o IBGE também vem promovendo avanços na modernização de suas soluções tecnológicas, com foco em escalabilidade, desempenho, segurança e facilidade de manutenção, tais como:

- Avanço na implantação de *frameworks* e *middlewares* avançados; e
- Utilização de soluções em nuvem para melhorar a disponibilidade de sistemas e aplicações.

Em relação às geotecnologias, diversas iniciativas foram desenvolvidas para a produção e qualificação dos dados geoespaciais produzidos pelo IBGE:

- Metodologia voltada ao controle de qualidade de dados geoespaciais e à coleta de nomes geográficos em campo, por meio do aplicativo de coleta QField, que promove a validação de dados *in loco* como etapa integrada à rotina de produção cartográfica, além de promover a capacitação das equipes envolvidas na atividade;
- Aprimoramento das relações espaciais entre as feições geográficas integrantes da BC250 –

versão 2025, representadas por pontos, linhas e polígonos, assegurando a integridade lógica dos dados e viabilizando análises espaciais mais robustas;

- Foram realizados estudos de utilização de Sensoriamento Remoto e aprendizagem de máquina (*deep learning*) na identificação de áreas urbanizadas para o **mapeamento de áreas urbanizadas do Brasil**; e
- Para a atualização da **Base Territorial**, foi implementada a utilização de bases de dados abertas de polígonos de edificações (derivadas de processos de segmentação/extração de feições construídas a partir de imagens orbitais) como camada de apoio para detecção de mudanças no espaço construído das cidades e prospecção de novos aglomerados.

Nesse campo, há também iniciativas em andamento:

- Estudos para incorporação da componente altimétrica às Bases Cartográficas Contínuas na escala 1:100 000 e para geração de **Modelo Digital de Terreno para o Brasil**, referenciado ao Sistema Geodésico Brasileiro, ambos a partir do **Modelo Digital de Terreno para a América do Sul - ANADEM** [↗](#); e
- Início do emprego de Aeronaves Remotamente Pilotadas – ARTs, para geração de **mapeamento tridimensional em Regiões de Divisas Estaduais**, como apoio às tratativas entre os Estados envolvidos para fins de atualização dos respectivos limites.

- Por fim, destacam-se o uso de **técnicas de web scraping** para coleta de preços, linhas e frequência de viagens rodoviárias on-line, com o objetivo de fornecer subsídios e base de dados para coleta da pesquisa de ligações rodoviárias e hidroviárias 2026.

Avanços na disseminação de informações

Foram realizadas a criação e implementação de diversos sites: **MeuIBGE** [↗](#), **Painel Cor ou Raça no Brasil** [↗](#), **Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2024-2025** [↗](#) em detalhes, **Programa Nacional de Inteligência e Governança Estatística e Geocientífica para Políticas Públicas Preditivas** [↗](#), dentre outros.

Também foi iniciado o uso de IA na criação de **memórias e glossários** a partir do acesso universal a determinados temas, o que possibilitou a integração com a ferramenta de apoio à tradução utilizada no IBGE.

Ainda foi implementado, no **Panorama do Censo** [↗](#), um **mapa interativo** com busca por rua, bairro e CEP, além de filtros por tipo de endereço e visualização de coordenadas. Outra funcionalidade incorporada foi a **seleção de múltiplos setores censitários**, com apresentação de dados agregados.

Foi implementado um gerador dinâmico de arquivos em formato PDFs com o resumo das cidades no site **Cidades@** [↗](#).

Foi realizada a **otimização da entrega de resultados** por meio de serviços utilizados durante os lançamentos de produtos, pesquisas estatísticas ou levantamentos geocientíficos.

Teve destaque a disponibilização de *dashboards* elaborados em Power BI com indicadores de sub-registro e subnotificação de **nascidos vivos e óbitos**, publicados no Portal do IBGE.



Equipe técnica

O Relatório de Gestão do exercício 2025 é produto da construção coletiva de todas as unidades da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sendo apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que essa instituição está obrigada, nos termos do parágrafo único do Art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da [Instrução Normativa n. 84, de 22.04.2020](#), e da [Decisão Normativa TCU n. 198, de 23.03.2022](#).

Diretoria-Executiva

Coordenação de Planejamento e Gestão

Gestão da elaboração

Paula Leite da Cunha e Melo

Revisão e integração textual

Clovis Alberto Garcia de Barros
Flavia Azevedo Mendes de Melo
Gabriel Antonio Ceron Pereira
Hugo Leonnardo Gomides do Couto
Luciane Valesca Teixeira Mello
Mateus Freitas de Mello e Silva
Queisse Valente Ximene de Araújo

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Coordenação de Produção Editorial e Gráfica

Mauro Emílio Araújo

Gerência de Editoração

Estruturação textual e diagramação

Leonardo Martins

Programação visual e infografia

Leonardo Martins
Thiago Goulart da Silva

Pontos focais - Titulares e suplentes

Ana Carolina Marchezi Cobe
Andre Eduardo Oliveira de Paula Lico
Antonio Caminada Franklin de Oliveira e Silva
Apolo Henrique da Silva dos Santos
Barbara Conceicao Teixeira Coelho
Camila Leite Vaz da Silva
Claudio Faria Marques
Clovis Alberto Garcia de Barros
Dalea Soares Antunes
Daniel Esteves Franco
David Montero Dias
Edson Chun Ichi Ebara
Elizabeth Rodrigues da Costa
Filipe Keuper Rodrigues Pereira
Gabriel Correa Teles de Assis
Gisela Vargas Silveira
Hugo Leonnardo Gomides do Couto

Jacqueline dos Santos Manhaes
José Ricardo Faria Campos
Leandro Albertini Leite
Luciana Lopes Monteiro
Manoela Goncalves Cabo
Marcelo Fantaccini Brito
Marcos Vinícius Amaral de Souza
Paula Leite da Cunha e Melo
Philippe Alcantara Gebara Tavares
Rachel Cristina Borges Simoes Micaelo
Raissa Batista Madureira
Rodrigo Otavio Santos Von Doellinger
Rogerio Cunha de Andrade
Rogério Odivan Brito Serrão
Rose Maria Barros de Almeida da Silva
Sandra Martins Lino
Sheila Souza Fonseca
Sonia Val Dias
Vinicius Duarte Figueira
Vivaldi Campos Junior
Willyam Gonçalves da Silva



Se o assunto é **Brasil**,
procure o **IBGE**.



www.ibge.gov.br 0800 721 8181